

**UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA “JÚLIO DE MESQUITA FILHO”  
FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS**

**MATEUS BEORDO**

**CONSTRUINDO PONTES ENTRE NÓS:  
OS MICROEMPREENDEDORES INDIVIDUAIS DE FRANCA/SP**

**FRANCA  
2017**

**MATEUS BEORDO**

**CONSTRUINDO PONTES ENTRE NÓS:  
OS MICROEMPREENDEDORES INDIVIDUAIS DE FRANCA/SP**

**Tese apresentada à Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, como pré-requisito para obtenção do título de Doutor em Serviço Social. Área de concentração: trabalho e sociedade.**

**Orientadora: Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Helen Barbosa Raiz Engler**

**FRANCA**

**2017**

Beordo, Mateus.

Construindo pontes entre nós : os microempreendedores individuais de Franca/SP / Mateus Beordo. – Franca : [s.n.], 2017.

190 f.

Tese (Doutorado em Serviço Social). Universidade Estadual Paulista. Faculdade de Ciências Humanas e Sociais.

Orientadora: Helen Barbosa Raiz Engler

1. Empreendedorismo. 2. Cidadania. 3. Trabalho - Aspectos sociais. I. Título.

CDD – 362.85

**MATEUS BEORDO**

**CONSTRUINDO PONTES ENTRE NÓS:  
OS MICROEMPREENDEDORES INDIVIDUAIS DE FRANCA/SP**

**Tese apresentada à Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, como pré-requisito para obtenção do título de Doutor em Serviço Social. Área de concentração: Trabalho e Sociedade.**

**Banca Examinadora**

**Presidente:** \_\_\_\_\_

**Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Helen Barbosa Raiz Engler**

**1º Examinador:** \_\_\_\_\_

**Prof. Dr. Edson Marques Oliveira – Unioeste**

**2º Examinador:** \_\_\_\_\_

**Prof. Dr. Hélio Braga Filho – Uni-FACEF**

**3º Examinador:** \_\_\_\_\_

**Prof. Dr. Lélío Luiz de Oliveira – USP/FEARP**

**4º Examinador:** \_\_\_\_\_

**Prof. Dr. Pedro Geraldo Saadi Tosi – Unesp/FCHS**

**Franca, 10 de março de 2017.**

Dedico este trabalho a todos os  
trabalhadores, empreendedores, que  
anseiam por resignificarem suas histórias,  
com a busca incessante à significância de  
suas LIBERDADES, protagonizando suas  
vidas.

Aos meus pais, João Carlos e Leonor, e,  
com amor, à minha família, minha esposa  
Emanuele e meus filhos, Víctor Hugo,  
Manuela e Asafe.

Com carinho às memoráveis professoras:  
Malú, na educação infantil, Lázara, na  
educação fundamental, e, Helen,  
responsável pela minha construção como  
pesquisador.

## **AGRADECIMENTOS**

À Deus! Pela sua soberania, com seus cuidados inexplicáveis e inexprimíveis de Pai, me proporcionando constante renovo. Tudo acontece a seu tempo e fica mais fácil na sua Presença!

À vida no seio familiar! À minha mãe, Leonor, incentivadora incessante e incomparável, vê-la feliz e orgulhosa, me move. Ao meu pai, João Carlos, que me auxiliou a crescer como homem. Aos meus irmãos, Poliana, Gisele e Lucas, por todo o companheirismo e irmandade. Aos meus sobrinhos, Paulo Henrique e Giovana e à minha segunda família, Marilene, José Ivaldo, Janaína e Gabriele, pelos momentos de fuga.

À minha família! Local onde recarrego minhas forças e vejo no rosto de cada filho a esperança! Minha esposa, Emanuele, por sua fé, amor, companheirismo e por ser responsável pelo que tenho: meu primogênito, Victor Hugo, razão, impulso e início desta jornada; e, os frutos deste doutoramento, Manuela, doce e meiga, mas sagaz e Asafe, demonstração do poder de Deus em nossas vidas. Me perdoem os vários momentos de afastamento. Embora distante, tenho crescido na responsabilidade pelos frutos que gerei. Obrigado, pois vocês são responsáveis pelo que sou, pela construção de nossa história e de nossas vidas. São as peças-chave pelo que passou e pelo que há de vir. Se cheguei até aqui, devo a vocês. Amo vocês.

Em minha jornada pessoal e acadêmica várias pessoas e algumas instituições deixaram um pouco de si e contribuíram para que eu pudesse chegar até aqui. Mesmo sabendo do risco em citar alguns nomes, acredito que devo elencar e me perdoem aqueles que estão em meu coração, mas não foram mencionados.

Logo, devo identificar com carinho às memoráveis professoras: Malú, na educação infantil e Lázara, na educação fundamental, que iniciaram o meu longo caminho e acredito que nunca pensariam que seria tão longo.

E com muito carinho, a minha segunda mãe, Prof<sup>a</sup>. Helen! Pela confiança desde os meus primeiros passos direcionando-me pelo sinuoso caminho do conhecimento. Pela dedicação e pelos momentos que encontrei graça, paz e alento! Quando conversava com ela os desafios que se impunham tornavam-se mais fáceis. Assim, grandes desafios foram vencidos, graduação, congressos, grupos de estudo, artigos, mestrado e doutorado e com docilidade, de forma inigualável, transmite seu conhecimento e é minha referência. Quem imaginaria que a partir de uma bolsa de

apoio à permanência estudantil eu trilharia tão longo caminho. Obrigado pela confiança, por acreditar e se dedicar!

À banca de qualificação para o doutoramento! Pela grande contribuição para o desenvolvimento deste trabalho, aos mestres, Professores Doutores Pedro Geraldo Saadi Tosi e Hélio Braga Filho, que com grande maestria contribuíram com o desenvolvimento desta tese.

À Unesp! Aos amigos e companheiros que lá fiz. Aos amigos da graduação e pós-graduação: à Lívia, companheira de história de vida e à Angélica, Mariana Katiúscia, ao Wallace, Alaor e André Ramos Carloni. Aos amigos de trabalho: Antônio de Pádua e Fátima Maníglia, Maria Sicaroni, Marlene, Ivana, Cristiano, Adalberto, Roberto, João, Tiago, Antônio Marcos, Marcos Joaquim, Bomfim, Mauro Pírcio, Livia, Mauro Lúcio, Maísa, Sebastião, Erick, Jaqueline, Alan, Daniele, Juliana, Denis, Maria Fernanda, Laura, Eliana, Núbia. Aos professores da graduação e os que me acompanharam na pós-graduação: Marta Regina Farinelli, Ubaldo Silveira, Claudia Maria Daher Cosac, Pe. Mário José Filho, Rita de Cássia Biason, Maria Teresa Malatian, Agnaldo de Souza Barbosa, Cirlene Aparecida Hilário da Silva Oliveira, entre outros. Aos diretores da instituição neste período, Prof. Ivan Aparecido Manoel, Fernando Andrade Fernandes e Célia Maria David.

À Unip pela oportunidade no exercício da docência, em especial à coordenadora Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Daniela Tech Doretto e Sara, à Danila Carrijo e aos professores do curso: Ariana, Alcinéia (que também foi minha supervisora de estágio na graduação), Tatiane, Meire e Joyce, além dos auxiliares da sala dos professores, André e Helena.

Ao Ministério Aviv e Centro Educacional Aviv, em especial aos Prs. Maurício e Marta, pelo fortalecimento na fé e oportunidade na organização da instituição e seleção das bolsas de estudo.

Ao Tribunal de Justiça! Ao juiz da comarca de Guará, Dr. Adriano Pugliesi Leite, e companheiros de trabalho: Antônio Motta Júnior, Vilmar, Selma, Marta Muchagata e Marina, entre outros.

À estes e muitos outros que fazem parte da minha história, meus profundos e sinceros agradecimentos!

## Maternidade I



Fonte: (AMARAL, 1938).

BEORDO, Mateus. **Construindo pontes entre nós: os microempreendedores individuais de Franca/SP**. 2017. 190 f. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Franca, 2017.

## RESUMO

A tese adentra por entre os nós da sociedade em sua construção da cidadania, onde o homem age como protagonista de sua liberdade através da participação social advinda do trabalho. À compreensão deste processo vemos a cidadania balizada no trabalho, na educação e em valores éticos. Esta edificação ocorre em um cenário em constante movimento, envolto na política, na cultura, na economia, e dirigido pelo Estado, pelo mercado e pela sociedade civil. Desta forma, o empreendedorismo recebe tratamento favorecido, diferenciado e simplificado através de normas jurídicas. Dos sujeitos exige a observação de oportunidades a partir dos recursos produtivos e de seus conhecimentos. Assim, objetivamos compreender a prevalência do microempreendedor individual (MEI), introduzido no processo produtivo, como facilitador ao exercício da cidadania e apresentar o processo de transformação social, individual e coletiva, impressa na participação social e na edificação da liberdade do indivíduo, como agente de mudança responsável pelo desenvolvimento local. Acreditamos que não buscam acumulação de riquezas, mas qualidade de vida, perpassando pela ressignificação de seu trabalho e de conseguirem vislumbrar possibilidades através dos desafios impostos no cotidiano, a partir da criação de valor individual, organizacional e social. A pesquisa parte da observação e do questionamento do real/social, e, através de múltiplas aproximações, objetiva compreendê-lo. Justaposições com o método bibliográfico, documental, que nos proporcionou dados para análise quantitativa. Para delinear este fenômeno, em meio à sua complexidade, evidenciamos a análise através do materialismo histórico dialético que nos remonta a interação social ao longo do tempo histórico peremptoriamente entre sujeito/objeto, visto que o conhecimento está associado à práxis humana. Franca/SP é o lócus da pesquisa e possui, por primazia, ampla relação com empreendedores desde antes da sua fundação quando era entreposto comercial, depois as selarias, passando pela criação do primeiro curtume, dos artesãos dedicados à fabricação do calçado masculino até as mulheres se lançarem à confecções de lingerie e outros artigos do vestuário. Os participantes da pesquisa são empresas constituídas como MEIs, optantes pelo Simples Nacional e que representam mais da metade dos empreendimentos instalados na cidade, onde as condições de ingresso são facilitadas, pois utilizam qualificações adquiridas no cotidiano de trabalho, os tornando um sujeito híbrido de operário e empreendedor, que acreditam no que podem e desejam fazer, proporcionando trabalho e renda, além de serem agentes de fomentação de democratização e desenvolvimento local. Os caminhos conquistados são parte de um processo que constroem pontes às suas liberdades e à transformação social. Enfim, este empreendedorismo empodera estes sujeitos em seu exercício cidadão, dando-lhes pertencimento à sociedade em que vive, mas além disto, torna-os protagonistas na busca ativa por suas liberdades.

**Palavras-chave:** cidadania. trabalho. empreendedorismo/microempreendedor individual. liberdades. Franca/SP.

BEORDO, Mateus. **La construcción de puentes entre nosotros:** los microempresarios individuales de Franca/SP. 2017. 190 h. Tesis (Doctorado en Servicio Social) – Facultad de Humanidades y Ciencias Sociales, Universidad Estado de São Paulo “Júlio de Mesquita Filho”, Franca, 2017.

## RESUMEN

La tesis entra a través de los nodos de la sociedad en la construcción de ciudadanía, donde el hombre actúa como protagonista de su libertad a través de la participación en el trabajo social derivado. Para comprender este proceso que la ciudadanía bautizados en el trabajo, en la educación y los valores éticos. Este edificio se encuentra en un escenario en constante movimiento, envuelto en la política, la cultura, la economía, y dirigida por el Estado, el mercado y la sociedad civil. Por lo tanto, el espíritu empresarial recibe un trato preferencial, diferenciada y simplificada a través de normas legales. El tema requiere la visualización de las oportunidades de los recursos productivos y sus conocimientos. Por lo tanto, nuestro objetivo es conocer la prevalencia de micro-empresario individual (MEI), introducida en el proceso de producción, como facilitador para el ejercicio de la ciudadanía y presentar el proceso de transformación social, individual y colectiva, impreso en la participación social y la construcción de la libertad del individuo, como un agente de cambio responsable para el desarrollo local. Creemos que no busca la acumulación de riqueza, pero la calidad de vida, pasando por la reformulación de su trabajo y obtener una ojeada a través de las posibilidades retos en la vida diaria, desde la creación de valor individual, organizacional y social. La investigación parte de la observación y la cuestión social real, ya través de múltiples enfoques, pretende entenderlo. Yuxtaposiciones con el método bibliográfico, documental, que proporcionó los datos para el análisis cuantitativo. Delinearnos a este fenómeno, en medio de su complejidad, se tomó nota del análisis a través del materialismo histórico dialéctico de citas en la interacción social a lo largo del tiempo histórico perentoriamente entre sujeto / objeto, ya que el conocimiento se asocia con la praxis humana. Franca/SP es el lugar geométrico de la investigación y tiene, por la primacía, amplia relación con los empresarios desde antes de su fundación como un puesto de comercio, a continuación, los selarias a través de la creación de la primera curtiduría, artesanos dedicada a la fabricación de calzado masculino a las mujeres para poner en marcha la ropa de la ropa interior y otros artículos de la ropa. Los participantes son empresas constituidas como mieles, optando por la simple Nacional y que representa más de la mitad de las empresas de la ciudad, donde las condiciones de entrada son fáciles, ya que utilizan las habilidades adquiridas en el trabajo diario, por lo que un objeto híbrido trabajador y el empresario, que creen en lo que pueden y quieren hacer, proporcionar trabajo y los ingresos, y son agentes de la democratización y el desarrollo local fomentando. Los caminos conquistados son parte de un proceso para construir puentes con sus libertades y la transformación social. De todos modos, esta iniciativa empresarial permite a estas personas en sus ciudadanos ejercen dando ellos pertenecientes a la sociedad en la que vive, sino que, además, les hace protagonistas en la búsqueda activa de sus libertades.

**Palabras clave:** ciudadanía. trabajo. emprendimiento/microemprendedor individual. libertades. Franca/SP.

BEORDO, Mateus. **Building bridges between us: the individual microentrepreneurs of Franca/SP**. 2017. 190 p. Thesis (Doctorate in Social Work) – School of Humanities and Social Sciences, São Paulo State University “Júlio de Mesquita Filho”, Franca, 2017.

## **ABSTRACT**

By the subject, we require the observation of opportunities from the productive resources and their knowledge. Thus, we aim to understand the prevalence of individual micro entrepreneur (MEI), introduced in the productive process, as facilitator to the exercise of citizenship and to present the social transformation process, individual and collective, printed on social participation and in the building up of the freedom of the individual, as an agent of responsible change for local development. We believe that they do not seek wealth accumulation, but quality of life, bypassing the resignification of their work and getting a glimpse possibilities through the challenges posed in everyday life, from the creation of individual, organizational and social value. The research begins from the observation and questioning of the real/social aspect, and, through multiple approaches, aims to understand it. Juxtapositions with the bibliographic, documentary methods, which provided us with data for quantitative analysis. To work out this phenomenon, in the midst of his complexity, we highlighted the analysis through historical materialism dialectic method that dates the social interaction over historical time peremptorily between subject/object, since knowledge is associated with human praxis. Franca/SP is the locus of research and has, by primacy, wide relationship with entrepreneurs from before his foundation when it was a trading post, after the horse saddles stores, bypassing through the creation of the first tannery, of artisans dedicated to men's footwear manufacturing, and of women to launch to make lingerie and other clothing items. Respondents of this survey are companies incorporated as MEIs, choosers by Simples Nacional and which represent more than half of the enterprises installed in the city, where the conditions for admission are facilitated because they use acquired skills in everyday work, making them a subject of hybrid worker and entrepreneur, who believe in what they can and want to do, providing jobs and income, in addition to being agents of democratization and local development fostering. The conquered paths are part of a process to build bridges to their freedoms and social transformation. Anyway, this entrepreneurship empowers these people in their citizen exercise, giving them belonging to the society in which he lives, but beyond that, making them the protagonists in active search for their freedoms.

**Keywords:** citizenship. work. entrepreneurship/individual microentrepreneur. freedoms. Franca/SP.

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

|          |                                                                           |
|----------|---------------------------------------------------------------------------|
| ANPROTEC | Associação Nacional de Entidades Promotoras de Empreendimentos Inovadores |
| BNDES    | Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social                      |
| CAGED    | Cadastro Geral de Empregados e Desempregados                              |
| CEPAL    | Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe                       |
| CNAE     | Classificação Nacional de Atividades Econômicas                           |
| CF       | Constituição Federal                                                      |
| CNPJ     | Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas                                    |
| CPF      | Cadastro de Pessoas Físicas                                               |
| CTPS     | Carteira de Trabalho da Previdência Social                                |
| DIEESE   | Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos       |
| DIRPF    | Declarações do Imposto sobre a Renda da Pessoa Física                     |
| EI       | Empresário Individual                                                     |
| EIRELI   | Empresa Individual de Responsabilidade Limitada                           |
| EPP      | Empresa de Pequeno Porte                                                  |
| FGTS     | Fundo de Garantia por Tempo de Serviço                                    |
| GEM      | Global Entrepreneurship Monitor                                           |
| IBGE     | Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística                           |
| IBPT     | Instituto Brasileiro de Planejamento e Tributação                         |
| ICT      | Industrial, Comercial e Tecnológica                                       |
| IDH      | Índice de Desenvolvimento Humano                                          |
| IDHM     | Índice de Desenvolvimento Humano Municipal                                |
| IPEA     | Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada                                  |
| IRPF     | Imposto de Renda Pessoa Física                                            |
| JUCESP   | Junta Comercial do Estado de São Paulo                                    |
| MCTI     | Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação                              |
| ME       | Microempresa                                                              |
| MEI      | Microempreendedor Individual                                              |
| MPE      | Micro e Pequena Empresa                                                   |
| ONG      | Organização Não Governamental                                             |

|        |                                                                      |
|--------|----------------------------------------------------------------------|
| ONU    | Organizações das Nações Unidas                                       |
| PADs   | Países Atualmente Desenvolvidos                                      |
| PEA    | População Economicamente Ativa                                       |
| PIB    | Produto Interno Bruto                                                |
| PNUD   | Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento                    |
| P&D    | Pesquisa e Desenvolvimento                                           |
| RFB    | Receita Federal do Brasil                                            |
| RGPS   | Regime Geral da Previdência Social                                   |
| RPPS   | Regime Próprio da Previdência Social                                 |
| SEBRAE | Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas             |
| SEADE  | Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados                        |
| SIMEI  | Simples Nacional - Microempreendedor Individual                      |
| TEA    | Taxa de Empreendedores Iniciais                                      |
| TEE    | Taxa de Empreendedores Estabelecidos                                 |
| UNESCO | Organização das nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura |

## LISTA DE FIGURAS

|                                        |     |
|----------------------------------------|-----|
| FIGURA 1 – Composição (figura só)..... | 20  |
| FIGURA 2 – Segunda classe.....         | 22  |
| FIGURA 3 – Operários.....              | 33  |
| FIGURA 4 – A gare .....                | 76  |
| FIGURA 5 – Costureiras.....            | 113 |
| FIGURA 6 – O mamoeiro.....             | 162 |
| FIGURA 7 – Pêndulo de Newton .....     | 167 |
| FIGURA 8 – O pé e o machado.....       | 178 |

## LISTA DE GRÁFICOS

|                                                                                                                                                                                                          |     |
|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----|
| GRÁFICO 1 – Evolução do Índice de Gini – Brasil – 2002:2016 .....                                                                                                                                        | 55  |
| GRÁFICO 2 – Pessoas de 10 anos ou mais de idade, por classes de rendimento nominal mensal – Brasil – 2010 .....                                                                                          | 56  |
| GRÁFICO 3 – Taxa trimestral de desocupação das pessoas de 14 anos ou mais de idade, na semana de referência (em %) – Brasil – jan./2012:jun./2016 .....                                                  | 57  |
| GRÁFICO 4 – Nível trimestral da ocupação das pessoas de 14 anos ou mais de idade, na semana de referência (em %) – Brasil – jan./2012:jun./2016 .....                                                    | 58  |
| GRÁFICO 5 – Taxa de desocupação – Brasil – jun./2013:maio/2015 .....                                                                                                                                     | 59  |
| GRÁFICO 6 – Número de famílias beneficiárias do Bolsa Família – Brasil – jun./2013-maio/2015 (em milhões) .....                                                                                          | 59  |
| GRÁFICO 7 – Posições do Brasil no ranking do Relatório Global de Competitividade – Brasil – 2006:2015 .....                                                                                              | 101 |
| GRÁFICO 8 – Setores de atuação das incubadoras brasileiras – Brasil .....                                                                                                                                | 102 |
| GRÁFICO 9 – Alcance de inovação das incubadoras – Brasil .....                                                                                                                                           | 103 |
| GRÁFICO 10 – Evolução do PIB brasileiro – Brasil – 2009:2015 .....                                                                                                                                       | 105 |
| GRÁFICO 11 – Microempresas X Microempreendedores Individuais – ativos – Franca/SP – 08/02/2010:31/07/2016 .....                                                                                          | 129 |
| GRÁFICO 12 – Microempreendedores Individuais ativos e inativos – Franca/SP – 08/02/2010:31/07/2016 .....                                                                                                 | 130 |
| GRÁFICO 13 – Taxa de crescimento do PIB, de desocupação e taxas de empreendedorismo por oportunidade e por necessidade como proporção da Taxa de Empreendedorismo Inicial (%) – Brasil – 2002:2015 ..... | 137 |
| GRÁFICO 14 – Taxas específicas de empreendedorismo inicial e estabelecidos, segundo gênero (%) – Brasil – 2015 .....                                                                                     | 138 |
| GRÁFICO 15 – Taxas específicas de empreendedorismo inicial e estabelecidos, segundo faixa etária (%) – Brasil – 2015 .....                                                                               | 138 |
| GRÁFICO 16 – Taxas específicas de empreendedorismo inicial e estabelecidos, segundo setor da atividade econômica (%) – Brasil – 2015 .....                                                               | 139 |

|                                                                                                                                                                                                            |            |
|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|------------|
| <b>GRÁFICO 17 – População residente conforme o sexo – Franca/SP – 2010 .....</b>                                                                                                                           | <b>144</b> |
| <b>GRÁFICO 18 – Faixa etária da população conforme o sexo – Franca/SP –<br/>2010 .....</b>                                                                                                                 | <b>145</b> |
| <b>GRÁFICO 19 – População total X População alfabetizada – Franca/SP – 2010 ...</b>                                                                                                                        | <b>146</b> |
| <b>GRÁFICO 20 – Pessoas de 10 anos ou mais de idade, por grupos de idade X<br/>Pessoas de 10 anos ou mais de idade, ocupadas na semana<br/>de referência, por grupos de idade – Franca/SP – 2010 .....</b> | <b>147</b> |
| <b>GRÁFICO 21 – Produto Interno Bruto per capita – Franca/SP – 2010:2013 .....</b>                                                                                                                         | <b>149</b> |
| <b>GRÁFICO 22 – Produto Interno Bruto (Valor Adicionado) – Franca/SP – 2010....</b>                                                                                                                        | <b>150</b> |
| <b>GRÁFICO 23 – Admissões X Desligamentos de empregados formais –<br/>Franca/SP – 2009:2016 .....</b>                                                                                                      | <b>151</b> |
| <b>GRÁFICO 24 – Microempreendedor Individual – Quantidade de optantes ao<br/>SIMEI – Brasil:São Paulo:Franca/SP – 2009:nov./2016.....</b>                                                                  | <b>152</b> |
| <b>GRÁFICO 25 – Total de MEIs, optantes no SIMEI, por faixa etária – Franca/SP<br/>– nov./2016.....</b>                                                                                                    | <b>157</b> |

## **LISTA DE MAPAS**

|                                                          |            |
|----------------------------------------------------------|------------|
| <b>MAPA 1 – Franca/SP e seu limite territorial .....</b> | <b>142</b> |
|----------------------------------------------------------|------------|

## **LISTA DE QUADROS**

|                                                                               |           |
|-------------------------------------------------------------------------------|-----------|
| <b>QUADRO 1 – Estado visto pelos tipos de cidadania.....</b>                  | <b>45</b> |
| <b>QUADRO 2 – Tipos de cidadania frente a algumas dimensões sociais .....</b> | <b>46</b> |
| <b>QUADRO 3 – Desigualdades sociais .....</b>                                 | <b>53</b> |
| <b>QUADRO 4 – Cidadania: tutelada X assistida X emancipada.....</b>           | <b>54</b> |

## LISTA DE TABELAS

|                                                                                                                                                                                                                                                                                                                 |            |
|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|------------|
| <b>TABELA 1 – Participação na renda total bruta por faixa de salário mínimo<br/>(em %) – Brasil – 2007:2013.....</b>                                                                                                                                                                                            | <b>56</b>  |
| <b>TABELA 2 – Tendências do IDH do Brasil baseadas em uma série<br/>cronológica de dados coerentes e novos valores – Brasil –<br/>1980:2014 .....</b>                                                                                                                                                           | <b>65</b>  |
| <b>TABELA 3 – Exportação por fator agregado – valor total – Brasil –<br/>jan./2014:jan./2015.....</b>                                                                                                                                                                                                           | <b>91</b>  |
| <b>TABELA 4 – Exportação por categoria de uso – valor total – Brasil –<br/>jan./2014:jan./2015.....</b>                                                                                                                                                                                                         | <b>91</b>  |
| <b>TABELA 5 – Importação por categoria de uso – valor total – Brasil –<br/>jan./2014:jan./2015.....</b>                                                                                                                                                                                                         | <b>92</b>  |
| <b>TABELA 6 – Principais produtos exportados pelo Brasil – Brasil –<br/>jan./2014:jan./2015.....</b>                                                                                                                                                                                                            | <b>93</b>  |
| <b>TABELA 7 – Taxas de empreendedorismo segundo o estágio dos<br/>empreendimentos – Brasil – 2014:2015.....</b>                                                                                                                                                                                                 | <b>136</b> |
| <b>TABELA 8 – Distribuição percentual das principais atividades dos<br/>empreendimentos iniciais segundo a motivação – Brasil –<br/>2015 .....</b>                                                                                                                                                              | <b>140</b> |
| <b>TABELA 9 – Pessoas de 10 anos ou mais de idade, com rendimento, e valor do<br/>rendimento nominal médio e mediano mensal das pessoas de 10<br/>anos ou mais de idade, com rendimento, por condição de<br/>atividade na semana de referência – Franca/SP – 2010.....</b>                                      | <b>148</b> |
| <b>TABELA 10 – Valor do rendimento nominal médio mensal do trabalho<br/>principal das pessoas de 10 anos ou mais de idade, ocupadas<br/>na semana de referência, com rendimento do trabalho<br/>principal, por posição na ocupação e categoria do emprego<br/>no trabalho principal – Franca/SP – 2010.....</b> | <b>148</b> |
| <b>TABELA 11 – Pessoas de 10 anos ou mais de idade, ocupadas na semana<br/>de referência, por condição de contribuição para instituto de<br/>previdência oficial em qualquer trabalho – Franca/SP – 2010...</b>                                                                                                 | <b>149</b> |
| <b>TABELA 12 – Empresas ativas – Franca/SP – nov./2016.....</b>                                                                                                                                                                                                                                                 | <b>151</b> |

|                                                                                                                                                                      |            |
|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|------------|
| <b>TABELA 13 – Distribuição de MEIs ativos conforme seção da atividade econômica (CNAE) – Franca/SP – nov./2016.....</b>                                             | <b>153</b> |
| <b>TABELA 14 – Distribuição dos principais MEIs ativos conforme subclasse da Classificação Nacional de Atividades Econômicas (CNAE) – Franca/SP – nov./2016.....</b> | <b>154</b> |

## SUMÁRIO

|                                                                                                                                  |            |
|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|------------|
| <b>CONSIDERAÇÕES INICIAIS: ENTRE NÓS .....</b>                                                                                   | <b>22</b>  |
| <b>CAPÍTULO 1 TESE – O PRISMA DA CIDADANIA: JUSTAPOSIÇÕES ÀS<br/>TRAJETÓRIAS LIBERTADORAS .....</b>                              | <b>33</b>  |
| 1.1 Ensaio sobre a construção da cidadania no Brasil .....                                                                       | 37         |
| 1.2 A interligação das questões do trabalho no processo constitutivo e constituinte<br>do cidadão.....                           | 40         |
| 1.2.1 Educação: a formação do cidadão .....                                                                                      | 66         |
| 1.2.2 Ética como pressuposto necessário à condição humana .....                                                                  | 72         |
| <b>CAPÍTULO 2 ANTÍTESE – A ECONOMIA E O ESTADO NA CONSTITUIÇÃO DE<br/>POSSIBILIDADES AO EMPREENDEDOR.....</b>                    | <b>76</b>  |
| 2.1 Capitalismo inovador ou sujeito empreendedor? .....                                                                          | 95         |
| 2.2 O desenvolvimento das firmas e seus empresários.....                                                                         | 106        |
| <b>CAPÍTULO 3 SÍNTESE – AS ESTRATÉGIAS À PARTICIPAÇÃO SOCIAL: AS<br/>“MIGALHAS” QUE CONFECCIONAM A “COLCHA DE RETALHOS” ....</b> | <b>113</b> |
| 3.1 Breves considerações sobre a constituição do microempreendedorismo no<br>Brasil .....                                        | 115        |
| 3.1.2 Conjuntos de normas jurídicas: apresentação das principais leis brasileiras de<br>incentivo ao empreendedorismo .....      | 115        |
| 3.2 O processo libertador da participação social do microempreendedor .....                                                      | 118        |
| 3.3 A liberdade como condição ao desenvolvimento do microempreendedor .....                                                      | 120        |
| 3.4 Os sujeitos empreendedores de Franca/SP processam pontes ao exercício da<br>cidadania.....                                   | 124        |
| 3.4.1 A definição de nosso processo investigativo .....                                                                          | 124        |
| 3.4.2 A caracterização dos empreendedores no Brasil .....                                                                        | 134        |
| 3.4.3 A liberdade através do microempreendedorismo individual em Franca/SP.....                                                  | 141        |
| <b>CONSIDERAÇÕES FINAIS: VISLUMBRANDO HORIZONTES E DESENTRELHANDO<br/>LIBERDADES.....</b>                                        | <b>162</b> |
| <b>REFERÊNCIAS.....</b>                                                                                                          | <b>180</b> |

**FIGURA 1 – Composição (figura só)**



**Fonte:** Amaral (1930).

[...] à relação entre rendas e realizações, entre mercadorias e capacidades, entre nossa riqueza econômica e nossa possibilidade de viver do modo como gostaríamos. [...] A lacuna entre as duas perspectivas (ou seja, entre uma concentração exclusiva na riqueza econômica e um enfoque mais amplo sobre a vida que podemos levar) é uma questão fundamental na conceituação do desenvolvimento. [...]

Se temos razões para querer mais riqueza, precisamos indagar: quais são exatamente essas razões, como elas funcionam ou de que elas dependem, e que coisas podemos “fazer” com mais riqueza? Geralmente temos excelentes razões para desejar mais renda ou riqueza. Isso não acontece porque elas sejam desejáveis por si mesmas, mas porque são meios admiráveis para termos mais liberdade para levar o tipo de vida que temos razão para valorizar.

A utilidade da riqueza está nas coisas que ela nos permite fazer – as liberdades substantivas que ela nos ajuda a obter. [...]

Uma concepção adequada de desenvolvimento deve ir muito além da acumulação de riqueza e do crescimento do Produto Nacional Bruto e de outras variáveis relacionadas à renda. Sem desconsiderar a importância do crescimento econômico, precisamos enxergar muito além dele.

Os fins e os meios do desenvolvimento requerem análise e exame minuciosos para uma compreensão mais plena do processo de desenvolvimento; é sem dúvida inadequado adotar como nosso objeto básico apenas a maximização da renda ou da riqueza [...] o crescimento econômico não pode sensatamente ser considerado um fim em si mesmo. **O desenvolvimento tem de estar relacionado sobretudo com a melhora da vida que levamos e das liberdades que desfrutamos.** Expandir as liberdades que temos razão para valorizar não só torna nossa vida mais rica e mais desimpedida, mas também **permite que sejamos seres sociais mais completos, pondo em prática nossas volições, interagindo com o mundo em que vivemos e influenciando esse mundo.**

(SEN, 2000, p. 27-29, grifo nosso).

## CONSIDERAÇÕES INICIAIS: ENTRE NÓS

FIGURA 2 – Segunda classe



Fonte: Amaral (1933b).

**Rede é um conjunto de nós interconectados. Nó é o ponto no qual uma ou mais curvas ou fluxos se encontram.** São redes os fluxos financeiros globais; a teia de relações políticas e institucionais que governa a União Européia; o tráfico de drogas que comanda pedaços de economias, sociedades e Estados no mundo inteiro; a rede global das novas mídias, que define a essência da expressão cultural e da opinião pública. **Elas constituem a nova morfologia social de nossas sociedades, e a difusão de sua lógica altera radicalmente a operação e os resultados dos processos produtivos e o estoque de experiência, cultura e poder.** Nas redes, o poder desloca-se para os que detêm o controle dos fluxos. Ordenar uma rede, estar presente nela e operar a dinâmica de sua inter-relação com outras redes define as estruturas de dominação e transformação de nossa sociedade. Na rede, prioriza-se a morfologia social sobre a ação social. (DUPAS, 2001, p. 42, grifo nosso).

O estudo apresentado se nutre da inquietude em correlacionar algumas disciplinas no intuito de sobre-entender a “figura” do empreendedor, sua cidadania, que em seu exercício busca sua liberdade, através de sua participação, ao longo da história, e mais especificadamente no sistema mercadológico-governamental.

As relações entre as categorias ora apresentadas seguem caminhos pouco transitados, que necessitam ser correlacionados. Assim, ao adentrarmos neste percurso, além de ser um desafio, nos colocamos em postura investigativa e cautelosa, mas acreditamos em suas conexões.

Na primeira parte, denominada **tese**, debateremos a constituição da cidadania vista como componente do desenvolvimento e que ocorre, entre outras situações, a partir e no mercado.

Para tanto abordamos a cidadania com o olhar dos direitos humanos no processo emancipatório, que perpassa a dependência, pois recebemos “meias” ações com este viés, às vezes políticas, outras vezes, sociais ou econômicas, mas almejando uma independência, através de sua atuação na sociedade, através do exercício de suas liberdades, por meio de suas escolhas.

Assim, apreenderemos a emancipação como processo organizado a favor das maiorias e para tanto necessita competência humana individual de fazer-se sujeito, que é revelada no coletivo e ocorre com o entendimento do homem que se reconhece como partícipe da sociedade em que vive.

A ação é o fundamento deste processo emancipatório e a primeira estaca é a eliminação da pobreza política, que cria amarras e não rompe com o ciclo de serem manipulados como se marionetes fossem.

Logo, vislumbramos que é algo construído e que não ocorre instantaneamente e que a negação da cidadania dá-se, quando a partir das condições ofertadas pelo Estado, ele é coibido de pensar criticamente a respeito da marginalização que lhe é imposta, não vislumbrando alternativas à sua história, como se estivesse enraizado seu destino. Acaba por realizar a riqueza do outro, mas não participa dela.

Para melhor visualização deste caso, propomos pensar em uma pessoa em situação de rua, a partir da mendicância, reúne uma quantia e compra um pão. Lá está embutido os impostos que contribuirão ao Estado ofertar condições dignas à sociedade, mas ele sequer faz parte dela.

Esta marginalização é atribuída como se fosse sua responsabilidade, devido às suas “incapacidades”, no entanto, apresentam-lhe um conceito que o limita a condições de assistido ou tutelado, sem reconhecê-los socialmente.

Assim, o arcabouço necessário ao desenvolvimento da cidadania não limita-se às ações do Estado, mas dele depende diretamente, pois ao receber direitos fragmentados, proporciona-lhe condições de “sobrevida”, enquanto deveria ajustar qualidades humanizadas e de independência.

A emancipação é precípua do exercício da cidadania que se desenvolve no meio, entre dilemas e conflitos, norteadas pela formação da competência histórica inovadora, organização política coletiva, a educação, a ética e o sistema cultural civilizatório, agindo em torno da equalização de oportunidades.

A tutela é expressão de uma direita concessiva, que tolhe sua consciência crítica e prova deste fato é perpetuação da elite existente; e a assistência, é determinada pelo desenvolvimento de alguma consciência política.

É assim, uma *maquiagem da marginalização social*, pois as condições de enfrentamento são pontuais e desfocadas aos cidadãos, visto não conseguirem com sua atuação, um controle entre Estado e elites e nem uma economia pujante de um excedente.

O Estado e as elites mantêm o sistema produtivo e sua cadeia trabalhista dependente e pertencente ao domínio dos especuladores e não se compromete com a equalização de oportunidades, fazendo com que microempresas sejam sucumbidas em disputas “desleais” com grandes corporações ou mesmo são adquiridas por elas.

Os trabalhadores se veem frente ao problema/desafio de produzir e intercambiar bens e serviços no intuito de satisfação das suas necessidades pessoais e materiais, mas buscam empreenderem, atuando com iniciativa e tornando-se agente central no processo de mudanças socioeconômicas, combinando capital e trabalho na articulação da produção.

Estes cidadãos buscam seu protagonismo e reluzem uma cidadania onde se vislumbra a inclusão da maioria, equalizando oportunidades, ou seja, ela é ator preponderante e se sobrepõe ao mercado.

A partir deste ponto que inauguramos a próxima parte, nomeada como **antítese**, com o intento de pensar o microempreendedorismo e sua atuação nas relações de mercado.

Desta forma debatemos alguns conceitos de empreendedorismo, como o de Schumpeter (1982), que coloca como aquele que destrói a ordem econômica a partir da introdução de novos produtos e serviços, por novas formas de organização ou mesmo a exploração de novos recursos materiais e que arrisca seus recursos, e acreditamos que a atuação do Microempreendedor Individual (MEI) não está pautada exatamente neste rompimento com a ordem econômica. Neste caso, a concepção que mais se aproxima é a de Kirzner (apud FAGUNDES, 2009), que define-o como aquele que cria um equilíbrio, pois localiza oportunidades em meio ao caos, até porque não provém de tantos recursos para poder arriscar.

O mercado e o governo regulam a constituição destes empreendedores e por ora, tem contribuído à eles, com meras condições de sobrevivência, com base na expropriação de seus trabalhos, mas poderiam ser desenvolvedores de postos de trabalho, que ativa a circulação de mercadorias, da economia local, entre outros.

O mercado atuaria como instrumento para atingir sua finalidade, sendo a de promover a cidadania, utilizando a autopromoção e a auto sustentação, produto da competência.

Mas, o capitalismo dominado por corporações transnacionais exerce fortes influências na política local e não produz os empregos, em quantidade e qualidade. O emprego correlaciona-se em função do mercado e não da cidadania.

Elas recebem altos recursos em financiamentos, enquanto um pequeno empreendedor pouco recebe ou encontra diversos entraves para isto. As grandes corporações recebem o que chamamos de mais-valia social, – o financiamento é de toda a população, mas o empreendimento será de apenas um –, enquanto o segundo, poupou de seus próprios recursos, para aplicação e investimento nela.

Para nós é claro que as áreas e setores de atividades econômicas exigem formas diferentes de regulação, e o mesmo ocorre entre grandes ou pequenos negócios e este panorama nos propõe a refletir sobre o quadro completo, afim de evitarmos um radicalismo, seja privatista ou estatista.

Acreditamos que devemos observar a sociedade, almejando o seu desenvolvimento e não privilegiando um indivíduo ou somente um empreendimento.

Neste espectro, nos exercitamos a enxergar além da aparência, observando a essência do fenômeno para construir diferentes possibilidades, inexistindo se a população não tornar-se partícipe deste processo. Os nós têm sido amarrados ao processo de modernização que junta tecnologias e barbárie social e

não se preocupa em traçar um plano de distribuição de riquezas, apenas de aumento de lucros.

A direita governante se aproveita da ignorância do cidadão para privatizar e saquear o Estado, tutelando a população e a esquerda não vai além da assistência, apresentando o discurso dos direitos sociais, assim se atrela a população e parasita no poder ou à sua sombra, pois não temos uma maioria participante ou uma economia dinâmica.

Debatemos ainda a necessidade de vinculação das políticas de desenvolvimento econômico com a industrial, comercial e tecnológica, que necessita de aporte financeiro, público ou privado, para Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) e investimentos na educação. Para o desenvolvimento destes empreendimentos locais, responsáveis pela P&D, há a necessidade de se estabelecer barreiras protecionistas para preservar a inovação e das investidas externas, além de subsídios às exportações. As relações de comércio e de industrialização influenciaram a exploração e mudanças na sociedade contemporânea, trazendo desemprego e desassistências.

Os fatos citados no parágrafo anterior são os passos utilizados para se chegar a países atualmente desenvolvidos e que neste momento eles não apoiam a implementação de políticas semelhantes em outros países, para que se mantenham como “dominadores” destas tecnologias.

Enquanto os países que não possuem tal tecnologia, procuram se adaptar para atendê-los. Até os estudos são realizados por eles ou com conceitos deles, como se pudéssemos dizer que existe um padrão, desconsiderando a cultura, entre outros fatores dos países, permanecendo suas influências enraizadas.

A busca pelo aumento de lucros é predominante face à sociedade igualitária. A instalação de transnacionais nos países do Sul decretam o fechamento ou a incorporação de várias empresas nacionais e que não lograram o mesmo êxito em captar incentivos tributários para sua permanência e desenvolvimento.

Estas empresas também possuem dependência aos equipamentos tecnológicos desenvolvidos por transnacionais, ou produzem máquinas que já são obsoletas nestes países. Assim, mantêm sua dominação e dependência e não a ruptura, pois não detemos os processos de renovação de tecnologia.

Por estes motivos, apresentamos as raízes nacionais de exportação consolidadas em matéria-prima, ou seja, produtos sem alto valor agregado, e,

importamos grande quantidade de bens de capital, sendo estes, o maquinário utilizado para a produção industrial.

Através do contexto apresentado que entra em evidência a figura do empreendedor que permite um desenvolvimento econômico e social, a partir da criação de valor individual, organizacional e social.

O empreendedorismo consegue estar presente em cenários favoráveis, mas também nos adversos, permitindo o crescimento e adaptação às condições da sociedade, protagonizando-se nestes cenários.

O processo de inovação e empreendedorismo permeia a pesquisa e a tecnologia, mas não necessariamente é inaugurada apenas destes processos. Mas, não podemos desprezar a relevância da Pesquisa e Desenvolvimento para criação de tecnologias e consequentemente de inovação, que no entanto, necessita de recursos, caso contrário prende o país ao modelo exportador de produtos de baixo valor agregado, limitando a base populacional a simples sobrevivência.

Se desejarem o rompimento com este círculo vicioso de dependência e exploração, de sobrevalorização dos produtos e tecnologias produzidos no norte, de subvalorização dos trabalhadores do sul, de tutela e assistência, frente a uma possível emancipação, que proporcionariam amplos efeitos a longo prazo, para que isto ocorra, o empoderamento deve advir do poder social efetivo com a finalidade de responder aos anseios e necessidades da sociedade.

Visando satisfazer nossos objetivos, utilizamos o conceito de empreendedorismo advindo de Smith (EM DISCUSSÃO!, 2012, p. 6), que preconiza a atitude do homem e o seu olhar atento à realidade para o atendimento de sua necessidade; juntamente com Mansfield (EM DISCUSSÃO!, 2012, p. 6), que coloca a inovação como nascituro da pesquisa na Universidade, mas recebe o olhar da empresa que está em contato com o público, pois é ela que observa a necessidade do mercado no desenvolvimento e aceitabilidade do produto; além de contarmos com a definição de McClelland (SANTIAGO, 2009) – do empreendedor como qualquer indivíduo que tem uma força no sentido de se realizar – e da que optamos neste trabalho, vinda de Kirzner (FAGUNDES, 2009) – que define-o como aquele que cria um equilíbrio, pois localiza oportunidades em meio ao caos, até porque não provém de tantos recursos para poder arriscar.

Outrossim, consideramos as influências do mercado que afetam diretamente o desenvolvimento destes empreendimentos, exigindo deles a observação de

oportunidades a partir dos recursos produtivos e de seus conhecimentos, além de investimentos financeiros.

Sobretudo há ramos de atividades que as condições de ingresso são muito facilitadas, pois necessitam de “qualificações” mínimas, gerando um ritmo de entrada muito intenso e com alta mortalidade de empresas, devido inclusive a grande concorrência, como é o caso dos microempreendedores.

Através de nossa terceira parte, designada como **síntese**, é que os microempreendedores inseridos no contexto de cidadania e mercado apresentado, têm sido alvejados de ideais para que se empoderem no “querer fazer” e no “eu consigo fazer” e a realidade que iremos verificar é enviesada à esta delimitação.

Os caminhos são parte de um processo que passa por passos curtos e almejam construir pontes às possibilidades libertadoras. A população anseia por ter uma participação ativa na sociedade que ela vive e observando os “passos lentos” do Estado, agem buscando a sua transformação econômica e social.

A concepção da produção está consolidada, logo, precisamos difundir questões relacionadas à distribuição, localizando uma sociedade mais igualitária. Por ora, contemporaneamente independe apenas de nossa vontade de trabalhar, pois é relevante conhecermos de que maneira estamos inseridos no processo produtivo, produto deste processo social. Objetivamos realizar esta visualização a partir dos microempreendedores.

O empreendedorismo recebe aporte para ser este agente de ligação com o processo social, pois leva em consideração a sua capacidade de geração e manutenção de emprego, seu potencial competitivo e de capacitação tecnológica, e para tanto recebe um conjunto de normas jurídicas, que lhe confere tratamento favorecido, diferenciado e simplificado, que apresentamos sem o intuito de esgotar a discussão.

Assim, tange a criação de nossos participantes da pesquisa, ou seja, o microempreendedor individual, caracterizada como política pública com o objetivo de formalizar pequenos empreendimentos, podendo contratar um único empregado e contando com um Agente de Desenvolvimento, responsável pela articulação das ações públicas do município, visando a promoção do desenvolvimento local e territorial.

Enfim, em nossa tese vislumbramos abordar a busca da cidadania como liberdade possível de ser conquistada, que na antítese apresenta o mercado como condicionante e entrave e na síntese, através dos processos advindos do mercado,

como a criação de empresas visando possibilitar ao menos condições de emprego e de subsistência a este sujeito, permeando o desenvolvimento local e a participação social para a transformação social.

Nossa observação ocorreu a partir da atuação dos atores sociais que, embora atuante na dinamicidade do cenário econômico local, regional, nacional e até internacional, almejam condições dignas de sobrevivência, a partir do trabalho.

Logo, pretendemos com a pesquisa ampliar a compreensão do problema apresentado, podendo resultar em outras questões a serem investigadas, pois ao observar o real, é possível questioná-lo e compreendê-lo.

Desta maneira, ansiamos analisar se estes casos retornam riqueza para a sociedade, que denominamos como enriquecimento social, se os microempreendedores trazem dinâmica a economia, produzindo retorno a si e à população do entorno, a partir de seu reconhecimento de cidadão como parte integrante da sociedade e de sua participação social; além de buscar a compreensão da ressignificação do trabalho, através de respostas para a geração de renda frente aos cenários controversos; e se a partir destes pressupostos a cidadania, passa a incluir, equalizando oportunidades.

Com vistas a alcançarmos nossos objetivos usamos o método bibliográfico, documental, que nos proporcionou dados para análise quantitativa.

A construção deste saber influencia e é influenciada por diversos atores, internos e externos, assim como do próprio pesquisador e de seu histórico de vida, os tornando atores partícipes deste processo.

A percepção que fazemos do fenômeno da realidade influencia o método de sua apreensão, que aqui tomamos por base que é construída criativamente na história, como sendo um processo contínuo, sem desconsiderar as estruturas que delineiam o fenômeno até certo ponto planejável e previsível, como o complexo de necessidades materiais e os conflitos sociais eminentes.

Por ora, evidenciamos a análise da realidade através do materialismo histórico dialético onde a dialética nos remonta a interação social formada ao longo do tempo histórico peremptoriamente entre sujeito/objeto, visto que o conhecimento não está dissociado da prática política do homem.

Estas relações se desenvolvem cotidianamente, ou seja, estão em construção, é histórica, e interligada aos movimentos societários, não sendo isolado geograficamente, resultado de processos contraditórios e complexos, onde a

complexidade advém do real, simultaneamente uno e múltiplo e fluxo permanente de transformações.

A análise através do materialismo histórico nos dá subsídio a observar as modificações sociais e suas conseqüentes interferências políticas que possuem como objetivo o atendimento aos modos de produção e suas correlações.

No entanto, objetivamos focalizar em refletir o empreendedorismo, que no Brasil contou nos últimos anos com a criação de um aparato legislativo, entre outros incentivos e observar a singularidade do sujeito em exercer, ou pelo menos procurar, sua cidadania, ou seja, de ser protagonista da sua história na busca pela sua liberdade, na cidade de Franca/SP.

A cidade participante de nosso estudo possui, por primazia, ampla relação com empreendedores desde as selarias, passando pela criação do primeiro curtume, dos artesãos dedicados à fabricação do calçado masculino até as mulheres lançaram-se à frente das confecções de lingerie.

Foi no caminho que tinha como destino o Estado de Goiás um dos fatores para a criação da cidade, já que era por aqui que procuravam fazer suas paradas em busca de alimentação, manutenção dos equipamentos e dar o suporte necessário para seguir viagem.

A necessidade exigiu que iniciasse a fabricação de alguns insumos. Logo, devido ao trabalho com o couro iniciou as operações de um curtume.

Todo o aparato fabril da cidade a partir de então se aprimoraram: artesãos se instalaram para produção de calçados mais rústicos e já tinham ênfase para o segmento masculino, visto que eram eles que estavam à frente do comércio de mercadoria para o estado de Goiás.

A ampliação deste segmento gerou um aparato industrial que presta suporte para o calçado masculino, como empresas de fabricação de borracha (saltos e solados), de equipamentos industriais, de cartonagem, de colas, além de outras. O trabalho tornou-se especializado como a costura, o corte, a modelagem e outras.

Mas, frente aos desafios globais do final da década de 1980, ocorre a diversificação da produção na área confeccionista e surgem às primeiras indústrias de confecção voltadas para a moda íntima.

Com a abertura econômica brasileira na década de 1990, que trouxe concorrência e avalanche de produtos mais baratos, é cessado o período de euforia da indústria calçadista e elas passam a estimular o trabalho fora do espaço fabril,

em segmentos e especialidades, sendo este cenário controverso propício ao surgimento dos empreendedores.

Assim, a pesquisa tem seu foco em empresas formalmente constituídas como microempreendedor individual, que de acordo com a legislação vigente, enquadra-se como microempresa, registradas no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ) e optantes pelo regime de tributação do Simples Nacional.

A partir do pressuposto apresentamos panorama brasileiro sobre as empresas, sendo que o Instituto Brasileiro de Planejamento e Tributação (IBPT) calculou que em 28 de outubro de 2016, possuíamos 17.616.744 empresas ativas, entre matrizes e filiais, no Brasil. Deste todo, são 15.619.469 microempresas ativas, representando 93% e demonstrando a forte influência na economia do país (CONFEDERAÇÃO NACIONAL DO COMÉRCIO DE BENS, SERVIÇOS E TURISMO, 2009-2016).

Neste caminho visualizamos ainda que nossos participantes da pesquisa representam no cenário nacional 41% destas empresas, contando com 6.404.452 empresas optantes pela tributação do Simples Nacional - Microempreendedor Individual (SIMEI), frente a 4.768.624 de optantes pelo Simples Nacional e 4.446.357, do regime normal (CONFEDERAÇÃO NACIONAL DO COMÉRCIO DE BENS, SERVIÇOS E TURISMO, 2009-2016).

O Estado de São Paulo possui a maior representatividade de empresas com 4.716.177, sendo 4.326.347 micros e pequenas empresas, 26% desta são microempreendedores individuais e 1.641.895 optantes pelo SIMEI. E, seguindo a tendência, em Franca/SP, possui 42.247 empresas ativas, sendo 39.621 micros e pequenas empresas (MPE), representada por 35% de microempreendedores individuais (MEI) e o mesmo índice de microempreendedores (ME). Neste caso, os optantes pelo SIMEI estão atrás dos optantes pelo SIMPLES e contabilizam 13.817 (CONFEDERAÇÃO NACIONAL DO COMÉRCIO DE BENS, SERVIÇOS E TURISMO, 2009-2016).

O instituto coloca que “Cada vez mais brasileiros abrem negócio próprio. [...] Uma das vantagens em ser empresário de pequeno porte são a simplificação da burocracia e a inscrição no SIMPLES, que reduz impostos.” (CONFEDERAÇÃO NACIONAL DO COMÉRCIO DE BENS, SERVIÇOS E TURISMO, 2009-2016).

O estudo das condições de vida e trabalho dos sujeitos e suas diferentes formas de rebatimento na sociedade proporcionaram a constituição do ser social e da sua vida em sociedade, tanto em âmbito local quanto global.

Conciliar e debater estes temas contemporâneos neste trabalho apresenta-se no desafio em compreender o movimento da sociedade frente às questões sociais do mundo do trabalho e na participação do cidadão em Franca/SP, que sofre com resvalos cotidianos da sociedade globalizada.

## CAPÍTULO 1 TESE – O PRISMA DA CIDADANIA: JUSTAPOSIÇÕES ÀS TRAJETÓRIAS LIBERTADORAS

FIGURA 3 – Operários



Fonte: Amaral (1933a)

Uma das conquistas mais importantes do fim deste século é o reconhecimento de que a cidadania perfaz o componente mais fundamental do desenvolvimento, reservando-se para o mercado a função indispensável de meio.

(DEMO, 1995a, p. 1).

O mercado é um meio indispensável onde se desenvolve a cidadania. No entanto, a cidadania é altamente influenciada por este meio, onde, nesta relação de causa e efeito podemos considerar que o mercado é o fim, pois, na contemporaneidade tudo tem se valido pelo e através do mercado, inclusive as políticas públicas voltadas para o que seria as principais ações visando a cidadania.

Ela cresce no mundo, resultado da criação de organismos nacionais e internacionais que apoiam este processo e seus meios de desenvolvimento perpassam pelas constantes ações do mercado, visto que ele é meio, e (des)regula, juntamente com o Estado (valendo-se políticas públicas), a partir de seus atos o que ocorrerá no seu âmbito.

Esta base é inaugurada na luta pelos direitos humanos e o processo emancipatório de pessoas e povos e são reflexos do progresso democrático. Estes

fatores contribuem para a formação do cidadão e devemos reconhecer os avanços conquistados no país, nas últimas três décadas.

Mas, gostaríamos de chegar em um ponto que pensamos ser crucial a ser discutido, como: qual é o caminho que seguimos quanto ao exercício cidadão? Nossas ações de forma individual permite-nos ter pertencimento à sociedade e logo ter cidadania?

Muitas formas são defendidas como cidadania, como as definidas pelas leis, exemplificadas neste momento pelo direito de ir e vir, de expressão, de votar, de moradia, de saúde, de educação, de emprego, entre outros, mas estas questões levam a cidadania? Pois, as que citamos constam na Constituição Federal (BRASIL, 1988), como direito, e como desvencilharmos, neste jogo de palavras, o que é direito, o que é cidadania e quais seus limites? Ou ao garantir direitos, isoladamente, sem procurar garantir sua formação estamos usufruindo do exercício cidadão no sentido “pleno” da palavra? Ou a cidadania é como “tijolos na construção” deste processo emancipatório?

As indagações são iniciais e não pretendemos esgotá-la, mas debatê-las em sua totalidade para apartarmos as arestas da confluência do exercício cidadão frente ao trabalho, e logo, permite que seus signatários consigam desfrutar de qualidade de vida e participação social.

Para tanto é necessário buscar a democracia como sistema político onde o acesso ao poder será majoritariamente regulado e, sendo assim, organizado a favor das maiorias, como vislumbramos com a Constituição Federal (CF) de 1988.

O fator essencial para esse progresso é a cidadania, definida como **competência humana de fazer-se sujeito, para fazer história própria e coletivamente organizada**. Para esse processo de formação dessa competência alguns componentes são cruciais, como educação, organização política, identidade cultural, informação e comunicação, destacando-se acima de tudo, o **processo emancipatório**. Este funda-se, de partida, na capacidade crítica, para, com base nesta, intervir na realidade de modo alternativo. O desafio maior da cidadania é a eliminação da pobreza política, que está na raiz da ignorância acerca da condição de massa de manobra. Não-cidadão é sobretudo quem, por estar coibido de tomar consciência crítica da marginalização que lhe é imposta, não atinge a oportunidade de conceber uma história alternativa e de organizar-se politicamente para tanto. Entende injustiça como destino. Faz a riqueza do outro, sem dela participar. (DEMO, 1995a, p. 2, grifo nosso).

Clarividente que o progresso da democracia será essencial ao **exercício da cidadania**, onde é necessário o fazer-se sujeito, ou seja, importante a sua atuação como ser consciente de seus direitos e deveres com o objetivo de mudar sua história de maneira organizada coletivamente, dependendo de educação, e outros fatores, e que só se desenvolvem no entorno da comunidade e governo objetivado em mudar e prepará-los para a emancipação.

Assim, a cidadania deve ser organizada coletivamente e vem desta coletividade as características do que é cidadania a eles, corroborando a característica de meio advinda do mercado e justificada pelo autor.

Este é um processo e se é colocado desta forma é porque se constrói ao longo dos tempos e não ocorre pela imposição de uma lei ou um agir circunstancial. Este procedimento tem como ponto de partida a capacidade crítica para intervenção na realidade de modo alternativo, rompendo com a pobreza política, que conduz à pobreza material e para sair desta condição a Organização das Nações Unidas (ONU) coloca ser necessário o desenvolvimento atrelado à oportunidade, para isto se faz necessária a competência.

[...] para superar a condição de pobre é mister apreender que a *conditio sine qua non*<sup>1</sup> é ele mesmo, mormente de maneira organizada. Não pode dispensar todos os suportes possíveis, como serviços públicos qualitativos, engajamentos de intelectuais orgânicos, entidades não governamentais, nem mesmo assistência, mas nada disso substitui a emancipação. Fazer-se sujeito competente é não admitir tutela, e também dispensar assistência. (DEMO, 1995a, p. 3).

Logo, a superação da condição de pobreza necessita da participação ativa deste sujeito e não dispensa os suportes governamentais e não-governamentais possíveis, desde que voltada para a criação de condições para seu implemento e desenvolvimento.

Pois, estar na condição de sujeito é não admitir tutela e assistência. É conseguir se desvencilhar destes adjetivos e construir condições para isto.

A cidadania advém da conquista de direitos humanos, econômicos, políticos, sociais e culturais, que ressaltará o processo emancipatório, ou seja, em sua plenitude gerará um cidadão emancipado e não tutelado, pois quando existem

---

<sup>1</sup> A tradução livre é condição sem a qual não. "Indica circunstâncias indispensáveis à validade ou a existência de um ato." (JUSBRASIL, 2013).

apenas fragmentos destes direitos, existirá um cidadão tutelado, que caminha observado por seu “dominador”, de seu “tutelador”.

O mercado tem condicionado estes cidadãos a crerem em uma “falsa” emancipação, que cria condições de “sobrevida”, mas não enaltecem a criação de condições humanizadas e independentes, com crescimento significativo de qualidade de vida e não apenas de condição de exploração do trabalho para colocar em prática seu “plano turbulento” com “pano de fundo” que escraviza, trazendo condições apenas no papel e não em sua prática cotidiana.

A cidadania funda-se na capacidade de organização dos homens afim de exercerem seus direitos e deveres na sociedade e advêm do senso coletivo e de sua organização a aporta-se no Estado, como seu principal agente, que está fundado nos serviços públicos, que não conduz ela, pois tem a função de facilitador ao seu desenvolvimento.

Mas, sofre influências diretas e indiretas e inclusive pode mudar o caminho dela de acordo com políticas adotadas pelo Estado.

Ele dita a regra da atuação cidadã, impondo o seu reconhecimento. Como ocorria em Roma, que determinava como aquele que tinha acesso à política, e na Grécia, que excluía do exercício da cidadania apenas os estrangeiros, mulheres e escravos. Neste momento, o acesso à cidadania não era democrático e amplo à toda a população, apresentando-se de forma restrita.

Após tal período o acesso se ampliou na legislação, mas ficando restrito à quem detinha poder econômico e político e se expandindo com os pressupostos do capitalismo e com a revolução burguesa, preconizando o Estado de Direito, onde todos são iguais perante a lei. No entanto, as condições e história de vida dos cidadãos os aproximam desta “pseudo” “igualdade”?

O interesse do Estado liberal burguês está no convés de responder aos anseios desta sociedade que surge, focado na emancipação do indivíduo, que lhe concede o direito à propriedade (partindo do seu próprio corpo); à liberdade; à segurança; e pelo menos em tese, à igualdade, mesmo que seja somente perante a lei.

Os direitos estavam limitados ao civil e político que não provocavam mudanças sociais e na sua estrutura de classes já estabelecida, até, na Inglaterra, surgir as primeiras políticas que permeavam a esfera dos direitos sociais, onde para receberem determinados benefícios sociais, precisavam negar sua cidadania.

O Estado de Bem Estar Social surge neste período com a proposta de garantir uma saída aos que estavam marginalizados, mas as despesas sociais aumentaram, ficando na contramão das receitas.

A adoção do Estado neoliberal é vista como alternativa para o controle deste aumento de gastos, a partir da visão de um Estado mínimo, que privilegia a atuação do mercado e com a menor interferência possível do Estado, com influência para que os cidadãos se responsabilizem por suas histórias de vida, “pincelando” cidadania à eles, de forma fragmentada e excludente, ficando cada vez mais dependentes ou, quiçá, excluídos do sistema.

As contradições do sistema vigente produzem concentração de renda e a ampliação das desigualdades sociais, categorizando os cidadãos como “produtivos” ou “improdutivos”, determinando os que podem ser assistidos pelo sistema, pois são considerados parte dele e os desassistidos por ele, devido a não se enquadrarem em alguma categoria.

### **1.1 Ensaios sobre a construção da cidadania no Brasil**

Assim como discurremos brevemente sobre os outros países do mundo a cidadania é algo em processo de transformação e no Brasil não ocorre de forma diferente.

Não dá para estabelecermos que a cidadania é estática, pois não é, visto que ela é decorrente do real e segue o movimento da sociedade.

A construção histórica da cidadania no Brasil pode ser desmembrada em períodos, devido a ocorrência de fatos de maior relevância, como de 1500 a 1822, quando os portugueses construíram um país dotado de unidade territorial, linguística, cultural e religiosa, e deixaram uma população analfabeta, uma sociedade escravocrata, uma economia baseada no latifúndio e na monocultura e não deixando cidadãos brasileiros e muito menos pátria à eles.

Este cenário não permitia ou mesmo constituía um ambiente favorável à formação dos futuros cidadãos. Afinal, fatores como a escravidão e a propriedade privada eram condições restritivas a isto.

Logo, os escravos não eram reconhecidos como cidadãos e assim não tinham como participar das atividades da sociedade, pois não tinham direitos civis

básicos, como a segurança de sua integridade física, à liberdade e em casos extremos, como pertenciam ao senhor, não poderiam garantir a própria vida.

Neste período também destaca-se problemas como o descaso pela educação primária, não havia universidades, não havia sociedade política, enfim... não havia cidadão.

Após a independência os primeiros sinais de cidadania aparecem, como avanços, na constituição dos direitos políticos locais. Mas, havia de preparar a população à democracia, e este processo ocorreria por força, lento e gradual (CARVALHO, 2010).

Os direitos civis encontravam os empecilhos advindos da monarquia, ou seja, a escravidão, o direito à grande propriedade privada e o Estado comprometido com as elites. Sendo que os escravos só tiveram sua abolição em 1888 e a grande propriedade e o Estado vinculado às elites não se definharam.

Neste contexto, o melhor que se tinha era o paternalismo dos senhores e do governo, visto que não procuraram garantir uma cidadania ativa à eles, pois não foram dadas terras, escolas, ou empregos.

A ativação da cidadania ocorre no processo de urbanização e do movimento operário, que lutavam por direitos básicos, sobretudo os direitos civis, permitindo sua organização, manifestação, podendo escolher seu trabalho e inclusive fazer greve para reivindicar melhores salários ou condições de trabalho.

A assistência social era quase inexistente e limitava-se, quase em sua totalidade, às associações particulares. O que teve de mais eficaz neste quesito foi a criação da Caixa de Aposentadoria e Pensão para os ferroviários, em 1923.

Resta-nos ponderar, conforme Carvalho (2010), que existiram dois movimentos que revelaram a cidadania ativa neste período: o abolicionista, em 1887 e dos jovens oficiais do exército, em 1922.

As mudanças políticas e sociais começam ocorrer de forma mais vertiginosa a partir de 1930, vindo, entre outras, a legislação previdenciária e trabalhista, o voto secreto, a criação da justiça eleitoral e o direito de voto às mulheres.

No governo de Getúlio Vargas, em 1934, a constituição aprovada (BRASIL, 1934), trazia pela primeira vez um capítulo sobre a ordem econômica e social e, a constituição de 1937, introduziu um capítulo sobre desenvolvimento econômico e o crescimento industrial (BRASIL, 1937).

O fenômeno reconhecido como populismo e originário a partir de 1930 trouxe mudanças frente ao Brasil rural existente antes, sendo que estabelecia uma relação duvidosa entre os cidadãos e o governo.

O avanço era determinado na aproximação da política com as massas, mas retrocedia porque criava uma dependência entre cidadãos e os líderes políticos e assim tinham que retribuir com lealdade.

Desta forma que era visto os direitos sociais, como dependentes e indicados pela ação do governo. Logo, o resultado desta cidadania não poderia ser outro senão o de uma relação fragilizada, organizando-se como passiva e receptora e eles ficam presos sem poder reivindicar.

Em 1946 é promulgada a nova constituição que mantém as conquistas sociais e passa a garantir os direitos civis e políticos, mas somente em 1963, os direitos sociais e sindicais chegam ao campo (BRASIL, 1946, 1963).

Sabemos que na década de 1960 houveram alguns retrocessos com a entrada da ditadura militar no poder, onde os direitos civis e políticos ficaram restritos pela violência. Mas como salientamos anteriormente, neste processo de construção social, não há somente passos certos, passos à frente, como também atrasos.

Ao mesmo tempo era ampliado os direitos sociais, como a unificação da previdência, incluídos à ela os trabalhadores rurais e posteriormente, as empregadas domésticas e os autônomos e criou-se o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS).

Após 1974 inicia a retomada dos direitos políticos e civis e retorno do processo democrático, destacado pelo fim da censura. Amplia-se o número de partidos políticos e floresce os movimentos de oposição.

A redemocratização do país se apresentou como possibilitadora na área política, mas deixava marcas na área econômica, como o desemprego e o acirramento das desigualdades, o atraso era evidenciado na área social, na educação, saúde e saneamento e visualizando o aumento da insegurança a partir da regressão dos direitos civis.

A Constituição Federal aprovada em 1988 inicia esta “reorganização” com a centralidade na garantia dos direitos do cidadão, como o voto universal, a redução do analfabetismo, a ampliação dos direitos e garantias previdenciárias, mas a desigualdade da concentração de renda permaneceu.

## 1.2 A interligação das questões do trabalho no processo constitutivo e constituinte do cidadão

A questão da cidadania não é um fato isolado, pois é dependente da coalisão de fatores como o trabalho, a educação e a ética.

Brevemente apresentamos as nuances vividas pela questão do trabalho, onde, a partir do século XVIII, o remanejamento do trabalho manual ocorre devido a criação das máquinas, que substituem os trabalhadores, aumentando a produção.

A produção manufaturada passa para a máquino-fatura, onde parte da produção é mecanizada, começando a partir de então a elevados investimentos financeiros em diversos setores de produção na intenção de “maquinizar” todo o processo produtivo.

O surgimento da máquina mudou uma era, principalmente no que diz respeito a forma em que o trabalhador era visto dentro da produção. As habilidades que pertenciam ao homem-trabalhador, agora, pertencem a máquina. O homem se utilizava de aparelhos para produzir, aliás, instrumentos estes que lhe pertenciam mas, com a máquina o trabalhador se torna um “instrumento” no processo de produção, perdendo aos poucos suas habilidades e importância dentro deste universo, e quanto mais tempo se passa deste então, maior é a sua perda.

Na contemporaneidade, a globalização agravou estes impactos, onde as plantas industriais passam a conciliar modelos de organização e gestão do trabalho como o *Fordista/Taylorista*<sup>2</sup>, com o *Toyotismo*<sup>3</sup>, ou mesmo adotar o método japonês conjuntamente com o método de reposição de mercadorias do mercado americano, conhecido como *kanban* e a produção de acordo com a demanda conhecida como *just-in-time*.

Este processo levou a profunda transformação social, principalmente na organização do trabalho, pois parte da premissa da manutenção do menor número possível de funcionários, quando a demanda aumenta, amplia o horário de trabalho

---

<sup>2</sup> Resultado da organização científica do trabalho aliado com a crescente mecanização da produção, gerando a produção em série e o consumo em massa, intensificando o “trabalho morto” em detrimento do “trabalho vivo”.

<sup>3</sup> Descentraliza o espaço industrial, neste momento alguns núcleos de produção deixam de existir, pois não estão envoltos a determinada localidade, ou seja, aos arredores da fabricação do produto principal. A tendência envolve as indústrias e produtos globais, que recebem peças de diversas partes do mundo e o processo de montagem dele é centralizado para depois ser distribuído de forma mundial.

através de horas extras, mesmo assim não conseguindo atender ao pedido, realiza contratações temporárias ou subcontratações, reconstruindo o espaço coletivo.

A reestruturação produtiva intensificou e ao mesmo tempo causou uma queda nos postos de trabalho, gerando o desemprego estrutural e diferentes relações de trabalho, como: trabalho parcial, temporário, em domicílio, e inclusive o incentivo ao trabalho por conta própria.

Nas palavras de Ianni (1997, p. 17), a globalização é um processo civilizatório que rompe, remodela e recria as formas sociais de vida e de trabalho buscando, além de desenvolver e mundializar suas forças produtivas e as suas relações de produção, desenvolve e mundializa instituições, padrões e valores socioculturais, formas de agir, sentir, pensar e imaginar e aos poucos a comunidade é recoberta pela sociedade, a sociabilidade baseada nas prestações pessoais, ou na produção de valores de uso, é recoberta ou substituída pela sociabilidade baseada no contrato, na produção de valores de troca.

Destarte, do ponto de vista subjetivo o trabalho perde a centralidade e do objetivo o status da vida central, pois a empresa busca um trabalhador que consiga ser multifuncional e desempenhar não só uma atividade, mas também conseguir realizar outras, com combinação de diversas operações parciais e o salário é pago de acordo com a quantidade de peças produzidas, gerando um ciclo de redução do salário que aumenta o tempo de trabalho para produção de peças e consequentemente do ganho.

Assim, o estudo das condições de vida e trabalho dos sujeitos torna-se fundamental visto a compreensão de suas diferentes formas de rebatimento na sociedade, tanto em âmbito local quanto global.

Na dinamicidade deste mundo globalizado que ocorrem às múltiplas facetas de domínio estabelecidas no trabalho, que influencia o desenvolvimento da sociedade e nele que vem avançando o empreendedorismo como alternativa a geração de trabalho e renda, como forma de aperfeiçoamento humano e sustentável.

Para isto há necessidade de fertilizar de forma integrada os meios econômicos alicerçado com princípios sociais, entrelaçados à igualdade, e funcionando como eixo matricial estará a educação.

Desta forma, concordamos que o eixo matricial deveria ser deslocado à educação e ao conhecimento, precedendo o desenvolvimento para fins sociais, gerador de equidade, pois não deve limitar-se ao mercado, pois não é a única

condição ao seu aperfeiçoamento, e proporcionará condições para a sustentabilidade humana e cidadania.

Assim, instiga-nos a pensar em algo plural, uma visão do todo e não apenas do uno, assim como: na percepção matricial, ou estratégica, onde se compreende e efetiva-se o desenvolvimento de modo global integrado; no predomínio integrado dos fins sobre os meios, que destaca como crucial o crescimento econômico, mas que servirá para obtenção de qualidade de vida, da equidade, da justiça social, da ética, entre outros (DEMO, 1995a, p. 4).

Neste ponto que desejamos chegar com o nosso trabalho, ou seja, observar os fins e que os meios estejam fortalecidos e objetivados na conquista deles.

Outro ponto focal ao desenvolvimento concerne na preocupação monitorada pelo longo prazo, que deve ser processual e sustentável, objetivando o desenvolvimento humano como o todo, em ações sociais, econômicas, políticas, ambientais e outras.

Há a premência em priorizar estratégias ligadas à educação e ao conhecimento, porque constituem elementos essenciais com vistas à propagação do desenvolvimento.

A promoção da dignidade e dos direitos humanos, reconhecendo o direito de emancipação, como o ideal da sociedade democrática; onde não deve ocorrer a tutela e a assistência limitada à necessidade, saindo de condições criadoras de dependência para o aperfeiçoamento de competências.

Assim, não podemos cair em um reducionismo, pois não se vai de um extremo ao outro, sem passar por etapas e desenvolvimentos necessários. Desta forma, consideramos importante cada etapa vivenciada pelos cidadãos, mas destacamos a importância em avançar.

O caminho leva a democracia, contando com a participação ativa da sociedade, baseada na cidadania organizada e capacidade produtiva, onde cidadania é fim e a produção é o meio para se chegar nela e nesta questão-meio está engendrado desafios e dilemas como o conflito gerado entre lucro e geração de emprego, ou a produção de riqueza e sua distribuição.

Neste *lôcus* existiria a coexistência do econômico e o político, com prioridade para a sustentabilidade, a educação e a inovação, que envolve eixos norteadores deste desenvolvimento como: formação da competência histórica inovadora, organização

política coletiva, a educação e o sistema educativo, improbidade de políticas públicas residuais e focais, sem a visualização da realidade social.

O Estado necessita assumir o controle e ser o interlocutor destas ações, porque poderia ser o responsável pela equalização das oportunidades.

Por estes motivos não dissociamos a atuação do Estado com a cidadania e como auxiliador no processo emancipatório ou mesmo de sua tutela, visto ser o ente maior no “ditar as regras do jogo”.

A partir do exposto, inserimos a cidadania, que de forma didática será apresentada como:

**Cidadania tutelada** expressa o tipo de cidadania que a direita (elite econômica e política) cultiva ou suporta, a saber, aquela que se tem por dádiva ou concessão de cima. Por conta da reprodução da pobreza política das maiorias, não ocorre suficiente consciência crítica e competência política para sucumbir a tutela. A direita apela para o clientelismo e o paternalismo principalmente, com o objetivo de manter a população atrelada a seus projetos políticos e econômicos. O resultado mais típico da cidadania tutelada, que, na prática, é sua negação/repressão, é a reprodução indefinida da sempre mesma elite histórica.

**Cidadania assistida** expressa forma mais amena de pobreza política, porque já permite a elaboração de um embrião da noção de direito, que é o direito à assistência, integrante de toda democracia. Entretanto, ao preferir assistência à emancipação, labora também na reprodução da pobreza política, à medida que, mantendo intocado o sistema produtivo e passando ao largo das relações de trabalho, não se compromete com a necessária equalização de oportunidades. O atrelamento da população a um sistema sempre fajuto de benefícios estatais é seu engodo principal. Maquia a marginalização social. Não se confronta com ela. (DEMO, 1995a, p. 6-7).

A cidadania tutelada é definida como a reprodução da pobreza política e reprodução de uma elite histórica e a cidadania assistida, não menos conduzida, é relevante a pobreza política, mas agrava-se o sentido de que o que se tem como direito é maquiado como assistência. Mantêm-se o sistema produtivo e sua cadeia trabalhista dependente e pertencente ao domínio dos especuladores e não se compromete com a equalização de oportunidades, fazendo com que microempresas sejam sucumbidas em disputas “desleais” com grandes empresas ou mesmo são adquiridas por elas. As possibilidades e garantias exigidas pelos financiadores não permitem a mesma competitividade.

Os resultados advindos das duas políticas são: a dependência estatal e a marginalização social, sem buscar enfrentamentos, ou os existentes, são apenas pontuais e desfocalizados, fazendo assim, como o ditado popular diz “tapando o sol com a peneira”.

À sociedade resta o problema/desafio de produzir e intercambiar bens e serviços no intuito de satisfação das necessidades materiais e o provimento destas obrigações não significa a satisfação das necessidades humanas, sendo que não há a menor possibilidade de sobreposição delas a democracia, direitos humanos, ética, política, cultura, etc.

O Estado Capitalista apresenta atuação diferente entre países considerados desenvolvidos e entre países em desenvolvimento. Devido a suas condições econômicas e sociais, o que tem prevalecido nos países em desenvolvimento é a privatização pelas elites. O Estado busca intervir em todas as situações e não consegue administrar nenhuma delas, faltando competência na transformação da economia e na consolidação da cidadania processando emancipação, prevalecendo ora, uma cidadania assistida, ora, uma cidadania tutelada.

Com isto dizemos também que a imitação do welfare state em países subdesenvolvidos tem levado a conjugar os defeitos de todos os Estados maximizados, sem desfazer sua privatização pelas elites. **Os países mais pobres não dispõem, precisamente, das duas alavancas centrais do Estado de bem-estar: economia dotadas de considerável excedente, e cidadania exuberante capaz de, pelo menos relativamente, controlar o Estado e as elites.** Como regra, o Estado se mete em tudo, para não fazer nada decente. Manipula o discurso dos direitos sociais para posar de welfare state, **reservando**, entretanto, **para os pobres uma oferta tipicamente pobre.** A política social aparece como tática de controle e desmobilização, tratando, desde logo, o desafio participativo e comunitário no ambiente de assistência. Sistemas produtivos ainda regulados pela mais-valia absoluta não tem qualquer condição de brincar de welfare state, nem de qualidade total ou de reengenharia, simplesmente porque falta competência histórica para transformar economia e consolidar a cidadania emancipada. Assim, o arremedo de welfare state impingido ou falsificado no Terceiro Mundo não ultrapassa a cidadania assistida. (DEMO, 1995a, p. 30, grifo nosso).

Resumindo, o Estado tem mandado “migalhas” à população, pois não maximiza a economia e sua capacidade de retornar cidadania a eles.

A cidadania se apresenta de formas diferentes, pois varia conforme o Estado, conforme demonstrado abaixo.

**QUADRO 1 – Estado visto pelos tipos de cidadania**

| CIDADANIA  | DEFINIÇÃO                  | FUNÇÃO                                         | CONSTITUIÇÃO                  | TAMANHO               |
|------------|----------------------------|------------------------------------------------|-------------------------------|-----------------------|
| emancipada | serviço público            | equalização de oportunidade;<br>redistributivo | democrático<br>(direito)      | legítimo e necessário |
| tutelada   | apropriada<br>privadamente | reserva de<br>privilégios e<br>vantagens       | força, exceção,<br>privilégio | mínimo                |
| assistida  | proteção                   | distributivo                                   | assistencial                  | máximo                |

**Fonte:** Demo (1995a, p. 30).

Podemos observar que para a construção de uma cidadania emancipada é peremptória à equalização de oportunidades, proporcionando liberdade, em um Estado legítimo e necessário, mas vemos que ora tem atuado de forma mínima, reservando privilégios e mantendo o sistema e mercado vigente e ora o Estado máximo, distributivo, trazendo nuances de uma “falsa” igualdade.

O Estado caracterizado na contemporaneidade é o neoliberal, definido através de sistemas produtivos e sócio-políticos, como a liberdade de iniciativa privada produtiva como expoente da realização humana, à qual todas as liberdades se submetem, onde o agente produtivo, sobretudo o empreendedor, tornam-se os responsáveis da geração da riqueza, bens e serviços e onde a pobreza é produto da incompetência diante das relações de mercado (DEMO, 1995a, p. 34).

A propagação da liberdade da iniciativa privada, estabelecida como seu direito humano fundamental, delimita ao homem simples a condição da mais ínfima sobrevivência, porque não permite-lhe condição de dignidade e nem sequer o mínimo à sua subsistência. Desta forma, enquanto encararmos como normal e pujante as relações de mercado, persistirá a marginalização das maiorias, fortalecendo as minorias com a acumulação de capital e as políticas sociais subsistirão em aumentar a miserabilidade e manter seu controle para que não atrapalhe o mercado, sem destinar à equidade.

Ou seja, a emancipação não é estimulada, mas sim conduzida a uma cidadania assistida, enviesada pelo Estado e sua elite. Este, administra as questões produtivas e sociais em favor ao capital. Podemos observar o sistema educacional vigente que, claramente, conduz à ideologia, elevando o papel do conhecimento na reprodução da inconsciência e desta consciência. Outro local a ser observado é o sistema produtivo que necessita de um trabalhador educado, visto a operação de

máquinas que exigem um mínimo de competência para sua operação. Mas, mesmo necessitando deste conhecimento, não a vê como cidadania.

Este mundo extremamente conectado e competitivo exige qualificações de saber pensar, de aprender constantemente, de ser crítico e criativo, sem que estas qualidades atinja o ser político e limitando-se ao ser trabalhador.

Neste ínterim, construímos cidadãos no sentido de reprodução ideológica e não como berço, como podemos ratificar no quadro abaixo sobre as dimensões sociais da cidadania.

**QUADRO 2 – Tipos de cidadania frente a algumas dimensões sociais**

| CIDADANIA           | TUTELADA                                         | ASSISTIDA                                             | EMANCIPADA                                   |
|---------------------|--------------------------------------------------|-------------------------------------------------------|----------------------------------------------|
| Relações de mercado | Mais-valia absoluta, submissão                   | Mais-valia relativa; “civilização”                    | Meio, instrumento                            |
| Relações sociais    | Pobreza econômica e política                     | Pobreza política                                      | Competência                                  |
| Fases históricas    | Capitalismo perverso                             | Welfare state                                         | Sociedade alternativa                        |
| Papel do mercado    | Regulador absoluto                               | Regulador final                                       | Meio                                         |
| Pobreza             | Marginalização das maiorias                      | Classes médias majoritárias no centro                 | Residual                                     |
| Estado              | Subserviente                                     | Protetor                                              | Serviço público                              |
| Democracia          | Para o capital; clientelismo para a sociedade    | Para o centro do sistema; social-democracia           | Popular; equalização das oportunidades       |
| Tamanho do Estado   | Mínimo                                           | Máximo                                                | Necessário-legítimo                          |
| Direitos Humanos    | Concessão                                        | Assistência/proteção                                  | Conquista                                    |
| Organização popular | Reprimida                                        | Controlada/protegida                                  | Base política                                |
| Ética               | Nenhuma                                          | Dos mínimos                                           | Equidade                                     |
| Ideologia           | Liberal                                          | Neoliberal                                            | Democrática                                  |
| Políticas sociais   | Controle e desmobilização; setorialista-residual | Direitos sociais ampliados; setorialista-assistencial | Desenvolvimento humano sustentado, matricial |

**Fonte:** Demo (1995a, p. 38).

Vemos que o capitalismo exacerba o ser produtivo, que aguça o conhecimento inovador, para colocá-lo frente à concorrência discriminatória e a exploração do trabalho, onde a demonstração do quanto temos em termos financeiros e materiais é valorado como poder.

Os momentos em que o Estado volta seu olhar ao cidadão, como no welfare state, foram limitados e cessaram, por exemplo, a partir de uma crise na produção, exigindo meios para sair dela e o encontrado foi o sacrifício da cidadania, que vinha ganhando espaço. Rapidamente, todos os avanços ocorridos na Inglaterra como a ampliação dos direitos humanos, a educação para todos, a organização dos movimentos sociais e das entidades não-governamentais, utilizando o discurso do desenvolvimento como direito, caiu em favor da prevalência do mercado e da livre iniciativa privada, mostrando categoricamente sua localização como fim.

O conhecimento difundido no neoliberalismo objetiva a inovação competitiva, ou seja, “nada se cria, tudo se copia”, a que custo isto torna-se perverso e destruidor, onde o “sucesso” está em criar uma competição em cima do outro, sem compromisso com o retorno à sociedade em todos os seus níveis, principalmente no acesso à sua população. Afinal, a cada crise vista pelo sistema, que inclusive são constantes, as táticas de reorganização utilizadas levam à restrição e ampliação da miserabilidade, utilizando do conhecimento para imbecilizar.

Podemos compreender este acesso através do olhar em uma das regiões mais tecnológicas do Brasil, a região de Campinas, que possui várias empresas de alta tecnologia. Mas quantos trabalhadores possuem acesso a esta tecnologia no seu cotidiano? O trabalho deles exige qualificação e conhecimento, mas é utilizada como forma de exploração, dependência e massificação, tornando o trabalho como reprodutivo, mecanizado e repetitivo. Ofusca-se as maiorias que vivem na miséria.

Entre crises e avanços, o capital procura sustentar seu crescimento através da exploração dos sistemas produtivos rentáveis conduzindo-os à competitividade, pois é ela que ampara as explorações vigentes, balizado por ações que não necessitam de ética e direcionadas ao mercado, porque o intuito maior é o equilíbrio de seu funcionamento.

Desta forma, vislumbraremos posteriormente as relações empresariais com a sociedade atreladas à esta condição de extrema competitividade, deixando qualquer interesse no coletivo e desvalorizando o agir ético.

Na esfera social o senso de sobrevivência do sistema faz proliferar assistencialismos visando apaziguar os marginalizados, visto que a ética não faz parte das relações de mercado. O pouco que se prolifera da ética é advindo da imposição da cidadania, através da participação da sociedade civil.

O maior dilema do neoliberalismo está na sua incapacidade de colocar a cidadania acima das relações de mercado. O dilema está nas relações de mercado que emergem como fim, estabelecendo desta forma uma inversão de valores humanos e éticos.

A prioridade desta agenda consiste em produzir e reproduzir a ignorância, fazendo uso da reprodução material – através da preservação das carências, privações, insatisfação, levando a mera sobrevivência e ao trabalhador o uso de sua força de trabalho – e política – com a manutenção da exclusão, das injustiças, da indignidade, com a negação de seus direitos, tornando-os massa de manobra, marionetes frente às relações de mercado e não recebem tratamento com dignidade e cidadania (DEMO, 1995a, p. 45).

Desta forma, o status a ser mantido é de um cenário que busca de forma constante sua recuperação, e utiliza destes artifícios para conduzir a pobreza material e política, forma então aumento do desemprego, estabelecida pela competitividade da produção, assim como dos próprios trabalhadores. Exigindo que se capacitem e ampliem seu conhecimento, sem lhes retornarem como garantias à manutenção do trabalho.

O resultado é o aumento da produção, pois o sentimento de constante instabilidade leva o empregado a produzir e se capacitar mais, sem que a empresa invista nisso, deixando os encargos à mercê do operário. Assim, torna cíclico e constante a exigência de capacitação visando a manutenção do seu posto, pois apresenta entraves na obtenção de renda pela via do mercado.

Este contexto leva a posições do mundo do trabalho onde não se valorizará o quanto se faz, mas o quanto se sabe fazer, consideramos a evidência do “saber fazer” onde “nascem” os empreendedores contemporâneos que “[...] são empreendedores os heróis anônimos da economia que teimam em criar micro e pequenas empresas, originando valores humanos e econômicos para a coletividade.” (SANTIAGO, 2009, p. 87-88).

O empreendedor é delineado por Schumpeter (1982) como personagem que toma a iniciativa de mudar os modelos tecnológicos básicos e de demanda da economia para um ciclo efetivo de desenvolvimento e que no final do século XX toma força que valoriza um profissional criativo, inovador, e capaz de trabalhar para si mesmo, em pequenas unidades produtivas, torna-se agente central no processo de mudanças socioeconômicas e inserido por Harvey como próprio da acumulação

flexível, caracterizado pelo surgimento de setores de produção e pela implementação de diferentes formas de serviço financeiro, pela busca de mercados e, principalmente, pela inovação comercial, tecnológica e organizacional, visto sua capacidade rápida em agir e buscarem mudanças de acordo com a necessidade de ampliação da acumulação, colocando-os competitivamente frente a empresas locais, originando um aumento de emprego no setor de serviços e levando à industrialização setores e regiões que não tinham qualquer vocação ao desenvolvimento (SANTIAGO, 2009, p. 88-89).

A acumulação flexível, advinda de um capitalismo concorrencial e predatório, envolve mudanças rápidas e repentinas e promove um desenvolvimento desigual. Assim, a cidadania emancipada fica cada vez mais fora da agenda contemporânea, visto que, cada vez mais, terá assistidos advindos de programas de apoio. Devendo ser observada a negligência à educação, em detrimento à emancipação, pois ela seria a esperança ao trabalhador que proporcionaria a saída da ignorância, trazendo amadurecimento em torno da superação.

Schumpeter (1982) traz o “espírito empreendedor” como uma categoria abstrata, reproduzida independente do tempo e da ordem institucional e vindo, aparentemente, como um dom do espírito humano. É aquele que alia capital e trabalho como fatores de produção articulados, prevendo a criação de novos produtos e serviços, descobrindo fontes de matérias-primas e regendo outras formas de organização, ou seja, é aquele inconformado com a ordem existente e utiliza da sua capacidade criativa para inovar, trazer novos elementos de matérias-primas, rompendo com os produtos e forma de gestão existentes, localizando um novo mercado a ser explorado.

Este empresário é motivado pela liberdade de agir, de trazer novos valores ao mercado e ao desenvolvimento. Enfatizando este desenvolvimento como as mudanças da vida econômica que foram impostas, ou seja, surgiram da criação e da iniciativa plena daquele. Assim, se não apresentar mudanças econômicas e sim representar adaptações à economia, visto seu constante movimento devido a condicionantes do mundo externo, define que neste caso não houve desenvolvimento econômico. Desta forma, a explicação à este está fora da economia e dentro do que ocorre na sociedade. Considerando-a como uma mudança espontânea e descontínua dos canais do fluxo, que alteram o equilíbrio existente (SCHUMPETER, 1982, p. 47).

Assim, Schumpeter (1982), perfaz o entendimento do empreendedor como aquele que articula capital e trabalho a bem dos meios de produção ou da própria administração, não sendo restrito à coragem ou disposição para implementação de um negócio, mas sim, ligado à inovação, visando o crescimento, ou à exploração de um nicho do mercado, aumentando as possibilidades de expansão da economia, proporcionando um desenvolvimento não imposto, ou seja, não advindo somente das condicionalidades do mercado, como o desemprego e sim da visão global do mercado, em busca de oportunidades vistas a partir do mercado e não condicionadas por ele, de forma “forçada”, uma mudança espontânea e que altera o equilíbrio.

Os empreendedores iniciam o rompimento com o que está consolidado, não advindo dos consumidores e sim de suas iniciativas e mostram aos consumidores que é aquilo que desejam. Para isto reúne combinações produtivas, como: 1) a entrada de um novo produto, ou mesmo da melhoria da qualidade de um existente; 2) a implantação de novos métodos produtivos, como uma maneira que ainda não foi utilizada em determinado setor, mesmo que não esteja balizado em uma descoberta científica, como também a visão de uma diferente de manejar comercialmente uma mercadoria; 3) a abertura de um mercado que ainda não era explorado, mesmo que já tenha existido antes; 4) a exploração de uma nova fonte de oferta de matérias-primas ou de bens semimanufaturados, sendo irrelevante o fato de já ter existido ou ter sido criada; e 5) a consolidação de uma nova organização de qualquer indústria, como a criação de um monopólio a partir da união entre empresas, ou mesmo a fragmentação deste monopólio com a chegada de uma empresa externa à este mercado (SCHUMPETER, 1982, p. 48).

Estes conceitos nos leva a observar o empreendedor local, pois acreditamos que nossos sujeitos trazem dinâmica a economia, e que produzem retorno a si e à população do entorno, muitas vezes não se reconhecem como parte integrante deste grupo de cidadãos, mas buscam rebote material e financeiro a si, mesmo que de forma imediatista e não se aceitam atuar como “meretrizes” do mercado, fazendo parte dele e de sua exploração.

Levamos em consideração os fatos narrados por Schumpeter (1982) que qualifica o empresário empreendedor como aquele que introduz inovações delimitadas em cinco e citada acima, mas como ele define, há neste contexto as respostas ajustadas, quando resultado do baixo dinamismo econômico. Acreditamos

ainda que estes homens veem possibilidades e estão dispostos a lutar contra as resistências e dificuldades encontradas no cotidiano.

Tal contextualização nos permite definir o empreendedor como observado por Cardoso (1972, p. 24), sendo aquele que não se liga à categoria de capitalista, pois depende de sua capacidade inovadora, que não é herdada, não sendo categoria profissional ou classe.

Santiago define como: “A motivação do empresário corresponde à vontade de conquistar, ao impulso para lutar, para mostrar-se superior aos outros, para ter êxito pela simples razão de alcançar tal objetivo, e não apenas visando aos frutos do êxito em si.” (SANTIAGO, 2009, p. 92).

Santiago traz a vertente comportamentalista do empreendedorismo, trazida pelos autores McClelland e Tomecko, destacando atributos humanos e psicológicos, como a criatividade, a intuição, e a motivação, e de Max Weber, que busca respostas nos traços pessoais e nas atitudes dos indivíduos, voltado às ações econômicas, entendido como “espírito do capitalismo” (SANTIAGO, 2009, p. 89).

McClelland traz à tona o empreendedor como aquele com a necessidade de realização, normalmente em torno de algo difícil; a necessidade de poder, no intuito de controlar o ambiente, convencendo que sua opinião é a correta; a de afiliação, direciona em unir-se com pessoas que se identifiquem (SANTIAGO, 2009, p. 95).

O Global Entrepreneurship Monitor (GEM) define empreendedorismo de forma mais ampla e contemporânea, como:

Qualquer tentativa de criação de um novo negócio ou novo empreendimento, como por exemplo, uma atividade autônoma, uma nova empresa ou a expansão de um empreendimento existente por um indivíduo, grupos de indivíduos ou por empresas já estabelecidas. (GRECCO et al., 2009, p. 134).

Logo, advertimos que pesquisamos sobre estes empreendedores que criam um negócio ou empreendimento, podendo partir de uma atividade autônoma ou uma empresa, visto que o capitalismo contemporâneo volta-se ao mercado, regula a cidadania, exclui maiorias e gera periferias, principalmente quando o assunto é o mercado de trabalho, enquanto uma sociedade alternativa se gere em torno da cidadania, da regulação do mercado e que inclui maiorias, equalizando as oportunidades.

Desta forma, que vemos a cidadania em seu processo emancipatório, através de uma sociedade da educação para obter racionalidade e senso crítico, superando a pobreza política. Ela como ator principal e como motor da sociedade.

Contemporaneamente falamos em crescimento econômico e damos valor a estes números sem considerar o desenvolvimento que deveria ser gerado por ele, assim como a cidadania e os direitos humanos que deveriam regular o mercado (DEMO, 1995a, p. 50).

Os recursos e riquezas advindos do mercado são indispensáveis para os investimentos e para as políticas sociais e a noção de distribuição de oportunidades e de qualidade de vida deve-se a competência humana que edifica os sistemas produtivos e a cidadania. O problema atual localiza-se na concentração e soberania do mercado como regulador das ações da sociedade.

O intuito está em estabelecer as relações de mercado de forma que a cidadania seja preponderante ao primeiro, mas sem menosprezá-lo, pois ele participa das políticas sociais, por exemplo a redistribuição de renda se estrutura através do emprego, e este está inserido nestas relações. Logo, há uma emergência no combate à pobreza material que se desloca à capacidade do sistema produtivo em introduzir transformações que facilitem a absorção dos trabalhadores, ou mesmo, a utilização de programas de transferência de renda como o bolsa família. Os recursos para isto dependem diretamente do mercado produtivo.

Assim, o mercado nos ensina que é relevante a criação de acessos ao trabalho ao cidadão do que o acesso à assistência, que depreende-se da cidadania como meio, permeando a tutela e a assistência. As condições do mercado devem servir a cidadania.

O Estado redistribui renda quando a pobreza incomoda e quando necessita que os valores retornem na circulação de mercadorias, mas não se move para alterar as desigualdades sociais. As ações focais que são realizadas tende a manutenção da pobreza política. O objetivo maior é o de apenas “repartir migalhas”, com o intuito de desmobilizar a população.

Não se faz cidadania emancipada sem transformação produtiva, nem há transformação produtiva civilizada sem cidadania, sendo esta fim e aquela meio.

O máximo que o neoliberalismo atingiu, no welfare state, é civilizar razoavelmente o mercado, no sentido de lhe impor alguns reclamos da cidadania, como a universalização da previdência, o seguro-desemprego, certos parâmetros da redistribuição da renda, e assim por diante. **A formação amplamente majoritária das classes médias é seu maior troféu. Entretanto, cabe ao mercado a última palavra, sempre. Tanto assim que, advindo a crise, cortam-se logo as assistências, os acessos gratuitos, as concessões sociais. Os direitos sociais têm apenas o tamanho que o mercado suporta.** (DEMO, 1995a, p. 61, grifo nosso).

Podemos observar as características dos direitos sociais impostos pelo mercado na contemporaneidade e conseguimos visualizar com clareza as desigualdades exemplificadas por Demo no quadro abaixo.

**QUADRO 3 – Desigualdades sociais**

| CAPITALISMO PERVERSO | NEOLIBERALISMO         | SOCIEDADE ALTERNATIVA       |
|----------------------|------------------------|-----------------------------|
| fomenta/exacerba     | acomoda funcionalmente | administra democraticamente |
| massa de manobra     | assistência e proteção | equalização e emancipação   |
| perverte             | não muda na essência   | interfere e redistribui     |

**Fonte:** Demo (1995a, p. 61).

No entanto, não podemos esquecer que sozinha a cidadania não irá a lugar algum, e nem provê o desenvolvimento humano sustentado.

Esta crítica, todavia, precisa estar bem calibrada, para não transitar para o extremo oposto, como se cidadania, sozinha, fizesse o desenvolvimento humano sustentado. Se a autopromoção advém da competência política especificamente, a auto sustentação se origina na competência econômica, o que leva a definir o processo emancipatório como fenômeno fundado, no plano dos meios, na **auto sustentação**, e, no plano dos fins, na **autopromoção**, numa única matriz globalizada. O mercado capitalista não se coaduna com cidadania emancipada, porque é avesso a ética dos fins. Assim, no contexto do neoliberalismo, o mercado pode ser **civilizado**, não, porém, **dobrado**. (DEMO, 1995a, p. 62, grifo do autor).

A cidadania seria o regulador decisório do mercado. O fim da cidadania emancipada prevê a autopromoção e esta última não é balizadora do processo econômico, social e político dos países capitalistas.

**QUADRO 4 – Cidadania: tutelada X assistida X emancipada**

| CIDADANIA TUTELADA                  | CIDADANIA ASSISTIDA                                       | CIDADANIA EMANCIPADA                          |
|-------------------------------------|-----------------------------------------------------------|-----------------------------------------------|
| mercado livre: regulador e absoluto | mercado civilizado: economia de mercado e Estado protetor | mercado-instrumento, Cidadania-fim            |
| dependência total frente a elite    | dependência frente ao Estado                              | autopromoção e auto sustentação (competência) |

**Fonte:** Demo (1995a, p. 62).

Da vigência do mercado na atualidade podemos regular que estamos entre cidadania tutelada e assistida, pois ora quem dita as “regras” tem sido o mercado e ora o Estado, que sofre influências constantes dos grandes mercados mundiais.

Este cenário atinge e modifica as políticas de emprego pois coloca-o como membro a serviço do mercado e não enxerga o trabalhador como cidadão e provedor dela.

A maioria não participa do acesso a renda e o Estado tem dificuldades em redistribuí-la localizando-se à margem do welfare state.

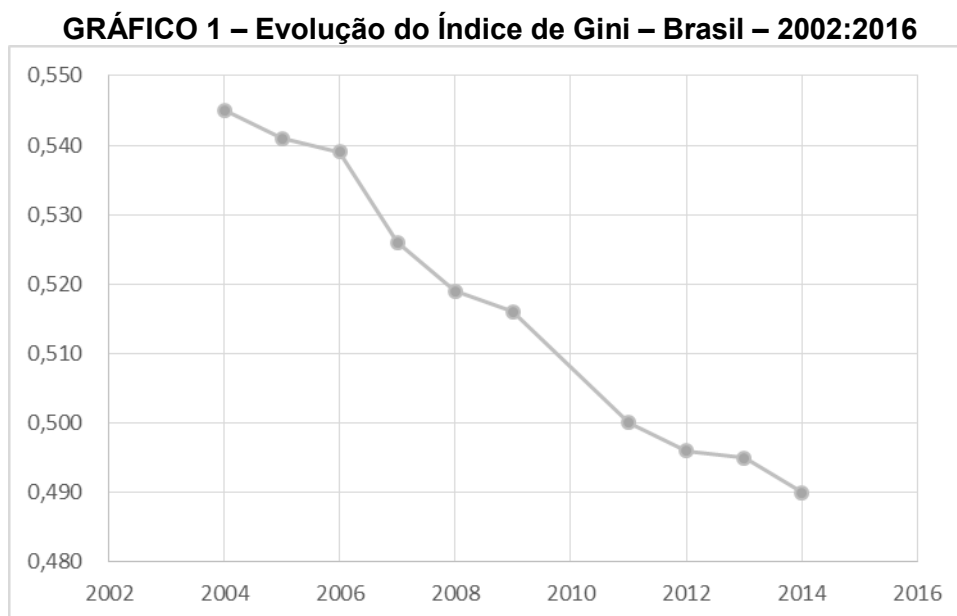
O mercado usa da tutela como forma de reprodução da ignorância e causa dependência aos cidadãos, semelhante à assistência, que discursa a partir dos direitos sociais, tornando-os favoráveis a condição que vivem, pois estabelecem paridade com o conforto e o parasitismo no poder.

Afinal, **não** possuímos duas características importantes do *welfare state*: a economia dinâmica e a cidadania atuante e acreditamos vivenciar uma mistura entre a esquerda e a direita, na contemporaneidade brasileira.

Para tanto, podemos balizar a construção da cidadania brasileira pela concentração de renda no Brasil onde segundo dados do Imposto de Renda Pessoa Física (IRPF), referente ao ano de 2014, 0,1% mais rico da população brasileira, que contabilizam 27 mil pessoas do universo de 27 milhões de declarantes do IRPF<sup>4</sup>, declararam possuir R\$ 44,4 bilhões em rendimento bruto tributável e R\$ 159,7 bilhões

<sup>4</sup> A Secretaria de Política Econômica ressalva as limitações no uso desse dado para análise de distribuição de renda, principalmente no que diz respeito ao tamanho da amostra, uma vez que a Declaração de Imposto sobre a Renda da Pessoa Física é realizada por parte dos brasileiros, pertencendo, em sua grande maioria, aos estratos mais altos de renda da população. O universo é de 101,5 milhões de pessoas economicamente ativas em 2013, e somente 26,1% (ou 26,5 milhões) entregaram a declaração. Portanto, quase  $\frac{3}{4}$  da população economicamente ativa brasileira não é captada pelas declarações do Imposto de Renda, que pertencem aos estratos mais baixos e não possuem a obrigatoriedade de envio de dados sobre a renda, são invisíveis aos olhos da sociedade (LIMA JÚNIOR et al., 2016, p. 8-9).

em rendimento total bruto, e o índice de Gini<sup>5</sup> brasileiro, no mesmo ano, ficou em 0,490 (MINISTÉRIO DA FAZENDA, 2016a), e em Franca/SP representou, em 2010, 0,4665 (DATASUS, 2010), mas o Brasil tem avançado neste quesito, conforme pode ser observado abaixo.



**Fonte:** Elaborado por Mateus Beordo, baseado em Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (apud LIMA JÚNIOR et al., 2016, p. 6).

Os dados da riqueza socialmente distribuída com base nas Declarações do Imposto sobre a Renda da Pessoa Física (DIRPF)<sup>6</sup>, da Receita Federal do Brasil (RFB), sendo 2013 o ano de referência, demonstra a participação de 91,6% da população declarante situada até 20 salários mínimos, com renda total bruta de mais de 50%.

<sup>5</sup> É um instrumento para medir o grau de concentração de renda em determinado grupo e varia de 0 a 1, sendo que quanto mais próximo do 0, a relação é de maior igualdade (WOLFFENBÜTTEL, 2004).

<sup>6</sup> Segundo a RFB, foram obrigados a declarar os contribuintes que receberam rendimentos tributários superiores a R\$ 25.661,70 em 2013, ou que receberam rendimentos isentos, não tributáveis ou tributados exclusivamente na fonte, acima de R\$ 40 mil. Também foram obrigados a declarar aqueles que: a) tiveram ganho de capital ou realizaram qualquer operação em bolsas de valores, de mercadorias, de futuros e assemelhados em 2013; b) tinham, em 31/12/2013, posse ou propriedade de bens e direitos superior a R\$ 300.000,00, e receita bruta da atividade rural superior a R\$ 128.308,50; e c) passaram a condição de residente no Brasil em 2013 e se encontrava nessa condição em 31/12/2013 (LIMA JÚNIOR et al., 2016, p. 8).

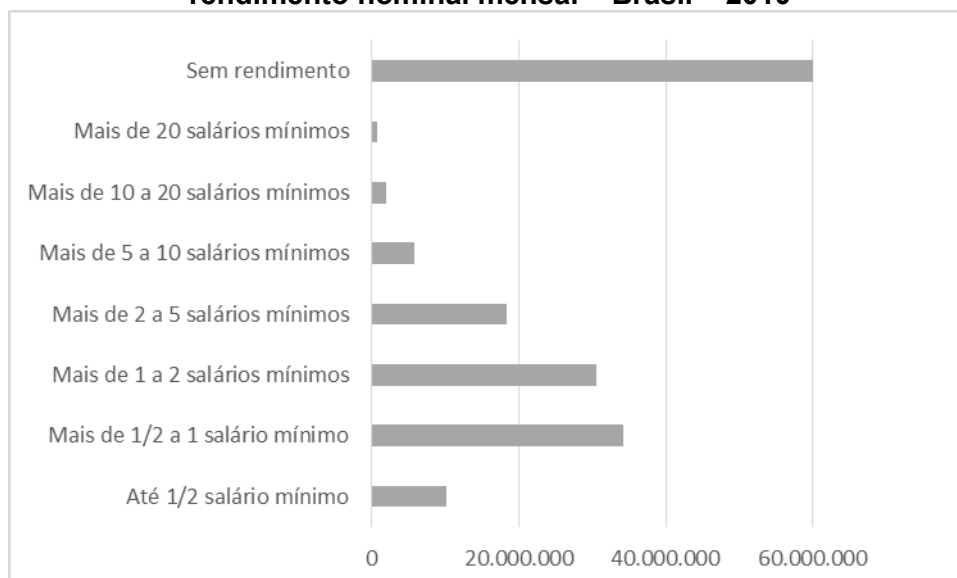
**TABELA 1 – Participação na renda total bruta por faixa de salário mínimo (em %) – Brasil – 2007:2013**

|                            | 2007   | 2008   | 2009   | 2010   | 2011   | 2012   | 2013   |
|----------------------------|--------|--------|--------|--------|--------|--------|--------|
| <b>% Declarantes</b>       |        |        |        |        |        |        |        |
| Até 20 SM                  | 91,60% | 91,30% | 91,10% | 90,70% | 90,20% | 91,20% | 91,60% |
| 20 a 40 SM                 | 5,50%  | 5,70%  | 5,90%  | 6,10%  | 6,40%  | 5,90%  | 5,70%  |
| 40 a 80 SM                 | 2,10%  | 2,20%  | 2,20%  | 2,30%  | 2,40%  | 2,10%  | 2,00%  |
| 80 a 160 SM                | 0,50%  | 0,60%  | 0,60%  | 0,60%  | 0,60%  | 0,60%  | 0,50%  |
| > 160 SM                   | 0,30%  | 0,30%  | 0,30%  | 0,30%  | 0,30%  | 0,30%  | 0,30%  |
| <b>% Renda Total Bruta</b> |        |        |        |        |        |        |        |
| Até 20 SM                  | 50,90% | 49,70% | 51,50% | 50,50% | 48,90% | 52,10% | 53,60% |
| 20 a 40 SM                 | 15,60% | 15,80% | 16,30% | 16,20% | 16,00% | 16,10% | 16,00% |
| 40 a 80 SM                 | 11,70% | 11,80% | 12,00% | 11,90% | 11,90% | 11,10% | 10,70% |
| 80 a 160 SM                | 5,90%  | 6,20%  | 5,90%  | 6,00%  | 6,20%  | 5,90%  | 5,70%  |
| > 160 SM                   | 15,80% | 16,50% | 14,30% | 15,50% | 17,00% | 14,80% | 14,00% |

**Fonte:** Receita Federal do Brasil (apud LIMA JÚNIOR et al., 2016, p. 10).

Esta maioria torna-se irrelevante se considerarmos a população que não fez parte desta amostra por não ser obrigada a declarar o IRPF, pois não recebe acima dos limites estabelecidos pelo Ministério da Fazenda. Neste momento, usamos dados do último Censo Demográfico realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), realizado em 2010.

**GRÁFICO 2 – Pessoas de 10 anos ou mais de idade, por classes de rendimento nominal mensal – Brasil – 2010**

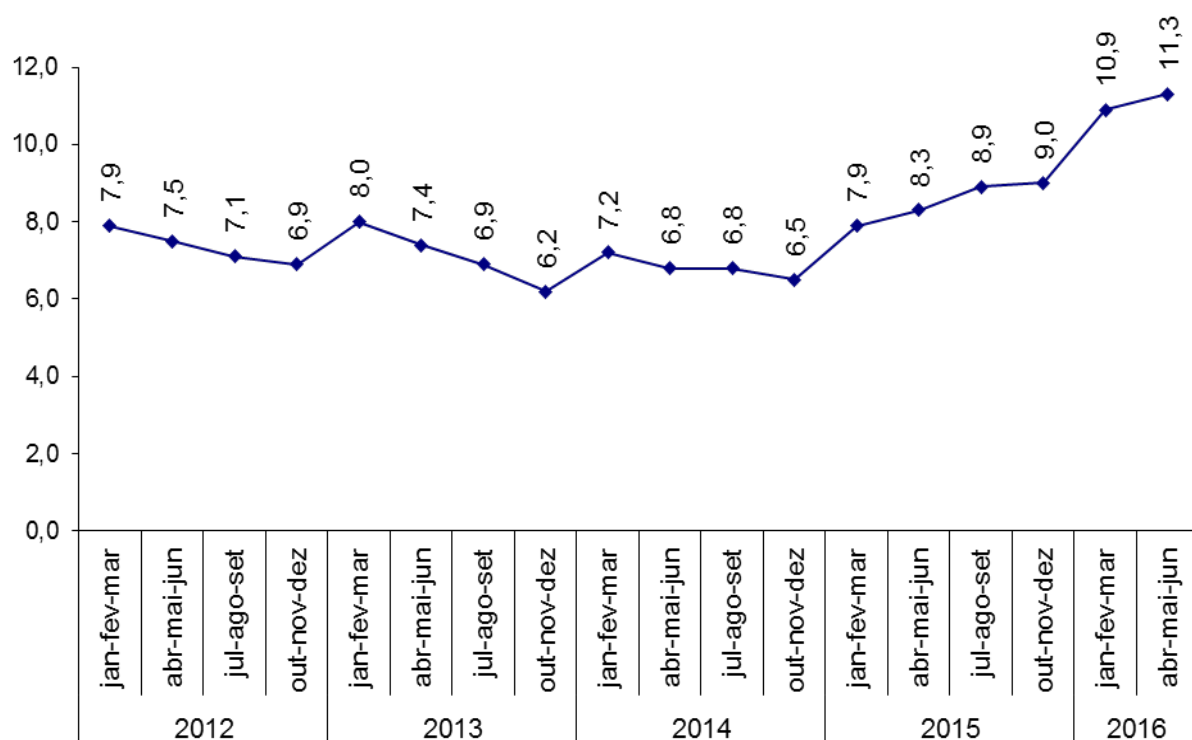


**Fonte:** Elaborado por Mateus Beordo, baseado em Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2010b).

Nota-se a representatividade de mais de 60 milhões que não possuem rendimentos, mais de 10 milhões que recebem até  $\frac{1}{2}$  salário mínimo, entre outros que figuram “invisivelmente”, segundo os dados de renda brasileiro.

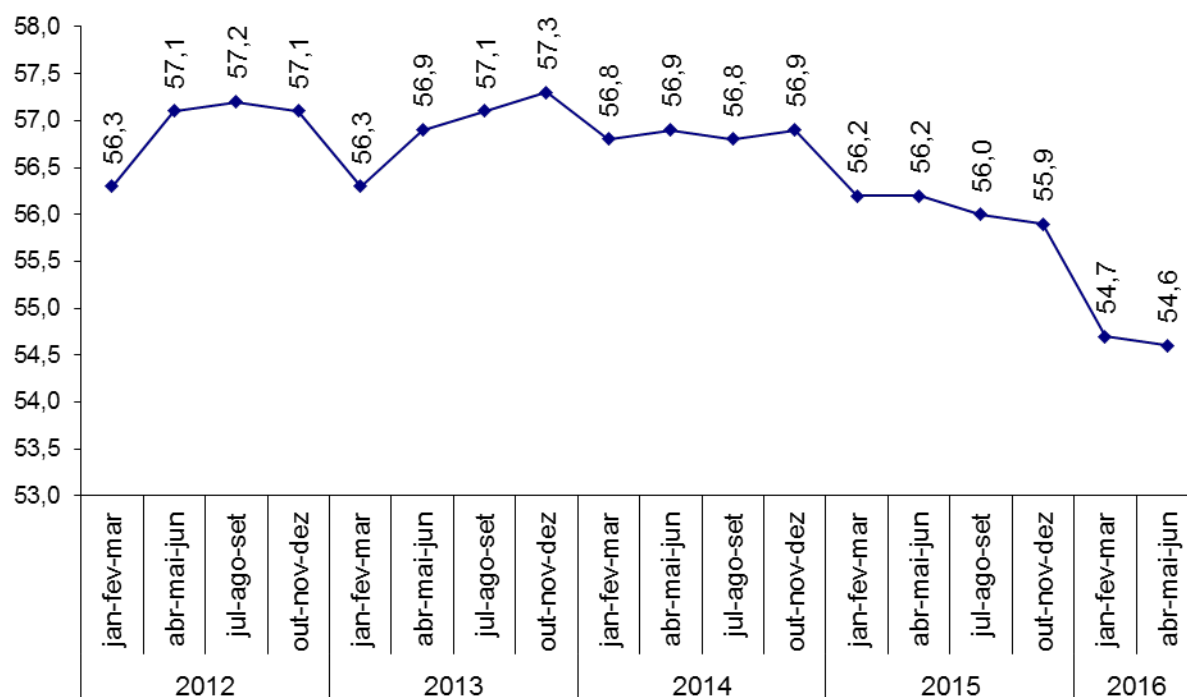
Conforme inferimos anteriormente não podemos desprezar que há os que não estão ocupados, cujo índice tem aumentado, sendo que no segundo trimestre de 2016 ficou em 11,3% e de pessoas ocupadas, no mesmo período, em 54,6%.

**GRÁFICO 3 – Taxa trimestral de desocupação das pessoas de 14 anos ou mais de idade, na semana de referência (em %) – Brasil – jan./2012:jun./2016**



**Fonte:** Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2016).

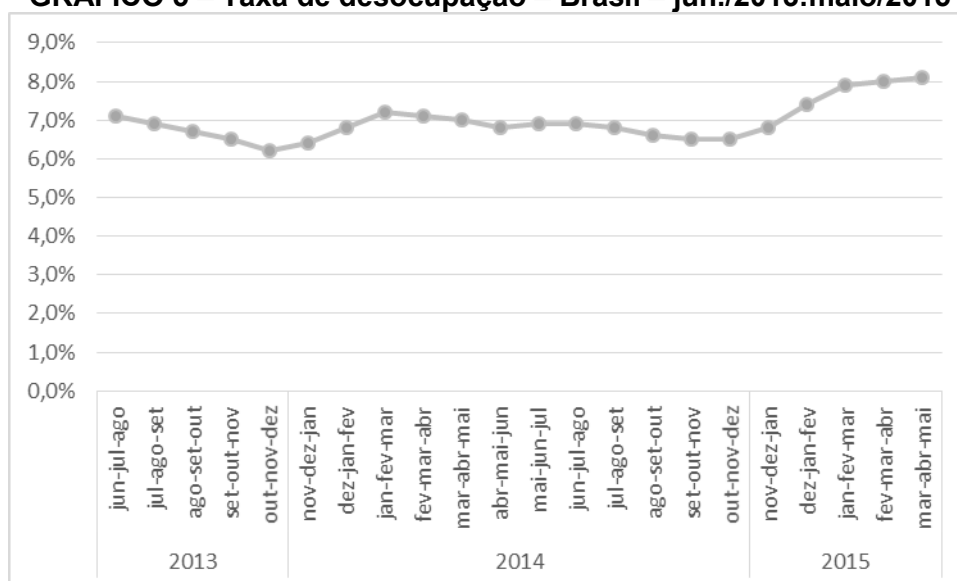
**GRÁFICO 4 – Nível trimestral da ocupação das pessoas de 14 anos ou mais de idade, na semana de referência (em %) – Brasil – jan./2012:jun./2016**



**Fonte:** Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2016).

Neste íterim, o desafio do país está na redistribuição de riqueza, para que possamos alcançar a construção da cidadania e da democracia, e não direcionar a tutela ou a assistência vinculadas somente a programas sociais governamentais, mas não negamos que eles são um marco e um caminho a ser trilhado para avançarmos.

Observamos a seguir a taxa de desocupação brasileira comparada ao número de famílias beneficiárias do bolsa família.

**GRÁFICO 5 – Taxa de desocupação – Brasil – jun./2013:maio/2015**

**Fonte:** Elaborado por Mateus Beordo, baseado em Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (apud SALES, 2016).

**GRÁFICO 6 – Número de famílias beneficiárias do Bolsa Família – Brasil – jun./2013-maio/2015 (em milhões)**

**Fonte:** Gonçalves (2015).

A partir dos gráficos acima podemos observar que há variações no número de famílias atendidas pelo bolsa família, tendo queda no final do período analisado, sendo que o número de desocupados tem sido ascendente.

O Estado se restringe à menor prestação possível de qualquer assistência ou mesmo interferência, conduzindo à pequenez da cidadania, levando à dificuldade no controle democrático do Estado e das elites.

A partir de Demo (1995a, p. 76), concordamos que do welfare state brasileiro, localizamos a forma jurídica, bem significativa no que tange o bem-estar e arremedos intermitentes e esporádicos, muitos em programas de universalização de benefícios, incluídos pelo bom texto da Carta Constitucional de 1988, visto que nenhum

programa social é universal em termos de qualidade, como a educação, saúde e assistência social, pois estão intrinsecamente permeados por um neoliberalismo que dita as regras a partir da iniciativa privada.

Desta forma, o desenvolvimento humano sustentado no respeito quanto a sua finalidade depende de apresentar significado à equidade, à ética, em busca da equalização de oportunidades, da prevalência à democracia e o respeito aos direitos humanos, que conduzem ao bem comum, superando a pobreza política através da educação de qualidade de ampla abrangência e promovendo a formação do sujeito histórico comprometido com o coletivo.

Na outra face, quando respeitado os meios, vemos a redistribuição de renda, utiliza o mercado de trabalho para manutenção da ordem e equipando-se das relações de mercado com a única visão de satisfazerem-se suas necessidades materiais, recebendo assistências e lutando para a sua dignidade, que quebraria somente as suas carências, normalmente materiais, se subordina ao mercado na busca de garantir emprego e renda.

Para alcançarmos a cidadania perpassamos por questões ainda não superadas no Brasil contemporâneo, como a ética, a equalização de oportunidades, superação da pobreza política, advindos de um foco no bem comum, tendo como perspectiva principal a busca por uma sociedade mais justa e com igualdade de oportunidades, visando o coletivo, ou seja, a sociedade que ali vivi e transformadora da localidade.

No entanto, encontramos uma cidadania assistida, pois a pobreza é problema das maiorias, dificultando a universalização de políticas sociais.

**“É um absurdo de rara incompetência querer sanar um problema tão estrutural com meras assistências.”** (DEMO, 1995a, p. 81, grifo nosso), sendo que deveria vir permeado de incentivos à base, como a educação, visando melhor qualificação e às empresas, no intuito de gerar emprego e renda, resultado da dinâmica social.

A cidadania pode tomar várias nuances, ela pode concentrar, distribuir ou redistribuir a renda, influenciada por fatores como a atuação governamental, o mercado e a sociedade, mas desejamos conquistar uma sociedade com equidade, onde o mercado é regulado, o poder é democrático e assim a renda seja redistribuída, e não reproduzir uma “pseudo” cidadania, que nos impede de usufrui-la em sua plenitude, distante dos poderes e das ações do mercado.

Os fatores elencados visam o processo de fruição do desenvolvimento como liberdade, e não resquícios e sinais da relação de dependência reproduzida na sociedade, mas que consigamos efetivá-la no cotidiano. Assim, devemos nos desprender do discurso e busca-los com afinho e agir profissional a efetivação de nosso projeto ético político.

Acreditamos que o maior passo de nossa busca profissional está no rompimento da sociedade de classes e que vive da exploração do trabalho do homem, para além do capital, ou seja, emancipada via sua competência e equidade para todos e para isto é necessário caminhar fora da concentração de renda, e não apenas distribuí-la, mas redistribuí-la.

A cidadania assistida serve para coibir a emancipação. Repare nas políticas compensatórias que visam distribuir, conceder, civilizar, assistir, visam manter os cidadãos na dependência, procuram servi-los.

“Porquanto, cidadania assistida contenta-se com proteção e migalhas, para evitar o confronto com relações indignas de mercado.” (DEMO, 1995a, p. 81).

A emancipação ocorrerá através de políticas que visam a independência do cidadão e que movimentam a economia dinamizando o mercado.

O economista Marcelo Medeiros, em artigo escrito à Revista Época, diz que teremos que dar o peixe, enquanto ensinamos a pessoa a pescar (MEDEIROS, 2016), pois enfatiza que uma das vias para erradicação da pobreza é pela educação, mas que o tempo para visualizar este progresso é de no mínimo três décadas se já houvessem políticas educacionais uniformes no Brasil.

Portanto, mesmo com a melhoria no sistema educacional é necessário criar um mercado que absorva esta mão de obra com maior qualificação e logicamente, pagando melhores salários.

Como estamos distantes desta uniformidade, a outra forma de colher e auxiliar neste crescimento será através de políticas de transferência de renda.

No fundo, as propostas mascaram dois problemas estruturais fatais: política social que não implica mudanças correspondentes nas relações de mercado, acaba cultivando a pobreza; política social que não tem como objetivo a emancipação, atrela a população a benefícios, tendo como sequelas acomodação e parasitismo. (DEMO, 1995a, p. 82).

Além de atrelar a população a benefícios, trazendo um parasitismo da sociedade, acreditamos atrapalhar a própria dinâmica econômica, devido à instabilidade do sujeito e do mercado.

A construção das políticas sociais que tornam o cidadão apenas como assistido localiza-se também na política de emprego e na renda mínima, além de serem intermitentes, não atacam a desigualdade social e suas relações de mercado. Estabilizando a pobreza como está e atrelam a esta pessoa o sentimento de que a assistência é normal e o melhor a ser oferecido, provocando conformismo e vinculação ao Estado e que não demonstra perspectivas de mudança no atual sistema produtivo.

Ela não rompe com paradigmas até porque não entra em coalização com as relações de mercado, ansiando por sua prevalência na condução das atividades produtivas.

E no entorno da emancipação existe a linha de pensamento que acredita ser necessário um caminho ainda não gerado pela política de emprego que estabelece a renda mínima como vertente para conseguir alcançá-la e a outra vertente acredita que “Desestimula os marginalizados a se organizarem e a lutar pelos direitos, já que o Estado disto se encarrega por eles. A população assistida troca a emancipação pela menoridade institucional. Vive de 'mesada'.” (DEMO, 1995a, p. 93).

Neste ínterim,

Entendemos que o direito social mais universal que a população tem é a emancipação, com base na formação do sujeito histórico competente em conduzir seu próprio destino, dentro das circunstâncias dadas. Assistência não tem este mesmo nível, porque volta-se *stricto sensu* para os problemas de sobrevivência material. Com isto, pessoas que não revelam problemas relevantes de sobrevivência material não teriam razão para serem assistidas. Assim, a tese da universalização da assistência é o primeiro grande equívoco, porque a transforma ou em bagatela, ou em panaceia. Será bagatela quando, diante da pobreza da maioria, distribui migalhas e passa totalmente ao largo das relações de mercado. Será panaceia quando pretende confundir-se com a própria política social, perdendo de vista os objetivos maiores da emancipação, equalização de oportunidades, redistribuição de renda, prevenção. (DEMO, 1995a, p. 95).

Demo destaca a formação do sujeito em conduzir seu próprio destino, mas observe, o empreendedor conduz seu próprio destino, afinal deseja as condições, que

ele considera adequada, de trabalho, de sobrevivência, de valorização de seu produto, desligando-se das assistências, busca-se a própria sobrevivência.

Sen (2000) em *O desenvolvimento como liberdade* destaca que na busca pelo desenvolvimento deve ser exercitada a democracia, direitos humanos e liberdade política, esperança de vida elevada, interação entre diferentes continentes e países, que resulta em aspectos negativos, como: persistência da pobreza e necessidades elementares insatisfeitas, o que em nosso entendimento leva a busca a outras formas e variantes de emprego e/ou subemprego e somente após a superação destes problemas, ele interpela que chegaremos ao desenvolvimento e neste sentido a ação individual se faz necessária, que vem condicionada por oportunidades sociais, políticas e econômicas. Desta forma, uma ação coexiste com a outra e não alcança seus resultados com atividades individuais e ações focadas.

Este desenvolvimento será alcançado a partir da remoção de restrições, precisamos analisar a atuação das políticas públicas frente à quebra destas reservas, no caso de estar cumprindo ou não papel fundamental para levar adiante elas, perfazendo assim, a necessidade da criação de oportunidades à educação e à saúde em complemento à participação econômica e política que estimulam, juntas, as iniciativas no sentido de superação de privações. Mas, este assunto, trataremos em nosso próximo capítulo, onde observaremos as questões relacionadas à economia e ao mercado.

Neste contexto, devemos enfatizar a assistência como direito democrático, mas quando confrontada com a cidadania, conota mais distância do que aproximação, porque a evidência na emancipação é “livrar-se” dos laços da dependência, através de um sujeito histórico autônomo e organizadamente competente (DEMO, 1995a, p. 95).

A emancipação inicia sua trajetória a partir da educação e a nossa está entre as piores, onde constantemente fala-se em crianças que não sabem ler e calcular e permeia, também, a ética, que veremos na sequência.

Ora, a promoção da sociedade advirá da autopromoção, onde a competência impera sobre os desafios e problemas que se apresentam, pois “A cidadania não crê em ajuda, pois busca oportunidade.” (DEMO, 1995a, p. 97). Destarte, o Estado, frente a uma sociedade que deseja se emancipar, não deve criar obstáculos podendo colaborar com motivação e não com condução.

Caso o Estado “tome as rédeas” da política ele estará tomando também o desejo de emancipação da sociedade, pois perfaz como assistência e entra no crivo da cidadania assistida e não estimula a autopromoção comunitária<sup>7</sup>, como campo obrigatório da emancipação, que eleva a participação política, onde a sociedade se reconhece como detentora de poder para o controle e acesso de um desempenho político de qualidade.

O Estado poderá prestar “apoios”, como financiamento público, sem reproduzir o clientelismo e o assistencialismo.

A imediateidade da assistência prevê a garantia básica da sobrevivência àquele que não consegue se suprir através de meios próprios e desta forma, precisará do auxílio momentâneo do Estado, visto que para o cidadão sair desta condição, inicialmente precisa se “alimentar”, pois como uma pessoa com fome conseguirá buscar uma autopromoção?

Como afirma Demo, a assistência não é o contrário de cidadania, porque faz parte dela e é insubstituível em seu determinado espaço, sem que avance sobre outros, pois a forma de acabar com a pobreza por excelência não é resultado da assistência, que será utilizada para o imediato (como idosos, deficientes, vítimas de calamidades), mas decorrente do emprego e da própria cidadania como emancipadora, através, por exemplo, da consciência política e a educação, e enfatiza que a assistência não atrapalha o processo emancipatório, porque faz parte dele, mas que o ideal da família será que este filho não permaneça assistido por período indefinido<sup>8</sup> (DEMO, 1995a, p. 111-112).

O trabalho político, social, econômico de emancipação não se dá a curto prazo, e sim a longo prazo e podemos vislumbrar as mudanças ocorridas no país através do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH)<sup>9</sup>.

O indicador demonstra uma ascendente quanto ao IDH brasileiro, conforme podemos observar na tabela 2.

---

<sup>7</sup> “O correto seria ‘**autopromoção comunitária**’, porque, na emancipação, seria exatamente desfazê-la ou escamoteá-la partindo de ação interventora de fora para dentro.” (DEMO, 1995a, p. 99, grifo do autor).

<sup>8</sup> Não consideramos que tenha prazo para entrar e sair dos programas de assistência, pois, cada família terá um período para solucionar as heranças históricas que a falta de cidadania trouxe, mas que se estabeleça uma programação e planejamento visando a emancipação destas famílias.

<sup>9</sup> Analisa três variáveis: saúde (expectativa de vida), educação (escolarização) e renda (renda nacional bruta per capita), varia de 0 a 1 e quanto mais próximo do 1, melhor serão estas variantes. Como referência, podemos utilizar a Noruega, país com melhor IDH, com índice de 0,943 e o pior é de Níger, de 0,335 (PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO, 2015).

**TABELA 2 – Tendências do IDH do Brasil baseadas em uma série cronológica de dados coerentes e novos valores – Brasil – 1980:2014**

|      | Esperança de vida ao nascer | Expectativa de anos de estudo | Média de anos de estudo | RNB per capita (PPP \$ de 2011) | Valor do IDH |
|------|-----------------------------|-------------------------------|-------------------------|---------------------------------|--------------|
| 1980 | 62,0                        | 9,9                           | 2,5                     | 10.547                          | 0,547        |
| 1985 | 63,5                        | 11,1                          | 3,2                     | 9.422                           | 0,576        |
| 1990 | 65,3                        | 12,2                          | 3,8                     | 10.065                          | 0,608        |
| 1995 | 67,6                        | 13,3                          | 4,6                     | 10.959                          | 0,648        |
| 2000 | 70,1                        | 14,3                          | 5,6                     | 11.161                          | 0,683        |
| 2005 | 71,9                        | 14,2                          | 6,1                     | 12.032                          | 0,702        |
| 2010 | 73,3                        | 15,2                          | 6,9                     | 14.420                          | 0,737        |
| 2011 | 73,6                        | 15,2                          | 7,0                     | 14.845                          | 0,742        |
| 2012 | 73,9                        | 15,2                          | 7,2                     | 15.032                          | 0,746        |
| 2013 | 74,2                        | 15,2                          | 7,4                     | 15.288                          | 0,752        |
| 2014 | 74,5                        | 15,2                          | 7,7                     | 15.175                          | 0,755        |

**Fonte:** Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (2015, p. 3).

Entre os três indicadores de análise do IDH, não dá para estabelecermos qual será o prioritário, visto que se relacionam, mas notamos um aumento na média de anos de estudo, na esperança de vida ao nascer e na renda per capita, no entanto não condiz com a expectativa de anos de estudo.

A educação necessita de um prazo maior para ser reconhecida na sociedade, Demo acredita que de imediato a necessidade perpassa pela criação de empregos, não se deixando a educação de lado e que a assistência não deveria ser o direito social principal, até porque ele provocará a cidadania assistida, pois não é fundada na autonomia do cidadão (DEMO, 1995a, p. 115).

Neste interim, por que não capacitar os cidadãos para que se cesse a pobreza política, principalmente, através da educação?

**A cidadania, além de ser o fator mais decisivo para civilizar o mercado, é a força que qualifica o Estado.** À medida que avançar, sobretudo com os avanços da educação básica qualitativa, será possível introduzir mudanças econômicas e políticas de peso. (DEMO, 1995a, p. 130, grifo nosso).

Assim, um dos passos deste processo emancipatório é através da educação, que veremos a seguir.

### 1.2.1 Educação: a formação do cidadão

A educação não deve ter classe, raça, crença, etnia e muito menos ser conduzida somente por e para um estrato social, pois ela não pode ter estrato social. Ela carece chegar indistintamente a todos os cidadãos. Afinal, potencializa-os como sujeitos e torna-se eixo fundante e fundamental no processo de formação de suas identidades.  
(Mateus Beordo).

A educação é vista como um dos potencializadores para que o cidadão torne-se agente e participante na sociedade, apresentando possibilidades de reconhecimento e pertencimento na sociedade.

Ela representa um trunfo para a progressão e desenvolvimento na consolidação da liberdade, da paz e da justiça social, a serviço de uma humanidade mais harmoniosa e autêntica, que visa contribuir para diminuição da pobreza e da exclusão social, (DELORS et al., 2010, p. 5) além de operar como subsidiária nas relações de empoderamento ao trabalho e de trazer o conhecimento, que constrói a própria pessoa, assim como os contatos com indivíduos, grupos ou nações.

O progresso do plano econômico e social vigente nos alertam e a partir da observação crítica e constante podemos notar as consequências, como as mudanças climáticas que tem alterado o modo de produção agrícola em um período que se demanda aumento na produção. Os países investem diariamente almejando aumento no crescimento econômico sem preocupar-se em conciliar o avanço material à equidade.

Mas, este processo começa sua trajetória localmente, apoiado em pilares que debatemos neste trabalho como a educação, o trabalho, a ética, e à luz da democracia, que necessita, cotidianamente e sem cessar, ser recomeçada, renovada e reinventada, dado seu desgaste nos entremeios da sociedade.

A globalização é um destes fatores que degradam a democracia, pois temos perdido a referência espacial da atuação cidadã, como responsável por determinada localidade, de seu próprio país, estado, cidade e mesmo de seu bairro. Neste ínterim, nos esquecemos da nossa singularidade e da autonomia para decidir e potencializar nossos caminhos, conservando tradições, cultura e valores, em consonância com a liberdade e a preocupação com o próximo.

O que se vê é a maximização do eu em detrimento do outro, do ter, do ser, do dinheiro, da melhor, do ágil, do instantâneo, onde comida, educação, amizades, sentimento, valores, têm se tornado “*fast foods*”, e pari passo à sua propagação, já se tornou obsoleto.

Esta atuação do mercado torna-nos mais um instrumento em busca de negócios, criando grandes corporações que pouco se preocupam com a formação do indivíduo e sem compromisso com a sociedade, e tem sido incentivada pelo fato de as atividades econômicas dependerem de maior conhecimento para sua prática cotidiana, se tornando vetor de lucro, emprego e renda, onde “O nível de conhecimentos básicos para não se ver excluído constitui um patamar em constante elevação. O conhecimento virou capital; o chamado capital humano.” (DOWBOR, 2015, p. 107-108).

As exigências em torno da educação têm se tornado maiores, pressionando a todos das gerações contemporâneas a buscar cada vez mais, para não ser excluído. Fácil lembrar quando nossos avós diziam que precisávamos estudar, pois não existiria mais profissional com baixa qualificação, sendo estabelecido, indiretamente, pelo mercado, um parâmetro mínimo de capacitação.

E como as tecnologias, nesse novo ambiente, passaram a evoluir de maneira extremamente rápida, a educação deixou de ser uma atividade de crianças e jovens para se transformar numa atividade permanente de atualização durante a nossa vida. O desafio hoje é o da gestão integrada do conhecimento social. (DOWBOR, 2015, p. 108).

Dowbor aplica o termo gestão de conhecimento social afim de difundir que a educação não ficou limitada à sala de aula. Neste momento, a educação está integrada ao cotidiano, que demanda constante atualização para a atuação, seja ela profissional, ao agir em sociedade, entre outros.

Na contemporaneidade, onde tudo está (ou deveria estar) ao alcance de nossas mãos, e ao mesmo tempo escorre por elas, ocorre a difusão do uso da internet, dos celulares e dos computadores de mão, que possibilitou a ampliação de conhecimento, mas que vem vindo permeada de redes sociais e jogos que não tem contribuído à propagação da educação, assim como, não são todas as cidades e cidadãos que possuem acesso a estes produtos e mesmo a estes serviços de internet.

E desta forma, podemos concluir que

Gerou-se assim um sistema de gestão do conhecimento que reproduz as desigualdades. E aqui também a educação pode se tornar o principal vetor de emancipação, de inclusão cognitiva, de inclusão produtiva, de redução da desigualdade de chances desde a partida. (DOWBOR, 2015, p. 109).

Embora vivamos a era do “conhecimento”, impulsionada pelos fatores tecnológicos, tem ocorrido que o acesso ao ensino não tem acompanhado estas tecnologias e se tornado “desinteressante” aos alunos, que se afastam das escolas, pois não se “reconhecem” como parte e participante deste ambiente.

As escolas e os currículos que acompanham a atualidade não são as que a maioria da população possuem acesso. Assim, tem se formado “guetos” daqueles que possuem o acesso versus aqueles que não possuem este acesso.

As escolas de educação infantil e ensino fundamental não têm recebido a atenção necessária dos governos, observando que são estes investimentos, que a longo prazo, criarão cidadãos propagadores do processo emancipatório.

Podemos observar através da tabela 2, na folha 65, que o tempo que nossas crianças e jovens têm ficado na escola aumentou, mas o tempo de qualidade da educação, onde se aprende a ler e escrever, debater temas, influir e influenciar no cotidiano tem diminuído, sendo que não se sentem parte e nem participam da educação própria e consequentemente na visão educacional do país, permeada por financiamentos estudantis e acesso sem comprometimento na qualidade do ensino desde os primeiros anos de estudo, que caso a ação fosse inversa, criariam um comprometimento e desejo de perspectivas pela educação.

O investimento realizado nesta área só é visto após anos da implantação da política e deveria ocorrer na ponta da pirâmide, ou seja, nos anos iniciais dos estudos, na educação infantil, e depende de amplo debate e participação da comunidade local, das autoridades constituídas e da comunidade internacional, para que não se imponha uma reforma autoritária sem antes consultarem estes entes (DELORS et al., 2010, p. 19).

A participação da comunidade local na avaliação das necessidades, por meio do diálogo com as autoridades constituídas e com os grupos interessados no seio da sociedade, é a primeira etapa essencial para ampliar e aprimorar o acesso à educação. O prosseguimento desse diálogo pela utilização da mídia, por debates no âmbito da comunidade, pela educação e formação dos pais, assim como pela formação em serviço dos professores, suscita, em geral, maior conscientização e capacidade de discernimento, além de um desenvolvimento das potencialidades endógenas. Ao assumirem maior responsabilidade no seu próprio desenvolvimento, as comunidades aprendem a apreciar o papel da educação como um meio de atingir os objetivos sociais e, ao mesmo tempo, como uma desejável melhoria da qualidade de vida. (DELORS et al., 2010, p. 20).

A mudança deste sistema quebraria a vertente do acesso de qualidade às minorias, e caminhariam pela qualidade de vida através da participação da sociedade civil, responsabilizando-os por seu desenvolvimento tomam gosto pelo papel da educação como meio de atingir objetivos mais amplos balizados no coletivo e não ficam à mercê de reproduzir desigualdades que tem mantido e “matado” as perspectivas de novas gerações.

A tensão nesse setor torna-se, assim, bastante clara: há uma visão de democratização do conhecimento para tornar toda a sociedade mais produtiva e culturalmente mais rica, e outra de restrição do acesso para que o conhecimento possa constituir um fator de lucro e de reprodução das elites. Sendo imaterial o conhecimento, pode circular de maneira livre e sem custos nas ondas eletromagnéticas, multiplicando capacidades produtivas, mas essa livre circulação não enriquece quem queira controlá-lo. É um setor no qual para se ter lucro na circulação é preciso restringir o acesso, colocar pedágios. E a privatização, no sentido de geração de entidades com fins lucrativos, tem obviamente esse objetivo.

**Nesse setor, claramente, a privatização reforça as elites, enquanto o acesso universal tende a equilibrar a sociedade.** Mas pensar apenas na empresa privada ou na máquina estatal simplifica e deforma o problema. Na linha do movimento Cidades Educadoras, busca-se hoje aumentar a densidade de conhecimento e o enriquecimento cultural de toda uma comunidade, de um bairro, de uma cidade, e não apenas assegurar aulas na escola. Os próprios currículos buscam se adequar às realidades diferenciadas dos diversos territórios, e a escola procura assegurar a articulação dos conhecimentos necessários ao desenvolvimento do território onde está inserida, em vez de apenas transmitir conhecimentos. A visão é de um sistema aberto e colaborativo em rede, com centralidade da dimensão pública, e forte enraizamento nas organizações sociais de educação e cultura, cuja capilaridade é importante para a produtividade do conjunto. (DOWBOR, 2015, p. 109-110, grifo nosso).

A universalização da educação tende a equilibrar a sociedade. Dowbor ainda ressalta que não deve ser o acesso ao conhecimento que deva ser precificado e transformado em lucros, mas sim os produtos e inovações advindos deste conhecimento. Assim, retoma à Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco), que considera que quem não tem acesso ao conhecimento como direito humano básico, não terá acesso nem aos outros direitos, pois não saberá fazer cumpri-los ou acessá-los (DOWBOR, 2015, p. 110).

Mostra-se a importância da intervenção pública para apresentarmos um “salto” rumo à emancipação e que proporcionará avanços na cultura política.

Ao reforçar o que podemos chamar de tecido social, com menos desigualdade, mais ambiente colaborativo, um conjunto de características que tem se chamado de capital social, tudo passa a funcionar melhor [...]

No conjunto, são políticas em que o público e, em particular, o sistema público descentralizado e participativo têm funcionado muito melhor. Sistemas privados de saúde, de educação e semelhantes têm funcionado bem apenas para elites, aprofundando em geral os desequilíbrios e empurrando os problemas para a frente, em vez de enfrentá-los. E a verdade é que o sistema público universal permite reduzir as desigualdades, ao igualar as oportunidades, e também os custos, gerando maior produtividade sistêmica. [...] as políticas sociais são produtos de consumo coletivo: é melhor para todos quando todos têm acesso. (DOWBOR, 2015, p. 129-130).

O caminho perpassa pelo reforço do tecido social através do empoderamento aos cidadãos, por meio de políticas que rompam com as desigualdades, difundam o acesso à educação, ao emprego, à saúde, à moradia, ao lazer, entre outros, observando o princípio da igualdade interpretado por Nery Junior e posto na Constituição Federal, de 1988. “Dar tratamento isonômico às partes significa tratar igualmente os iguais e desigualmente os desiguais, na exata medida de suas desigualdades.” (NERY JÚNIOR, 1999, p. 42).

A priori, os sistemas privados têm funcionado melhor no tocante à prestação dos serviços básicos à população, como à saúde e à educação, exceto no caso das universidades públicas que possui qualidade e reconhecimento internacional, mas são limitadas no seu acesso, pois possuem alto nível de concorrência através de seus vestibulares, cerceando o acesso a todo cidadão.

Quanto maior o acesso ao coletivo será maior o empoderamento dado ao cidadão e conseqüentemente o seu nível de emancipação, afinal o conhecimento

está atrelado ao nível de consciência política, social, econômica, que o impulsionará a reivindicar seus direitos.

A vantagem do conhecimento está na sua difusão facilitada, onde eu posso transmiti-lo à outrem, compartilhando-o, enquanto o bem material pertence a uma ou outra pessoa.

Neste contexto, a educação permite a construção de uma sociedade democrática e estruturalmente mais igualitária.

No entanto, tem ocorrido o contrário deste acesso, apresentando empecilhos para que ocorram e limitando o pertencimento do cidadão à sociedade, colocando-o como um estranho, onde o mercado é o personagem principal e os cidadãos são os coadjuvantes, altamente manipuláveis, retirando a “voz e a vez” destes atores e seu papel ativo na sociedade contemporânea.

O algoz da população tem se manifestado entre o **público** e as **empresas**, ficando na área da **intermediação**, o mercado, que transforma a economia em pedágio, e mostra-se necessário assegurar sistemas equilibrados de contrapesos, de controle, de regulação e de transparência.

Onde funcionam, constituem sistemas mistos com forte presença estatal, como no caso da intermediação financeira com grandes bancos públicos de investimentos e redes de bancos cooperativos ou de caixas locais de poupança, de maneira a reduzir os processos especulativos ou as práticas extorsivas de grupos privados. Além de se constituírem sistemas mistos, é vital que haja sistemas de regulação muito operantes, obrigação legal de transparência (disclosure) e sistemas de auditoria correspondentes. É importante entender que a máquina pública deve participar das atividades como agente direto, sem o que não terá “dentes” para regular o conjunto. Sistemas ágeis de intermediação podem facilitar imensamente o funcionamento de todas as atividades econômicas, mas podem, com a mesma facilidade, passar a cobrar pedágios e travar o desenvolvimento, pois praticamente todas as atividades econômicas devem, de uma maneira ou outra, passar por suas mãos [...]. Essa necessidade de controle e regulação vale também para os outros setores de intermediação, como o comercial, jurídico e de informação. (DOWBOR, 2015, p. 132-133).

Nesta área, se não houver forte controle, transparência e auditoria, se evidenciará processos especulativos ou práticas extorsivas de grupos privados em detrimento não somente do público, mas de todo bem público e assim da população que o compõe.

A máquina pública deverá atuar como agente direto para regular e facilitar o funcionamento do conjunto, proporcionando desenvolvimento.

A atuação e desenvolvimento destas “engrenagens” devem agir de forma coesa no interior da sociedade, investindo nas pessoas, perpassando pelas políticas sociais e o mercado, e a educação têm esta responsabilidade, visto que, ela frutifica talentos e as potencialidades criativas, chamando cada um a ser responsável por si e por seu projeto pessoal.

A sociedade do amanhã depende do desenvolvimento da educação, constituindo um sujeito ativo e participativo no seu tempo. Assim, capacita-os, se tornam conscientizados e se baliza por premissas morais, estabelecidas e socializadas, e a ética, que dialoga com o que está estabelecido.

### 1.2.2 Ética como pressuposto necessário à condição humana

A ética tem sido um tema pouco debatido na formação da sociedade, até porque não é vista como primordial, e sim como uma área antiquada e já superada. Não nos damos conta de que é atual e deve ser vivenciada desde as crianças aos idosos.

Logo, o mundo se vê no meio a alarmes e discussões sobre a destruição do meio ambiente, o movimento pela maximização do individualismo e do lucro, desemprego, moradores em situação de rua, pessoas que passam fome frente a recordes de produção, a concentração de renda, e outros.

Estes fatos reduzem os sujeitos às condições inseridas pelo mercado e elevam as nuances de desigualdade mundial a propagação alarmante e de pouca valorização do homem, pois nosso contato com ele fica limitado a tela do dispositivo móvel pessoal.

Vê-se um indivíduo esvaziado de si e das pessoas que o cercam.

#### **A opacidade do futuro parece impenetrável.**

As novas tecnologias geram produtos de consumo radicalmente novos. Ondas de entusiasmo, apoiadas e lançadas por todos os meios de comunicação, propagam-se instantaneamente. O homem volta a ser rei exibindo a sua intimidade com os objetos de consumo ou identificando-se com os novos ícones, os heróis da mídia eletrônica transformados eles mesmos em mercadoria ou identificados com marcas globais. (DUPAS, 2001, p. 17, grifo nosso).

Estes caminhos, assim como a aliança com a tecnologia, não são inválidos, mas hão de ser repensados a partir de uma ética libertadora, que contemple a dignidade de toda a sociedade, porque o homem é livre para atuar, devendo ser orientado por valores.

Neste momento, o direcionamento da tecnologia ocorre em favor de sua elitização e criação de valor econômico, movimentando uma competição global e onde poucos possuem acesso a ela.

O trabalho é afetado pelo aumento da ciência com a redução dos postos de trabalho com a utilização de máquinas, sendo esta substituição a responsável por milhões de desempregados, não limitando-se ao trabalho formal, mas em sua flexibilização, terceirização, onde a expropriação de mais valia não restringe-se mais à jornada de trabalho, logicamente, esta foi aprimorada, desde que o pagamento por peças passou a ser utilizado. O valor está no resultado do aumento da produção, que proporcionará acréscimo na remuneração, tornando-os “prisioneiros” do trabalho informal no interior do ambiente doméstico.

A nivelção destes fatores de produção ocorre por baixo, porque não se aumenta renda, mas a partir da incorporação das tecnologias de produção, de processos e de gestão, apresentou-se um aumento de produtividade, com queda no preço real. O interesse não limita-se a democratização do acesso aos produtos e/ou alimentos, porque os holofotes das corporações ao dedicar-se sobre a tecnologia estão no aumento de seus excedentes, **sendo que o ônus deste desenvolvimento restará para a sociedade resolver**, por não estarem preocupadas com a localidade, entre outros aspectos.

O capitalismo evidenciado acima se realimenta pelas contradições que criou e que expusemos, permeada por corporações que interferem nas decisões econômicas, políticas, sociais e culturais do país que recebeu sua estrutura física, pois os vultuosos rendimentos são encaminhados à sua matriz. Ele nutre a ambivalência entre patentes e não patentes, dependência e independência, riqueza e pobreza, dominadores e subordinados.

O trabalho, por exemplo, perde sua centralidade devido à instabilidade instalada, onde, ora está empregado e ora não.

Às nações têm primado pela inovação articulada a eficiência, seja ela do trabalho, do capital, do conhecimento e dos recursos naturais, permeado por estes dilemas na formação do cidadão, nos intriga a pensar sobre aquele que participou

do processo de educação e saiu ao mercado de trabalho frustrando-se por não conseguir emprego e sem previsão qualquer de conseguir.

Como reunir condicionantes para o Estado recuperar-se como representante da vontade da sociedade civil, focado no desenvolvimento da humanidade e sua preservação futura?

O que temos visto é que as ações não obedecem mais caminhos delineados pela moral (costumes), anunciados pelos princípios éticos (caráter) – como sendo uma tentativa racional de apurar a maneira de se viver melhor, quanto princípio da dialogicidade, impactado pelo desafio da realidade cultural interposta à ele e pelo que ele se apropria da sua liberdade (ENGLER, 2011) – mas, o valor é financeiro e econômico, retratado no dinheiro e seu acúmulo, vivendo por um consumo exacerbado.

Deixamos de lado o que somos, para evidenciarmos o que temos, ou o que é pior, o que parecemos ter e buscamos identificação nestes que parecem ter.

No espetáculo, global e instantâneo, virtual e real, tudo se confunde por meio de processos de identificação. Programas de auditório substituem os tribunais, propiciando julgamentos e processos públicos de conciliação; e garantem, como na loteria a esperança do resgate da exclusão pela visualização do prêmio do outro, ou o sonho do seu fugaz minuto de glória. (DUPAS, 2001, p. 52-53).

Esta fuga ao espetáculo virtual e real faz esquecermos de nós e encobre nossa exclusão. Deixa-nos alienados e acomodados frente ao que vemos no virtual, como a felicidade que encontramos em um celular ou na internet. “O homem volta a ser rei exibindo a sua intimidade com a mercadoria ou identificando-se com os novos ícones, os heróis da mídia eletrônica transformados eles mesmos em mercadoria ou identificados com marcas globais.” (DUPAS, 2001, p. 53).

Milhões são gastos na condicionalidade de entre tantos cidadãos, se encontrar e valorizar apenas um vencedor e também há investimentos sem consultar à sociedade sobre os caminhos que desejam tomar.

No caso da economia andar juntamente com a ética, ela se tornará mais produtiva. “[...] a economia, do modo como emergiu, pode tornar-se mais produtiva se der uma atenção maior e mais explícita às considerações éticas que moldam o comportamento e o juízo humano.” (SEN, 1999, p. 10).

O olhar a frente, refletirmos e podermos planejar mudanças nos diferenciais de outros animais. Nós enxergamos possibilidades e acreditamos que elas estão no sentido racional e para se tirar o melhor proveito da técnica, são necessárias ações valorativas em seu sentido ético.

A ética tradicional parece governada pelo modelo do sujeito autônomo, responsável por si, por seus atos e impulsionado por sua liberdade e posteriormente passa a receber a ditadura das regras, referenciado na ordem (DUPAS, 2001, p. 78).

Há a necessidade premente de refundar a ética no sentido de valorização da ação e do sentido à vida, pois o *ethos* vigente vê as coisas como valor de uso, um recurso a ser explorado para fins lucrativos.

A prudência torna-se o ponto de convergência entre hábito e o costume para construção de outros paradigmas, como a proeminência da sociedade civil atuante na reconstrução do Estado apto a lidar com estas questões, revendo a onda do progresso a qualquer custo e caminhando na democratização do acesso, da justiça, da inclusão e da igualdade.

O indivíduo que caminha buscando a dignidade aliado à preocupação em ser agente do meio em que vive apresenta comportamento balizado pela ética e no exercício de sua liberdade.

Deste modo, na sequência, apresentamos o mercado, o Estado, nas relações de trabalho, focada na abertura de empresas, para depois adentrar o universo do microempreendedor. Sendo que este amplia a oferta de opções de emprego e valoriza talentos, frente ao sentimento de exclusão e de ausência de futuro. As questões ligadas a motivação e a realização social, relacionada a ética e permeada pelo empreendedorismo, precisa se estabelecerem frente a economia moderna. Eis o desafio a enfrentar.

## CAPÍTULO 2 ANTÍTESE – A ECONOMIA E O ESTADO NA CONSTITUIÇÃO DE POSSIBILIDADES AO EMPREENDEDOR

FIGURA 4 – A gare



Fonte: Amaral (1925a)

O empreendedor é aquele que destrói a ordem econômica existente pela introdução de novos produtos e serviços, pela criação de novas formas de organização ou pela exploração de novos recursos materiais (Joseph Schumpeter).

O empreendedor é aquele que cria um equilíbrio, encontrando uma posição clara e positiva em um ambiente de caos e turbulência, ou seja, identifica oportunidades na ordem presente (Israel M. Kirzner).  
(apud FAGUNDES, 2009).

O mercado e o governo “estão” como reguladores na constituição dos empreendedores e atuam como meio indispensável de desenvolvimento da cidadania. Desta forma, Schumpeter (1982), coloca que o empreendedor deve ser aquele com capacidade nata ao desenvolvimento de novos produtos e serviços, formas de organização ou exploração de novos recursos materiais.

E, a bem da verdade, frente ao ambiente de caos e turbulência, o microempreendedor surge como resposta do mercado e do governo, com seus devidos incentivos, não no intuito de encontrar uma posição clara e positiva frente a ordem presente, mas como aquele que localiza oportunidades para auferir renda. O que resta neste mercado tem sido buscado por empreendedores a procura de dignidade humana e sustento mínimo aos seus familiares.

Desta forma, a lógica do capital expropria deles o trabalho, cada vez mais, aviltante, sedentos por sub empregados, criado pelo sistema em prol de auferir maiores rendimentos aos grandes investidores.

Schumpeter (1982) introduz na economia a noção de “destruição criativa”, considerando-a como o motor que mantém o capitalismo em movimento e o empreendedor que dirige este motor, sendo a pessoa com a “ideia do negócio”, fazendo, inclusive, arranjos diferentes dos já existentes. Estas ideias podem se tornar poderosas e lucrativas e considera que visão e criatividade são menos evidentes. Sendo assim, o capitalista arcava com o risco.

Torna-se importante notar a classificação que realiza acerca do empreendedor, nomeando-o como capitalista. Tal assunto é complexo, difícil de esgotá-lo e muitos resumem na sua correlação ao dinheiro, e somos levados a ligá-lo ao processo emancipatório e ao empreendedor, pois quem dispõe de dinheiro consegue automaticamente sua emancipação?

Ladislau Dowbor (2003, p. 3), remete a duas ideias quando esclarece, primeiramente, sobre o conceito de capital:

O conceito mais próximo é o de "riqueza". De forma geral, o objetivo explícito de quem maneja capitais num sistema capitalista é tornar-se rico. No entanto, a riqueza não significa a mesma coisa para o indivíduo e para o país. Tomemos o exemplo de uma pessoa que comprou uma casa a baixo preço, prevendo que a área em que se situa a casa irá sofrer valorização geral. Depois de seis meses a mesma pessoa revende a casa, digamos, pelo dobro do preço. É indiscutível que esta pessoa enriqueceu. Mas do ponto de vista do país, da economia como um todo, houve alguma modificação? É

óbvio que não, pois o interessado não construiu nada, não aumentou o patrimônio de riqueza da sociedade.

Inversamente, podemos conceber - e os exemplos são muitos - uma pessoa que empatou o seu dinheiro para construir um prédio, e por uma série de razões acabou perdendo dinheiro, não conseguindo recuperar o investimento inicial. No entanto, o prédio está aí, e várias famílias poderão viver nos apartamentos construídos. O indivíduo perdeu, a sociedade ganhou.

É preciso distinguir, em consequência, o problema a nível do indivíduo, e o problema a nível da sociedade. Quando um enriquece à custa de outro, através de especulações comerciais, jogo sobre os preços, venda de ações, etc., há uma simples transferência de riqueza, perdendo um o que ganhou o outro, sendo neutro o resultado para o país.

Dowbor (2003), remete ao conceito de riqueza que é diferente para o indivíduo e para o país, pois ele pode aumentar seu patrimônio mas, não retornar patrimônio de riqueza à sociedade, ou pode até perder em dinheiro, mas a sociedade ganhar, por exemplo, com a construção de moradias.

Desta forma, a educação, a ética, o empreendedor, e outros, quando trazem retorno à sociedade, retornam investimentos, às vezes em valores monetários, mas, muitas vezes, em capital social, ou seja, onde toda a sociedade ganha.

O que nos interessa predominantemente aqui, é claro, não é o movimento especulativo de dinheiro, e sim o movimento de recursos econômicos reais, que resultam em prédios, represas, produção, escolas: interessamos justamente o capital, o processo de enriquecimento de uma sociedade. Encher o bolso deixando outra pessoa mais pobre constitui um mecanismo importante, é o mundo dos espertos. Investir o dinheiro de maneira a aumentar o volume de bens disponíveis é mais importante, é o mundo dos inteligentes. A sociedade avança quando se usa os recursos sociais de maneira inteligente. A imagem que se utiliza, é que a maré levanta todos os barcos.

**A distinção destes dois níveis – as transferências entre indivíduos e o enriquecimento social - nos permite assim ver com mais clareza a distinção entre dinheiro e riqueza.** (DOWBOR, 2003, p. 3-4, grifo nosso).

Assim, desejamos falar em enriquecimento social, onde todos ganham com o empreendimento, com aquele investimento e que não seja limitado à uma transferência entre indivíduos, ou o papel-moeda, que o governo pode emitir expresso os valores, e sim proporcionar produção de bens e serviços que consigam construir escolas, moradias, cuidar da saúde, da alimentação, entre outros.

Entender o capital, de forma simplificada, nos remete a desvendar o processo de produção, como uma pessoa que irá produzir sapatos, usará dinheiro

próprio para dar início ao seu negócio, sendo assim, seu primeiro investimento será acerca de bens e serviços que lhe permitirão produzir, elencadas como três “mercadorias”: 1) a mão de obra, o trabalhador que fará a fábrica trabalhar; 2) a matéria-prima que será transformada e utilizada para produzir novos produtos e; 3) o equipamento utilizado nesta transformação (DOWBOR, 2003, p. 4).

O entendimento do capital, passa por compreender que quando um produtor de calçado, vende sua produção e empata os investimentos com o da venda, a economia o conhece como reproduzidor simples; quando a venda não consegue pagar os investimentos, ocorre uma descapitalização; mas quando o valor de mercadoria vendida, ultrapassa os custos para produzi-la, diz-se que houve um excedente ou reprodução ampliada e este excedente que reproduz o capital e possibilita o investimento na empresa.

Para obter este excedente, ele pode trabalhar mais; trabalhar melhor, aumentando a produtividade, fazendo render mais a cada hora trabalhada, conhecido como excedente relativo; sendo que este último pode ser gerado de três formas de investimento, sendo eles: na formação humana, ou através de técnicas de gestão organizacionais, ou em equipamentos tecnológicos (DOWBOR, 2003, p. 9).

Destaca que o problema do excedente e da sua transformação em capital está em quem o cria, e quem dele se apropria. E, voltando ao exemplo que utilizamos do calçado, um sapato produzido por mim e para meu uso, tem um valor de uso, mas, se ele for vendido e permitir a aquisição de outros produtos, lhe conferirá um valor de troca. A totalidade deste excedente advém do suor do trabalhador que recebe apenas parte deste produto.

Ocorre que este excedente é apropriado da força de trabalho do trabalhador e a partir de Karl Marx que se torna clara esta apropriação.

A força de trabalho, à medida que aumenta a produtividade, produz mais valor do que o necessário para a sua reprodução. Ao pagar ao operário o mínimo que lhe é necessário, e ao se apropriar da totalidade do produto que resulta da intervenção do trabalhador no processo produtivo, o capitalista realiza um lucro, aqui chamado de mais-valia, ou seja, o valor do produto que ultrapassa o valor pago ao trabalhador. Em outros termos, a subvalorização da força de trabalho empregada permite fazer aparecer o lucro com o qual o capitalista compra as máquinas, e as máquinas aparecem por sua vez como justificativa para o lucro capitalista, definido então como remuneração do capital. O direito a essa remuneração tem assim, como nos outros casos, um fundamento, a força, pela qual os capitalistas apropriaram-se dos bens

de produção. E hoje o sistema se reproduz, já que o monopólio dos capitalistas sobre os meios de produção, sobre o "capital", obriga os trabalhadores a aceitar pelo seu trabalho uma remuneração menor do que o valor da produção que criaram. (DOWBOR, 2003, p. 15-16).

Esta apropriação dos bens de produção por parte dos capitalistas, que tem se reproduzido, obriga os trabalhadores a vender sua força de trabalho por valor inferior ao valor da produção que criaram e possivelmente torna-se um dos motivos para que procurem abrir o próprio negócio, afim de reduzir esta exploração e auferir melhores condições de sobrevivência, visto que se conseguem auferir lucro ao empresário. Porque não trabalhar para si e receber estes valores? Ou será que são produtos da falta de empregos?

Hoje, a visão do capitalista que "começou pequeno" e constituiu o seu capital pelo trabalho e economia, é uma realidade para muitos pequenos e médios produtores, mas é um mito quando nos referimos às grandes empresas modernas: ninguém, em toda sua vida, poderia trabalhar o suficiente para produzir e "poupar" a riqueza correspondente às grandes fortunas modernas, e a explicação exige a análise de processos de apropriação mais sofisticados. (DOWBOR, 2003, p. 16).

Passados os tempos a apropriação do excedente, deixa de ser um roubo e passa a ser regulamentado pelo sistema, como a exploração das colônias conquistadas, principalmente pela Espanha e por Portugal, afim de se impor a produção de riqueza com a certeza da transferência permanente de um excedente, apresentando as características de métodos e processos de produção e acumulação do capital (DOWBOR, 2003, p. 17).

Mas, para que exista a acumulação do capital será necessário que ele seja aplicado produtivamente, no processo de produção, e este último consome força de trabalho, matéria-prima, energia, equipamento, ou seja, exige, respectivamente, capital trabalho, capital circundante e capital fixo.

A observação de Dowbor (2003) sobre a apropriação do excedente pelo capitalista pode vir através de um empresário que obteve subsídio do Estado para construir uma fábrica, para isto é muito utilizada a linha de crédito do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) que tem financiado a construção de indústrias no país, sendo assim, o governo se apropria do excedente de seus impostos para financiar um empresário, que aplicará tecnologia, retorna os

produtos e traz empregos. Mas, porque ele não dispõe de seus próprios recursos para esta construção?

Este empresário retorna o dinheiro recebido para pagar os fatores de produção que envolvem o empreendimento, bem como materiais de construção, os trabalhadores, e outros, aumentando a busca por bens de consumo, devido ao aumento da renda.

Neste caso, se os preços dos bens de consumo se mantiverem estáveis, faltará produto, ou o comerciante aumentará o valor final do produto em vista da maior procura, sendo que este último fator é o mais provável a acontecer.

O trabalhador terá que consumir menos, pois seu salário sofrerá aumento após determinado período de lutas e pressões e pouparão, de forma direta ou indireta, para o pagamento da construção do empreendimento. Isto gerará inflação (DOWBOR, 2003, p. 18-19).

Faz-se importante o entendimento que o objetivo central da economia deve ser o desenvolvimento equilibrado.

[...] precisamos evitar a redução das opções à privatização ou estatização e entender que **diversas áreas e setores de atividades econômicas exigem mecanismos diferenciados de regulação**, pesos diferenciados da intervenção pública ou da iniciativa privada, ou ainda das organizações da sociedade civil que passam a desempenhar um papel fundamental nas políticas sociais. Frequentemente, **quando os problemas nos parecem demasiado complexos, apelamos para muralhas ideológicas e nos tornamos ideologicamente privatistas ou estatistas, o que nos permite assumir posições sem precisar entender a complexidade do quadro completo. Diferenciar os problemas, entender as especificidades, ajuda a construir novos rumos no que temos chamado de articulação de mecanismos diferenciados de gestão**, e que Ignacy Sachs, por exemplo, chama de economia mista. **O bom senso e a busca mais equilibrada do que funciona melhor ajudam bastante.** (DOWBOR, 2015, p. 134-135, grifo nosso).

Para assumirmos um posicionamento temos que quebrar muralhas ideológicas e buscar a compreensão do problema além da aparência, conseguir observar a sua essência, ou seja, o panorama completo, e assim construir novos rumos societários, que vão além de uma revolução, mas perpassam pelo processo de construção, pois o que é determinado, seja ele em qual instância for, muitas

vezes, gerará confusão e discórdia, mas se nos sentirmos partes do processo, será edificado outro horizonte.

Este diálogo nos remete a entender o mundo globalizado, visto a internacionalização da economia, o progresso dos transportes e das comunicações e que nos coloca em posições cada vez mais relativas, afinal nos recordamos, que quando o Brasil foi “descoberto”, fomos identificados como selvagens, logo, passamos a condição de “dominados”, ou seja, de colônia, que com o passar de muitos anos, com um “grito”, tornamos nações subdesenvolvidas, para alcançarmos o “título” de nações em desenvolvimento ou emergentes, dando um “ar” de que falta pouco para conseguirmos alcançar algo que a população local nem sabe o que é, mas que afeta o cotidiano de suas vidas.

Uma busca para conquistar algo planetário, de poder e que vem sacrificando populações, nações, sem saber se seria o melhor à elas e se almejam aquilo.

Destaca-se que se observarmos este pequeno contexto, sempre buscou-se pertencer a “elite”, de onde vem os, supostos, “melhores” padrões, mas apesar desta busca incessante, se apresenta uma linha imaginária dividindo estes países.

Entre as caravelas carregadas de escravos, e as imposições da Organização Mundial do Comércio, pode-se traçar um fio condutor que mantém intacta a relação de dominação e de subordinação, ainda que as formas se tornem cada vez mais complexas. (DOWBOR, 2002, p. 3).

Por que vivemos na dualidade entre países com desenvolvimento equilibrado e outros desintegrados? O que motiva, apesar do crescimento industrial, de progressos científicos e tecnológicos, aumento na produção de alimentos, as diferenças se aprofundam? Notemos ainda, que tal fato é cíclico e não têm indícios de fim.

Em nosso país não tem sido diferente, os efeitos do crescimento econômico não se traduzem em modernidade social, a presença das multinacionais, agravam o desemprego, as estruturas políticas corruptas nos colocam em dívidas impagáveis, onde cresce a miséria e a fome, em um país com grande potencial agrícola, mas que tem produzido *commodities*, com destino à exportação, cujos produtos nem somos os principais consumidores.

As políticas econômicas e sociais têm advindo de modelos utilizados em países considerados como desenvolvidos, muitas vezes com adaptações, mas, muitas delas, não são pensadas para a realidade local, e às suas situações específicas. “Na

era das transnacionais, o Terceiro Mundo é hoje um arquipélago de sociedades desarticuladas à procura de uma elementar governabilidade” (DOWBOR, 2002, p. 6), e como já ponderamos, envolta de transgressões políticas e econômicas.

Detecta-se que precisamos de pensar um sistema produtivo que apresente soluções, não somente em sua produção, lucros e especulação financeira, mas que saiba distribuir.

Afinal, o que tem se produzido no mundo, assim como os alimentos, daria para dar renda e alimento a todos. No entanto, vemos uma barbárie explorada pelo mundo contemporâneo.

As análises clássicas da teoria do imperialismo advieram de análises dos países do norte e de suas situações conflituosas e que, às vezes, não estão adequadas a pensar a realidade do sul e onde não se pensava uma economia cada vez mais internacional e globalizada.

Não obstante devemos observar a história, pois através dela existe a construção societária contemporânea e assim não desprezamos as seguintes conexões:

### **1. A ligação das políticas de desenvolvimento econômico com a política industrial, comercial e tecnológica (ICT)<sup>10</sup>;**

Previamente, realizamos algumas ponderações acerca da ligação advinda das políticas de desenvolvimento econômico que alçarão à política industrial, comercial e tecnológica, perpassando a política de mercado livre e de livre-comércio, conhecidas como *laissez-faire*, implantada na Grã-Bretanha a partir do século XVIII, decorrente de uma política contrário à intervencionista.

O “mercado” passa a ser regulamentado pelas ações de seus controladores, com poucas restrições aos fluxos internacionais de bens, capital e trabalho.

No entanto, não se pode perder de vista que a supremacia britânica foi conquistada através de altas barreiras tributárias e sob supervisão do Estado.

O Estados Unidos, ao longo de sua história, adotou barreiras protecionistas visando o desenvolvimento da indústria local e para que isto ocorresse disponibilizou e disponibiliza verbas governamentais com o intuito de promover a Pesquisa e Desenvolvimento (P&D), principalmente na área militar,

---

<sup>10</sup> “[...] hoje denominadas políticas industrial, comercial e tecnológica (ou políticas ICT, para simplificar).” (CHANG, 2004, p. 24).

farmacêutica e biotecnológica, que a partir destes investimentos consegue promover descobertas em diversas áreas.

A Alemanha visou o desenvolvimento de sua indústria com medidas focalizadas na fabricação de aço, instalando o primeiro alto forno do país, e de linho, com o recrutamento de tecelões estrangeiros que receberam um tear, de forma gratuita, para darem início à produção (CHANG, 2004, p. 66).

Os fatos relatados ocorreram em outras importantes economias, como: França e Suécia, salvaguardas suas características de aplicação de proteção à indústria local.

Verifica-se que durante os anos, o investimento em P&D, educação, importação do conhecimento - usando métodos legais ou mesmo ilegais, como a espionagem industrial, encaminhamento de operários especializados para treinamentos em outros países, importação de maquinário a fim de serem copiados e proteção das indústrias locais utilizando barreiras alfandegárias proporcionaram o desenvolvimento das incipientes indústrias destes países.

As colônias foram tolhidas em seu desenvolvimento, pois eram limitadas em sua industrialização, já os países semi-independentes, conforme relatado por Chang, receberam a imposição de tarifas por meio de tratados desiguais e as nações concorrentes eram cerceadas na difusão de suas tecnologias, a Grã-Bretanha proibiu a emigração de trabalhadores especializados e posteriormente passou a controlar a exportação das máquinas. Até se chegar a lei de patentes, cuja criação foi estimulada, principalmente, por países como a França e Estados Unidos.

[...] os PADs terem mudado de postura, em suas políticas, de acordo com a posição relativa que passaram a ocupar na luta competitiva internacional. Em parte, isso significa “chutar a escada” deliberadamente, mas também parece decorre de natural tendência humana a reinterpretar o passado pelo ponto de vista do presente. Quando estavam em situação de catching-up, os PADs protegiam a indústria nascente, cooptavam mão-de-obra especializada e contrabandeavam máquinas dos países mais desenvolvidos, envolviam-se em espionagem industrial e violavam obstinadamente as patentes e marcas. Entretanto, mal ingressaram no clube dos mais desenvolvidos, puseram-se a advogar o livre-comércio e a proibir a circulação de trabalhadores qualificados e de tecnologia; também se tornaram grandes protetores das patentes e marcas registradas. Assim, parece que as raposas têm se transformado em guardiãs do galinheiro com perturbadora regularidade. (CHANG, 2004, p. 114).

Chang aborda ainda que ocorreram o desenvolvimento ou aperfeiçoamento de outros mecanismos que os Países Atualmente Desenvolvidos (PAD), como o da democracia; da burocracia; mecanismos de controle da corrupção e incremento da governança empresarial, como a adoção dos direitos autorais e da propriedade intelectual; a sociedade empresarial por cotas de responsabilidade limitada; a lei de falência; a implantação de auditorias, relatórios financeiros e transparência da informação; a lei da concorrência, que traz à tona a legislação antimonopólio e/ou antitruste; o sistema financeiro com a implantação dos bancos e banco central; o mercado de ações, as instituições de bem-estar social, que quando bem implementadas podem aumentar o crescimento da eficiência e da produtividade (CHANG, 2004).

## **2. Revolução comercial (século XVI) (DOWBOR, 2002, p. 13-16);**

“O capitalismo nascente apoiou-se, inicialmente, no comércio internacional, no Estado, e na concepção monetária da riqueza [...]” (DOWBOR, 2002, p. 13). A estrutura feudal com suas restrições comerciais internas leva o comerciante europeu a buscar o comércio na África, Ásia e América Latina. Este movimento trouxe à Europa maior quantidade de metais preciosos e pouca alteração na produção de bens, que duplicaram o preço e reduziu os rendimentos dos senhores feudais. Tal fato fez “trocar de mãos” a renda dos senhores feudais para a classe comercial capitalista emergente, bem como a importação de especiarias e de açúcar, que com preços elevados, permitia a acumulação comercial e endividava os aristocratas com os banqueiros que surgiam.

Na sequência “[...] o reforço do Estado central e o consequente enfraquecimento dos feudos regionais levam à unificação e expansão dos mercados internos, permitindo o desenvolvimento cumulativo da burguesia e a formação das nações.” (DOWBOR, 2002, p. 14).

O aumento da demanda no mercado interno e os fluxos internacionais do comércio exigem um reforço na produção europeia e aos poucos o “[...] artesanato disperso passa à produção semimanufatureira, aprofundando o processo de divisão de trabalho [...]” (DOWBOR, 2002, p. 14), e levando ao capitalismo industrial.

Na contemporaneidade, se realiza um aprofundamento nos estudos acerca da dinâmica social e econômica provocadas a partir da relação Europa e os

outros continentes e o quanto possibilitaram e influenciaram o atraso econômico, a identidade destes países e de sua população.

### **3. Revolução industrial (século XVIII-XIX) (DOWBOR, 2002, p. 17-22);**

A progressão comercial do capitalismo impulsiona-o a mudanças nos métodos e processos de produção, concreto no processo de produção de bens materiais, até chegar na produção industrial e na capacidade de produzir, que, contemporaneamente, coexiste com diversos modos de produção.

Nos países do Centro, esta revolução, acarreta a divisão do trabalho e a sua mecanização, reduzindo o custo dos produtos manufaturados e havendo disponibilidade de comércio deste excedente de produtos aos mercados da Periferia.

Os países do Centro adentram um processo de enriquecimento cumulativo e a economia inglesa racionaliza, a partir da obra dos pensadores Adam Smith (em 1776) e David Ricardo (em 1817), desenvolvendo o conceito de excedente, tornando possível a divisão do trabalho e o investimento. Há uma busca constante por novos mercados e de matérias-primas, que foram encontrados em abundância nos países da Periferia.

“O fato de o Centro voltar-se para o Terceiro Mundo, para escoar seus produtos em troca de matéria-prima terá efeitos permanentes sobre a Periferia, efeitos que são sentidos plenamente hoje.” (DOWBOR, 2002, p. 19).

Outro fator decisivo para a ampliação do domínio europeu relaciona-se a não intervenção do Estado na economia, sendo que ela passa a buscar, em si, o equilíbrio.

O Estado deixa de regular o mercado e quem passa a controlá-lo são as pessoas que vivem dele, inclusive deixam de produzir bens para as suas necessidades, para produzir atendendo aos grandes Centros, deixando os vínculos comerciais para estabelecer uma relação de produção, que por consequência gerará dominação e exploração, pois o produto que antes era artesanal ou mesmo semi-industrial, passou a ser importados dos grandes Centros, com restrições em sua qualidade e retirando os empregos que criavam.

A partir destas mudanças, dois resultados se evidenciam: a associação das classes dominantes presentes nos países em desenvolvimento e a adaptação de suas estruturas para o atendimento das necessidades dos grandes Centros, tornando-se partícipes da divisão internacional do trabalho colocada naquele momento.

O Estados Unidos, após seu processo de independência, tomou outro rumo, não colocando-se à “mercê” do sistema que vinha sendo imposto, até porque o processo de independência foi vencido pelos burgueses e não pelas classes ligadas aos governos. Eles buscam sua construção e abandonam o sistema de divisão internacional do trabalho, fazendo a parte sul do país funcionar como colônia do norte, pois o sul produzia matéria-prima necessária e no norte cresceu o centro industrial, visando o mercado interno e rompendo com o uso de escravos e da monocultura exportadora.

O domínio dos países que buscam mercado para seus produtos sobre os países que produzem matéria-prima se consolida, a partir da segunda metade do século XIX, com a divisão imperialista do mundo, resultando na partilha do conhecido Terceiro Mundo.

#### **4. Expansão imperialista (fim do século XIX, início do século XX)**

(DOWBOR, 2002, p. 23-26);

A evolução tecnológica se amplia, principalmente na siderurgia, metalurgia, mecânica pesada e setor ferroviário, da mesma forma ocorre a ampliação de domínio dos países do Norte sobre os países do Sul.

Neste momento, é atribuída como condição *sine qua non* o atraso dos países do Sul, que não conseguem atingir o sistema ideal do Norte.

O domínio efetuado sobre estes países é tamanho que passam a ser estudados do ponto de vista dos países do Norte, e quando os países do Sul observam tais fatos, veem-se entrelaçados no sistema onde as infraestruturas econômicas, as redes de transporte, de comércio, de comunicações, foram constituídas a favor dos países do Norte.

#### **5. Reestruturação do capitalismo dominante (1913-1948)** (DOWBOR, 2002, p. 26-29);

Este período é marcado pela I e II guerras (1914-1918 e 1939-1945), pela crise econômica de 1929 e por onde emerge a hegemonia dos Estados Unidos.

Os países do Norte passam por transformações internas, onde vislumbram a fase redistributiva de renda e os operários participam de seus resultados e os países pobres passam pelo efeito desenvolvimentista, pois há um enfraquecimento do sistema internacional de exploração destes países pelos do Norte.

Até a crise de 1929 a exploração do trabalho era acentuada, a produção havia aumentado, mas o acesso a estes produtos havia ficado mais difíceis pelos trabalhadores, que viviam condições miseráveis.

A partir da crise houve uma inversão deste cenário, pois havia oferta de produtos e o consumo havia reduzido. Tomou-se consciência, nos meios capitalistas, juntamente com a pressão organizada pelos trabalhadores, da necessidade de ampliação da base de consumo da produção, e o papel fundamental neste desenvolvimento foi de John Maynard Keynes, na Inglaterra, e do *New Deal* de Roosevelt, nos Estados Unidos, que passa a redistribuir renda aos trabalhadores e o aumento salarial correlaciona-se com o aumento da produtividade (DOWBOR, 2002, p. 28).

Com o enfraquecimento do poder do Norte sobre os países subdesenvolvidos é provocada uma transformação nos países do Sul, que deixam, em um breve período, de produzir para exportação, e no Brasil, os esforços na produção de cacau, café e cana de açúcar, passam a ser utilizados para outros tipos de produção e com a redução dos produtos manufaturados oriundos do exterior, resulta em um desenvolvimento integrado, com a agricultura voltada para suprir o mercado interno, estimulando a troca interna com a indústria (DOWBOR, 2002, p. 28).

Mas, após a II guerra, o Norte retorna com dinamismo e organizado sob a hegemonia dos Estados Unidos e com o instrumento de intervenção nestes países, que seria a empresa transnacional.

## **6. Expansão multinacional (1948-1974) (DOWBOR, 2002, p. 29-32);**

Após o período da guerra há uma redução no comércio entre Norte e Sul e com a redistribuição de renda efetuada pelo Norte, o foco passa a ser o mercado interno e suas empresas passam a instalar parte de suas produções em países do Sul, buscando ficarem próximas as matérias-primas e ao mercado consumidor destas localidades.

Neste período, ocorre uma acentuação da polarização da renda para o Norte em comparação com o Sul, e uma polarização interna entre as classes dominantes e as massas trabalhadoras, além da redução nos lucros e de uma leve queda da renda das classes dominantes.

Desta forma, com o trabalhador do Norte custando mais, buscou-se o Sul para buscar-se o capital produtivo e os lucros perdidos no Norte, são recuperados com o pagamento de mão-de-obra mais barata no Sul, e também buscar estes trabalhadores em suas Periferias, como a França, buscou empregados na Espanha e em Portugal.

As empresas transnacionais encaminham o resultado de seus lucros às matrizes em seus países de origem e levam à industrialização aos países do Sul, recebendo incentivos fiscais, pagando baixos salários e controlando a economia e as finanças, em detrimento das necessidades locais.

## **7. Globalização e agravamento da fratura social mundial (DOWBOR, 2002).**

Podemos observar, que embora relatado de forma breve, neste período de ascendência capitalista, busca-se o aumento de riquezas e valores e não uma sociedade igualitária, muito pelo contrário, pois estas ações motivaram e levaram ao agravamento das desigualdades em benefício de poucos.

Logo, conforme observamos a opulência das indústrias advindas do Norte com o intuito claro de aumento dos lucros, através de seus produtos, procura de matérias-primas, influência nos perfis de consumo e pelo desempenho exigido para empresas que desejam se lançar, acabam sufocando os espaços, pois já atuam em locais que já exploram e as indústrias locais ficam confinadas a espaços complementares e que não se interessam realizar investimentos.

Neste íterim, nos indagamos sobre como adentrar um processo de industrialização, com pouco capital, mercado polarizado, estrutura desfavorável, onde alguns contam com produção, comercialização, promoção e financiamento altamente sofisticados? A partir deste pressuposto, como conduzir a um desenvolvimento equilibrado? Como preconizado por Marx, a infraestrutura produz os bens materiais, reproduzindo as relações de produção.

Nos inebriamos, a todo momento, pela busca à modernização, mas, por motivos advindo do mercado mundial e de acordos globais, não conseguimos dominar a tecnologia. Estamos um passo atrás da economia dos países chamados como Primeiro Mundo.

O processo tem confirmado que estamos sempre vislumbrando à modernização dos sistemas de produção e, vemos que, as bases das técnicas empregadas e dos instrumentos de alta tecnologia advém dos países do Norte,

“perpetuando” o processo entre dominadores e dominados, e que não conseguimos romper.

Alguns fatores contribuem para este cenário:

1. A concentração do processo de industrialização nos países de Terceiro Mundo, onde são “eleitos” países que dispõem de melhores condições de financiamento, lucro, isenção de impostos, entre outras, e o Brasil está entre estas nações, que “acolhem” as empresas transnacionais;
2. A diversificação das exportações, rompendo com a dependência de exportações de produtos primários, ocorre somente em alguns países;
3. Há um predomínio de instalação de indústrias de bens de consumo duráveis nestes países, como automóveis e eletrodomésticos, sendo que estes produtos são consumidos em massa e com alta rotatividade nos países do Norte, enquanto no Sul, estão ligados à elite;
4. O baixo investimento em tecnologia, onde constata-se que os países desenvolvidos realizam investimentos constantes em pesquisa e desenvolvimento, ao contrário do que ocorre nestes países dependentes da economia e do desenvolvimento oriundo do Norte.
5. Bens de capital, ou seja, os bens de produção necessários à elaboração destes produtos industrializados, dependem de maquinários, peças e ferramentas, mas, produzimos pouco destes objetos que levarão e conceberão a materialidade destes bens de consumo. Muitas vezes, leva à exportação de produtos primários e que retornam aos países através de bens de produção.

O modelo adotado tem sido efetivado de forma cíclica e dependente nas economias do Sul, em todas as vias, ou seja, econômica, com profundo impacto no social, político e cultural.

Este fato ocorre no Brasil conforme evidenciado na tabela 3:

**TABELA 3 – Exportação por fator agregado – valor total – Brasil – jan./2014:jan./2015**

|                            | Janeiro 2015  |               | Janeiro 2014  |               | Variação      |
|----------------------------|---------------|---------------|---------------|---------------|---------------|
|                            | US\$ Milhões  | %             | US\$ Milhões  | %             | %             |
| <b>Exportação Total</b>    | <b>13.704</b> | <b>100,00</b> | <b>16.026</b> | <b>100,00</b> | <b>-14,49</b> |
| Produtos Básicos           | 5.849         | 42,68         | 6.893         | 43,01         | -15,14        |
| Produtos Industrializados  | 7.440         | 54,29         | 8.608         | 53,71         | -13,57        |
| Produtos Semimanufaturados | 2.474         | 18,05         | 2.513         | 15,68         | -1,56         |
| Produtos Manufaturados     | 4.966         | 36,24         | 6.095         | 38,03         | -18,52        |
| Outros                     | 415           | 3,03          | 525           | 3,28          | -21,04        |

**Fonte:** ADVFN (2015a).

No comparativo das exportações por fator agregado, considerando o valor total, entre o primeiro mês do ano de 2014 e 2015 vemos que exportamos maior valor em produtos industrializados se comparados com os produtos básicos, mas os valores estão próximos, demonstrando que não deixamos as raízes de exportação de produtos primários.

Podemos observar na tabela 4 o comparativo do mesmo período, mas considerando as categorias de uso.

**TABELA 4 – Exportação por categoria de uso – valor total – Brasil – jan./2014:jan./2015**

|                              | Janeiro 2015  |               | Janeiro 2014  |               | Variação      |
|------------------------------|---------------|---------------|---------------|---------------|---------------|
|                              | US\$ Milhões  | %             | US\$ Milhões  | %             | %             |
| <b>Exportação Total</b>      | <b>13.704</b> | <b>100,00</b> | <b>16.026</b> | <b>100,00</b> | <b>-14,49</b> |
| Bens de Capital              | 981           | 7,16          | 1,262         | 7,87          | -22,25        |
| Bens de Consumo              | 2.226         | 16,25         | 2,684         | 16,75         | -17,05        |
| Não Duráveis                 | 1.959         | 14,30         | 2.219         | 13,85         | -11,71        |
| Duráveis                     | 267           | 1,95          | 465           | 2,90          | -42,53        |
| Combustíveis e Lubrificantes | 1.333         | 9,73          | 1.414         | 8,82          | -5,70         |
| Matérias-Primas              | 8.869         | 64,72         | 10.243        | 63,92         | -13,42        |
| Outros                       | 295           | 2,15          | 423           | 2,64          | -30,42        |

**Fonte:** ADVFN (2015a).

Nesta tabela é evidenciada a redução das exportações em todas as categorias de uso, destacando-se o de bens de consumo duráveis, com queda de mais de 40% e bens de capital, com mais de 22%. Os itens com menores retrações

foram: combustíveis e lubrificantes, seguido por bens de consumo não duráveis e matérias-primas.

Outro fato relevante confirmado através da tabela 4 é o caráter exportador de matérias-primas. Observe que equivale a 64,72% das exportações em janeiro de 2015 e que em números percentuais, comparado com janeiro de 2014, é maior a sua representatividade, tendo inclusive crescido, quanto aos valores exportados.

Na tabela 5 analisamos que, embora produtor e exportador de matéria-prima, o país importa também, grande quantidade de matéria-prima, decorrente de produtos que não produzimos no país por razões diversas e na sequência, fica a importação de bens de capital.

**TABELA 5 – Importação por categoria de uso – valor total – Brasil – jan./2014:jan./2015**

|                              | Janeiro 2015 |        | Janeiro 2014 |        | Variação |
|------------------------------|--------------|--------|--------------|--------|----------|
|                              | US\$ Milhões | %      | US\$ Milhões | %      | %        |
| Importação Total             | 16.878       | 100,00 | 20.094       | 100,00 | -16,01   |
| Bens de Capital              | 4.063        | 24,07  | 4.627        | 23,03  | -12,19   |
| Bens de Consumo              | 2.840        | 16,83  | 3.467        | 17,25  | -18,08   |
| Não Duráveis                 | 1.429        | 8,47   | 1.584        | 7,88   | -9,79    |
| Duráveis                     | 1.411        | 8,36   | 1.883        | 9,37   | -25,07   |
| Automóvel                    | 355          | 2,10   | 549          | 2,73   | -35,34   |
| Combustíveis e Lubrificantes | 2.261        | 13,40  | 3.307        | 16,46  | -31,63   |
| Petróleo                     | 295          | 1,75   | 1.087        | 5,41   | -72,86   |
| Matérias-Primas              | 7.714        | 45,70  | 8.693        | 43,26  | -11,26   |

**Fonte:** ADVFN (2015b).

Assim, através da tabela 6, analisamos que os principais produtos resultado das exportações brasileiras são derivados da agricultura, produtos primários sem intervenção industrial, in natura, ou mesmo da riqueza mineral brasileira.

A partir de sua verificação veremos a fonte das exportações em produtos primários, demonstrando a debilidade do país no tocante à pesquisa e inovação (não esquecendo dos esforços e desenvolvimento de tecnologias na área agrícola) e produtos com alto valor agregado.

**TABELA 6 – Principais produtos exportados pelo Brasil – Brasil – jan./2014:jan./2015**

|                                     | Janeiro 2015  |               | Janeiro 2014  |               | Variação      |
|-------------------------------------|---------------|---------------|---------------|---------------|---------------|
|                                     | US\$ Milhões  | %             | US\$ Milhões  | %             | %             |
| <b>Exportação Total</b>             | <b>13.704</b> | <b>100,00</b> | <b>16.026</b> | <b>100,00</b> | <b>-14,49</b> |
| Minério de ferro                    | 1.197         | 8,73          | 2.482         | 15,49         | -51,79        |
| Óleo bruto de petróleo              | 1.189         | 8,67          | 1.111         | 6,94          | -6,95         |
| Açúcar de cana em bruto             | 615           | 4,49          | 705           | 4,40          | -12,80        |
| Milho em grão                       | 593           | 4,33          | 573           | 3,57          | 3,62          |
| Café cru em grão                    | 546           | 3,99          | 339           | 2,12          | 61,10         |
| Celulose                            | 423           | 3,09          | 514           | 3,20          | -17,66        |
| Carne de frango                     | 418           | 3,05          | 480           | 2,99          | -12,78        |
| Farelo da extração de óleo de soja  | 408           | 2,97          | 495           | 3,09          | -17,71        |
| Semimanufatura de ferro ou aço      | 366           | 2,67          | 228           | 1,43          | 60,11         |
| Carne de bovino                     | 326           | 2,38          | 459           | 2,86          | -28,88        |
| Óxido e hidróxido de alumínio       | 266           | 1,94          | 191           | 1,19          | 39,38         |
| Minério de cobre                    | 252           | 1,84          | 75            | 0,47          | 237,56        |
| Açúcar refinado                     | 222           | 1,62          | 149           | 0,93          | 49,01         |
| Liga de ferro                       | 207           | 1,51          | 231           | 1,44          | -10,33        |
| Couro e pele                        | 182           | 1,33          | 200           | 1,25          | -8,81         |
| Ouro semimanufaturado               | 182           | 1,33          | 164           | 1,02          | 10,90         |
| Parte e peça para veículos          | 149           | 1,09          | 190           | 1,19          | -21,63        |
| Polímero de etileno ou propileno    | 145           | 1,06          | 189           | 1,18          | -23,35        |
| Avião                               | 141           | 1,03          | 128           | 0,80          | 10,59         |
| Motor para veículos                 | 137           | 1,00          | 164           | 1,02          | -16,64        |
| Laminado plano de ferro ou aço      | 134           | 0,97          | 139           | 0,87          | -4,22         |
| Fumo em folhas                      | 132           | 0,96          | 104           | 0,65          | 26,41         |
| Óleo combustível                    | 130           | 0,95          | 270           | 1,69          | -51,90        |
| Tubo de ferro fundido, ferro ou aço | 125           | 0,91          | 189           | 1,18          | -33,78        |
| Ferro fundido bruto e ferro spiegel | 124           | 0,91          | 91            | 0,57          | -36,51        |
| Outros                              | 5.097         | 37,19         | 6.167         | 39,48         | -17,35        |

**Fonte:** ADVFN (2015a).

O escoamento desta produção é para países como os Estados Unidos, China, Argentina, Países Baixos, Alemanha, Japão e outros e os principais países

compradores do Brasil são do Norte e que são exportadores de bens de capital e de consumo duráveis.

O principal fato constatado é que com recursos escassos em pesquisa, formadores naturais da inovação, o país volta-se a produtor de *commodities*, ou seja, retomamos à era do “descobrimento” e de colônia, em uma relação com várias metrópoles, algumas delas advindas do mundo globalizado.

Enquanto os países que investem em Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) realizam exportações de commodities na ordem média de 15%, o Brasil, fica refém de produtos vulneráveis às variações nos preços internacionais, enquanto o país se retrai em mais de 60% destas exportações.

Os principais países fornecedores das importações brasileiras – janeiro/2014 e janeiro/2015, são países que concentram tecnologia como: China, Estados Unidos, Alemanha, Argentina, Coreia do Sul, Índia, Itália, Japão, França, entre outros que são reflexos dos produtos que importamos, dominado por produtos industrializados, que utilizam alta tecnologia e são componentes necessários para a finalização de determinado produto, como no item partes e peças para veículos; circuitos integrados e microconjuntos eletrônicos; circuitos impressos para telefonia; partes de aparelhos transmissores ou receptores e, parte e acessórios de máquinas para processamento de dados. Assim, o produto final, que será comercializado internamente no país, chega fracionado, principalmente as peças que se referem à alta tecnologia e somente é montado pela indústria.

Outro fator observado é a importação de bens de capital ligados à área de exploração do petróleo, sendo que apesar de país explorador de petróleo, necessitamos importar as plataformas necessárias para a produção, bem como produtos que serão utilizados pelas indústrias em sua produção, como motores, geradores e transformadores eletrônicos e suas partes; rolamentos e engrenagens e; bombas, compressores, ventiladores e suas partes; também importamos produtos que são utilizados na agricultura, na produção de grãos que serão exportados, como os fertilizantes e herbicidas, ou seus compostos.

O motivo de tais importações, pois, em sua maioria, são produtos para as empresas instaladas no Brasil e que utilizam tecnologia advindos, muitas vezes, de suas matrizes, como na área de eletroeletrônicos; fertilizantes, herbicidas e equipamentos agrícolas; petrolífera e geração de energia; automobilística e aeronáutica, demonstrando a dependência do país na área de tecnologia.

No entanto, acreditamos ser importante enfatizar que na contemporaneidade os alimentos que antes era exportado *in natura*, sem passar por nenhum processo industrial, não vivencia mais esta realidade. Hoje, os produtos passam por um avanço industrial e é “manufaturado”, como o óleo ou o farelo de soja, ou mesmo o suco de laranja.

As exportações e importações assoreiam a questão sobre o acesso da população a estes bens produzidos, seja ele a própria alimentação, produtos de primeira necessidade para a sobrevivência, ou mesmo, produtos industrializados de alta tecnologia, como celulares, tablets e computadores pessoais.

Este panorama deixam os trabalhadores à margem do processo de desenvolvimento econômico e social, à medida que não conseguem se incluir na aquisição de produtos manufaturados, isto inclui os que seriam utilizados para sua alimentação e tangencia o mundo do trabalho, ao qual estão sendo excluídos por razões diversas, seja por “despreparo”, ou mesmo pelo contingente de trabalhadores desempregados, entre outros motivos advindo do mercado.

## 2.1 Capitalismo inovador ou sujeito empreendedor?

[...] o surgimento de novos empreendimentos cria condições para um desenvolvimento econômico e social continuado em regiões carentes. No âmbito de organizações já existentes, por outro lado, o estímulo à ação empreendedora permite o crescimento e a adaptação a condições mutáveis da sociedade. Por fim, o empreendedorismo produz um sentimento de realização profundo naquelas pessoas que empreendem. Dessa forma, o empreendedorismo pode ser visto como um processo que cria valor individual, organizacional e social.  
(GIMENEZ; FERREIRA; RAMOS, 2008, p. 1).

A contextualização acima se fez necessária para melhor compreensão dos arremedos para o desenvolvimento do empreendedorismo que cria condições ao incremento econômico e social nas regiões em que atuam e permite o crescimento e a adaptação às condições da sociedade.

Desta forma, procuraremos introduzir alguns pensamentos e definições acerca do empreendedorismo, sem interesse em aprofundarmos na área.

Esta maleabilidade do empreendedorismo de encaixe em cenários favoráveis e adversos, cria condições que provam a dinâmica do capital, sendo este, um inovador na absorção de diferentes condições e que Schumpeter corrobora trazendo a palavra desenvolvimento, dizendo que ocorre por meio de descontinuidades no sistema econômico e que causam o deslocamento de seu ponto de equilíbrio (GIMENEZ; FERREIRA; RAMOS, 2008, p. 4).

Neste caso, a contemporaneidade “conduz” que, antes da emergência de um **processo empreendedor – inovador**, passará por “etapas”, denominadas: **pesquisa**, progredindo à **tecnologia** e que gerará a **inovação**.

Este processo acaba envolvendo financiamentos, escolhas de projetos e rejeição de outros, até muitas vezes, por predominância de um “cartel” empresarial existente, que inclusive compra esta inovação para colocá-la de lado.

A revista Em Discussão!, editada pela Secretaria Jornal do Senado abordou em 2012 a necessidade do país fazer uma “ponte” entre ciência e indústria, e considera que: “Sem investir fortemente em pesquisa, semente da inovação, país segue como consumidor de produtos de tecnologia estrangeira e exportador de *commodities*.” (EM DISCUSSÃO!, 2012, p. 6, grifo do autor) e acrescenta que “Burocracia e poucos recursos limitam inovação. O necessário ingresso de forma mais contundente do Brasil na economia do conhecimento depende de mudanças legais e de mentalidade [...]” (EM DISCUSSÃO!, 2012, p. 3).

Sobremaneira, não queremos apresentar qualquer interpretação errônea a despeito da importância do papel da agricultura e consequentemente das *commodities* brasileiras, afinal o país é um dos maiores produtores mundiais de alimentos, e cada vez mais propaga a cidadania no mundo, com acesso aos alimentos, há a necessidade de aumento da produção e inclusive das pesquisas aqui realizadas acerca desta área.

O subdesenvolvimento brasileiro na área rural tem sido subestimado, pois tem se colocado importância ímpar na modernização das plantas industriais, deixando o vínculo com os fornecedores de matérias-primas (que é quem emprega boa parte da população).

A indústria e a agricultura devem estar em patamares semelhantes de industrialização para que não haja pressão de um sobre o outro, levando um dos dois modelos à falência, podendo gerar um mundo rural esvaziado ante uma periferia urbana explosiva.

Destacamos a característica imposta pelo mercado frente aos países em desenvolvimento, onde, por mais que se busque o desenvolvimento industrial, pela ordem e imposição de países desenvolvidos, o limite que ocorre frente à cidadania liga a população às atividades laborais na agricultura ou em setores informais e que para saída deste círculo vicioso, não basta apenas dispendiosos recursos financeiros, mas vislumbra-se o aumento da produção apoiado em três elementos, sendo eles interligados e de suma importância: 1) qualificação do trabalhador; 2) organização socioeconômica do trabalho; e 3) equipamento.

Muitos países apresentam importância aos equipamentos, mas a longo prazo, as experiências demonstram maior solidez quanto ao caminhar sobre estes três aspectos apresentados.

A maioria dos compêndios concentram-se sobre o aspecto de equipamento, quando a experiência já demonstrou amplamente que a educação e formação de mão-de-obra, por exemplo, trazem efeitos a mais longo prazo, mas muito mais amplos. (DOWBOR, 2002, p. 42).

Para que esta exploração do eixo norte-sul seja predominante, há dois mecanismos básicos que são utilizados:

1. “[...] descrito por Prebisch, é o da deterioração dos termos de troca, que faz com que, a cada ano, os países do Sul sejam obrigados a oferecer mais produtos para cada bem ou serviço que importam do Norte [...]” (DOWBOR, 2002, p. 46);
2. “[...] descrito por Arghiri Emmanuel, é a troca desigual, e constitui simplesmente o prolongamento histórico do primeiro. Trata-se da subvalorização da mão-de-obra do Terceiro Mundo, que torna possível, por exemplo, que o produto de 15 trabalhadores dos países subdesenvolvidos seja trocado pelo produto de 1 trabalhador do Norte, mesmo em condições de igual produtividade.” (DOWBOR, 2002, p. 46).

Os termos de troca internacionais, advindo do comércio global, é exercido de forma preponderante onde os produtos advindos do norte, que geralmente apresentam alta carga de tecnologia e pesquisa, possuem maior valor agregado que

os do sul, acarretam na subvalorização dos trabalhadores na mesma proporção<sup>11</sup>, quando combinado ao fator de produção<sup>12</sup>.

O atual modelo penaliza estes países a elevarem as exportações de produtos primários, priorizando a monocultura, que empobrece os solos e priorizam as indústrias multinacionais; trazendo desastres ecológicos, como visto recentemente através do conhecido “desastre de Mariana”, com o rompimento da barragem de sedimentos advindos da exploração de minérios, e, do enfraquecimento alimentar da população.

O resultado tende a ser um reforço global da orientação da economia em função dos problemas da balança de pagamentos, **ficando cada vez mais esquecida a razão fundamental de todo o processo do desenvolvimento, que é de responder às necessidades do povo.** (DOWBOR, 2002, p. 48, grifo nosso).

O cume do processo de desenvolvimento e inovação deve focar-se nas necessidades da sociedade civil, isto ocorrerá através da democratização de acessos e oportunidades.

Para o desenvolvimento da inovação schumpeteriana, aquela advinda de “reinventar” ou mesmo “criar” um produto são necessários investimentos na área da pesquisa, sendo que para esta mudança de paradigma serão necessárias alterações na legislação vigente e na mentalidade de como deve ser concebida a pesquisa em todo o seu processo, integrando ciência e produção, principalmente nas áreas de automação, robótica e engenharia genética.

Álvaro Prata, em 2012, na ocasião como secretário nacional de Desenvolvimento Tecnológico e Inovação do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI), disse que “Ciência é o conhecimento; tecnologia é o fazer; inovação é o mudar; empreender é materializar e realizar. Para inovar, devemos conhecer, mas, mais do que isso, é preciso que tenhamos a confiança de que podemos mudar.” (EM DISCUSSÃO!, 2012, p. 6).

---

<sup>11</sup> Em Marx, esta razão capital/trabalho é chamada de composição técnica do capital.

<sup>12</sup> Torna-se importante introduzir o conceito de “fator de produção” trazido por Emmanuel, a partir de uma visão não neoclássica, onde é um fator de produção “[...] todo direito estabelecido a uma primeira partilha do produto econômico da sociedade [...]”, e tendo como aceitável esta afirmação, Pires acrescenta que o entendimento dado à expressão “direito estabelecido” não deverá ser da área jurídica, mas sim ao poder social efetivo (PIRES, 1981, p. 94). Assim, este fator de produção é aquele advindo do empoderamento da sociedade onde será partilhado o seu produto econômico.

A partir deste pressuposto, a inovação é um produto materializado da tecnologia, que quando processada por uma empresa, produz bem ou serviço à sociedade.

Outro ator importante determinou um paralelo à inovação, Adam Smith (reconhecido como pai da economia moderna) já observava, em 1776, que as principais fontes de inovação eram “[...] os homens que trabalhavam com as máquinas e que descobriam maneiras engenhosas de melhorá-las, bem como os fabricantes de máquinas que desenvolviam melhoramentos em seus produtos.” (EM DISCUSSÃO!, 2012, p. 6).

A abordagem realizada por Smith é no sentido de que as inovações que surgiam naquele período advinham da necessidade do homem em determinada área, que com sua observação atenta, determinava alterações que se tornariam significativas no trabalho diário.

O pesquisador Edwin Mansfield, da Universidade da Pensilvânia (Estados Unidos), em estudo sobre as fontes de ideias para inovação tecnológica, verificou que não tem ocorrido diferente no cenário contemporâneo, onde nove em cada dez inovações nascem na empresa. Estes produtos não são inventos das Universidades, mas são desenvolvidos com base em pesquisa acadêmica, que fornece descobertas teóricas ou empíricas e cabe à indústria o domínio de detalhes de mercado e técnicas de produção e a habilidade para reconhecer e pesar riscos técnicos e comerciais (EM DISCUSSÃO!, 2012, p. 6).

Mansfield apresenta a importância das indústrias – de onde surgem ou se observam as necessidades, aliada às descobertas teóricas e/ou empíricas, advindas das Universidades – no processo da inovação, que segue a finalidade do mercado, incumbindo-a, inclusive, de pensar os riscos técnicos e comerciais, ou seja, a inovação, neste sentido apresentado pelo autor, hoje, é pensada em função do mercado, visando a geração de riquezas.

E no interior desta discussão apresentamos o empreendedor ligado intimamente à visão comportamental de McClelland, onde o papel dele é como qualquer outro que possa se apresentar na vida social do indivíduo, mas que por alguma força o move no sentido de se realizar. A partir desta realização, apresentada pelo autor, consideramos que há casos que o movem no sentido de sua sobrevivência.

Neste ínterim, recordamos que há uma pesquisa sobre competitividade, realizada em 140 países, e divulgada no Fórum Econômico Mundial, em 2015, que insere o fator inovação como um dos principais para esta avaliação e que dele se define competitividade como o “[...] conjunto de instituições, políticas e fatores que determinam o nível de produtividade de um país.” (REBOUÇAS; COELHO, 2015, p. 1).

A Fundação Dom Cabral ficou responsável pela pesquisa no Brasil, que insere 12 pilares de competitividade, sendo dividido em dois grupos: 1) Requisitos básicos: instituições; infraestrutura; ambiente econômico; e saúde e educação primária; 2) Inovação e fatores de sofisticação: sofisticação dos negócios; e Inovação; e 3) Potencializadores de eficiência: educação superior e treinamento; eficiência no mercado de bens; eficiência no mercado de trabalho; desenvolvimento do mercado financeiro; prontidão tecnológica; e tamanho do mercado.

A educação primária e superior, é um dos itens que abordamos anteriormente, como sendo a educação, não restrita à educação formal, assim como outro fator que remete à cidadania, aqui trazida à tona, é a ética, que permeia as instituições e o empreendedorismo, através da eficiência no mercado de trabalho.

O relatório da Fundação apresenta que o país sofre com a deterioração de fatores como a confiança nas instituições, o balanço das contas públicas, a sofisticação dos negócios, a capacidade de inovar e a educação. Além de trazer um período de estagnação para a economia global, em 2015 e 2016, com crescimento econômico mais baixo, desaceleração dos ganhos em produtividade e elevação da taxa de desemprego estrutural e para reverter este quadro será necessário retomar o crescimento, com aumento da produtividade e inclusão social (REBOUÇAS; COELHO, 2015, p. 1).

O ranking dos países mais competitivos segundo o Relatório de Competitividade Global, 2015-2016, são: Suíça, Singapura, Estados Unidos, Alemanha, Holanda, Japão, Hong Kong, Finlândia, Suécia e Reino Unido (REBOUÇAS; COELHO, 2015, p. 2).

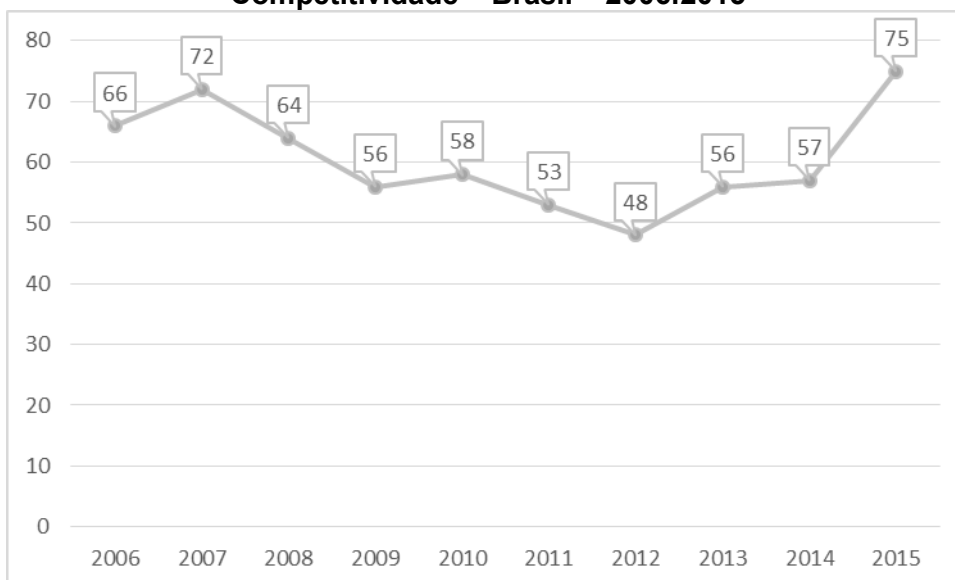
No tocante aos países citados na análise realizada por Carlos Arruda – coordenador do Núcleo de Inovação e Empreendedorismo da Fundação Dom Cabral e responsável pela coleta e análise dos dados do ranking no Brasil – remete que possuem como característica em comum a “[...] excelente habilidade em nutrir, atrair, apoiar e desenvolver talentos.” (REBOUÇAS; COELHO, 2015, p. 2), sendo que o

foco está no desenvolvimento e aprimoramento de novos produtos ou de técnicas que necessitam de pesquisa e desenvolvimento para ocorrerem.

Os piores países em competitividade ocupam tal posição por possuir instituições fracas, infraestrutura deficiente e educação não inclusiva e de baixa qualidade e de péssimo sistema de saúde.

O Brasil, está 75º no ranking, atrás de países como Chile (35º), Panamá (50º), além de México, Índia, África do Sul e Rússia, tendo caído no ranking desde 2012.

**GRÁFICO 7 – Posições do Brasil no ranking do Relatório Global de Competitividade – Brasil – 2006:2015**



**Fonte:** Rebouças e Coelho (2015, p. 3).

O país melhorou em questões como infraestrutura, devido, principalmente, à Copa do Mundo e Olimpíadas, mas tem caído quando o assunto é ligado às instituições e inclusive na área da educação, onde tem ocorrido uma queda de pessoas estudando, seja por terem envelhecido, seja por ter aumentado o número de pessoas que abandonaram a escola.

Outro fator que incentiva à competitividade, através da inovação é a indústria, no entanto, a indústria nacional não possui relevância na área de pesquisa e desenvolvimento, onde muitos produtos brasileiros copiam técnicas de outros países.

Assim, precisamos compreender a inovação, advinda do investimento em P&D, para fazer parte frente ao retorno à sociedade e consequentemente geração

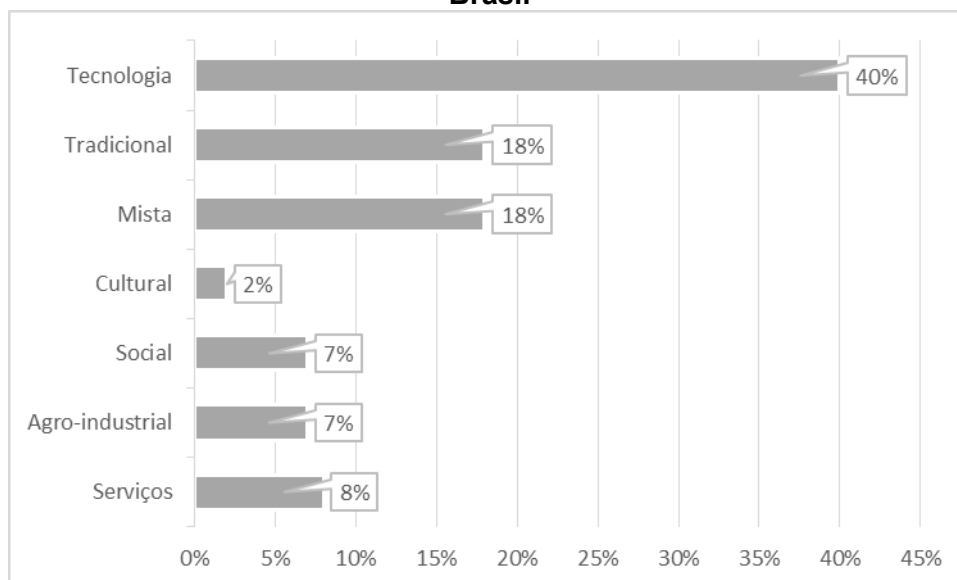
de cidadania que está surgindo, baseado na criação de produtos novos, advindos da leitura do empreendedorismo de Schumpeter (1982).

Neste cenário, é visto que as empresas não mantêm em seu quadro de funcionários pesquisadores advindos das universidades, como doutores e mestres, pelo contrário, se afastam deles visto o custo para manterem as pesquisas, almejando obter maiores benefícios fiscais nesta troca.

Um local que congrega estes universitários são as conhecidas incubadoras de empresas, que possuem índice de mortalidade de 20%, comparado às empresas que não passaram por processo semelhante, que gira em torno de 70% e se comparado aos micro e pequenos empreendedores, giram em 49%, nos primeiros cinco anos de atividade.

O gráfico abaixo nos apresenta os setores que possuem maior representatividade das incubadoras brasileiras.

**GRÁFICO 8 – Setores de atuação das incubadoras brasileiras – Brasil**

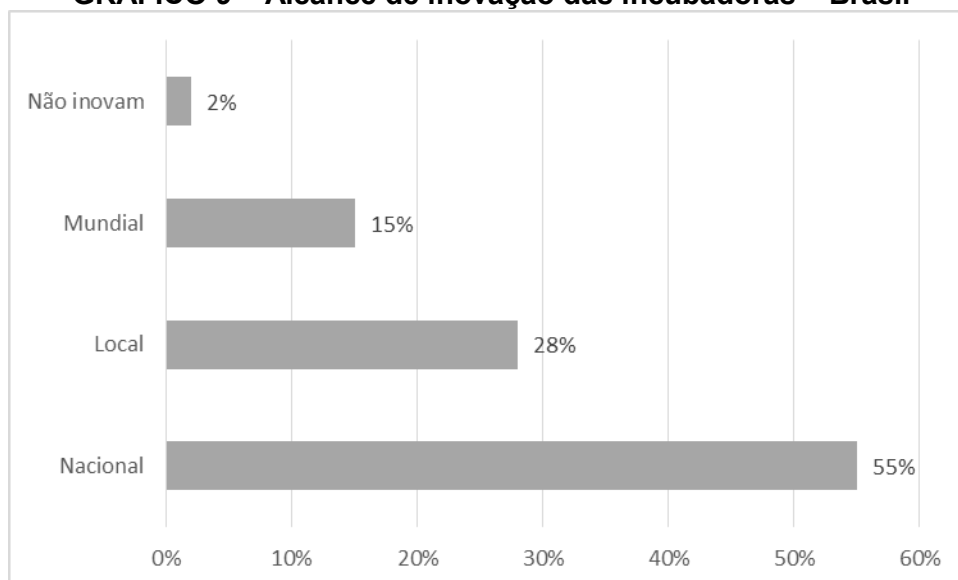


**Fonte:** Associação Nacional de Entidades Promotoras de Empreendimentos Inovadores e Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (2012 apud EM DISCUSSÃO!, 2012, p. 42).

Podemos observar que há uma concentração de incubadoras na área de tecnologia – normalmente estão ligadas aos campos de desenvolvimento científico da área biológica –, seguida das tradicionais e mistas.

O gráfico abaixo mostra o alcance das inovações, que não ficam limitadas somente ao cenário local, tendo elevada representatividade no nacional e chegam ao reconhecimento no mundo.

**GRÁFICO 9 – Alcance de inovação das incubadoras – Brasil**



**Fonte:** Elaborado por Mateus Beordo, baseado em dados da Associação Nacional de Entidades Promotoras de Empreendimentos Inovadores e Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (2012 apud EM DISCUSSÃO!, 2012, p. 42).

A Associação Nacional de Entidades Promotoras de Empreendimentos Inovadores (Anprotec) destaca o papel das incubadoras no desenvolvimento local e setorial a partir da diversificação de sua implementação, que antes limitava-se ao setor científico-tecnológico e o período de maturidade que estas empresas estão entrando, embasando-se através dos dados a seguir: contabilizam 2.509 empresas graduadas – pois concluíram o processo de incubação –, com faturamento de R\$4,1 bilhões, tendo 2.640 empresas incubadas e 1.124 empresas associadas, com 45,6 mil empregos em empresas incubadas e graduadas, sendo 384 incubadoras no país (Anprotec/MCTI, 2012 apud EM DISCUSSÃO!, 2012, p. 42).

Atualmente, as incubadoras brasileiras, majoritariamente, estão concentradas em setores de tecnologia, com ação nacional, mas, 15% já alcançam o cenário mundial. Sendo que, a partir dos dados de 2012, com pouco mais de cinco mil empresas, entre graduadas (aquelas que concluíram o período nas incubadoras) e as incubadas, geram mais de 40 mil empregos, constituindo-se em ótimos

mecanismos de formação de empresas, produzindo relevante alcance de suas inovações no cenário nacional, local e mundial.

Concomitantemente, às incubadoras, existem os parques tecnológicos, que não se caracterizam como distritos industriais, pois “[...] promovem a aproximação entre empresas e instituições de pesquisa científica para o desenvolvimento de novas tecnologias.” (EM DISCUSSÃO!, 2012, p. 46), sendo que

[...] difere de um distrito industrial porque não é apenas uma área destinada à instalação de empresas, mas um lugar para realização de inovação por meio do compartilhamento de conhecimento e recursos humanos entre empresas e pesquisadores. (EM DISCUSSÃO!, 2012, p. 46).

O intuito apresentado é fomentar o desenvolvimento econômico. Assim, Bresser Pereira compara que o nível absoluto da renda não corresponde à fase de desenvolvimento econômico de um país, pois, a Argentina e a Venezuela, já possuíram renda per capita maior que a do Japão, revelando assim, que não romperam com as estruturas sociais tradicionais e de produção, enquanto o Japão, mudou sua estrutura social e econômica (PEREIRA, 1962, p. 81).

Chang contempla as políticas econômicas para o desenvolvimento onde considera que todos os países emergem um padrão consistente com políticas industrial, comercial e tecnológica (ICT), que não se limitaram a proteção tarifária (CHANG, 2004).

Desta maneira o autor traz que é necessário socializar o risco destes investimentos, não somente através de políticas diretas, sendo possível através de instituições que socializem este risco, mas isto pode levar tempo, podendo limitar a capacidade de reações a novas mudanças.

No entanto, o uso de políticas de apoio ICT não garantirá o sucesso deste desenvolvimento, pois depende, principalmente, da capacidade de implementação do Estado.

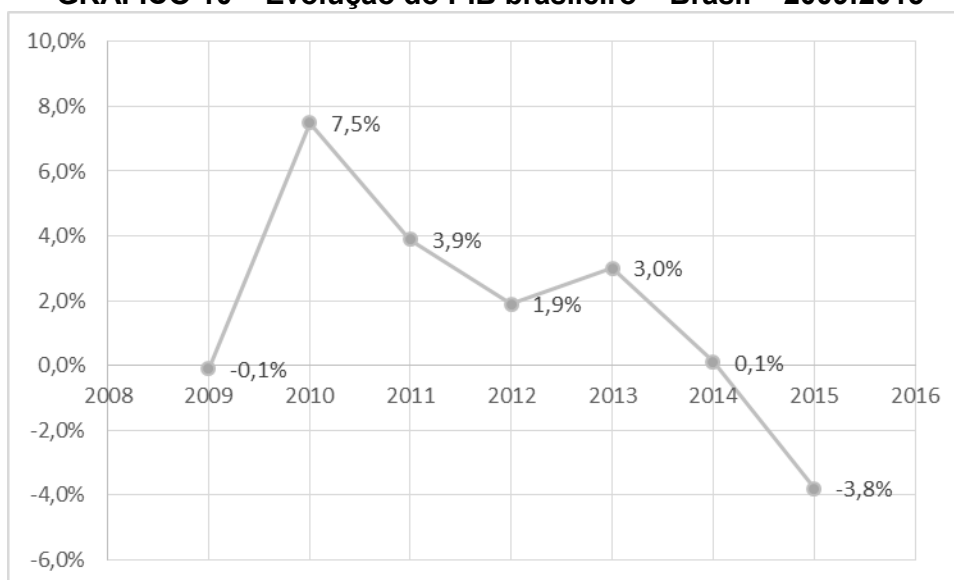
O fato é que muitos países que hoje são considerados desenvolvidos “[...] protegeram suas indústrias com muito mais vigor do que os atuais países em desenvolvimento.” (CHANG, 2004, p. 211).

Assim sendo, o pacote de “boas políticas<sup>13</sup>” atualmente recomendado, que enfatiza os benefícios do livre-comércio e de outras políticas ICT do *laissez-faire*, parece conflitar com a experiência histórica. [...].

[...] Em outras palavras, acaso os países desenvolvidos estão “chutando a escada”, pela qual subiram ao topo, para longe do alcance dos países em desenvolvimento? Infelizmente, a resposta a todas essas perguntas é sim. (CHANG, 2004, p. 211).

Uma das explicações para que o autor se remeta a esta conclusão é a observância ao Produto Interno Bruto (PIB)<sup>14</sup> dos países em desenvolvimento. Eles aplicaram as políticas indicadas visando o crescimento econômico, mas não refletiu da maneira que esperavam. O gráfico abaixo demonstra a evolução do PIB no Brasil, de 2009 a 2015.

**GRÁFICO 10 – Evolução do PIB brasileiro – Brasil – 2009:2015**



**Fonte:** Elaborado por Mateus Beordo, baseado em dados das Contas Nacionais Trimestrais (IBGE) (apud PASSARELLI; CONGO, 2016).

O PIB contabiliza os resultados da indústria, agropecuária e serviços, ou seja, todos os ramos da economia, sendo que se ele for alto, a economia está em

<sup>13</sup> “[...] estou me referindo àquelas que a maioria dos PADs aplicaram quando estavam em processo de desenvolvimento, não às que atualmente recomendam aos países em desenvolvimento.” (CHANG, 2004, p. 220).

<sup>14</sup> Possui o intuito de medir a atividade econômica através do valor dos bens e serviços produzido pelo país em determinado período, na agropecuária, indústria e serviços. Desta forma, apresenta panorama da riqueza, pois quanto mais se produz, aumenta o consumo, os investimentos e as vendas. Não entram no cômputo os bens intermediários, serviços não remunerados, bens já existentes e atividades informais e ilegais e não leva em conta a distribuição de renda desigual (NAIME et al., 2013), ou mesmo fatores como educação, longevidade e renda, que são detalhados no IDH, já abordado anteriormente.

crescimento, a renda per capita é maior, assim como o consumo, gerando competitividade. Sendo assim, estes processos do mercado influenciam no desenvolvimento das organizações e de seus empresários e se apresentam de forma semelhantes ao que tratamos até o momento, como veremos no tópico a seguir.

## 2.2 O desenvolvimento das firmas e seus empresários

As influências do “entorno” das organizações poderão incidir como fatores preponderantes ao seu desenvolvimento e crescimento, e que depende também de seus recursos humanos.

A relação da firma com a “demanda” pode ser explicitada ao perguntarmos por que o crescimento de uma firma dotada de recursos produtivos passíveis de serem usados de muitas maneiras, e de serem aumentados através da aquisição de recursos adicionais, deveria ser limitado pela demanda existente. **Eu não percebi qualquer razão por que uma firma deveria ver apenas perspectivas de crescimento, suas oportunidades produtivas, somente em termos de seus produtos já existentes; há muitas razões pelas quais ela deveria vê-las em termos de seus recursos produtivos e de seus conhecimentos, e buscar oportunidades para usá-los mais eficientemente.** Segue-se daí uma teoria da diversificação da firma à medida que seus mercados existentes vão se tornando menos lucrativos e que as perspectivas de novos mercados vão se tornando mais atraentes. (PENROSE, 2006, p. 15-16, grifo nosso).

Penrose traz que em uma economia industrial de empresas privadas a unidade básica de organização da produção advém da firma mercantil, sendo que os padrões de consumo e de produção são estabelecidos a partir de decisões individuais dos homens de negócios e de sua atuação nas unidades mercantis, denominada neste momento como firmas e que, também, influenciam a vida social e econômica (PENROSE, 2006, p. 41).

A função destas firmas está no uso de recursos produtivos para abastecerem bens e serviços à economia de mercado conforme planos estabelecidos e postos em prática dentro de firma (PENROSE, 2006, p. 49).

Neste interim, o que motiva estas empresas a iniciarem suas atividades? Segundo Penrose é o lucro, mais evidenciado em determinadas empresas do que em outras e que eles não são para proporcionar vantagens para indivíduos, podendo ocorrer como repasse de renda para eles.

A autora ainda pondera que os pequenos empresários tendem a identificar-se com suas empresas como razão de seus trabalhos, se vendo em seus produtos, se orgulhando e vendo-a como sua criação construtiva.

**Os pequenos empresários por sua vez tendem com frequência a identificar-se com suas firmas e a percebê-las como a razão de seus trabalhos, vendo nelas uma criação construtiva da qual podem se orgulhar, e que poderão transferir com pleno vigor aos seus descendentes.** Tendo em vista, eles muitas vezes preferem reinvestir seus lucros na firma em vez de aplicá-los alhures, valendo-se apenas moderadamente deles para o seu próprio consumo. (PENROSE, 2006, p. 67, grifo nosso).

Assim, as decisões seguem o passo de que os investimentos realizados devem ser para auferirem-lhes lucros, onde cada investimento poderá aumentar seus lucros e gerar crescimento a longo prazo.

Os microempreendedores, por algumas vezes, possam ter outros “objetivos” que não o de gerar lucro, mas o espírito empresarial os “movem” ao seu crescimento, buscando o que Penrose chama de “oportunidades produtivas”, e que são dependentes de administrações competentes.

As empresas que encontram um nicho de mercado e crescem e em determinado momento ele se cessa, é resultado da falta de percepção de seus administradores quanto às “oportunidades produtivas”.

Tais condições, porém, não duram indefinidamente, e a firma não-empREENDEDORA cessa de crescer quando esse tipo de oportunidades declina. A firma empreendedora, se for grande, irá destinar permanentemente parte de seus recursos para a tarefa de investigar possíveis vias de expansão lucrativa, agindo em função do pressuposto, talvez sustentado pela experiência pregressa, de que sempre pode haver oportunidades para um crescimento lucrativo, ou de que a expansão é necessária num mundo competitivo. **Firmas menores apenas periodicamente dispõem dessa oportunidade de considerar em que direções uma expansão pode vir a ser lucrativa. Mas, em qualquer desses casos, a decisão de procurar as oportunidades é uma decisão empresarial que requer uma intuição e uma imaginação empreendedora, e que deve preceder a decisão “econômica” de levar avante o exame das oportunidades de expansão.** (PENROSE, 2006, p. 75, grifo nosso).

As empresas menores possuem menores índices de oportunidades e depende da intuição e habilidade empreendedora de seus administradores, que caso não sejam ambiciosos, suas empresas não serão grandes. Ele fica

“estacionado” em uma “zona de conforto” e onde sua percepção administrativa e empresarial traz segurança.

Ocorre com frequência que os horizontes de uma firma, particularmente de uma firma menor, são extremamente limitados. Contentes em fazer um bom trabalho em seu próprio setor, os empresários menos empreendedores podem muitas vezes nem mesmo considerar as possibilidades mais amplas que ficariam ao alcance deles se apenas levantassem a cabeça para vislumbrá-las. Se eventualmente obtêm uma percepção delas, eles podem carecer de coragem ou de ambição para atingi-las, embora possam ser produtores ambiciosos, eficientes e bem-sucedidos em seus campos de atividades ou no seu âmbito espacial [...]. (PENROSE, 2006, p. 78).

Estas habilidades envolvem aspectos como a capacidade do empresário em mobilizar e destinar os recursos financeiros que possui, sendo que certas vezes há estes recursos disponíveis, porém falta ambição à eles para realizarem novos investimentos.

Penrose identifica os tipos de empresários a partir da visão dele para o negócio, podendo ser:

- “Produtivistas”, “em formação” ou “construtores de ativos” são aqueles apegados ao crescimento e lucros de suas firmas como organização à produção de bens e serviços; e
- “Construtores de impérios” são focados em determinados campos produtivos e almejam uma posição dominante (PENROSE, 2006, p. 82-83).

A estes empresários ficam as expectativas de alcançarem seus objetivos que não são fatos consolidados, pois para o crescimento destas empresas há influências: 1) internas como a aptidão administrativa; 2) externas como os mercados de produtos e 3) que advém de fatores internos e externos como a “incerteza”, advinda dos empresários em suas expectativas e os “riscos”, dizem respeito aos possíveis resultados, e que podem trazer grandes impactos nas receitas da empresa, pois se ele planejar um investimento seja de um real ou de cem reais para determinada ação, no caso de não se efetivar o planejamento realizado, principalmente, a pequena empresa sofrerá destas consequências em grande monta. Seja um montante ou o outro a perda é a mesma, mas o impacto dela é diferente (PENROSE, 2006).

Afinal, “Quanto menos precisão tiver uma firma em suas previsões, tanto mais incertas serão as suas expectativas de lucro.” (PENROSE, 2006, p. 218).

As incertezas poderão ser reduzidas no caso do uso de “pesquisa administrativa”, podendo ser de maior confiabilidade e proximidade do real, quanto maior o investimento e dedicação à esta.

Para a formação destas empresas são necessários investimentos previamente adquiridos ou herdados, ou mesmo, resultado do mercado, mas

**[...] há ramos de atividades cujas condições de ingresso são tão simples que quase qualquer firma pode começar de imediato e neles produzir.** Nesse caso, as “qualificações” exigidas são mínimas, o ritmo de entrada muito intenso – particularmente de pequenas firmas – e a taxa de mortalidade é também muito elevada. Nestes ramos temos que examinar não apenas as características das firmas ingressantes, mas também os fatores que determinam a permanência e o crescimento delas. (PENROSE, 2006, p. 145, grifo nosso).

Algumas empresas conseguem com baixos investimentos ingressar no mercado e produzir, sendo que a expansão das empresas, seja pequena, média ou grande, é baseada no uso eficiente dos recursos que dispõem e na visão de oportunidades, proporcionando reflexos na empresa e na sua atuação societária.

Para as pequenas empresas o investimento em pesquisa resultará em lucro no caso de terem ideias específicas e originais, caso contrário afeta a empresa, pois, geralmente, o desenvolvimento de produtos decorrente destas pesquisas ocorre em médio a longo prazo.

Após o desenvolvimento destes produtos, sua estabilidade e vida, dependerá das vendas e do marketing que definem como chegar aos consumidores.

Desta forma, salientamos que as firmas e mercado interagem entre si, sendo que uma é necessária para a existência da outra, tanto para a produção quanto para o consumo.

Assim, a existência das empresas depende de como o mercado influencia sua atuação, não dependendo apenas delas mesmas, ou seja, da demanda e da procura por seus produtos, mas também a sua diversificação influencia sua taxa de crescimento.

O crescimento sólido e vertiginoso ocorrerá caso não esteja em concorrência direta com firmas maiores e até que os produtos colocados no

mercado cheguem a sua estagnação, constatando-se que para continuar seu crescimento dependerá de condições de mercado mais favoráveis.

Geralmente, estas empresas estão restritas pelo seu contexto a certos tipos de oportunidades, onde suas perspectivas de expansão são limitadas e perpassam inclusive pela limitação do valor dos créditos que conseguem para empréstimos e que possuem taxas de juros mais altas, visto o risco do negócio.

Penrose realiza sua análise acerca dos motivos de sempre existirem firmas pequenas, pois, a partir da teoria, estas empresas se tornariam médias, podendo a ser grandes empresas, e utiliza a seguinte explicação para que sempre existam pequenas empresas:

1. Certos tipos de atividades são impróprias para firmas grandes, como, por exemplo, as que requerem rápida adaptação a condições mutáveis, uma intensa atenção pessoal e detalhes, aos caprichos da clientela etc., ou então que requerem pequenos estabelecimentos (talvez devido ao alto custo dos transportes), cuja supervisão em grande número pode ser antieconômica para firmas grandes;
2. Sob certas circunstâncias, estas firmas toleram e protegem a existência de pequenas firmas, por vezes sob o guarda-chuva dos preços praticados pelo ramo;
3. Em alguns ramos, o ingresso é muito fácil, e muitos empresários potenciais estabelecem neles novas firmas todos os anos – o que possibilita em qualquer época o surgimento de um grande número de firmas pequenas, ao mesmo tempo em que outras estão abandonando os negócios;
4. Finalmente, no desenvolvimento de alguns ramos, algumas firmas pequenas conseguem sobreviver porque as maiores ainda não se deram ao trabalho de eliminá-las, e, com o tempo, essas firmas acabarão sendo expulsas do mercado ou absorvidas por outras maiores. (PENROSE, 2006, p. 326-327).

A autora estabelece que certamente estas empresas pequenas que permanecem como pequenas são devido ao tipo de mercado que atingem, impróprias às grandes empresas, sendo que estas últimas até toleram e as protegem, ou porque o ingresso no ramo é muito fácil, fazendo que um grande número de empresas surja e ao mesmo tempo outras tantas deixam de existir, ou devido às grandes firmas que ainda não as eliminaram.

E define que estes empresários comandam estas empresas cujo seu crescimento é pouco provável, até pelos objetivos que almejam.

Empresários potenciais, cujos principais ativos consistem de um pequeno capital e cujo principal objetivo é o de se estabelecerem num negócio, permanecerem necessariamente confinados àqueles campos em que os principais requisitos para poder começar resumem-se a ter algum capital e talvez um treinamento prévio ou uma aptidão qualquer de ampla difusão na população de trabalhadores sem profissão. É nesse tipo de campo que encontramos a peculiar combinação de circunstâncias que caracterizam a situação de firmas cujo crescimento é pouco provável, junto com elevadas taxas de entradas e saídas, com baixos níveis de lucros e de progresso técnico. (PENROSE, 2006, p. 327).

O empreendedor que se estabelece aqui é aquele que age pela oportunidade, movido pela qualidade de vida, que não está associado a grandes lucros ou mesmo a progressos técnicos no setor produtivos ou da administração, pois

Trata-se de condições pouco atraentes para empresários dinâmicos, e **apenas aqueles cujos recursos e aptidões sejam extremamente limitados ingressam nesses becos sem saída** – em campos de atividades com pouquíssimas oportunidades de desenvolvimento ulterior. (PENROSE, 2006, p. 327-328, grifo nosso).

Sendo assim as oportunidades produtivas de pequenas empresas são ligadas aos interstícios que foram deixados abertos pelas grandes empresas e que as pequenas observam como possibilidade a ser desfrutada (PENROSE, 2006, p. 329).

A abertura para a entrada das pequenas empresas depende da atuação das grandes firmas e em épocas de depressões econômicas a grande vantagem das pequenas empresas está no baixo custo administrativo, sendo capazes de reduzir custos à medida que a produção diminui. “Mas, quando a política monetária se torna excessivamente restritiva um severo racionamento do crédito pode frear a expansão das pequenas firmas.” (PENROSE, 2006, p. 360).

Nestes momentos de interstícios na economia, as áreas não ocupadas pelas grandes empresas, aparecem como oportunidades às pequenas empresas, que dependerão das barreiras que poderão enfrentar como a liberação de créditos, e às políticas fiscais entre outras políticas.

Neste ínterim, podemos definir que nossos sujeitos de pesquisa, tem suas ações motivadas por uma desconstrução e construção de “papéis”, frente às instabilidades do mercado e de suas vivências, por não contarem com construções sólidas, assim, revolucionam as estruturas a partir de si, observando que a

reconstrução parte do “eu” e de seus próprios potenciais, e que são ligados intimamente aos processos do capitalismo vigente.

Torna-se importante observar que historicamente o empresário da cidade de Franca/SP, em sua maioria, vieram da produção da fábrica e não de uma “terra que nunca araram”. Assim, acreditamos que nossos sujeitos peremptoriamente não dispunham de grande quantidade de capital para investimento, mas conhecem as etapas de produção, pois advém do “chão de fábrica”, possuem o “saber fazer”, como trunfo nas mãos, além da “vontade” de “dar certo” e, principalmente, retornar o sustento necessário para a sua família.

O importante é valorar que este processo cidadão através do empreendedorismo é desafiador, pois procura romper com o modelo pré-existente de manutenção do sistema econômico-político-social, onde a demanda observada não é advinda da maioria da sociedade e sim de uma minoria, que está excluída.

Um sistema que provoca uma paralisia no desenvolvimento nacional e que somente será enfrentado através da busca pela liberdade e pela igualdade que permita tomar as iniciativas necessárias, como iremos estudar em nossa síntese, através do olhar aos microempreendedores individuais de Franca/SP.

### CAPÍTULO 3 SÍNTESE – AS ESTRATÉGIAS À PARTICIPAÇÃO SOCIAL: AS “MIGALHAS” QUE CONFECCIONAM A “COLCHA DE RETALHOS”

FIGURA 5 – Costureiras



Fonte: Amaral (1936-1950).

[...] **estamos procurando novos rumos. As dinâmicas tecnológicas**, em particular, e a própria complexidade e diversidade crescentes das nossas economias **exigem formas de organização e de gestão mais sofisticadas, transparentes e democráticas**. Esperar que uma mão invisível do mercado resolva, francamente, já não é realista, para dizer o mínimo. Como escreve Ignacy Sachs, **estamos condenados a inventar, a inovar**. (DOWBOR, 2015, p. 137, grifo nosso).

**O exercício cidadão mostra-se como se fosse uma ilusão**, pois vemos e conhecemos as características marcantes do mercado contemporâneo, externadas pela sua financeirização, mercadorização, consumismo, em detrimento do ser humano e sua conseqüente valorização. Talvez, *pari passu*, necessitamos reinventar e inovar, traçar estratégias, que irão permear caminhos e descaminhos, passos a frente e passos a trás, mas que designarão um avanço societário. Assim, estes caminhos percorrem um passo mais curto e imediato, e que trilhem a mediaticidade.

Talvez como a maioria dos países da América Latina, o Brasil, inicia seu processo industrial em escala nacional, a partir da substituição da importação de produtos de bens de consumo, que não necessitam grandes investimentos em tecnologia e desenvolvimento, e importa produtos intermediários e bens de capital, até porque não é convencional o tipo “inovador”, a partir da visão schumpeteriana, ou seja, com visão de longo prazo que antecipe oportunidades na abertura de linhas da atividade produtiva (SICSÚ; PORTARI, 2010, p. 54-56).

O avanço ocorrerá quando a população não vê perspectivas de conseguir participar da sociedade e não aceita ficar excluída dela. Consideramos que parte desta população aguarda uma mudança ou até uma transformação produto do investimento de uma grande empresa ou mesmo do governo, mas vendo a inércia destes entes, acabam investindo eles mesmos na mudança do espaço local, proporcionando o desenvolvimento da região.

**Esta visão de que podemos ser donos da nossa própria transformação econômica e social, de que o desenvolvimento não se espera mas se faz, constitui uma das mudanças mais profundas que está ocorrendo no país.** Tira-nos da atitude de espectadores críticos de um governo sempre insuficiente, ou do pessimismo passivo. Devolve ao cidadão a compreensão de que pode tomar o seu destino em suas mãos, conquanto haja uma dinâmica social local que facilite o processo, gerando sinergia entre diversos esforços. (DOWBOR, 2012, p. 115-116, grifo nosso).

A população se desenvolveu, trazendo o protagonismo à eles, que conseguiram visualizar que parte da mudança que esperavam dependiam deles e assim empreenderam, a partir das características econômico e social da região.

Neste interim,

Um segundo eixo de democratização da economia se refere ao acesso equilibrado ao produto dos nossos esforços. O nosso sistema capitalista, é preciso constatar-lo, pode saber produzir, mas não sabe distribuir. E como o ciclo de reprodução envolve tanto a produção como a distribuição, ele é estruturalmente incompleto.

É hoje cada vez mais manifesto que o quanto a pessoa é remunerada depende cada vez menos do seu esforço, ou da sua vontade de trabalhar, e cada vez mais de como está inserido no processo produtivo. O processo produtivo é cada vez mais um processo social [...]. (DOWBOR, 2012, p. 117).

O processo produtivo insere-se no interior do social, onde encontraremos, por exemplo, o empreendedorismo.

### **3.1 Breves considerações sobre a constituição do microempreendedorismo no Brasil**

Desde a década de 1990, o Brasil adota o empreendedorismo como eixo fundante para trazer dinamicidade e competitividade à sua economia, buscando aumentar a atratividade ao investimento privado.

Neste contexto surgem as Micro e Pequenas Empresas (MPE), conjuntamente com o discurso sobre o empreendedorismo.

Assim, o brasileiro associa a Microempresa (ME) e a Empresa de Pequeno Porte (EPP) ao empresário figurado como microempreendedor, que em meio a adoção de um modelo neoliberal na economia, com a abertura do mercado trazendo produtos importados para concorrência com os nacionais e, a reestruturação produtiva com queda de postos de trabalho com carteira assinada, estimula-se a independência aos empregos formais com a abertura de pequenas empresas, deixando aparente a incapacidade de estímulo do Estado de manter os vínculos empregatícios e não deixá-los marginalizados.

O apoio do Estado para o sucesso destas novas empresas tange a criação de um aparato legislativo, como veremos no próximo tópico.

#### **3.1.2 Conjuntos de normas jurídicas: apresentação das principais leis brasileiras de incentivo ao empreendedorismo**

O empresário e seu empreendimento recebe apoio de normas jurídicas e a partir deste, o empreendedorismo auferirá incentivo de políticas públicas que dispõem sobre o empreendedor.

Ao longo dos tempos, foi necessária a criação de leis de apoio ao investimento privado, criando a figura do microempresário e como o aparato de normas é longo, salientamos que nosso objetivo é uma apresentação e não é nosso intuito discuti-los em demasiada profundidade.

Iniciamos através da Constituição Federal, de 1988, que traz no art. 170 que a ordem econômica é fundada na valorização do trabalho humano e na livre

iniciativa, assegurando a existência digna, balizado na justiça social e observado o princípio da soberania nacional; propriedade privada; função social da propriedade; livre concorrência; defesa do consumidor; redução das desigualdades regionais e sociais; busca no pleno emprego; entre outros e no art. 179, o incentivo às micro e pequenas empresas e empresas de pequeno porte, garante o tratamento jurídico diferenciado, com a simplificação de obrigações administrativas, tributárias, previdenciárias e creditícias (BRASIL, 1988).

O apoio à livre iniciativa traz a microempresa (ME) e/ou a empresa de pequeno porte (EPP) que já faziam parte deste cenário desde a Lei nº 7.256 (BRASIL, 1984), e seus avanços, determinado pela Lei nº 9.317 (BRASIL, 1996), que dispunha sobre o regime tributário aplicado a elas e a Lei nº 9.841 (BRASIL, 1999), do Estatuto da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte, que abrangia o tratamento jurídico diferenciado, simplificado e favorecido pela Constituição Federal, “[...] levando em consideração a sua capacidade de geração e manutenção de ocupação e emprego, potencial de competitividade e de capacitação tecnológica, que lhes garantirão o crescimento e o desenvolvimento” (BRASIL, 1999), sendo que já foram revogadas.

O Código Civil em vigor, decorrente da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002<sup>15</sup>, no artigo 44 institui como pessoa jurídica de direito privado: as associações, as sociedades, as fundações, as organizações religiosas, os partidos políticos e as empresas individuais de responsabilidade limitada (sendo esta última a partir de 2011) (BRASIL, 2002).

O artigo 966 do referido código caracteriza o empresário como aquele que exerce profissionalmente atividade econômica organizada visando a produção ou a circulação de bens e serviços, o art. 967 obriga a inscrição do empresário no Registro Público de Empresas Mercantis a cargo das Juntas Comerciais e o art. 970 assegura o tratamento favorecido, diferenciado e simplificado ao pequeno empresário, quanto à inscrição e aos efeitos daí decorrentes (BRASIL, 2002).

A legislação vigente é a Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, que institui o Estatuto Nacional da Microempresa<sup>16</sup> e da Empresa de Pequeno

---

<sup>15</sup> Em vigor desde 11 de janeiro de 2003.

<sup>16</sup> “[...] aufera, em cada ano-calendário, receita bruta igual ou inferior a R\$ 360.000,00 (trezentos e sessenta mil reais).” (BRASIL, 2006).

Porte<sup>17</sup>, podendo ser constituída como sociedade empresária, sociedade simples, Empresa Individual de Responsabilidade Limitada (EIRELI)<sup>18</sup>, sendo o empresário a que se refere o art. 966 da Lei nº 10.406/2002 (BRASIL, 2006).

A referida Lei em seu Art. 4º., § 3º e Art. 18-A. cria condições diferenciadas para o incentivo aos microempreendedores:

Ressalvado o disposto nesta Lei Complementar, ficam reduzidos a 0 (zero) todos os custos, inclusive prévios, relativos à abertura, à inscrição, ao registro, ao funcionamento, ao alvará, à licença, ao cadastro, às alterações e procedimentos de baixa e encerramento e aos demais itens relativos ao Microempreendedor Individual, incluindo os valores referentes a taxas, a emolumentos e a demais contribuições relativas aos órgãos de registro, de licenciamento, sindicais, de regulamentação, de anotação de responsabilidade técnica, de vistoria e de fiscalização do exercício de profissões regulamentadas. (BRASIL, 2006).

A legislação prevê que o empresário exerça profissionalmente atividade econômica organizada, desta forma, sua legalização e não sua atuação informal, e na observância do movimento societário, no art. 18-A, estabelece o **Microempreendedor Individual (MEI)** como aquele **empresário individual**, “[...] que tenha auferido receita bruta, no ano-calendário anterior, de até R\$ 81.000,00 (oitenta e um mil reais), optante pelo Simples Nacional [...]” (BRASIL, 2006).

Segundo o disposto na lei, o MEI, é uma **modalidade de microempresa**, estabelecendo-o como **pequeno empresário** e foi estabelecido como “[...] uma política pública que tem por objetivo a formalização de pequenos empreendimentos e a inclusão social e previdenciária.”. Onde sua formalização não tem caráter eminentemente econômico ou fiscal (BRASIL, 2006).

Possui restrições quanto às atividades que pode exercer, entre outras, como: possuir um único estabelecimento; não participar de outra empresa como titular, sócio ou administrador; e não contrate mais de um empregado (COMITÊ GESTOR DO SIMPLES NACIONAL, 2011).

A Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, e suas disposições posteriores, acrescenta a figura do Agente de Desenvolvimento, que

<sup>17</sup> “[...] aufera, em cada ano-calendário, receita bruta superior a R\$ 360.000,00 (trezentos e sessenta mil reais) e igual ou inferior a R\$ 4.800.000,00 (quatro milhões e oitocentos mil reais).” (BRASIL, 2006).

<sup>18</sup> Permitida pela Lei nº 12.441, de 11 de julho de 2011, que define que “[...] será constituída por uma única pessoa titular da totalidade do capital social, devidamente integralizado, que não será inferior a 100 (cem) vezes o maior salário-mínimo vigente no País.” (BRASIL, 2011b).

será definido pelo poder público municipal e ficará responsável pela articulação das ações públicas locais ou comunitárias, individuais ou coletivas, visando a promoção do desenvolvimento local e territorial, sob supervisão do órgão gestor local responsável por estas políticas (BRASIL, 2006).

O governo do Estado de São Paulo também apresentou legislação compatível ao desenvolvimento do empreendedorismo, como o Decreto nº 51.467 (SÃO PAULO, 2007a), que prevê a desburocratização dos serviços públicos. O Decreto nº 52.228 (SÃO PAULO, 2007b), estabelece o tratamento diferenciado e favorecido ao MEI, ME e à EPP, que para atendimento aos dispositivos anteriores se estabeleceu a instituição do Sistema Integrado de Licenciamento, através do Decreto nº 55.660 (SÃO PAULO, 2010).

Pari passo visando o estabelecimento de empreendedores há a integração do município, frente às duas esferas governamentais anteriormente citadas, que editou o Decreto nº 9.662 (FRANCA, 2011), regulamentando o tratamento diferenciado e simplificado aos MEIs, às MEs e às EPPs, no que diz respeito à formalização, incentivos, orientações e apoio ao crescimento e desenvolvimento de tais empreendedores no âmbito municipal.

Desde 2015, a cidade disponibiliza a Sala do Empreendedor Móvel levando até a população a possibilidade de formalização de seus empreendimentos, bem como a estrutura de crédito do Banco do Povo Paulista, que também é disponibilizado na Sala do Empreendedor, instalada juntamente à Prefeitura Municipal de Franca/SP.

A legislação citada visou apenas demonstrar a magnitude e importância do empreendedor à economia brasileira, que observou sua prevalência frente às grandes corporações, e informamos que não esgotamos a observação da legislação vigente, devido às alterações que foram apresentadas. Inserimos no contexto deste debate apenas as mais significativas.

### **3.2 O processo libertador da participação social do microempreendedor**

As ações elencadas acima, assim como o agir individual e coletivo são resultado de um processo. Neste caso, como a sociedade está em constante movimento, este processo depende do agir da coletividade e de como ele ocorre e

interage com ela, pois pode ser notado e reconhecido, mas pode se distanciar e provocar profunda estranheza.

Desta forma, falar em emancipação é reconhecer como está imbricado as relações societárias e seu movimento com o cotidiano. Podemos dizer que tal processo é profundo e a realidade está permeada nesta complexidade.

O sujeito histórico capaz de ter e exercitar sua consciência crítica, mas que muitas vezes, não consegue refletir apresentando o “discurso” de que estamos sendo “atropelados” pelas atividades cotidianas, e não vemos que estamos sendo sucumbidos pela busca da sobrevivência.

O primeiro passo a ser dado advém da cisão à pobreza política, trata-se do reconhecimento de suas competências, principalmente a de se fazer sujeito, não aceitando as imposições que colocam-no como objeto, como massa de manobra. Sendo excluído sem perceber.

Após alicerçada esta base, poderá ser dado o próximo passo. Até chegarmos à organização política coletiva que é potencializada quando se constrói em consenso.

Este processo emancipatório torna-se um fenômeno político, que precisa integrar-se ao econômico, visto vir a partir dele os proventos materiais.

Destarte devemos trilhar um caminho dialógico, pois

A esquerda tende a superdimensionar o desafio político e gosta de entender emancipação como conquista ideológica, jogando tudo na consciência crítica. Propõe-se meta e ética de absoluta relevância, mas sem os devidos meios. A direita, por sua vez, hipostasia o mercado, porque o entende como regulador final de tudo. Manipula com argúcia instrumentos produtivos, mas não tem ética, nem meta social, a não ser a concentração das vantagens. (DEMO, 1995a, p. 137).

Demo (1995a) define ações a fim de se alcançar a emancipação e que envolve diretamente nosso *lôcus* de pesquisa, visto que este se desenvolve no mercado e no sistema capitalista em que vivemos.

1. A competitividade, com base em conhecimento inovador: De um lado, aproximando as empresas nacionais que poderiam produzir e permutar conhecimento e tecnologia e de outro lado, manter a economia de mão-de-obra. É verdade que são dois opostos, mas devemos observar que parte da população ativa se aloca no mercado informal e não se pode desvalorizá-las, principalmente em pequenos negócios;

2. Avanço em políticas públicas que favoreçam a cidadania e incentivo ao controle da elite e do Estado: A política pública mais próxima da cidadania é a educação básica que merece investimentos visando o desenvolvimento e emancipação da sociedade e também o estímulo à participação social;
3. Formação de um sujeito histórico competente advindo da educação e da propagação do conhecimento;
4. O processo emancipatório realizado a partir dos tópicos acima deve humanizar a inovação e não inovar para dominar.

A participação social aumenta com o pertencimento da população junto ao país e sua democracia, vivida no mercado e nesta correlação de forças deveremos quebrar barreiras que nos colocam como meros beneficiários de “produtos” assistenciais e buscar uma cidadania crítica organizada, em busca de nossas emancipações.

### **3.3 A liberdade como condição ao desenvolvimento do microempreendedor**

O processo de desenvolvimento que apresentamos à emancipação está no interim da liberdade, dos direitos humanos, da participação e da democracia, frente a opulência da contemporaneidade, onde mesmo com o mundo cada vez mais interconectado, vivemos privações, destituição e opressão sem precedentes, ameaçando nossa sustentabilidade econômica e social.

A liberdade é considerada o fim a ser atingido e o meio é o desenvolvimento. Sendo que este último deve eliminar privações de liberdade que limitam as escolhas e oportunidades do sujeito ser agente. Quando falamos em liberdade consideramos que há a liberdade política, a econômica, a social, a cultural.

As instituições – o Estado, o mercado, o sistema legal, os partidos políticos, a mídia, entre outras – possuem importante papel para a expansão e garantia das liberdades dos indivíduos, vistos como agentes ativos de mudança.

A ligação entre liberdade individual e realização de desenvolvimento social vai muito além da relação constitutiva – por mais importante que ela seja. O que as pessoas conseguem positivamente realizar é influenciado por oportunidades econômicas, liberdades políticas, poderes sociais e por condições habilitadoras como boa saúde, educação básica e incentivo e aperfeiçoamento de iniciativas. As disposições institucionais que proporcionam essas oportunidades são ainda influenciadas pelo exercício das liberdades das pessoas, mediante a liberdade para participar da escolha social e da tomada de decisões públicas que impelem o progresso dessas oportunidades. (SEN, 2000, p. 19).

Este eixo de entendimento das influências institucionais que são influenciadas pelo exercício das liberdades das pessoas, converge nossa tese e antítese, em nossa síntese, apresentadas até este momento.

Pois as ações dos nossos participantes da pesquisa estão no agir de suas liberdades, e ressaltamos que o desenvolvimento deve ser pensado como “[...] processo integrado de expansão de liberdades substantivas interligadas.” (SEN, 2000, p. 23). Reconhecendo o papel dos valores sociais e costumes prevalecente que inclusive influencia nas liberdades desfrutadas por aquelas pessoas.

Sen (2000, p. 25) enumera cinco tipos distintos de liberdade vistos de uma perspectiva “instrumental” que ajudam a promover a capacidade geral de uma pessoa: 1) liberdades políticas; 2) facilidades econômicas; 3) oportunidades sociais; 4) garantias de transparência; e, 5) segurança protetora. Estas liberdades não limitam-se ao fim do desenvolvimento, sendo também meio desta relação.

Essas relações empíricas reforçam as prioridades valorativas. Pela antiquada distinção entre “paciente” e “agente”, essa concepção de economia e do processo de desenvolvimento centrada na liberdade é em grande medida uma visão orientada para o agente. Com oportunidades sociais adequadas, os indivíduos podem efetivamente moldar seu próprio destino e ajudar uns aos outros. Não precisam ser vistos sobretudo como beneficiários passivos de engenhosos programas de desenvolvimento. Existe, de fato, uma sólida base racional para reconhecermos o papel positivo da condição de agente livre e sustentável – e até mesmo o papel positivo da impaciência construtiva. (SEN, 2000, p. 25-26).

A maximização da renda ou da riqueza não deve ser adotada como objeto básico que proporciona ao desenvolvimento. Logo, não quer dizer que se há crescimento econômico tem havido desenvolvimento, pois este último deve relacionar-se com a melhora da vida que levamos e das liberdades que desfrutamos,

nos permitindo ser seres sociais mais completos, colocando em prática nossos anseios. Assim, interagimos com o mundo e influenciando-o.

Sua liberdade está nos **processos** que permitem ações e decisões como as **oportunidades reais**, considerando as suas circunstâncias pessoais e sociais e concentram-se na expansão das “capacidades” das pessoas de levarem suas vidas como querem, e podem ser aumentadas por políticas públicas.

Desta forma, deve ser valorizado os resultados individuais, devido a sua iniciativa e eficácia social, pois tornam-se apreciados pelo grupo, independentemente se foi exitoso ou um fracasso, cuidando de si e repassa as suas influências. Tomando sua condição de agente como membro do público e participante das ações econômicas, sociais e políticas, participando ativamente inclusive da criação de políticas públicas (SEN, 2000, p. 33).

Assim, consideramos as ações destes agentes a partir de suas privações de capacidades. A pobreza lhe tolhe suas capacidades básicas<sup>19</sup>, e não somente a baixa renda, ou seja, o grau de análise deve ser maior, ver o todo, pois pode refletir em morte prematura, subnutrição, analfabetismo e outras deficiências.

No tocante ao mercado, que já abordamos em nossa antítese, a privação da liberdade pode advir da negação de oportunidades de transação, com uso de controles arbitrários e também o afastamento sobre o valor das liberdades, em favor das utilidades, rendas e riqueza, sendo importante o livre-arbítrio ao emprego e a prática do trabalho, tornando o trabalho uma condição livre.

O mercado de trabalho pode ser libertador, independente se vier ou não a realizar no que se refere a rendas, utilidades, ou outros resultados (SEN, 2000, p. 141), porém há grupos que podem ser prejudicados, porque há grupos que recebem vantagens.

A liberdade individual é um produto social relacionado com as disposições sociais que lhe permitem expandir este contexto e usando ela para melhorar a vida de cada um e tornar as disposições sociais mais apropriadas e eficazes.

A participação destes agentes na sociedade devem permitir-lhe estabelecer também quais as tradições que desejam seguir e perpassa um apoio do Estado no estabelecimento das diretrizes acima mencionadas, mas que muitas vezes se restringem a uma educação e saúde de baixa qualidade, podendo ocorrer

---

<sup>19</sup> Afetam ou negam sua liberdade básica de sobreviver.

diversos encadeamentos como a ligação do microempreendedor individual com a taxa de desemprego.

As informações que possuímos acerca da realidade do agente fará grande diferença na tomada de decisões e ele usará de suas oportunidades para buscar seus objetivos, assumindo suas responsabilidades por suas preferências.

Há ações que o mercado pode regular e agir, mas há ações que depende dos bens públicos, que são consumidos pela população conjuntamente, e não são comprados, por exemplo uma área livre do mosquito da dengue, meu vizinho também receberá esta influência e fará a parte dele (SEN, 2000, p. 153).

Neste compasso o empreendedor tem recebido incentivos de impostos e facilitação na sua inserção ao provimento de seu emprego, onde pelo que compreendemos da referida política, visa o atendimento de suas capacidades básicas, não isentando o Estado pelo fornecimento de outros bens públicos, que podem perpassar: 1) distorção de informação: àqueles que declaram ter condições inferiores das que possuem; 2) distorção de incentivo: a distorção anterior pode afetar o comportamento econômico das pessoas; 3) desutilidade e estigma: estigmatizar quem recebe os benefícios; 4) custos administrativos, perda invasiva e corrupção: ocorre dispêndios de recursos e atrasos burocráticos, que podem ocorrer corrupção relacionado a este último fato, além da perda de privacidade e autonomia do sujeito; 5) sustentabilidade política e qualidade: os beneficiários dos programas podem não conseguir mantê-lo politicamente à mudança dos primeiros ventos políticos, econômicos, entre outros (SEN, 2000, p. 161-162).

Há, nesta busca pela liberdade, uma interdependência com a responsabilidade individual, mas que para exercê-la dependeremos de circunstâncias pessoais, sociais e ambientais. A negação de uma oportunidade em determinado tempo, pode se perdurar por incontáveis anos, privando-os de buscar uma vida responsável. Isto não quer dizer que todas as responsabilidades deverão vir do Estado, pois ele deve ser um caminho para criar-se oportunidades de escolha e deve envolver outras instituições.

Assim, o indivíduo deve ser visto como agente e não como paciente, que recebe benefício. Eles devem ser responsáveis pela sua dignidade, decidindo como utilizará suas capacidades, que neste enfoque dependem das ações do Estado.

Ademais ele poderá exercer o papel de suas liberdades, dependendo do desenvolvimento de suas capacidades e a partir da visão de desenvolvimento como

liberdade, em um mundo que valoriza tanto o econômico e o “capital humano” em detrimento da “capacidade humana”.

A compreensão mais integral do papel das capacidades humanas leva em consideração três aspectos: “[...] 1) sua relevância *direta* para o bem-estar e a liberdade das pessoas; 2) seu papel *indireto*, influenciando a mudança social, e 3) seu papel *indireto*, influenciando a produção econômica.” (SEN, 2000, p. 335, grifo do autor). Permeando o acesso ao desenvolvimento como liberdade.

O indivíduo e suas escolhas não está dissociado do público, assim desejamos a partir destes pressupostos abordar a seguir nossos sujeitos como agentes ativos, agindo em favor de sua emancipação, e não como pacientes alheios aos processos que ocorrem à sua volta, que buscam suas liberdades, a partir de suas capacidades.

Entretanto, mesmo sendo público-alvo das políticas públicas são agentes ativos que podem direcioná-las quando desviado o foco e quanto ao enfoque informacional sobre a privação de capacidades, que não apenas a pobreza de renda, facilitada pelo diagnóstico direto da deficiência de capacidades, sendo uma tarefa da informação na provisão pública, para além das capacidades básicas e se tratando de questões básicas a serem enfrentadas.

### **3.4 Os sujeitos empreendedores de Franca/SP processam pontes ao exercício da cidadania**

Neste momento nos empreenderemos em apresentar os participantes desta pesquisa, a partir das suas atuações e interações na sociedade contemporânea em Franca/SP e com dados das suas movimentações esboçaremos compreender suas realidades em busca de suas liberdades.

Para atingir tal objetivo, traçaremos a trajetória que nos levou a este objeto de investigação, além da análise que realizaremos.

#### **3.4.1 A definição de nosso processo investigativo**

Nosso problema adveio da falta de conhecimentos ao observar o meio e vislumbrar que poderia ser melhor compreendido ou resolvido, assim, partimos para a busca de explicações ou soluções e para construí-lo usamos os métodos.

Laville e Dionne (1999, p. 11), trazem o método a partir do matemático e filósofo, René Descartes, como

[...] regras precisas e fáceis, a partir da observação exata das quais se terá certeza de nunca tomar um erro por uma verdade, e, sem aí desperdiçar inutilmente as formas de sua mente, mas ampliando seu saber por meio de um contínuo progresso, chegar ao conhecimento verdadeiro de tudo do que se é capaz.

Neste anseio de apresentar o método utilizado como as regras de forma precisas e fáceis, que tornem o saber um profícuo progresso, retomando o conhecimento como verdadeiro, sem desconsiderar as limitações pessoais e das condições da pesquisa, adotando-o principalmente como caminho que nos levará a chegar a determinado fim.

O método científico é o meio para atingir estes objetivos visto que guia através de procedimentos intelectuais e técnicos que levam ao conhecimento e com este estudo possibilitaremos a ampliação do entendimento desta realidade.

O estudo da natureza e dos fundamentos do saber, conhecido como epistemologia, coloca-nos frente à característica investigativa do homem em busca de um saber racional, a partir dos movimentos do real e suas delineações com o abstrato, e das influências recíprocas entre global-local.

Sendo que a elaboração deste saber influencia e é influenciada por diversos atores, internos e externos, devendo ser considerada também o pesquisador e seu histórico de vida, desta forma todos eles são atores partícipes deste processo.

O estudo busca com olhar atento da ciência a compreensão da realidade. A percepção que fazemos do fenômeno da realidade vai variar o método de sua apreensão, tomando por base que é construída criativamente na história, como um processo contínuo, sem desconsiderar as estruturas que delineiam o fenômeno até certo ponto planejável e previsível, como o complexo de necessidades materiais e os conflitos sociais eminentes – a infraestrutura.

O processo possui condições objetivas<sup>20</sup> e as subjetivas<sup>21</sup>, criativas ou produtivas, e nos leva a conceber este movimento histórico como uma sucessão de

---

<sup>20</sup> Relacionadas as estruturas externas ao homem e que se encontram dadas, como a dinâmica interna processual dos conflitos sociais.

fases, onde uma fase gera a outra, oriundos dos conflitos objetivos e subjetivos. “A expressão talvez mais adequada para esta concepção de realidade social é **‘unidade de contrários’**: o dinamismo provém da convivência de forças contrárias, que, ao mesmo tempo, se repelem e se necessitam.” (DEMO, 1995b, p. 17, grifo do autor).

E a ciência convive com o senso comum e a ideologia. O primeiro, porque não conseguiremos dominar o todo da realidade, ou mesmo discursar por todas as suas facetas e o segundo, pois é influenciado por interesses. No entanto, para esta construção científica respeitamos critérios como a coerência, consistência, originalidade, objetivação, e intersubjetividade.

Para tanto, a utilização do método nos auxilia a pensar a realidade social que está em fermentação e não é equilíbrio, sendo apenas um modo de enxergá-la.

No entanto, objetivamos focalizar em influências que o empreendedorismo, a partir da formação da figura do microempreendedor individual (MEI), advinda da inauguração de um aparato legislativo, e de um olhar atento à capacidade do brasileiro em exercer sua cidadania, perante ao processo produtivo, localizando sua experiência e vivência em prol de suas liberdades, ou seja, de ser protagonista da sua história, na cidade de Franca/SP, pois não podemos desprezar que, historicamente, estes empreendedores advindos de suas necessidades, buscam alternativas às suas vidas, através da sua condição mais básica de suprimento das suas necessidades humanas, permeando o ideário do trabalho. Mas que toma passos necessários afim de praticar sua liberdade.

Vemos então uma abordagem multidisciplinar das ciências humanas, devido ao diálogo com outras áreas do saber para a abordagem do nosso problema de pesquisa. Para cumprir tal etapa, fizemos uso da administração, das ciências sociais, da economia, do direito, do serviço social, entre outras, nos conduzindo ao conhecimento da questão social estudada.

Na constituição deste saber, acreditamos que localizaremos o cidadão na busca incansável por condições de sobrevivência, mesmo que façam uso do aparato legislativo para localizarem-se como empreendedor, frutificado pelas dificuldades governamentais de gerar e criar postos de trabalho e com as garantias trabalhistas.

---

<sup>21</sup> Intrínsecas a capacidade política do homem na conquista de seu espaço, que ocasionam transformações sociais, como as reações dos menos favorecidos nos conflitos sociais.

Pois bem, estes cidadãos têm ficado limitados e dependentes pela condução dos “ventos” políticos e são afunilados pelas condições do mercado, levados por terceirizações, inserções empresariais na área de serviços e outras áreas sem instrumentação tecnológica ou educacional, e assim não localizam a “estabilidade” necessária.

Logo, ansiamos abordar as relações macroeconômicas de mercado e suas influências no emprego e nos modos de produção.

A partir de nossa pesquisa, pretendemos ampliar a compreensão do problema apresentado, podendo resultar em novas questões a serem investigadas, pois “[...] quanto mais se acumulam conhecimentos interpretativos, mais se é capaz de observar o real social, de questioná-lo e de compreendê-lo.” (LAVILLE; DIONNE, 1999, p. 90).

O caminho para a construção destes “saberes”<sup>22</sup> utilizou conceitos e teorias que advieram do método bibliográfico e documental visando o embasamento teórico acerca da temática apresentada, pois ele nos permite uma revisão literária, alimentando o conhecimento, afinando as perspectivas teóricas.

O acúmulo teórico advém de pesquisas anteriormente realizadas na mesma área do conhecimento, como a história da indústria calçadista de Franca/SP, as relações de trabalho no século XXI, a construção da identidade dos microempreendedores do lingerie e para assumir o presente estudo, ampliamos com a leitura de livros, artigos científicos, resenhas, jornais, revistas, teses e dissertações entre outros.

As documentações consultadas vieram de pesquisas oficiais como do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED), Global Entrepreneurship Monitor (GEM), Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM), Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), Junta Comercial do Estado de São Paulo (JUCESP), Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE), Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados (SEADE), Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE) e Portal do Empreendedor - MEI/Portal do Microempreendedor Individual.

---

<sup>22</sup> Pois não é único e limitado a uma vertente.

O uso da documentação existente também possui papel específico e fidedigno a temática estudada, proporcionando dados ricos à nossa pesquisa, sendo utilizados com rigor.

As fontes de “papel” muitas vezes são capazes de proporcionar ao pesquisador dados suficientemente ricos para evitar a perda de tempo com levantamentos de campo, sem contar que em muitos casos só se torna possível a investigação social a partir de documentos. (GIL, 1999, p. 160).

Os dados oficiais advindos destas pesquisas serão complementados com dados extraídos da Jucesp, que utilizamos para consolidação dos MEIs da cidade de Franca/SP, visto que consultamos sobre a disponibilidade de dados estatísticos junto à Sala do Empreendedor do município e ao Sebrae, mas ou não obtivemos retorno ou recebemos a informação que os dados obtidos não possuem fins estatísticos, portanto não poderiam ser divulgados e que os recursos disponíveis estão limitados ao Portal do Empreendedor.

O sitio da Jucesp disponibiliza através dos serviços on-line, pesquisa de empresas avançada em sua base de dados e como pesquisamos somente empresas legalmente constituídas e todas elas são cadastradas junto às Juntas Comerciais do respectivo Estado de jurisdição, e dado que estas empresas não podem ter filiais, não podem ter sócios, são empresários individuais, pesquisamos os optantes pelo Simei, onde o nome empresarial será o nome civil acrescido do número do Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) (a partir de 08 de fevereiro de 2010, pois anteriormente a este período poderá haver alterações no nome empresarial)<sup>23</sup>, e não realizamos qualquer limitação quanto à atividade econômica principal exercida, ou mesmo nas atividades auxiliares, e nem quanto ao capital de composição da empresa, além de fazermos uso dos dados disponíveis no Portal do Microempreendedor Individual.

Por fim, selecionamos para que a pesquisa não fizesse restrição se a empresa estava ativa ou não, pois em um segundo momento, selecionamos,

---

<sup>23</sup> Conforme Art. 19-C da Resolução CGSIM nº 16, de 17 de dezembro de 2009, que dispõe sobre o procedimento especial para o registro e legalização do Microempreendedor Individual. Alterada pela Resolução nº 17, de 9 de abril de 2010 e pela Resolução nº 26, de 8 de dezembro de 2011. (Vide art. 6º da Resolução CGSIM nº 26/2011). (COMITÊ PARA GESTÃO DA REDE NACIONAL PARA SIMPLIFICAÇÃO DO REGISTRO E DA LEGALIZAÇÃO DE EMPRESAS E NEGÓCIOS, 2009, 2010, 2012).

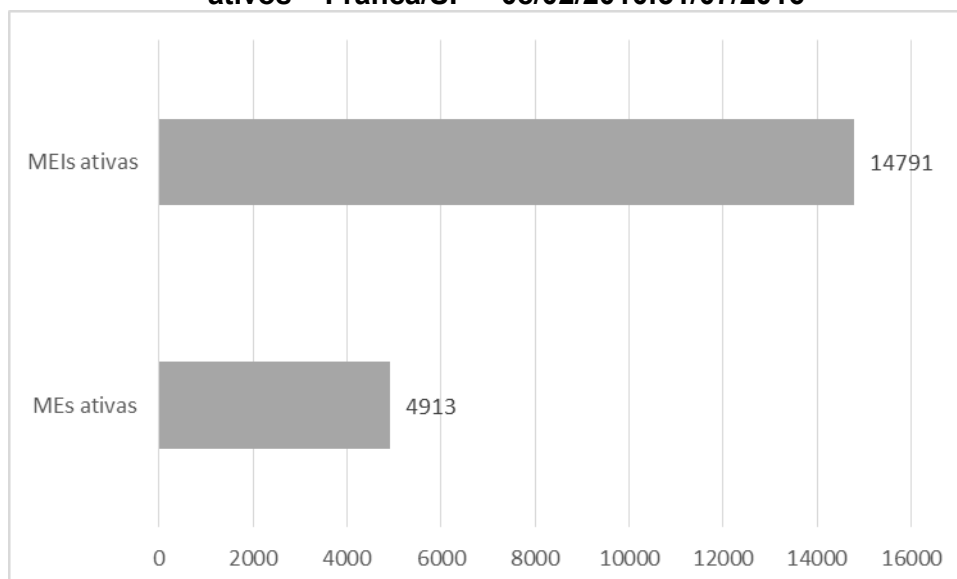
exclusivamente, as empresas inativas, e consideramos o mesmo período consignado acima. A partir destas variáveis<sup>24</sup> procedemos com a pesquisa na Jucesp.

A investigação também buscou a evolução dos empregos na cidade, a fim de correlacioná-los com os períodos de surgimento de MEIs.

É certo que um estudo de correlação não se apoia em nenhuma estratégia que permita isolar uma causa e seu efeito. Mas os pesquisadores não se lançam também, ao acaso, no estabelecimento de relações entre fatores quaisquer; uma verdadeira pesquisa não se resume ao cálculo gratuito de coeficientes, a um jogo estatístico que relaciona elementos ao sabor da fantasia do momento. Pelo contrário, ela se apoia em uma problemática baseada em fatos em que estão claramente indicadas as razões dessa relação, o sentido que se lhe deva dar. O pesquisador tem, por conseguinte, desde o início, uma ideia bastante clara da natureza da relação; não é uma relação de causalidade linear – ele teria então procedido de outra maneira –, mas sim de influências recíprocas, de interações que não excluem a intervenção de outros fatores em uma perspectiva que visa justificar a complexidade do real sem reduzi-la. (LAVILLE; DIONNE, 1999, p. 141).

Para demonstrar nosso cenário apresentamos o gráfico abaixo que representa as microempresas e os microempreendedores individuais e demonstra que os MEIs constituem a maioria de empresas no cenário estudado.

**GRÁFICO 11 – Microempresas X Microempreendedores Individuais  
– ativos – Franca/SP – 08/02/2010:31/07/2016**

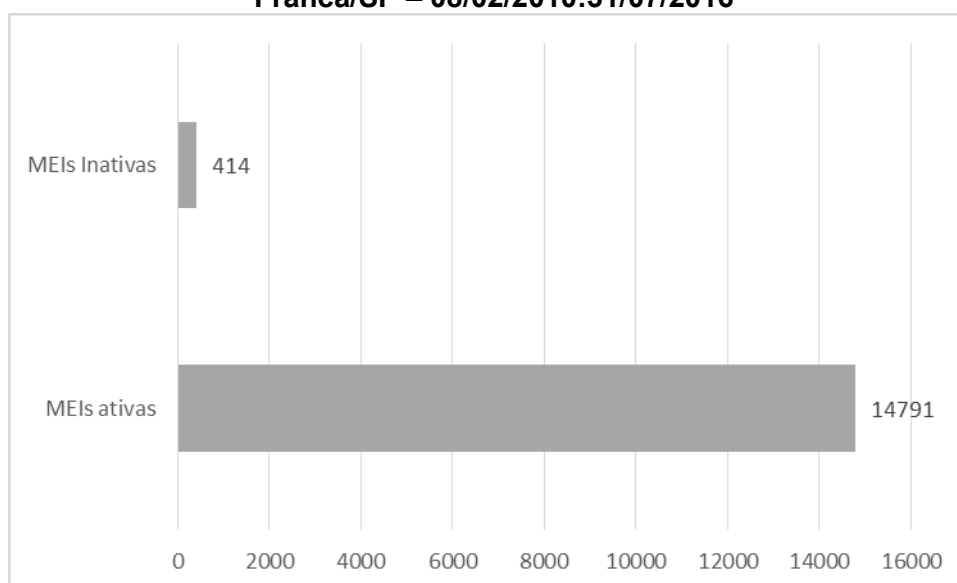


**Fonte:** Elaborado por Mateus Beordo, baseado em dados da Junta Comercial do Estado de São Paulo (2009-2016).

<sup>24</sup> No sentido dos indicadores possíveis, que podem ser encontrados de outras formas.

O resultado de 15.205 microempreendedores individuais entre ativos e inativos, sendo que até o período final da pesquisa, compreendido entre 08/02/2010 a 31/07/2016, apresentou 414 inativos e 14.791 ativos, apresentando uma discrepância frente aos dados oficiais advindos do portal do empreendedor.

**GRÁFICO 12 – Microempreendedores Individuais ativos e inativos – Franca/SP – 08/02/2010:31/07/2016**



**Fonte:** Elaborado por Mateus Beordo, baseado em dados da Junta Comercial do Estado de São Paulo (2009-2016).

Entretanto conseguimos observar através do gráfico acima que no período analisado apenas 3% dos MEIs encerraram suas atividades. Consideramos um número baixo e que demonstra as possibilidades que são geradas através desta forma de emprego. Ele tem garantido possibilidades de exercerem sua liberdade de ser cidadão frente às suas escolhas.

Estas devem ser conscientes, mesmo em tempos de crise e desemprego, mesmo atuando sem vistas a uma oportunidade que se abriu e sim a uma necessidade das condições mínimas de vivência.

Os dados colhidos destes índices serão preparados, classificados, quantificados e agrupados numericamente afim de dimensioná-lo em torno de nossos objetivos, procedendo com a análise e interpretação dos mesmo na sequência deste trabalho, bem como a abordagem quantitativa, pois os números apresentados possibilitarão descrever e aproximar-nos da complexa realidade, além de sua inter-

relação que em nossa análise se apresenta na criticidade e suas conexões com o cotidiano, sua história, suas influências políticas, culturais, econômicas, e outras.

A análise tem como objetivo organizar e sumariar os dados de forma tal que possibilitem o fornecimento de respostas ao problema proposto para investigação. Já a interpretação tem como objetivo a procura do sentido mais amplo das respostas, o que é feito mediante sua ligação a outros conhecimentos anteriormente obtidos. (GIL, 1999, p. 168).

Desta forma, torna-se importante nossa saída do ponto de inércia e partir para vislumbrar os pontos de transformação. Para este início, temos que dar o primeiro passo, pois ficarmos somente no plano da ideia e da reflexão, não avançaremos rumo a uma sociedade mais igualitária.

Os conceitos vislumbrados a partir deste momento, para traçar nossa análise, é o materialista histórico-dialético, objetivando a práxis.

Para isto retornamos à dialética, que nos remonta a interação social formada ao longo do tempo histórico peremptoriamente entre sujeito/objeto, visto que o conhecimento não está dissociado da prática política do homem, enfatizando a “[...] práxis humana, a ação histórica e social, guiada por uma intencionalidade que lhe dá um sentido, uma finalidade intimamente relacionada com a transformação das condições de existência da sociedade humana.” (SEVERINO, 2007, p. 116).

Estas relações se desenvolvem cotidianamente, ou seja, estão em construção, é histórica, e interligada aos movimentos societários, não sendo isolado geograficamente, resultado de processos contraditórios e complexos.

Esta complexidade advinda do real é apresentada como uno e múltipla, com articulações estruturais e históricas, e são resultado do fluxo permanente de transformações.

O ponto inicial está no poder e arte do diálogo interpretado através da dialética, que tem em Hegel sua maior influência, e, consiste na forma de pensar a realidade que está em constante mudança através de termos contrários, originando o terceiro, que os concilia, sendo classificado como tese, antítese e síntese.

“[...] a lógica e a história da humanidade seguem uma trajetória dialética, nas quais as contradições se transcendem, mas dão origem a novas contradições que passam a requerer solução.” (GIL, 1999, p. 31).

Na formação social construída historicamente apresentamos em nossa **tese** a cidadania, influenciada pelas condições e atuação do mercado, que traz

mudanças na dinâmica do trabalho no século XXI, assim, abordamos o microfenômeno do empreendedorismo, mais especificamente do microempreendedor individual para análise em voga de algo maior, pois ele está imbrincado nas novas relações de trabalho, como totalidade expressa, em uma incessante busca por condições propícias de liberdade, mesmo ao olhar destes pesquisadores, como uma busca por condições mínimas de sobrevivência.

Mostra-se, assim, que a partir de um movimento, há um contra movimento, mesmo que haja um movimento hegemônico. “Quer dizer que toda realidade social gera, por dinâmica interna própria, seu contrário, ou as condições objetivas e subjetivas para sua superação [...]” (DEMO, 1995b, p. 91).

Esta formação social ganha contornos próprios e se institucionaliza podendo ser caracterizada pelo seu todo, quando se encontra posta, a tendência que segue é a ruptura, o ponto de superação, onde de início se identifica a construção de alguns pontos de superação e que neste processo se elevarão, pois a realidade social é condicionada, nos permitindo atribuir modos típicos, tendenciais e regulares do seu acontecer, sofrendo influências cotidianas do meio em que se desenvolve.

Estas unidades de contrários que se desenvolvem processualmente e historicamente poderão levar a novas teses.

A partir dos pressupostos elencados, procuramos construir premissas da cidadania constituída pelo trabalho, como algo que se move conforme cada localidade, mas que construiu uma “identidade”, logo, existem parâmetros para defini-la. A rigor, consideramos o trabalho como fator gerador ao reconhecimento da cidadania, ao passo que o cidadão considera-se como partícipe das atuações locais.

Posteriormente, em nossa **antítese**, trazemos o mercado, no centro desta discussão, apresentando-o como um anfíbio, com várias facetas, através de mudanças constantes e recorrentes, que traz o empreendedorismo como algo relativamente novo, quando comparável à construção do mercado, e que tenta se “conciliar” com a cidadania.

Permeamos nosso desafio em constituir a **síntese** de uma cidadania libertadora, a partir do trabalho, e sem pretensão de esgotar tal tema, mas trazer elementos para a elaboração de uma nova tese presente em nossa sociedade contemporânea.

A consciência do homem em buscar sua liberdade está condicionada objetivamente à sua existência humana na história, que se aproximam das

estruturas formais da natureza e do homem, onde mesmo o homem tendo sua consciência reflexa, ele é condicionado pela realidade social e a busca por possibilidades para efetivá-las permeiam a sua subjetividade.

Neste interim entendemos que o movimento apresentado acima é decorrente das confluências advindas da matéria, ocorridas nas relações sociais e econômicas, pois são as bases materiais e concretas da sociedade, que permeiam os fatos históricos e culturais, sendo um fenômeno processual histórico que são condicionados socialmente, e não determinados por eles.

Na guisa de trazer a realidade social, concreta e histórica, à tona na confluência com a teoria apresentada, pois “O dado não é em si evidente, mas feito evidente no quadro de referência em que é colhido [...]” (DEMO, 1995b, p. 133), tomamos o materialismo histórico-dialético defendido por Marx em seu entendimento da lógica dialética hegeliana explicitada acima, apresenta-a “[...] em bases materialistas, ou seja, admitindo a hegemonia da matéria em relação às ideias [...]” (GIL, 1999, p. 31).

O entendimento da realidade é evidenciado e fazemos usos de seus três princípios:

- a) A *unidade dos opostos*. Todos os objetos e fenômenos apresentam aspectos contraditórios, que são organicamente unidos e constituem a indissolúvel unidade dos opostos. Os opostos não se apresentam simplesmente lado a lado, mas num estado constante de luta entre si. A luta dos opostos constitui a fonte do desenvolvimento da realidade.
- b) *Quantidade e qualidade*. Quantidade e qualidade são características imanentes a todos os objetos e fenômenos e estão inter-relacionados. No processo de desenvolvimento, as mudanças quantitativas graduais geram mudanças qualitativas e essa transformação opera por saltos.
- c) *Negação da negação*. A mudança nega o que é mudado e o resultado, por sua vez, é negado, mas esta segunda negação conduz a um desenvolvimento e não a um retorno ao que era antes. (GIL, 1999, p. 31-32, grifo do autor).

Gil corrobora ainda que as modificações sociais e suas conseqüentes interferências políticas possuem como objetivo o atendimento aos modos de produção e suas correlações, constituindo a base da ordem social.

A superestrutura jurídica e política emerge sobre a base da estrutura econômica, ou infraestrutura econômica.

O modo de produção da vida material é, portanto, o que determina o processo social, político e espiritual. Cabe ressaltar, entretanto, que essa relação infraestrutura/superestrutura deve ser entendida dialeticamente. Não é uma relação mecânica nem imediata, mas se constitui como um todo orgânico, cujo determinante é em última instância a estrutura econômica. (GIL, 1999, p. 40).

Nossa amostra do universo tem sua extensão avaliada como finita. Assim, procuramos compreender os trabalhadores, embebecidos pelas políticas públicas que tem estimulado o empreendedorismo, onde cresce o número de trabalhadores desempregados e que buscam incessantemente meios de uma vida digna por conta própria, apropriando-se da cidadania que vislumbram ter.

Os argumentos atribuídos acima, inserem a presente tese neste Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, cuja linha de pesquisa é trabalho e sociedade.

Conciliar e debater estes temas contemporâneos neste trabalho apresenta-se no desafio em compreender o movimento da sociedade frente às questões sociais do mundo do trabalho e da liberdade do cidadão de Franca/SP, que sofre com resvalos cotidianos da sociedade globalizada, e assim não suprimir a relevância deste tema frente ao Serviço Social.

Para alcançarmos os conceitos da dialética e da *práxis* de forma crítica, refletida, pensada, utilizamos o arcabouço teórico disponível advindo do método bibliográfico.

Como nenhum sujeito de pesquisa está deslocado de seu universo, ou seja, de seu cotidiano, e de sua história, que foi construída, e transformada por diversas vezes, apresentamos primeiramente os empreendedores no Brasil e posteriormente a cidade que ocorre a prática dos nossos sujeitos. Pois este contexto se insere na trama social, e perfaz a questão social.

#### 3.4.2 A caracterização dos empreendedores no Brasil

A caracterização da atividade empreendedora no cenário brasileiro nos auxiliará na compreensão dos participantes objeto de nossa pesquisa.

A pesquisa do projeto Global Entrepreneurship Monitor (GEM)<sup>25</sup> é referência em estudo sobre empreendedorismo no mundo e destaca a vontade da sociedade brasileira em empreender, tanto quando a economia está favorável, quanto quando o cenário econômico é desfavorável e a atividade empreendedora passa ser a opção relevante. Considera-o como responsável por construir um modelo de crescimento para o país (MACEDO et al., 2014, p. 17), salientando que os dados da pesquisa de 2015:

[...] remetem à admirável resiliência do empreendedor brasileiro, que tem reduzido suas expectativas nas esferas de governo, que operam em velocidade precária, com alto custo administrativo da máquina pública e eficiência desejável, e tem dedicado energia inigualável a recuperar e transformar o cenário econômico do nosso país.

O panorama revela que a cada 10 brasileiros, entre 18 e 64 anos, quatro possuem um negócio ou realizaram alguma ação, no último ano, visando criar um negócio.

O GEM, visando análises, comparativas, utiliza a classificação de países, conforme estabelecida pelo Fórum Econômico Mundial – WEF (*Global Competitiveness Report*), que baseia-se no tamanho do PIB, renda per capita e quota de exportação de produtos primários, apresentando três classificações:

- Países impulsionados por fatores – predominância de atividades dependentes dos fatores trabalho e recursos naturais;
- Países impulsionados pela eficiência – há um avanço na industrialização que proporciona ganhos em escala;
- Países impulsionados pela inovação – possuem empreendimentos intensivos em conhecimento, além da expansão e modernização do setor de serviços (MACEDO et al., 2014, p. 22).

O Brasil recebe a classificação de impulsionado pela eficiência e que está em transição para impulsionados pela inovação.

---

<sup>25</sup> A pesquisa iniciou em 1999, decorrente da parceria entre a London Business School e o Babson College, neste ano abrangeu dez países. Atualmente, quase cem países se associaram ao projeto, fazendo deste, o maior estudo em andamento sobre o empreendedorismo no mundo. Em nosso país, a pesquisa foi realizada entre os meses de setembro e novembro de 2015, entrevistando duas mil pessoas, entre 18 e 64 anos de todas as regiões do país, e 74 especialistas em empreendedorismo (AGÊNCIA SEBRAE DE NOTÍCIAS, 2016).

O país vinha de um vertiginoso crescimento econômico, de 2003 a 2008, perdendo a progressividade a partir de 2009 e a partir de 2014, a economia desacelera devido, entre outros fatores, a crise dos mercados internacionais, queda do preço das *commodities*, das inflexões da política econômica e, recentemente, da crise política.

No decorrer deste período, houve expansão do emprego, acesso ao crédito e as políticas de distribuição de renda que expandiram o mercado interno.

Na tabela abaixo está o panorama brasileiro comparado o ano de 2014 com 2015.

**TABELA 7 – Taxas<sup>26</sup> de empreendedorismo segundo o estágio dos empreendimentos – Brasil – 2014:2015**

| Estágio                     | Brasil |      |
|-----------------------------|--------|------|
|                             | 2014   | 2015 |
| Iniciais                    | 17,2   | 21,0 |
| Nascentes <sup>27</sup>     | 3,7    | 6,7  |
| Novos <sup>28</sup>         | 13,8   | 14,9 |
| Estabelecidos <sup>29</sup> | 17,5   | 18,9 |
| Total de empreendedores     | 34,4   | 39,3 |

**Fonte:** Elaborado por Mateus Beordo, baseado em dados GEM BRASIL (2015 apud MACEDO et al., 2014, p. 29).

Observa-se um crescimento do empreendedor nascente elevado pelo empreendedorismo por necessidade. Inclusive a Taxa de Empreendedores Iniciais (TEA) representa a maior parte quando comparada a Taxa de Empreendedores Estabelecidos (TEE), que pode ser comparado com a queda do PIB.

Os empreendedores por necessidade atuam por não possuírem melhores alternativas de emprego, com o intuito de gerar rendimento para subsistência própria e de sua família (geralmente ocorre em países com baixo PIB per capita, pouco dinâmicos e incipiente oferta de emprego assalariado) e os empreendedores por oportunidade identificam uma chance de negócio ou um nicho de mercado (normalmente ocorre em países com maior nível de desenvolvimento econômico,

<sup>26</sup> Percentual da população de 18 a 64 anos.

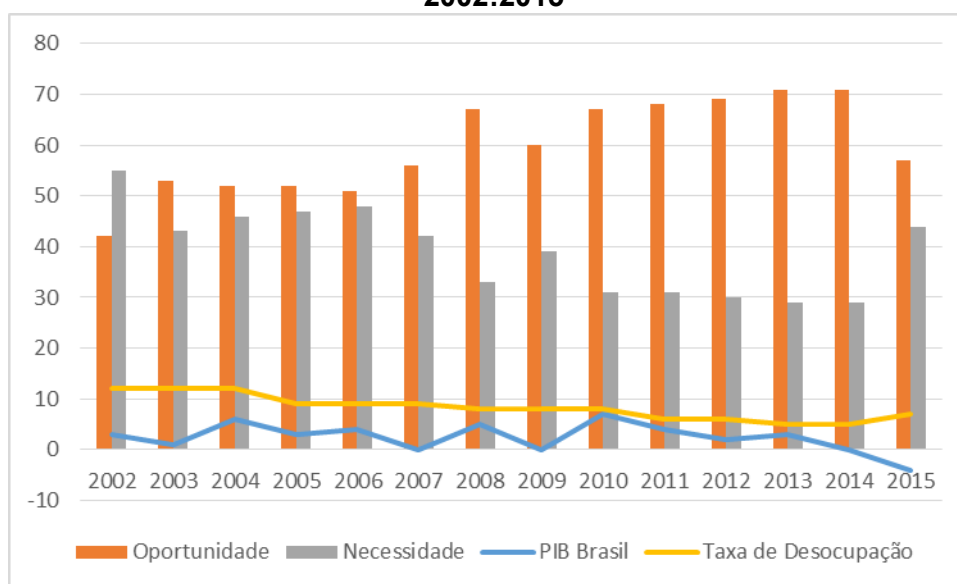
<sup>27</sup> Indivíduos que estão envolvidos na estruturação de um negócio (SERVIÇO BRASILEIRO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS, 2016, p. 5).

<sup>28</sup> Indivíduos que possuem um negócio com até 3,5 anos (SERVIÇO BRASILEIRO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS, 2016, p. 5).

<sup>29</sup> Grupo composto por indivíduos que possuem um negócio com mais de 3,5 anos (SERVIÇO BRASILEIRO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS, 2016, p. 5).

com mercados internos diversificados e dinâmicos, contanto com grande oferta de empregos assalariados e com rede de proteção social estruturada e/ou com potencial de inovação de bens e serviços), sendo que estes dois são vistos na Taxa de Empreendedores Iniciais (TEA) (MACEDO et al., 2014, p. 32).

**GRÁFICO 13 – Taxa de crescimento do PIB, de desocupação e taxas de empreendedorismo por oportunidade e por necessidade como proporção da Taxa de Empreendedorismo Inicial (%) – Brasil – 2002:2015**

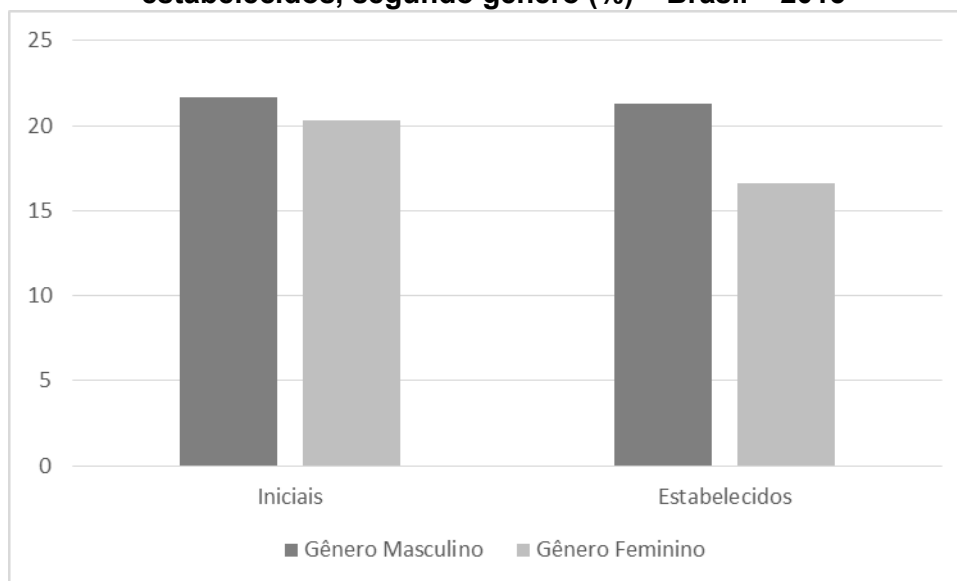


**Fonte:** Elaborado por Mateus Beordo, baseado em dados GEM, IBGE, BANCO DO BRASIL, IPEADATA (apud MACEDO et al., 2014, p. 33).

No gráfico 13 conseguimos confrontar a evolução do empreendedorismo por oportunidade com o por necessidade, acompanhando o PIB brasileiro e a taxa de desocupação. Neste momento, vemos que desde 2010 há um crescimento do empreendedorismo por oportunidade e em 2015 uma forte queda, assim como um avanço no empreendedorismo por necessidade. Ao passo de que neste último ano analisado, a taxa de desocupação que estava estável, teve aumento e o PIB teve forte queda.

Quanto ao gênero vemos, nos dois estágios, a maioria dos empreendedores masculino.

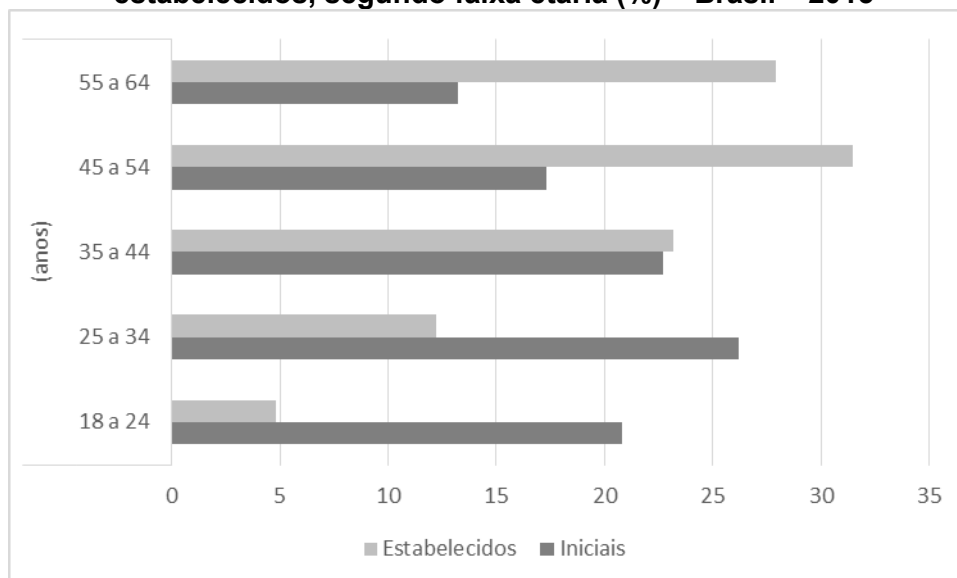
**GRÁFICO 14 – Taxas específicas de empreendedorismo inicial e estabelecidos, segundo gênero (%) – Brasil – 2015**



**Fonte:** Elaborado por Mateus Beordo, baseado em dados GEM BRASIL (2015 apud MACEDO et al., 2014, p. 37-38).

E no gráfico abaixo demonstra os estágios de empreendedores segundo a faixa etária.

**GRÁFICO 15 – Taxas específicas de empreendedorismo inicial e estabelecidos, segundo faixa etária (%) – Brasil – 2015**

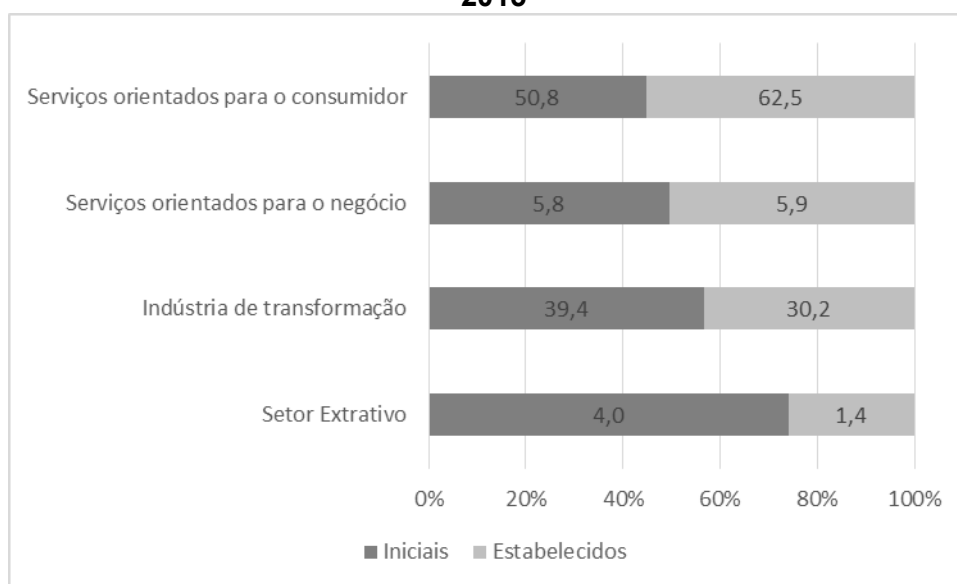


**Fonte:** Elaborado por Mateus Beordo, baseado em dados GEM BRASIL (2015 apud MACEDO et al., 2014, p. 39-40).

Ele apresenta que a maioria dos estabelecidos possuem entre 45 a 54 anos e os iniciais concentram-se em 25 a 34 anos.

A atividade econômica com maior representatividade são os serviços orientados para o consumidor<sup>30</sup>, seguido da indústria de transformação, serviços orientados para o negócio<sup>31</sup> e setor extrativista<sup>32</sup>.

**GRÁFICO 16 – Taxas específicas de empreendedorismo inicial e estabelecidos, segundo setor da atividade econômica (%) – Brasil – 2015**



**Fonte:** Elaborado por Mateus Beordo, baseado em dados GEM BRASIL (2015 apud MACEDO et al., 2014, p. 51-52).

A pesquisa também revelou os empreendimentos iniciais segundo a motivação, seja por oportunidade ou por necessidade, demonstrando certa congruência.

Depreende-se que geralmente são atividades que não necessitam de grande tempo de estudo formal e que se aprende em cursos ou mesmo com atividades da rotina diária, ligados à área de serviços. Como podemos notar a prevalência na área de alimentação, construção, tratamento de beleza, e serviços domésticos, mudando a quantidade percentual de empreendedores na área, quando comparado empreendedor por necessidade ou por oportunidade.

<sup>30</sup> Prestados para o consumidor final ou, no geral, para as famílias.

<sup>31</sup> Prestados pelo empreendedor a outro empreendedor de sua cadeia produtiva.

<sup>32</sup> Agricultura, pecuária e indústria extrativa.

**TABELA 8 – Distribuição percentual das principais atividades dos empreendimentos iniciais segundo a motivação – Brasil – 2015**

| Atividades                                                                    |                                       |                                                                               |             |
|-------------------------------------------------------------------------------|---------------------------------------|-------------------------------------------------------------------------------|-------------|
| Descrição CNAE                                                                | Oportunidade<br>% dos empreendimentos | Descrição CNAE                                                                | Necessidade |
| Restaurantes e outros estabelecimentos de serviços de alimentação e bebidas   | 13,0                                  | Serviços domésticos                                                           | 14,0        |
| Construção de edifícios                                                       | 8,0                                   | Restaurantes e outros estabelecimentos de serviços de alimentação e bebidas   | 10,5        |
| Cabeleireiros e outras atividades de tratamento de beleza                     | 7,8                                   | Cabeleireiros e outras atividades de tratamento de beleza                     | 10,0        |
| Serviços domésticos                                                           | 5,2                                   | Construção de edifícios                                                       | 7,6         |
| Comércio varejista de artigos do vestuário e acessórios                       | 4,8                                   | Comércio varejista de artigos do vestuário e acessórios                       | 6,4         |
| Comércio varejista de cosméticos, produtos de perfumaria e de higiene pessoal | 4,0                                   | Comércio varejista de cosméticos, produtos de perfumaria e de higiene pessoal | 5,2         |

**Fonte:** Elaborado por Mateus Beordo, baseado em dados GEM BRASIL (2015 apud MACEDO et al., 2014, p. 54).

A abertura e manutenção destes empreendimentos são favorecidos, principalmente, por (elencados conforme grau de importância): 1) Capacidade empreendedora; 2) Informações; 3) Políticas governamentais; 4) Educação e capacitação; 5) Programas governamentais; 6) Normas culturais e sociais; 7) Abertura de mercado/Barreiras à entrada; 8) Características da força de trabalho; 9) Diferenças devidas ao porte da empresa; e, 10) Clima econômico (MACEDO et al., 2014, p. 86).

Já os principais obstáculos são: 1) Políticas governamentais; 2) Educação e capacitação; 3) Custos do trabalho, acesso e regulamentação; 4) Apoio financeiro; 5) Clima econômico; 6) Pesquisa e desenvolvimento; 7) Corrupção; 8) Normas culturais e sociais; 9) Acesso à infraestrutura física; e, 10) Abertura de mercado/Barreiras à entrada (MACEDO et al., 2014, p. 87).

A inovação não permeia estes empreendimentos iniciais, onde em 71% ninguém considera o produto/serviço novo, 18% considera novo para alguns e 9% é novo para todos. Quando a análise volta-se aos empreendedores estabelecidos, 84% não considera novo; 9% é novo para alguns e apenas 6% é novo para todos (MACEDO et al., 2014, p. 143, 145).

Devido a adoção de tecnologias e processos com mais de 5 anos – representando 93% nos iniciais e 98% nos estabelecidos –, a concorrência torna-se alta – representando mais de 56% aos iniciais e de 75% aos estabelecidos –, visto a

facilidade de iniciarem o novo empreendimento, com dispêndio médio de investimentos de US\$3.087,72, que produzem, em sua ampla maioria, para consumo no mercado interno, reproduzindo baixa expectativa de empregos (MACEDO et al., 2014).

Sobre a pesquisa de 2015, o presidente do Sebrae, Guilherme Afif Domingos, coloca o empreendedorismo como

[...] uma alternativa dos brasileiros para contornar as dificuldades que a economia vem passando. Para ele, é necessário promover ações que reduzam a burocracia, simplifiquem a legislação, facilitem o crédito e incentivem a educação empreendedora.

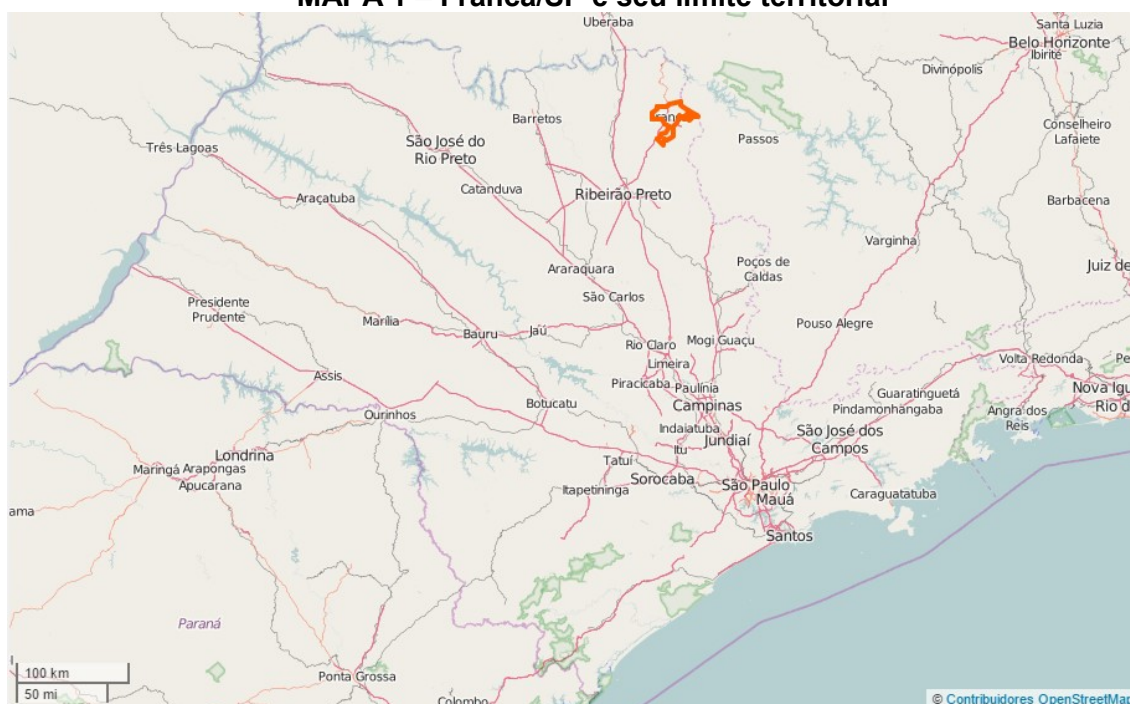
“Precisamos facilitar a vida de quem empreende ou quer empreender. Quanto mais crédito e menos tempo o empresário perde com entraves burocráticos, mais ele pode se dedicar ao seu negócio, o que gera mais emprego e renda para os brasileiros”, diz Afif. (AGÊNCIA SEBRAE DE NOTÍCIAS, 2016).

Através deste cenário apresentado que pretendemos compreender o fenômeno localmente.

### 3.4.3 A liberdade através do microempreendedorismo individual em Franca/SP

A cidade que trazemos à tona é Franca/SP, situada no interior do estado de São Paulo e desde suas origens destaca-se pela iniciativa de sua população, ou melhor, daqueles que observaram o entreposto comercial e a necessidade de manutenção das selas bem no “meio” do caminho da estrada que levava à Goiás.

Ela está localizada a noroeste, no interior, do Estado de São Paulo, e fica a 401 Km de distância da capital, São Paulo (conforme demonstrado no mapa abaixo, onde a cidade está em destaque na cor laranja). É marcada pela tradição e qualidade da fabricação do calçado masculino de couro, além do agronegócio do café, visto que a região, incluindo Franca/SP, tem se destacado na área do vestuário, principalmente quanto a lingerie.

**MAPA 1 – Franca/SP e seu limite territorial**

**Fonte:** © Contribuidores do Openstreetmap (2015).

Os sujeitos definidos a partir destas considerações estão na cidade de Franca/SP, que possui relação com empreendedores desde as selarias, passando pela criação do primeiro curtume, dos artesãos dedicados à fabricação do calçado masculino até as mulheres lançaram-se à frente das confecções de lingerie.

E foi no caminho que tinha como destino o Estado de Goiás um dos fatores para a criação da cidade, já que era por aqui que procuravam fazer suas paradas em busca de alimentação, manutenção dos equipamentos e dar o suporte necessário para seguir viagem.

A necessidade exigiu que iniciasse a fabricação de alguns insumos. Logo, devido ao trabalho com o couro iniciou as operações de um curtume.

Todo o aparato fabril da cidade a partir de então se aprimoraram: artesãos se instalaram para produção de calçados mais rústicos e já tinham ênfase para o segmento masculino, visto que eram eles que estavam à frente do comércio de mercadoria para o estado de Goiás.

No primeiro quarto do século, ocorre a instalação da primeira indústria que utilizava máquinas no processo produtivo local, mas, em 1926, ela apresenta falência e a industrialização é retomada apenas em 1937, mas se caracteriza pelo período de desenvolvimento, assim como a construção do primeiro espaço fabril especificamente para a produção de calçados.

A ampliação deste segmento gerou um aparato industrial que presta suporte para o calçado masculino, como empresas de fabricação de borracha (saltos e solados), de equipamentos industriais, de cartonagem, de colas, além de outras. O trabalho tornou-se especializado como a costura, o corte, a modelagem e outras.

Estas circunstâncias criaram um ambiente propício para trabalhadores da linha de produção e que conheciam o ofício com mais afinco a tornarem-se produtores ou mesmo participarem de fragmentos da produção, pois não necessitava ir tão distante para que conseguisse adquirir aparatos e insumos para fabricação, além de possuir facilidade e conhecimento na contratação de mão-de-obra especializada e disponibilidade de maquinário com valores acessíveis para a aquisição – pois não houveram grandes implementos de tecnologia –, tornando-se um sujeito híbrido de operário e empresário.

Frente aos desafios globais do final da década de 1980, ocorre a diversificação da produção na área confeccionista, surgem às primeiras indústrias de confecção voltadas para a moda íntima e se ampliaram depois de passado o período de euforia da indústria calçadista que foi encerrada com a abertura econômica brasileira na década de 1990, que trouxe concorrência e avalanche de produtos mais baratos.

Assim, as indústrias passam a estimular o trabalho fora do espaço fabril, em segmentos e especialidades, sendo este cenário controverso propício ao surgimento dos empreendedores, onde muitos ficaram no mercado informal e posteriormente, aos poucos, entraram ao mercado formal, a partir, inclusive, do incentivo de legislações específicas, como já visto neste trabalho.

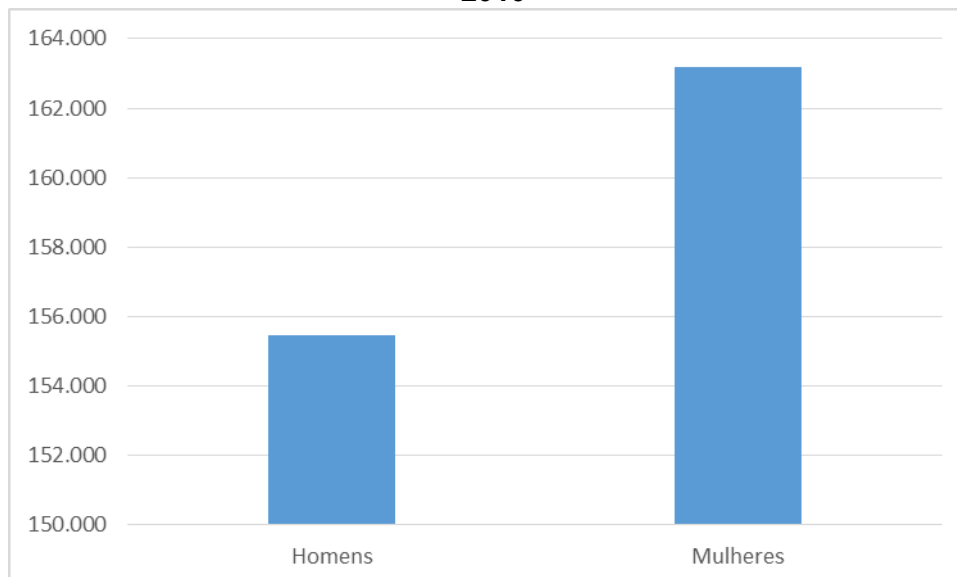
Desta forma, não devemos inserir o empreendedorismo como único provedor da cidadania, e muito menos excluí-lo desta condição, pois surgem alternativas criativas frente a cenários econômicos controversos ou mesmo como alternativa ao desemprego, pois acreditamos que deve ocorrer de forma planejada e não “acidental”, sendo que muitos deles iniciaram suas atividades com o aproveitamento do conhecimento adquirido ao longo de seus anos de atuação no mercado de trabalho.

Deste tempo ficaram marcas históricas para a cidade e sua íntima relação com a transformação do couro e posteriormente as habilidades industriais neste segmento, lhe rendendo o título de “capital do calçado masculino”.

Na atualidade, o município, segundo Censo, realizado em 2010, conta com população residente de 318.640 pessoas, distribuídos em 155.464 homens e

163.176 mulheres, resultando em uma densidade demográfica de 526,09 hab/km<sup>2</sup> e sendo estimados em 2015 uma população total de 342.112 pessoas (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2010a).

**GRÁFICO 17 – População residente conforme o sexo – Franca/SP – 2010**



**Fonte:** Elaborado por Mateus Beordo, baseado em dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2010a).

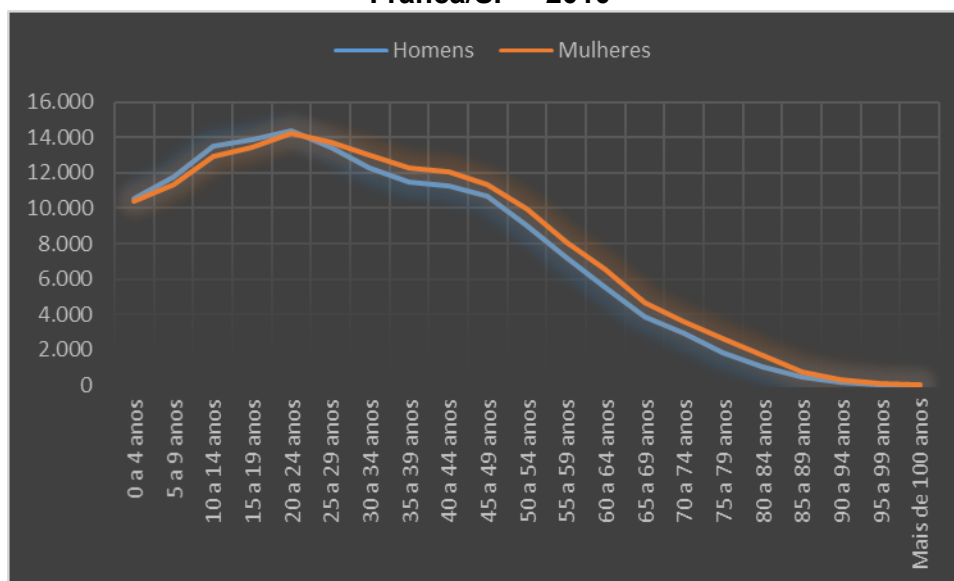
Segundo site do IBGE o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM), de 2010, é de 0,780<sup>33</sup>, considerado como alto desenvolvimento humano e colocando a cidade na 66ª posição, entre as melhores do estado de São Paulo (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2010a).

O gráfico abaixo mostra-nos também aspectos de longevidade por sexo e demonstra que a partir da faixa etária de 20 a 24 anos, a maioria da população é composta por mulheres.

---

<sup>33</sup> O melhor IDH possível é o mais próximo de 1,000. De acordo com o índice pode ser classificado como: 0,000 a 0,549, baixo desenvolvimento humano; 0,550 a 0,699, médio desenvolvimento humano; 0,700 a 0,799, alto desenvolvimento humano; e de 0,800 a 1,000, muito alto desenvolvimento humano (PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO, 2015).

**GRÁFICO 18 – Faixa etária da população conforme o sexo – Franca/SP – 2010**

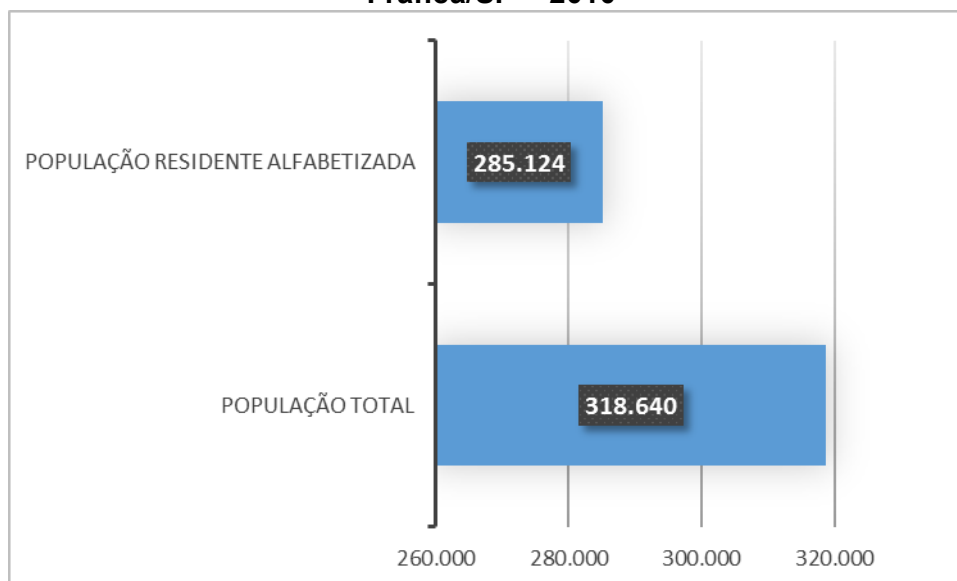


**Fonte:** Elaborado por Mateus Beordo, baseado em dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2010a).

Visando construir o retrato da cidadania e suas possibilidades de liberdade da cidade em voga, torna-se importante indicar aspectos comparativos que compõem o IDH. Um indicador é a escolaridade que tiveram em 2015, 40.659 Matriculados no Ensino fundamental; 15.785 Matriculados no Ensino médio, e uma População residente alfabetizada, calculada em 2010, em 285.124 pessoas, além de 84.768 pessoas que frequentava creche ou escola (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2010a).

A população residente alfabetizada em comparativo com a população total está representada abaixo.

**GRÁFICO 19 – População total X População alfabetizada – Franca/SP – 2010**

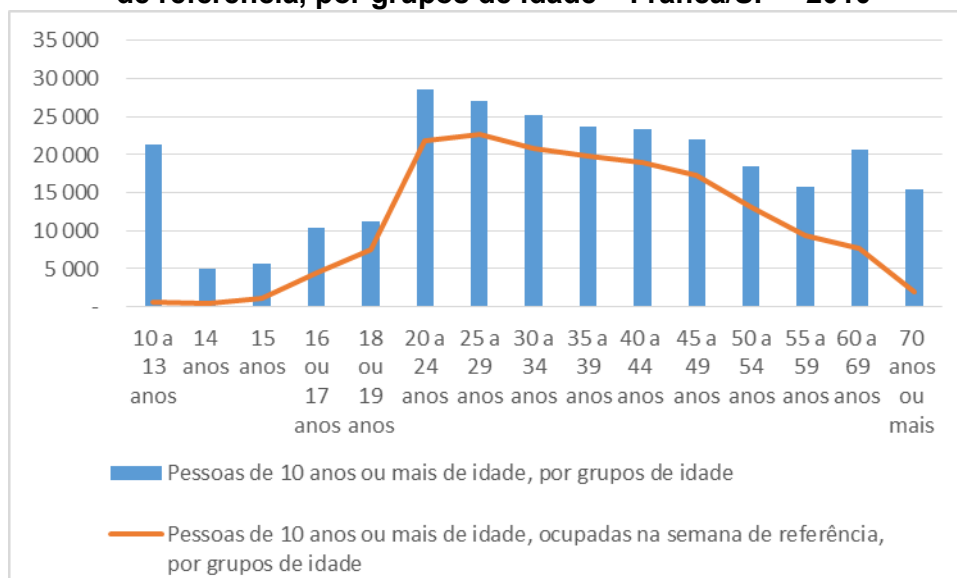


**Fonte:** Elaborado por Mateus Beordo, baseado em dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2010a).

Ainda segundo o IBGE, a partir de dados do cadastro central de empresas de 2014, a cidade possui 16.209 empresas atuantes, proporcionando 88.840 pessoas assalariadas (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2010a).

Em dados de 2010, outro indicador que se correlaciona ao IDH é o pessoal ocupado que registrou 110.256 pessoas, conforme distribuição por grupos de idade visto a seguir.

**GRÁFICO 20 – Pessoas de 10 anos ou mais de idade, por grupos de idade X Pessoas de 10 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência, por grupos de idade – Franca/SP – 2010**



**Fonte:** Elaborado por Mateus Beordo, baseado em dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2012).

O gráfico 20 possibilita-nos comparar através das colunas, qual a população para aquele grupo de idade, e na linha, a população ocupada naquela semana. Nota-se que a população total é maior que a empregada e que as pessoas ocupadas concentram-se entre 25 a 29 anos com 44.524 no total, representando também, a maior parte da população.

Destes empregos, a mediana do rendimento per capita rural na cidade, em 2010, era de R\$555,00, frente à R\$627,50, na área urbana. E o rendimento nominal médio com rendimento familiar rural era de R\$3.024,36 e o urbano era de R\$2761,02 (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2010a). Nota-se que o rendimento da composição familiar é superior na área rural e o per capita é maior na urbana.

A População Economicamente Ativa (PEA) da cidade está em 168.508 pessoas, que estão inseridas no mercado de trabalho ou procurando estabelecer o vínculo empregatício e tem a renda média de R\$1.381,17.

**TABELA 9 – Pessoas de 10 anos ou mais de idade, com rendimento, e valor do rendimento nominal médio e mediano mensal das pessoas de 10 anos ou mais de idade, com rendimento, por condição de atividade na semana de referência – Franca/SP – 2010**

| Município | Pessoas de 10 anos ou mais de idade, com rendimento |                                               |                            | Valor do rendimento nominal médio mensal das pessoas de 10 anos ou mais de idade, com rendimento (R\$) |                                               |                            |
|-----------|-----------------------------------------------------|-----------------------------------------------|----------------------------|--------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----------------------------------------------|----------------------------|
|           | Total                                               | Condição de atividade na semana de referência |                            | Total                                                                                                  | Condição de atividade na semana de referência |                            |
|           |                                                     | Economica-mente ativas                        | Não economica-mente ativas |                                                                                                        | Economica-mente ativas                        | Não economica-mente ativas |
| Franca/SP | 205.945                                             | 168.508                                       | 37.437                     | 1.293,32                                                                                               | 1.381,17                                      | 897,88                     |

**Fonte:** Elaborado por Mateus Beordo, baseado em dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2012).

A PEA revela também os sujeitos de nossa pesquisa, que se enquadram no trabalho por conta própria e tem renda média de R\$1.421,60, ou mesmo como empregadores, com provimento médio de R\$3.759, 04.

**TABELA 10 – Valor do rendimento nominal médio mensal do trabalho principal das pessoas de 10 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência, com rendimento do trabalho principal, por posição na ocupação e categoria do emprego no trabalho principal – Franca/SP – 2010**

| Município | Valor do rendimento nominal médio mensal do trabalho principal das pessoas de 10 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência, com rendimento do trabalho principal (R\$) |                                           |                                            |                                                |                                   |          |               |              |
|-----------|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-------------------------------------------|--------------------------------------------|------------------------------------------------|-----------------------------------|----------|---------------|--------------|
|           | Total                                                                                                                                                                                | Posição na ocupação no trabalho principal |                                            |                                                |                                   |          | Conta própria | Empregadores |
|           |                                                                                                                                                                                      | Empregados                                |                                            |                                                |                                   |          |               |              |
|           |                                                                                                                                                                                      | Total                                     | Categoria do emprego no trabalho principal |                                                |                                   |          |               |              |
|           |                                                                                                                                                                                      |                                           | Com carteira de trabalho assinada          | Militares e funcionários públicos estatutários | Sem carteira de trabalho assinada |          |               |              |
| Franca/SP | 1 229,41                                                                                                                                                                             | 1 068,97                                  | 1 098,88                                   | 2 613,01                                       | 757,11                            | 1 421,60 | 3 759,04      |              |

**Fonte:** Elaborado por Mateus Beordo, baseado em dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2012).

Notamos que o rendimento dos que trabalham por conta própria é maior que a média dos que trabalham com Carteira de Trabalho da Previdência Social (CTPS) assinada e dos que trabalham sem CTPS assinada.

Neste caso, os trabalhadores formais contribuem para o Regime Geral da Previdência Social (RGPS) ou no caso de servidores públicos para o Regime Próprio da Previdência Social (RPPS).

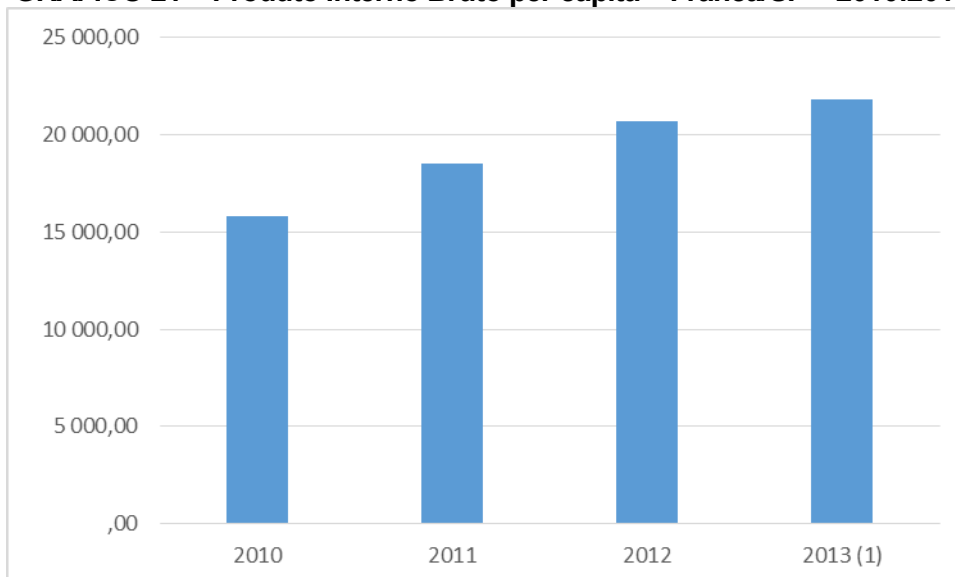
**TABELA 11 – Pessoas de 10 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência, por condição de contribuição para instituto de previdência oficial em qualquer trabalho – Franca/SP – 2010**

| Município | Pessoas de 10 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência, com rendimento de trabalho |                                                                                     |                   |
|-----------|---------------------------------------------------------------------------------------------------|-------------------------------------------------------------------------------------|-------------------|
|           | Total                                                                                             | Condição de contribuição para instituto de previdência oficial em qualquer trabalho |                   |
|           |                                                                                                   | Contribuintes                                                                       | Não contribuintes |
| Franca/SP | 165 896                                                                                           | 118 882                                                                             | 47 014            |

**Fonte:** Elaborado por Mateus Beordo, baseado em dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2012).

O PIB per capita, da cidade, em 2013, foi de R\$21.804,85 e mostra que desde 2010 está em crescimento.

**GRÁFICO 21 – Produto Interno Bruto per capita – Franca/SP – 2010:2013**

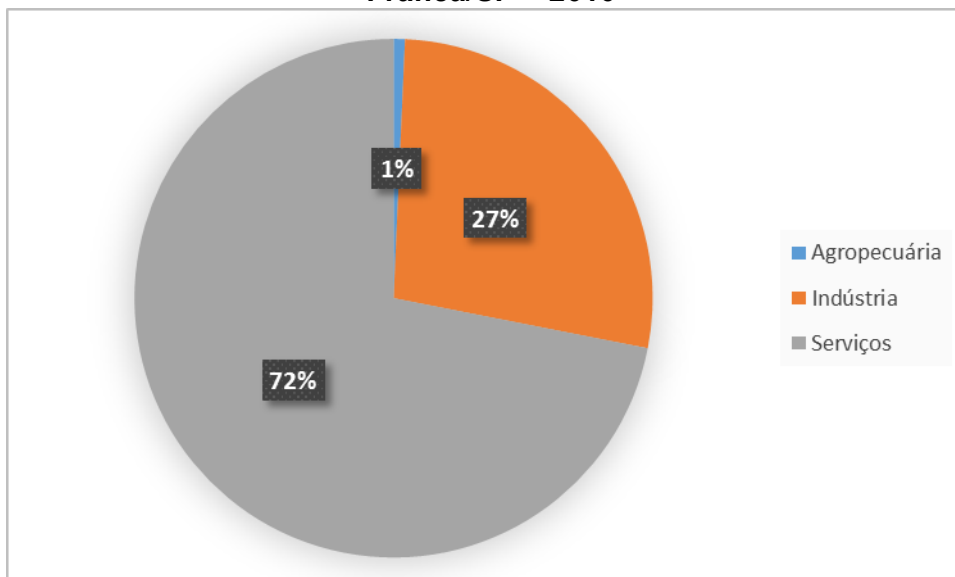


**Fonte:** Elaborado por Mateus Beordo, baseado em dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2012-2013).

(1) Dados sujeitos a revisão.

O PIB traz a medida sobre os bens e serviços produzidos na cidade, na agricultura, pecuária e serviços, auferindo-se a dinâmica da atividade econômica vivenciada localmente.

**GRÁFICO 22 – Produto Interno Bruto (Valor Adicionado) – Franca/SP – 2010**

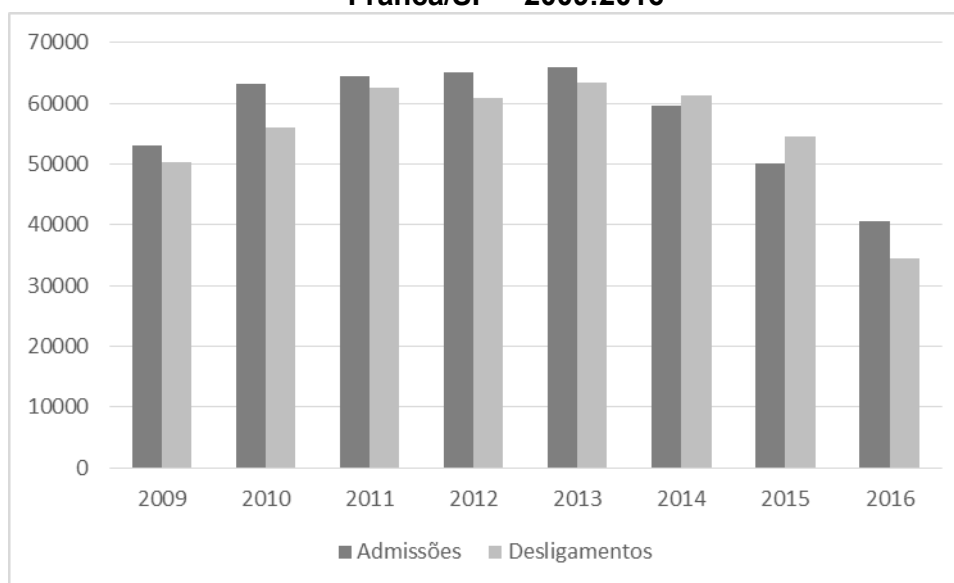


**Fonte:** Elaborado por Mateus Beordo, baseado em dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2010a).

Logo, notamos que o setor de serviços tem maior representatividade, seguido da indústria e com pouca participação da agropecuária.

O gráfico abaixo apresenta dados de admissões e desligamentos de trabalhadores no período de 2009 a 2016, extraídos do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED).

**GRÁFICO 23 – Admissões X Desligamentos de empregados formais  
– Franca/SP – 2009:2016**



**Fonte:** Elaborado por Mateus Beordo, baseado em dados do Ministério do Trabalho (2009-2016).

As admissões de empregados formais ficaram acima das demissões, no período de 2009 a 2013, sendo que apresentavam crescimento, após este ano, em 2014 e 2015 há um decréscimo e o número de desligamentos supera o de admissões. As admissões retomaram, o panorama de crescimento vivido anteriormente, somente em 2016.

No entanto, a sociedade busca alternativas por sua sobrevivência e a partir deste momento focalizamos o olhar nas empresas, objeto de nosso estudo. As empresas ativas estão representadas abaixo.

**TABELA 12 – Empresas ativas – Franca/SP – nov./2016**

| <b>Empresas ativas</b> | <b>Quantidade</b> |
|------------------------|-------------------|
| Empresas ativas        | 44.289            |
| Microempresas          | 41.192            |
| Simplex e MEI          | 28.677            |
| MEI                    | 14.165            |

**Fonte:** Elaborado por Mateus Beordo, baseado em dados da Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (2009 -2016).

Assim, a pesquisa tem seu foco em empresas formalmente constituídas como microempreendedor individual, que de acordo com a legislação vigente, enquadra-se como microempresa, registradas no Cadastro Nacional de Pessoas

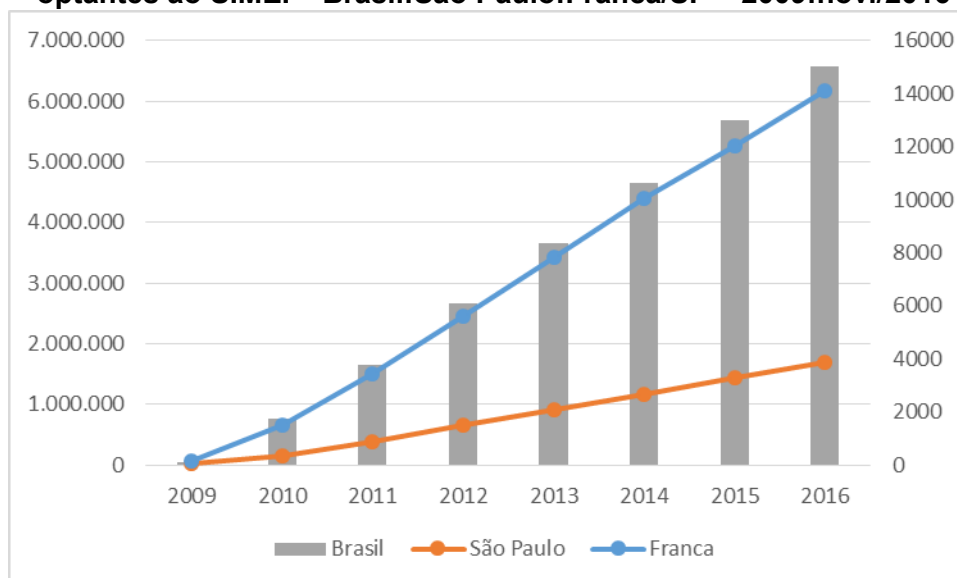
Jurídicas (CNPJ) e optantes pelo regime de tributação do Simples Nacional ao MEI e sua veiculação estatística está cerceada pelos limites da legislação que define o Portal do Empreendedor como o responsável pela divulgação destes dados.

A partir do intuito de quantificar o número de microempreendedores individuais atuantes na cidade e seu crescimento, utilizamos as estatísticas disponibilizadas no Portal do Empreendedor<sup>34</sup>, que revela o primeiro microempreendedor individual na atualização da plataforma de 31/07/2009, tendo sido determinado como ponto inicial desta pesquisa, pois anteriormente a esta data a informação é de que não existem dados disponíveis.

Ao utilizar o Portal do Empreendedor notamos uma diferença nos MEIs optantes pelo SIMEI, que é apontado um total de 14.109, quando comparado à tabela 12 – Empresas ativas – Franca/SP – nov./2016.

Visando o grau comparativo do crescimento do número de MEIs, elaboramos o gráfico abaixo, onde demonstramos a situação do Brasil, do estado de São Paulo, e a ampliação de optantes ao SIMEI em Franca, no período de 2009 a novembro de 2016.

**GRÁFICO 24 – Microempreendedor Individual – Quantidade de optantes ao SIMEI – Brasil:São Paulo:Franca/SP – 2009:nov./2016**



**Fonte:** Elaborado por Mateus Beordo, baseado em dados da Rede Nacional para a Simplificação do Registro e da Legalização de Empresas e Negócios (2009-2016).

<sup>34</sup> Importante salientar que a forma e obrigatoriedade de divulgação dos dados dos microempreendedores ocorreu a partir de 2009.

O gráfico demonstra que as três esferas governamentais, ou seja, municipal, estadual e federal, apresentaram crescimento, no período analisado. A cidade de Franca/SP foi colocada em destaque para que pudéssemos observar melhor os números quando comparados ao estado e ao país. Desta forma, vê-se que a federação obteve um crescimento, em 2016, um pouco mais alto quando comparado ao município.

Em comparação com o gráfico 23 nota-se que embora, nos anos de 2014 e 2015, haja um crescimento no número de desligamentos, não houve alteração na ascendência do número de microempreendedores individuais.

A tabela abaixo representa os MEIs conforme atividade econômica definida pela Classificação Nacional de Atividades Econômicas (CNAE).

**TABELA 13 – Distribuição de MEIs ativos conforme seção da atividade econômica (CNAE) – Franca/SP – nov./2016**

| Seção (CNAE) |                                                                  | MEIs<br>(quantidade) |
|--------------|------------------------------------------------------------------|----------------------|
| A            | Agricultura, pecuária, produção florestal, pesca e aquicultura   | 5                    |
| B            | Indústrias extrativas                                            | 0                    |
| C            | Indústrias de transformação                                      | 2.657                |
| D            | Eletricidade e gás                                               | 0                    |
| E            | Água, esgoto, atividades de gestão de resíduos e descontaminação | 19                   |
| F            | Construção                                                       | 1.675                |
| G            | Comércio; reparação de veículos automotores e motocicletas       | 4.635                |
| H            | Transporte, armazenagem e correio                                | 357                  |
| I            | Alojamento e alimentação                                         | 991                  |
| J            | Informação e comunicação                                         | 85                   |
| K            | Atividades financeiras, de seguros e serviços relacionados       | 0                    |
| L            | Atividades imobiliárias                                          | 0                    |
| M            | Atividades profissionais, científicas e técnicas                 | 594                  |
| N            | Atividades administrativas e serviços complementares             | 526                  |
| N/I          | Não informado                                                    | 0                    |
| P            | Educação                                                         | 301                  |
| Q            | Saúde humana e serviços sociais                                  | 29                   |
| R            | Artes, cultura, esporte e recreação                              | 171                  |
| S            | Outras atividades de serviços                                    | 2.023                |
| T            | Serviços domésticos                                              | 85                   |

**Fonte:** Elaborado por Mateus Beordo, baseado em dados da Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (2009 -2016).

A tabela mostra que as atividades empreendedoras buscadas pelos MEIs estão polarizadas em: 1) Comércio; reparação de veículos automotores e motocicletas; 2) Indústrias de transformação; 3) Outras atividades de serviços; e, 4) Construção, que são tradicionalmente caracterizadas por baixos investimentos e com baixa necessidade de conhecimento técnico.

Para ilustrarmos melhor a tabela acima, detalhamos os vinte e cinco (25) MEIs que possuem maior quantidade de empresários nesta condição, conforme a subclasse do CNAE.

**TABELA 14 – Distribuição dos principais MEIs ativos conforme subclasse da Classificação Nacional de Atividades Econômicas (CNAE) – Franca/SP – nov./2016**

| <b>Código (CNAE)</b> | <b>Subclasse (CNAE)</b>                                                                                                        | <b>MEIs (quantidade)</b> |
|----------------------|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|--------------------------|
| 4781400              | Comércio varejista de artigos do vestuário e acessórios                                                                        | 1.404                    |
| 9602501              | Cabeleireiros                                                                                                                  | 1028                     |
| 4399103              | Obras de alvenaria                                                                                                             | 642                      |
| 1531902              | Acabamento de calçados de couro sob contrato                                                                                   | 599                      |
| 9602502              | Outras atividades de tratamento de beleza                                                                                      | 425                      |
| 4321500              | Instalação e manutenção elétrica                                                                                               | 398                      |
| 4330404              | Serviços de pintura de edifícios em geral                                                                                      | 387                      |
| 4782201              | Comércio varejista de calçados                                                                                                 | 371                      |
| 5611203              | Lanchonetes, casas de chá, de sucos e similares                                                                                | 326                      |
| 7319002              | Promoção de vendas                                                                                                             | 321                      |
| 1531901              | Fabricação de calçados de couro                                                                                                | 277                      |
| 4772500              | Comércio varejista de cosméticos, produtos de perfumaria e de higiene pessoal                                                  | 260                      |
| 5611202              | Bares e outros estabelecimentos especializados em servir bebidas                                                               | 197                      |
| 5620104              | Fornecimento de alimentos preparados preponderantemente para consumo domiciliar                                                | 194                      |
| 1540800              | Fabricação de partes para calçados, de qualquer material                                                                       | 179                      |
| 4520001              | Serviços de manutenção e reparação mecânica de veículos automotores                                                            | 176                      |
| 9511800              | Reparação e manutenção de computadores e de equipamentos periféricos                                                           | 156                      |
| 8230001              | Serviços de organização de feiras, congressos, exposições e festas                                                             | 151                      |
| 4729699              | Comércio varejista de produtos alimentícios em geral ou especializado em produtos alimentícios não especificados anteriormente | 146                      |
| 4712100              | Comércio varejista de mercadorias em geral, com predominância de produtos alimentícios - minimercados, mercearias e armazéns   | 140                      |
| 1412601              | Confecção de peças do vestuário, exceto roupas íntimas e as confeccionadas sob medida                                          | 137                      |
| 1412602              | Confecção, sob medida, de peças do vestuário, exceto roupas íntimas                                                            | 137                      |
| 4723700              | Comércio varejista de bebidas                                                                                                  | 129                      |
| 8599699              | Outras atividades de ensino não especificadas anteriormente                                                                    | 126                      |
| 5611201              | Restaurantes e similares                                                                                                       | 118                      |

**Fonte:** Elaborado por Mateus Beordo, baseado em dados da Rede Nacional para a Simplificação do Registro e da Legalização de Empresas e Negócios (2009-2016).

A apreensão que podemos realizar a partir da tabela acima é que há a predominância de lojas responsável pelo comércio local, seguido pela seção de serviços, especificadamente, em cabelereiros, formalizando uma atividade econômica praticada, em sua maioria das vezes, nas residências e que devido à rotina das pessoas tem aumentado a procura por estes serviços. O mesmo ocorre com o incremento dos salões de beleza nesta lista.

Outra legalização, que historicamente não ocorria, é a mão-de-obra destinada à construção civil, a pequenas obras de alvenaria, ou seja, o pedreiro que possui sua equipe de trabalho e constrói as casas. Acreditamos que estes “construtores” recebeu forte influência governamental devido ao apoio do governo federal destinado à construção de moradias, reconhecido pelo Programa “Minha casa, minha vida”. Neste mesmo objetivo há um aumento dos MEIs voltados à pintura e instalação e manutenção elétrica.

A destacada atividade da cidade, voltada ao calçado ou seus processos, figura em quarto (4º), responsável por 599 microempreendedores que fazem o acabamento do calçado, e estão sob contrato. Consideramos que esta situação vai ao encontro ao que já nos referimos neste trabalho, da terceirização das etapas de produção do calçado ocorrida a partir da década de 1990. Neste segmento, observa-se que a fabricação de calçados de couro é responsável por 277 MEI's.

Uma atividade que tem se destacado na cidade, a confecção de lingerie, não foi representada nesta lista, mas aparecendo a confecção de peças do vestuário, sob medida ou não, que também é caracterizada pela facilidade de localização de mão-de-obra e maquinário para esta prática, consignada com a experiência adquirida em outras empresas. Destaca-se ainda, nesta atividade, a terceirização de peças de roupas para lojas de departamentos do Brasil, que ramifica, assim como o calçado, suas etapas de produção. Até porque estas atividades, tradicionalmente, não receberam grande implementação de tecnologia, fazendo uso de grande massa de mão-de-obra manual, não ocorrendo ou não sendo possível sua mecanização.

Em comparação com o mesmo período analisado, o número de admissões e desligamentos de empregos formais, disponibilizado pelo Caged, predominam os vendedores de comércio varejista, seguido de preparador de calçados, alternando entre si.

Revelando ainda, em 2016, um salário de R\$1196,84, e de R\$1181,03, respectivamente (MINISTÉRIO DO TRABALHO, 2009-2016), coincidindo com a predominância de MEIs no seguimento comercial e demonstrando que o baixo valor recebido como salário, pode ser o que leva-os ao empreendedorismo na mesma área, que inclusive exige baixo investimento e necessariamente, não necessita de um espaço físico para o exercício da atividade.

A população local é, predominantemente, feminina. No entanto, contraditoriamente, 7.504 MEIs são do sexo masculino e 6.222, feminino. O primeiro concentra-se em obras de alvenaria; serviços de pintura de edifícios em geral; comércio varejista de artigos do vestuário e acessórios; instalação e manutenção elétrica; e, acabamento de calçados de couro sob contrato, ou seja, ligados à construção civil, comércio e produção de calçados (REDE NACIONAL PARA A SIMPLIFICAÇÃO DO REGISTRO E DA LEGALIZAÇÃO DE EMPRESAS E NEGÓCIOS, 2009-2016).

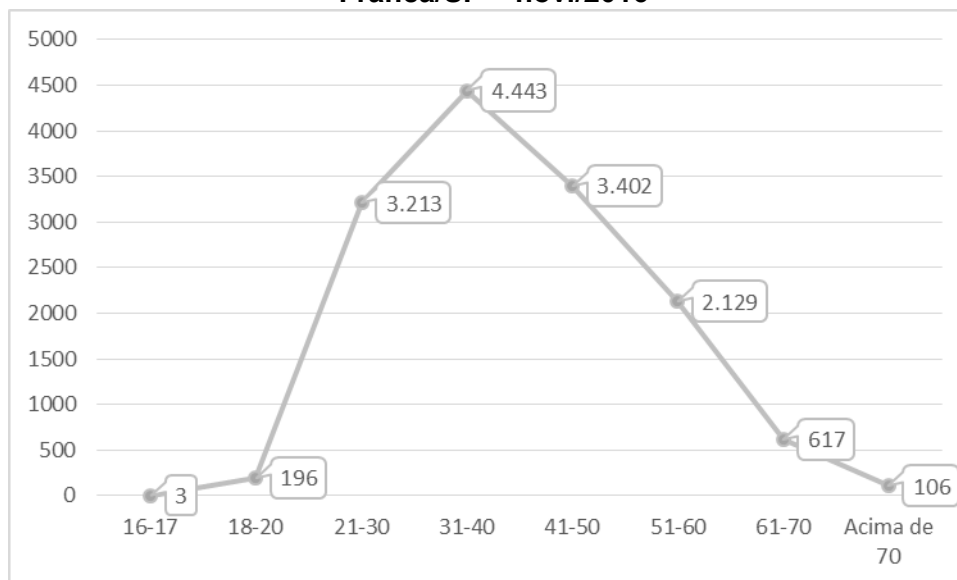
As mulheres estão ligadas ao comércio varejista de artigos do vestuário e acessórios, seguido por cabelereiros, outras atividades de tratamento de beleza, acabamento de calçados de couro sob contrato e comércio varejista de cosméticos, produtos de perfumaria e de higiene pessoal. As atividades correlacionam-se com cuidados pessoais, de beleza e produção de calçados (REDE NACIONAL PARA A SIMPLIFICAÇÃO DO REGISTRO E DA LEGALIZAÇÃO DE EMPRESAS E NEGÓCIOS, 2009-2016).

Estes trabalhos, provavelmente, já eram exercidos autonomamente, mas buscaram sua legalização, consignando e agregando valor ao seu trabalho, pois poderão ampliar suas empresas através de empréstimos. Com vistas às normas jurídicas, passam a ser reconhecidos como cidadãos, pagam impostos e são incluídos na previdência social, tornando-se segurados, que já lhe garante o mínimo em situações de afastamento temporário do trabalho, por motivos diversos, como acidente de trabalho, doença, ou mesmo, aposentadoria.

Pela característica das empresas, ora apresentadas, visualizamos que 52,51% atuam em estabelecimento fixo; 26,09% em porta a porta, postos móveis ou por ambulantes; 8,08% pela internet; 7,51% em locais fixos, fora da loja; 2,9% televendas; 2,25% correios e 0,65% em máquinas automáticas (REDE NACIONAL PARA A SIMPLIFICAÇÃO DO REGISTRO E DA LEGALIZAÇÃO DE EMPRESAS E NEGÓCIOS, 2009-2016).

Estes empreendedores se polarizam na faixa etária de 31 a 40 anos, seguido da faixa que vai de 41 a 50 anos e de 21 a 30 anos.

**GRÁFICO 25 – Total de MEIs, optantes no SIMEI, por faixa etária – Franca/SP – nov./2016**



**Fonte:** Elaborado por Mateus Beordo, baseado em dados da Rede Nacional para a Simplificação do Registro e da Legalização de Empresas e Negócios (2009-2016).

Quando comparado ao gráfico 20 – pessoas de 10 anos ou mais de idade, por grupos de idade X pessoas de 10 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência, por grupos de idade – Franca/SP – 2010, observamos diferença, pois a faixa etária de 21 a 30 anos concentra a maioria das pessoas ocupadas e nesta série os MEIs concentram-se na faixa de 31 a 40 anos.

Através do gráfico acima consideramos que a propensão a empreender está após adquirir experiência no mercado de trabalho e que levado por circunstâncias diversas, optam por depender de seu próprio trabalho e é relevante para correlacionarmos com a PEA.

O gráfico 20, utiliza informações de 2010, traz que as três maiores faixas etárias da população economicamente ativa da cidade estão compreendidas entre 25 a 29 anos; 20 a 24 anos; e 30 a 34 anos, nesta ordem.

Notamos que a maior parte da PEA concentra-se entre 20 a 34 anos, considerando os três maiores números, e que reflete o que vimos no gráfico 18, que apontava, em 2010, a população da cidade com pico na faixa de 20 a 24 anos, ou seja, o jovem que está adentrando o mercado de trabalho e com pouca experiência.

Já o gráfico do total de MEIs, optantes no SIMEI, por faixa etária – Franca/SP – nov./2016 demonstra uma concentração entre 31 a 40 anos, reflexo de uma faixa etária que começa a enfrentar dificuldades para inserção e manutenção no mercado de trabalho, denotando estarem “velhos” e sem a mesma “eficiência” de um jovem para o trabalho com a tecnologia.

Outros fatores que estão agregados ao acima citado é o aviltamento dos salários e a redução dos empregos disponíveis, sem esquecermos da mecanização e outras sub formas de trabalho, que formam o exército de reserva – denominado por Marx como flutuante –, subvertendo-os às condições de precarização da venda de suas forças de trabalho e resultado do processo de venda da mercadoria.

No tocante ao emprego formal, com carteira de trabalho assinada, em outubro, do corrente ano, as admissões contabilizaram 3.258, enquanto as demissões ficaram em 3.259. No acumulado dos últimos 12 meses, as admissões ficaram em 45.676 e as demissões em 48.317. Portanto, apresentou uma variação de -2,74% (MINISTÉRIO DO TRABALHO, 2016).

Assim, procuram alternativas ao trabalho, ou à falta dele, e atuam como empreendedores em profissões que não exigem muitos anos de estudo na educação formal, trazendo consigo a experiência de suas vidas.

Em sua maioria a busca é por condições análogas a de sobrevivência e não visam o enriquecimento, mas sim, dar valor às suas vidas, às suas liberdades. Em tempos de exclusão, eles procuram a inclusão, procuram fazer parte de um sistema que os relega, exigindo a participação ativa da sociedade civil, caracterizada pelo aumento do sentimento de pertencimento desta.

Seja em tempos de incerteza econômica, seja quando há estabilidade, o empreendedorismo tem mostrado no Brasil, conforme demonstrado ao longo deste trabalho, um instrumento dos cidadãos em busca de sua liberdade, conforme definido por Sen, mesmo com seu caráter provisório e transitório, pois como demonstra a pesquisa da GEM, 2015, em países com maior oferta de empregos estáveis a população acaba preferindo-os também.

O presidente do Sebrae, Guilherme Afif Domingos, relatou que registra que há um movimento de microempresas que se transformam em microempreendedores individuais e que desde o início da crise, em 2014, aumentou em 2,3%, os trabalhadores por conta própria, à medida que o trabalho com carteira assinada permaneceu estável com 11%, segundo o IBGE (FRAGA, 2016). Tal afirmativa

confirma o cenário de retração econômica inclusive na abertura, fechamento, ou mesmo mudança de regime tributário destas empresas, que vem “encolhendo”.

E como reportagem publicada por Vivian Codogno (2016) no Jornal Estado de São Paulo que apresenta a proposta do Sebrae de transformar cerca de vinte mil desempregados em empreendedores na região de Santo André, São Bernardo do Campo, São Caetano do Sul e Diadema (ABCD), como alternativa ao desemprego que contabiliza somente no ano de 2015, duzentos e quarenta mil trabalhadores, conforme dados do Dieese.

A elevada taxa de desemprego registrada nos últimos meses – 11,3%, segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) – levou muitas pessoas a se tornarem MEI's. De janeiro a abril de 2016, a abertura de empresas dessa natureza totalizou 540,7 mil unidades, alta de 10% sobre o mesmo período de 2015. (CODOGNO, 2016).

A tendência que se nota é que nos últimos anos, no país, há um crescimento dos empreendedores por necessidade quando comparado aos por oportunidade, conforme podemos constatar no gráfico 13 – taxa de crescimento do PIB, de desocupação e taxas de empreendedorismo por oportunidade e por necessidade como proporção da Taxa de Empreendedorismo Inicial (%) – Brasil – 2002:2015.

É relevante considerar que esta modalidade de emprego, sem foco na inovação schumpeteriana, se instaura na contemporaneidade a partir da reestruturação produtiva e a globalização, onde os empresários de grandes empresas cada vez mais encaminham sua produção para fora de suas dependências, tornando-se administradores da produção e não produtores, visto que buscam redução de custos e aumento de lucro através de pagamento aviltantes e por produção, em locais precarizados, muitas vezes na residência do trabalhador, se confundindo com o local de trabalho e aumentando sua carga horária, sem podermos identificar como renda, pois mal dá para a sua subsistência.

A culminante tendência resultou em diferentes relações do trabalho, rebatendo na precarização do trabalho, através da verticalização do processo fabril para as “bancas de pesponto”, localizada nas residências dos trabalhadores, misturando as relações familiares com o trabalho; abalando as estruturas das residências, visto o uso do maquinário e condicionados à insalubridade; mistura do trabalho doméstico ao fabril pelas mulheres, que lutam para auxiliar na renda

doméstica, sendo ajudada por filhos, vizinhos e outros, devido ao pagamento por produtividade, que eleva a jornada de trabalho, contribuindo para um processo de empobrecimento em cadeia, visto as evidências que vão além da terceirização, e caminham para quarteirização, exigindo um trabalhador capaz de executar diversas funções, e submetido à informalidade, baixos salários e perda de direitos.

No entanto, os microempreendedores estudados buscam condições de trabalho e também adequação ao atendimento de suas necessidades e compromissos diários, qualidade de vida, confiança em si, **lutam por sua liberdade**. Obtendo importante papel social, ao trazer valores à sua vida e de quem está próximo.

Para o Estado tem sido alternativa à criação de empregos e retira-os da informalidade através da política de apoio ao microempreendedorismo, um trabalhador independente e que é seu próprio patrão, fornecendo-lhes incentivos para conseguir suas condições mínimas de sobrevivência.

Tomamos por base que seu objetivo principal é de prover seu próprio emprego, logo, sua subsistência, sem objetivo de valorar e ampliar seu capital.

Desta forma, os microempreendedores no cenário local são resultados das ramificações e fragmentações do trabalho de áreas que se destacam, como o calçado, a lingerie, o comércio e a prestação de serviços, aplicando o conhecimento adquirido durante os anos de trabalho em suas iniciativas de auto subsistência, além de contarem com insumos e maquinários disponíveis, usados e em larga escala, na cidade.

O fato é que este crescimento tem ocorrido de forma mais tímida ao longo dos anos, mas em 2015 há um crescimento vertiginoso que vincula-se ao agravamento no período recessivo vivido na macro e micro economia, e assim por falta de novas oportunidades no mercado de trabalho e o aumento do número de demissões, contando com a facilitação e divulgação do empreendedorismo, tem se tornado alternativa para geração de renda de subsistência.

No caso, do empreendedorismo visto como inovação, será necessário vencer determinados enfrentamentos, como: o baixo apoio de políticas públicas com o intuito de promover a ciência e a tecnologia; alto índice de imitação de produtos, não preservando os investimentos realizados em P&D; dificuldades de cooperação; falta de profissionais qualificados, resultado do baixo, ou desordenado, investimento em políticas de educação; os riscos característicos das etapas do processo de inovação, como o tempo para o retorno dos investimentos; escassez e dificuldades

de acesso aos investimentos; o tamanho do mercado interno; e as incertezas na economia, tanto no plano local, quanto mundial.

Sendo que, estes microempreendedores também deveriam receber aportes financeiros para o desenvolvimento de pesquisas. Mas, conforme Schumpeter, o desenvolvimento técnico-econômico não ocorrerá pela simples geração de uma inovação, pois tem que ser disseminado no tecido econômico, que deverá ser capaz de absorvê-la (ZUCOLOTO; NOGUEIRA, 2016).

Enfim, estes cidadãos ficam limitados e dependentes pela condução dos “ventos” políticos e são afunilados pelas condições do mercado, levados por terceirizações, inserções empresariais na área de serviços e outras áreas sem necessidade de grande instrumentação tecnológica ou educacional, e assim não localizam a “estabilidade” por longo período, mas **constroem pontes, através do trabalho, em busca do exercício de suas liberdades e de sua cidadania.**

## CONSIDERAÇÕES FINAIS: VISLUMBRANDO HORIZONTES E DESENTRELAÇANDO LIBERDADES

FIGURA 6 – O mamoeiro



Fonte: Amaral (1925b).

**O dilema não é complicado.** O povo exige elementares condições sociais e econômicas, emprego, condições de sobrevivência. Os grandes grupos transnacionais que definem a credibilidade exigem "seriedade", ou seja, respeito aos lucros, concentração da renda, liberdade de exportar os capitais. Se não lhes garantimos todos os privilégios, se irritam e vão embora, lançando o país na crise cambial. E se lhes garantimos os privilégios, concentram a renda, e aprofundam a crise política e social. O grande capital privado constitui um fenômeno curioso: sabe produzir, mas não sabe distribuir.

Na realidade, precisamos simplesmente repensar o papel que estas empresas devem jogar no nosso processo de desenvolvimento. A visão simplista de atrair capitais para desenvolver um país, ou uma região, não se sustenta. **A dinâmica principal deve ser interna, e visando os interesses diretos da própria população.**

(DOWBOR, 2007, p. 36-37, grifo nosso).

A sociedade está em constante movimento e o momento é o de pensar as profundas transições advindas de um mundo globalizado, tecnológico, que faz proliferar cidadãos marginalizados e em poucos momentos pensamos como daremos conta da sociedade que aqui está.

Em nossa tese vimos a cidadania como componente essencial ao desenvolvimento, onde o mercado e o Estado devem exercer a função meio, ou seja, de facilitador ao exercício cidadão.

A atuação do Estado tange implementar facilitadores ao seu desenvolvimento enquanto sociedade civil.

Mas, o que assistimos é que contemporaneamente o mercado recebe a função de fim, pois sua dinâmica deixa de lado a centralidade ao homem, como ser ativo no processo histórico desta construção, fazendo valer-se pelos valores financeiros, do ter, em detrimento ao ser, ao trabalho e a educação, a partir de valores éticos.

A cidadania contemporânea volta-se ao mercado e é regulada por ele. Desta forma, exclui maiorias, gera periferias, enquanto o processo de sua construção visiona a inclusão da maioria e a equalização de oportunidades.

O caminho perpassa pela educação porque possibilita progressão e desenvolvimento na consolidação da liberdade, da paz e da justiça social, tornando conciliatório o avanço material frente à equidade, além de frutificar talentos e as potencialidades criativas.

Sua universalização traz possibilidades à sociedade, pois quando o cidadão tem garantido este direito básico, acaba refletido o cumprimento de outros direitos, devido a capacitação para acessá-los, através da consciência política, social, cultural e econômica, que promove a competência, democratizando-o e elevando-o a uma estrutura mais igualitária.

Contraditoriamente vemos uma educação como um vetor do capital e reprodutora de desigualdades, pois o conhecimento virou capital, reconhecido como capital humano e ganhando status fora da educação formal, devido a sua integração ao cotidiano.

Os indivíduos que não recebem do conhecimento ficam esvaziados de si e impossibilitado de ver a “destruição” que ocorre ao seu redor, pois a atuação do homem é livre, mas deve ser orientada por valores de referência, encontrados na ética, que moldam o comportamento e o juízo humano.

A busca desta sociedade, estupefata de “mandos e desmandos”, se dá em torno da ética, através de uma sociedade justa e solidária, atrás de instrumentos de gestão social e do fortalecimento do tecido social.

A condução ocorrerá no entorno de valorização da ação e do sentido à vida, mas a prevalência ocorre por valores financeiros e materiais.

Sabe-se que a contradição está imposta, o Estado contemporâneo centra-se nos sistemas produtivos e sócio-políticos, dentre elas, a liberdade de iniciativa privada produtiva como expoente da realização humana, que tornam-se os responsáveis pela geração da riqueza, bens e serviços e os que estão fora destes padrões são colocados como resultados da própria incompetência.

Paralelamente o valor está na transferência de dinheiro entre indivíduos e não objetivam o patrimônio de riqueza que retornam à sociedade, como denominado pelo capital social. O uso destes recursos sociais de maneira inteligente que trazem valor à localidade. **Como se fosse uma maré, que quando vem, movimenta todos os barcos e não somente alguns, ou sua minoria.**

O enriquecimento social é aquele que aproxima o alcance do evento para todos e não limita-se à transferência de dinheiro entre indivíduos.

A empresa participa deste processo, pois ao produzir ou prestar um serviço, necessita do trabalhador, da matéria-prima e dos equipamentos necessários para transformá-los em produto ou para a prestação do serviço.

A aplicação e gerenciamento dos modos de produção pode ocorrer de diferentes formas, sendo que a geração de excedentes e sua consequente transformação em capital depende de quem o cria e se apropria dele.

Esta origem geralmente advém do aumento da produtividade realizado pelo homem, sem receber remuneração maior pelo valor que criaram. Sendo assim, as condições de dominadores e subordinados não recebe alterações significativas, pela sua história, muito pelo contrário, ocorre a manutenção do que está determinado, mas com diferentes roupagens.

Neste cenário, notemos que importamos até as políticas econômicas e sociais, sem nos ater às especificidades locais, onde o desenvolvimento econômico deveria estar alicerçado com a política industrial, comercial e tecnológica, envolta ao desenvolvimento humano sustentável, resultante da ampliação da democracia e delimitações da governança empresarial.

O Estado vem à tona não como regulador destas ações, mas como facilitador do domínio sobre os subordinados.

Neste compasso o Brasil evidencia-se como produtor mundial de *commodities* – sem agregar valor a estes produtos – e de parque fabril, devido aos reduzidos custos de produção, além dos incentivos à instalação destas corporações em nosso país e do restrito domínio às tecnologias e dos bens de capital, enquanto realizamos a importação destes produtos e dos bens de consumo duráveis, que normalmente abarcam alta tecnologia.

A inovação tecnológica e a competitividade brasileira são processos que recebem baixo investimento quando comparado aos países que dominam esta área e precede recursos na qualificação do trabalhador, nos equipamentos e na organização socioeconômica do trabalho.

Estas características não devem apenas elevar a renda per capita, pois somente este fator não caracteriza o desenvolvimento econômico, mas devem romper com as estruturas sociais tradicionais e de produção e inaugurar diferentes modelos de produção.

Nesta tessitura social a empresa estabelece padrões de consumo e de produção, e que são resultados de decisões individuais dos homens de negócios, objetivando o lucro. Enquanto o pequeno empresário identifica-se com suas empresas quando a notam como razão de seu trabalho, localizando-a como criação construtiva da qual pode se orgulhar e valendo-se de seu lucro para o seu consumo.

Eles procuram por oportunidades produtivas que mormente necessitam de simplificadas condições para seu ingresso e não atuam frente à concorrência de corporações – devido estas não terem interesse de atuação nestas áreas.

O rompimento deste processo através do empreendedorismo se destaca pela criação de valor individual, organizacional e social, compreendido a partir da visão de Kirzner, que define-o como aquele que cria um equilíbrio, pois localiza oportunidades em meio ao caos, até porque possui limitados recursos para poder arriscar.

No entanto, procuram o acesso às condições dignas de qualidade de vida e que não veem reproduzidas no cotidiano do trabalhador, mas identificam estas possibilidades no agir empreendedor.

O dilema do Estado está em não reconhecer a cidadania acima das relações de mercado, que é o resultado da inversão de valores humanos e éticos.

O ser social determina a consciência do homem para transpor barreiras, que neste momento são determinados por estes valores da produção econômica e material, e que tem apontado o ser jurídico, o político; o social, o intelectual, o religioso, o artístico, e o filosófico. No entanto, há a necessidade de efervescer valores, para além dos elencados acima, para que o cidadão se torne o agente responsável por sua atuação.

Há aclamação ao rompimento desta dependência, pois o avanço a estes entraves reservará um cidadão político ativo ao seu tempo e espaço, que busca um Estado que rompe com privilégios às minorias – como estes que apenas distribuem mínimos tutelados e aliena a população, que, neste tempo histórico, provém liberdades, tornando-se necessário, desde que delimitado –, mas que seja um operador democrático.

Este Estado necessita prezar por estímulos para o extravasamento e oportunização aos cidadãos para a efetivação das suas liberdades, que possibilitarão a ativação do pertencimento ao meio em que vivem, com a participação da sociedade, que acarretará, dentre outras possibilidades, a redução da violência, da marginalização, da exploração do trabalho, entre outras.

A liberdade governada pelo mercado e pela livre iniciativa privada se deslocará do centro das atenções, pois a finalidade será o exercício, conscientizado e capacitado, do cidadão. Sendo que o empreendedorismo tem conduzido à dignidade, permitindo-lhe o exercício de seu direito ao trabalho, dentre outros que se entrelaçam a este.

Os Estados e a economia fazem parte desta constituição societária e atuam frente aos empreendedores que traçam estratégias para alcançar seus objetivos e atuar com suas empresas frente a mercados adversos e controversos.

Logo, compreendemos o empreendedorismo interagindo nesta dinâmica social e retornando enriquecimento à sociedade, priorizando a necessidade do cidadão e não só e restritamente a dos sistemas produtivos.

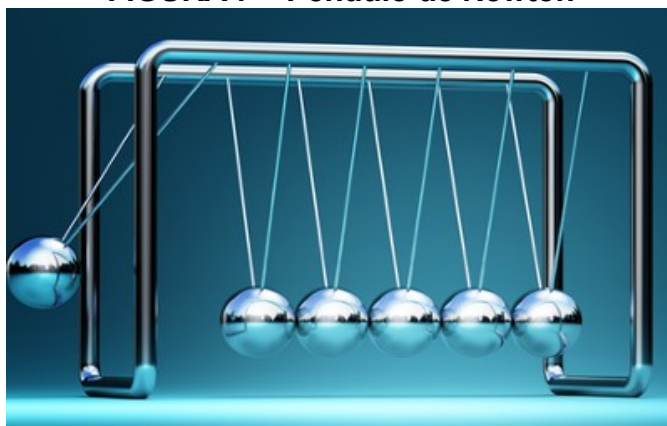
O olhar recai sobre capitalismo que se inova constantemente, mas o empreendedorismo direciona-se ao processo que cria valor individual, organizacional e social, com poder de atuação em cenário favoráveis e adversos.

Sua inovação proporciona mudanças significativas em seu trabalho diário resultando na sua compreensão frente às suas responsabilidades com o mundo.

Os controles institucionais e de seus entes influenciam e recebem mandos do exercício da liberdade do cidadão, que convergimos nossa tese e antítese, em nossa síntese do real.

Neste caso, há uma unidade de opostos e imaginamos que considerando uma estrutura com diversos pontos influentes, há um ponto central de convergência que os une e é indissolúvel, que está simbolizada pela estrutura, e a cidadania é este alicerce central. Como no tencionamento da representação a seguir:

**FIGURA 7 – Pêndulo de Newton**



**Fonte:** Mendes ([201-]).

Estes pontos estão imbrincados entre si e em movimento, podendo se chocarem, em embates quantitativos e qualitativos.

Desta forma, são (re)construídas pontes, pois ao seu tempo e no agir destes cidadãos ela segue uma trajetória em busca de possibilidades libertadoras, e neste contexto, os microempreendedores tornam-se agentes desta edificação.

Eles se movem por seus objetivos, pela busca à sobrevivência, pela valorização ao trabalho, como gerador de emprego e renda e promovendo o desenvolvimento local e regional.

Estes atuam em favor dos partícipes desta sociedade e localidade, que anseiam serem reconhecidos e envolvidos nesta trama, formados por diversos nós e que só se resolverão entre nós, ouvindo, interagindo, ou seja, atuando com o outro.

O fato é que esta caminhada deverá realizar-se em conjunto, onde não será mais você e eu e sim, seremos nós, pois as pontes a serem construídas não deve focalizar-se no individual e sim no coletivo, no retorno de qualidade de vida para a população local.

Os atores sociais pesquisados, ao longo da construção de sua história, permeiam percalços, avanços e retrocessos, embates, coalizões, enfrentamentos, mas também ajuntamentos, conciliações e aqui localiza-se a nossa defesa, em torno da abertura ao diálogo e com foco no humano, a fim de definir-se as possibilidades libertadoras.

Logo, o resultado deste processo será de mudanças, que ocorrendo de forma cíclica e contínua estabelece e fortalece o cidadão. A cada negação da negação há desenvolvimento, resultado da participação dos atores sociais em busca de possibilidades por entre o mercado, o Estado e outros ativadores de cidadania.

A estratégia dos microempreendedores para construção destas pontes tem se utilizado de suas trajetórias pessoais, que retomam em valor para a sociedade.

O retorno está no reconhecimento do trabalho, assim como a importância em se ver naquele produto ou serviço, reconhecendo-se nos resultados deste empreendimento.

Visto que em seu cotidiano ora lhe apresentam políticas de emprego, incentivos e empoderamento e ora a cessam, oportunizando lhes, a partir destes fragmentos, avanços nos processos de emancipação.

Desta forma, as estratégias de conquistas são estabelecidas no plano local, onde pode-se buscar o reforço dos polos enfraquecidos atrás da sua participação, tocadas pela possibilidade do contato direto da sociedade civil com a administração pública.

Ao redor nos deparamos com cidadãos comuns que olharam a realidade local e vislumbraram possibilidades no trabalho, com a vontade e determinação do dever, onde pode-se viver em busca de seu sustento diário, e da satisfação de se verem em seu trabalho.

A viabilização destes pequenos empreendimentos se entrelaça a contextos que podem ser criados e/ou incentivados pelo poder público, para trazerem notoriedade aos que possuem o compromisso com a realidade local.

A valorização das empresas locais é reflexo da ligação identitária com o empreendedor local, que visou, primeiramente, a si e ao atendimento de suas demandas. Mas, traz resvalos de seu trabalho à sociedade, como através da geração de empregos e da dinamicidade que pode trazer à economia e se tornam resultado do processo construído e legitimado pela sociedade.

No intuito de exercitarem o pertencimento ao espaço em que vivem, transpõem barreiras e mudam sua história, conjugando o fortalecimento do processo participativo da sociedade e construindo novas teses.

Neste diapasão o momento contemporâneo tem defendido e definido o empreendedor como aquele pré-disposto a lutar com suas forças. A alcunha imposta a este ator social era de uma medida emergencial e culpabilizava-os pelas dificuldades de (re)inserção no mercado de trabalho.

No entanto, este status foi sendo transformado, contando com incentivos, como o das políticas públicas, e notando seu potencial revelador e transformador na sociedade, traçando outras veredas ao cidadão.

Como a advinda das normas jurídicas, visto que a Constituição Federal vigente delimita em seu artigo destinado à ordem econômica a valorização do trabalho humano e a busca ao pleno emprego, além de garantir tratamento diferenciado às micro e pequenas empresas, pois leva em consideração a sua capacidade de geração e manutenção de ocupação e emprego, potencial de competitividade e de capacitação tecnológica, que lhes garantirão o crescimento e o desenvolvimento.

O microempreendedor individual é uma microempresa e sua política pública objetiva a formalização de pequenos empreendimentos e o pertencimento social e previdenciário.

O microempreendedor se vale destes meios para romper com a dependência das migalhas distribuídas contingencialmente pelo mercado, resignadas pela tutela e pelo assistencialismo.

Estes empreendedores permeiam este espaço, mas apresentam a ressignificação do que está sendo construído e constituído nesta localidade através da sua atuação.

Logo, o empreendedorismo não é a única possibilidade existente frente a cenários econômicos controversos ou como alternativa ao desemprego, mas suas iniciativas transformam suas atividades a partir do conhecimento adquirido ao longo de seus anos de atuação no mercado de trabalho.

O agir deles não é daquele revolucionário e propenso à inovação schumpeteriana, que combina capital e trabalho como fatores de produção articulados, até porque não dispõe de vultuoso capital, mas, motivador à quebra da inércia, colocando-os em movimento às suas liberdades e inovando ao busca-las.

Os empreendedores que damos voz é aquele que possui um pequeno capital, ou um treinamento, ou utiliza do saber advindo de suas experiências profissionais, e anseiam estabelecerem seu empreendimento, para trabalhar, buscar seu sustento, muitas vezes, aquém dos desejos de acumulação de riquezas, lucro, mais valia, pois anseiam dar sentido às suas vidas, com condições dignas de trabalho.

Neste momento, buscam a garantia de sobrevivência, agindo pelas suas necessidades pessoais, mas gerindo sua capacidade de participar ativamente da sociedade em que vive. Ele conta com apoios e condições financeiras restritas para sair da condição de miserabilidade e pobreza, passando por diversos enfrentamentos e desafios, porque muitas vezes o dinheiro resultado da produção da empresa, é o dinheiro que falta em sua casa.

Neste ínterim, podemos definir que nossos sujeitos de pesquisa têm suas ações motivadas por uma desconstrução e construção de “papéis”, frente às instabilidades do mercado e de suas vivências, por não contarem com construções sólidas, assim, revolucionam as estruturas a partir de si, observando que a reconstrução parte do “eu” e de seus potenciais, e que são ligados intimamente aos processos advindos da sociedade.

A tendência demonstrada no Brasil é de crescimento dos empreendedores. Ao avaliar-se os anos de 2013 a 2015, houve uma queda no PIB brasileiro e a taxa de desocupação se elevou, em consequência os empreendedores que buscaram abrir seu negócio visto a necessidade também se elevou, enquanto a abertura por oportunidade teve pequena queda.

Eles estão representados, predominantemente, pelo sexo masculino e a maioria dos empreendedores estabelecidos possuem entre 45 a 54 anos e os iniciais concentram-se em 25 a 34 anos.

Também vimos que concentram suas atividades ligadas aos serviços para o consumidor, como: a área de alimentação, construção, tratamento de beleza, e serviços domésticos, sem demandar investimentos em inovação tecnológica ou de gestão.

Franca/SP, segundo Censo 2010, contava com 318.640 habitantes e como estudamos a importância do conhecimento advindo da educação, constatamos que 89% da população residente é alfabetizada e o pessoal ocupado registrou 110.256 pessoas, ou seja, 65% e concentrando-se na idade entre 25 a 29 anos.

A População Economicamente Ativa (PEA) da cidade está em 168.508 pessoas, que estão inseridas no mercado de trabalho ou procurando estabelecer o

vínculo empregatício e tem a renda média de R\$1.381,17, mas quando observamos o trabalho por conta própria a renda média é maior, sendo de R\$1.421,60, ou como empregadores, com provimento médio de R\$3.759, 04.

Historicamente o empresário da cidade de Franca/SP, em sua maioria, advém da produção da fábrica e não de uma “terra que nunca araram”. Assim, nossos sujeitos peremptoriamente não dispõem de grande quantidade de capital para investimento, mas conhecem as etapas do empreendimento, pois possuem o “saber fazer” como trunfo nas mãos, além do desejo de seu estabelecimento e, principalmente, retornar o sustento necessário para a sua família.

No entanto, o agir destes microempreendedores, objetivam condições, quiçá, mínimas de sobrevivência, ou de subsistência, e de qualidade de vida e não de crescimento (ampliação da capacidade de oferta) e de acumulação de capital (lucros retidos), atuando como agentes de desenvolvimento social e econômico, pois protagonizam mudanças em suas vidas e retornam à sociedade os produtos e reconhecimento de seu trabalho, ligados, em sua maioria, às atividades de serviços, como o comércio, obras de alvenaria e salões de beleza.

Tal fato demonstra também suas dinamicidades de atuação e em converter o conhecimento que adquiriram ao longo de suas vidas para a atuação profissional em um segmento, o do microempreendedor individual, que exige um misto de trabalhador e empresário, visto inclusive a luta por suas condições de sobrevivência e trabalho.

Logo, o empreender em nossos sujeitos está no movimento de adaptações que realizam às suas vidas. Porém, em busca da sua liberdade realiza a transgressão ao que lhe é imposto, através de empreendimentos que operam marginalmente.

Os empreendedores, aos quais damos voz no presente momento, foram “condenados” ou “privilegiados” a inventar e reinventar seu processo de sobrevivência, baseado na sociedade de mercado e buscando saídas às desigualdades que vivem, rompendo as amarras, que impedem a constituição de uma sociedade democrática.

Estes microempreendedores são sujeitos que têm buscado suas liberdades e a tendência que se nota de seu crescimento – não somente em números, mas também em importância quanto ao seu desenvolvimento – que a sua constituição legal, reconhece-o como empresa privada, que atua com direitos e

deveres em seu agir responsável na sociedade, como através do pagamento de impostos e geração de emprego e renda.

A constituição dos MEIs no cenário estudado demonstrou que representam 75% das microempresas ativas e deste total somente 3% solicitaram a inatividade, considerando que o período analisado compreende mais de seis anos e assim representa uma inatividade média de 69 empresas/ano, ou seja, 0,5% do total de empresas abertas no período.

Nos últimos quatro anos a tendência foi de aumento nas demissões quando comparado às admissões, enquanto o microempreendedor individual se expande quando comparado ao mesmo período.

As atividades empreendedoras buscadas pelos MEIs estão polarizadas no: 1) Comércio; reparação de veículos automotores e motocicletas; 2) Indústrias de transformação; 3) Outras atividades de serviços; e, 4) Construção, que são tradicionalmente caracterizadas por baixos investimentos e com baixa necessidade de conhecimento técnico, predominando os estabelecimentos fixos (52,51%) e a faixa etária de 31 a 40 anos.

O know-how passa a ser o incentivo e o primeiro passo nesta carreira profissional. Aliado a este fator está a própria necessidade de adaptação à sua rotina diária de atividades, como proferir o cuidado aos filhos, adequar o horário aos estudos, outras vezes como alternativa ao desemprego, entre outras possibilidades libertadoras.

Desta forma, os microempreendedores no cenário local são resultados das ramificações e fragmentações do trabalho de áreas que se destacam, como o calçado, a lingerie, o comércio e a prestação de serviços, aplicando o conhecimento adquirido durante os anos de trabalho em suas iniciativas de subsistência e afugentando-se de instituições ilegais, de corrupções, do provimento de suas vidas por meios ilícitos, como o roubo e o tráfico de drogas, entre outros.

Favorável à eles neste processo é a necessidade de baixos investimento, mas também isto traz o risco de não poderem errar ou de observar quais as possibilidades mais lucrativas.

O estaque de sua atividade está ao localizar seu patamar de segurança, ou seja, a partir deste ponto o seu avanço é cerceado para que se contingencie em torno de seus objetivos prévios.

Visando esta opulência devemos nutrir, atrair, apoiar e desenvolver talentos como os empreendedores, que agem para o desenvolvimento local e

setorial, através da implantação de parques tecnológicos locais que promovam a aproximação destas empresas com instituições de pesquisa científica, visando o aprimoramento e desenvolvimento de novas tecnologias. Tornando necessário o apoio com políticas públicas, como incubadoras, financiamentos, desenvolvimento e planejamento dos empreendimentos a partir da capacitação dos empreendedores, incentivos fiscais e tributários, e proteção ao desenvolvimento da indústria local.

No entanto, estas escassas políticas apresentam-se como empecilhos que limitam o pertencimento do cidadão à sociedade, colocando-o como um estranho, e soma-se a este resultado, as instituições que necessitam de fortalecimento, infraestrutura deficiente, educação excludente e de baixa qualidade, onde o mercado age como protagonista e os cidadãos são como coadjuvantes manipuláveis, que deixam o exercício ativo na sociedade.

O empreendedorismo pode ser um protagonista que evidencia o processo de participação social, pois busca romper com o modelo pré-existente de manutenção do sistema econômico-político-social e cultural, onde a demanda observada não advém da maioria da sociedade e sim de uma minoria que está excluída.

O cidadão passa a exercer – por pouco que seja – sua cidadania, e esta é essencial à construção da democratização da sociedade e da economia. A compreensão deste processo de desenvolvimento está atrelada ao de consciência, que compreende a maximização dos valores emanados na sociedade e que vai além dos dados numéricos do crescimento econômico, e que não consegue ser personificado e refletido na qualidade de vida que desfrutamos.

Os fins e os meios do desenvolvimento requerem análise e exame minuciosos para uma compreensão mais plena do processo de desenvolvimento; é sem dúvida inadequado adotar como nosso objeto básico apenas a maximização da renda ou da riqueza [...]. Pela mesma razão, o crescimento econômico não pode sensatamente ser considerado um fim em si mesmo. **O desenvolvimento tem de estar relacionado sobretudo com a melhora da vida que levamos e das liberdades que desfrutamos. Expandir as liberdades que temos razão para valorizar não só torna nossa vida mais rica e mais desimpedida, mas também permite que sejamos seres sociais mais completos, pondo em prática nossas volições, interagindo com o mundo em que vivemos e influenciando esse mundo [...].** (SEN, 2000, p. 28-29, grifo nosso).

Em consonância, o desenvolvimento não deve ser atrelado ao acúmulo de riquezas, pois a prevalência deve ocorrer com a melhora da vida e das liberdades

que usufruímos, tornando nosso agir cotidiano mais rico e desimpedido, seres humanos mais completos, a partir da prática de nossas veleidades, agindo e influenciando o mundo que vivemos, interagindo com as instituições existentes na sociedade – Estado, Organização Não Governamental (ONG), empresas públicas e privadas, entre outras –, pois elas interagem nas nossas experiências e desenvolvimento de liberdades.

Por meio destas instituições as pessoas podem dedicar-se a atividades vantajosas mutuamente, pois suas realizações dependem das disposições políticas, econômicas, culturais e sociais, na criação de oportunidades sociais como as que debatemos durante este trabalho.

As oportunidades sociais contribuem de forma direta e indireta à expansão das capacidades humanas e da qualidade de vida, como a educação, o trabalho e a saúde, influenciando as habilidades produtivas das pessoas, tornando-as parte do crescimento econômico.

A corrupção<sup>35</sup> é uma das barreiras a este progresso econômico, pois pode tornar ineficazes as políticas e afastam investimentos e atividades econômicas dos setores produtivos devido as recompensas às atividades ilícitas.

Os cidadãos empoderados tornam-se protagonistas na busca ativa por suas liberdades e retornam ao Estado como uma alternativa à criação de empregos, que os retirando da informalidade através da política de apoio ao empreendedorismo, e incentivando-os a conseguir condições de sobrevivência.

A prevalência dos sujeitos pesquisados ocorreu com o objetivo de apresentar o processo de transformação social, tanto de forma individual, quanto à construção coletiva, que proporciona condições profícuas do exercício cidadão para além das condições mercadológicas, permeando a edificação da liberdade do indivíduo, como agente de mudança do meio em que vive, pertencendo à ele e assumindo o seu compromisso nesta construção societária.

Esta transformação é oriunda das relações sociais ocorrida entremeios ao trabalho, à estrutura econômica, ao Estado, e que visionam a coesão social. Para tanto depende da sua integração à política, aos aspectos jurídicos e aos ideológicos,

---

<sup>35</sup> Segundo a ONG Transparência Internacional, responsável pela publicação do ranking da percepção mundial da corrupção, em 2016, o Brasil ocupa a posição 79º – do total de 176 posições –, com 40 pontos – onde a proximidade ao 0 indica maior corrupção (COUTINHO, 2017).

que refletem no objeto real-concreto da sua formação social, mas entre estes momentos há tensões e distensões.

Neste compasso, percebe-se a ação estatal em torno de uma cidadania tutelada e assistida, onde as instituições tentam manter sob controle o social e suas nuances de exploração, como conjuntura de engodo aos empreendedores, “quase” sem garantias. De tal modo apresentam uma cidadania líquida e fluída ao seu agir.

Mas o cidadão busca em sua essência os caminhos, significados e significâncias ao seu ser e a sua prática social, do agir e atuar na sociedade em que vive, com dignidade, qualidade e intensidade.

As dissonâncias têm sido aperfeiçoadas e as arestas aparadas em torno de apresentar possibilidades à eles, dada inclusive, a temporalidade da legislação e o recebimento desta roupagem. A lei trouxe à tona o debate e um retrato dos anseios do conjunto da população que desejava ser reconhecida civilmente, frente ao processo de construção do espaço coletivo, que ouça e esteja atenta ao outro.

Somente a atuação do sujeito, agindo coletivamente, que evidenciará os caminhos a serem seguidos.

Em sua atuação histórica na sociedade, o homem busca estes caminhos, entre nós, entremeios a conflitos, avanços e retrocessos, mudando sua história e dependente de sua participação nesta edificação contínua e cotidiana.

Desta forma, o dilema vivido tonar-se-á menos complicado, desde que permeie pela dignidade da população local e atenda seus anseios, e parta de cidadãos que exerçam ativamente e integralmente sua vida naquela localidade, ou seja, àqueles que buscam sentido ao seu viver neste espaço.

Ademais, deve-se proporcionar o diálogo focado na constituição da coletividade para romper-se com o julgo das dificuldades de distribuição, pois deste modo deixamos de focar a produção, o lucro, entre outros, e edificamos uma sociedade mais igualitária, permeada pelos valores do trabalho e da ética. Assim, a dinâmica a ser estimada será daquelas empresas que respeitam a população que vive ali, se estabelecendo e entrelaçando seu legado com a dinâmica social e econômica local.

O processo contemporâneo busca valores, necessariamente permeados pela ética e pela participação popular, buscando autonomia e independência, para além da dependência.

O homem é um ser com atitude inquieta e há muito tempo vivemos em busca de estratégias ao rompimento das contradições, a caminho de nossas liberdades, para isto estamos em constante construção de pontes que se efetivarão através de nossa participação societária consciente e ativa.

A partir do protagonismo à cidadania destes empreendedores ocorre a condução ao desenvolvimento humano sustentado, que utiliza destes meios para apresentar processos que caminham à equidade, às mudanças de atitudes em torno da ética, em sua busca da equalização de oportunidades de forma democrática e respeito aos direitos humanos, pois almejam e conseguem serem inseridos, pelo menos no que tange ao trabalho e o retorno que pode lhe proporcionar, com qualidade de vida e autonomia, em uma corrida fugaz à dependência, elevando-os à luta pelo bem comum e pela participação social, daquilo que antes eram excluídos e ficavam a margem e sem poder reivindicar, adquirindo competência que levam a transformação social de um sujeito histórico comprometido com o coletivo.

Neste tocante, somente veremos radiosos avanços quando atacarmos a pobreza localizada nas maiorias com meras assistências, pois precisamos agir na equalização de oportunidades a ser iniciado com a ampliação irrestrita à educação de qualidade.

Entre nós, ficam ainda inconclusos os questionamentos advindos do movimento societário, como por exemplo: quais os valores pessoais que possuem e almejam? A expropriação do trabalho é um dos motivos que levam estes empreendedores a abrirem suas empresas, ou seja, investem na tentativa de reverterem a si os valores que criam ou são produtos da falta de empregos? Como se planejam para iniciarem como empreendedores? Por que os MEIs concentram suas atividades em produtos ou serviços de baixo valor agregado? Quais são e como reagem frente aos entraves cotidianos ao seu empreendimento? Está localizado nas dificuldades de financiamento?

O dilema interposto pela tese está na exigência da sociedade civil em implementar condições econômicas, emprego e educação que aprimorarão sua experiência de sobrevivência na sociedade, incluindo cultura, lazer, entre outras possibilidades emancipadoras que perpassam as formas de (re)distribuição e para tanto há a necessidade do pleno envolvimento da população local, valorizando,

especificamente, sua cultura e história, pois enquanto as tratativas focalizarem procedimentos globalizados, o resultado será do agravamento da questão social.

Sabemos que são processos que se desenvolvem cotidianamente e que caminham com a participação consciente e ativa dos cidadãos com o intuito de usufruírem de liberdade.

As participações deles na vida pública estão permeadas por tutelas e assistências que processualmente são necessárias à se edificarem pontes que na vida privada permearão lances de autonomia e de liberdades.

No entanto, os direcionamentos virão dos valores que a sociedade possui e, neste processo, a emancipação se aciona na ampliação da democracia e ainda faz parte de uma utopia imbrincada na compreensão ontológica do ser social construída historicamente.

Atualmente as influências do mercado na sociedade regem a individualidade e propagação do valor financeiro, e os nossos sujeitos se lançam ao agir cidadão, ético e coletivo, em busca de liberdade às suas vidas, que geram desenvolvimento, que não é somente econômico, é também social, político, cultural e de valores àquela localidade, pois são reconhecidas e resultados dela, com retorno à eles.

A sua participação social move a rede, desloca o anacronismo democrático velado, e se fazem representar neste nó, resignificando o trabalho, para além da expropriação do trabalho assalariado e adicionando-se à morfologia social, que têm alterado a operação e os resultados dos processos produtivos na contramão da cultura e poder vigente, pulverizando o enriquecimento social a partir da dinâmica econômica.

O trabalho dos microempreendedores individuais transcende a qualidade de vida e o exercício isolado da liberdade e da cidadania, pois ativam a participação social, o desenvolvimento local e regional, e com agir ético constroem pontes que são responsáveis por conexões compromissadas com a dignidade ao coletivo e edificadas entre Estado e suas políticas públicas, a economia e o mercado, e principalmente, com a participação da sociedade civil, que localizam o empreendedorismo como trabalho para além da dependência à benefícios sociais, previdenciários e atividades ilícitas, buscando autonomia, a partir de seu agir ético, localizando a maneira de se viver melhor, e pelo que ele se apropria da própria liberdade.

Enfim, eles não são mercenários capitalistas, mas sim, insatisfeitos com a ordem que é posta, atuando além do parasitismo social, onde, a partir de seus

valores, conjecturam sua responsabilidade e valorizam o trabalho como modo de ser. Para isto, migram suas ações vislumbrando horizontes, e ao construir estas pontes, é revolucionário, porque rompe nós. Tendo em vista que não há participação sem criatividade.

**FIGURA 8 – O pé e o machado**



**Fonte:** Portinari (1938).

Por fim, denotamos a prevalência dos nossos sujeitos em busca de suas liberdades, como ativos neste processo de construção de suas cidadanias e que se representam na figura acima e nas estrofes abaixo.

### **Cânticos**

#### **XXIII**

Não faças de ti  
Um sonho a realizar.  
Vai.  
Sem caminho marcado.  
Tu és o de todos os caminhos.  
Sê apenas uma presença.  
Invisível presença silenciosa.  
Todas as coisas esperam a luz,  
Sem dizerem que a esperam,  
Sem saberem que existe.  
Todas as coisas esperarão por ti,  
Sem te falarem.  
Sem lhes falares.

(MEIRELES, 1982).

**Caçador de mim**

Por tanto amor  
Por tanta emoção  
A vida me fez assim  
Doce ou atroz  
Manso ou feroz  
Eu caçador de mim

Preso a canções  
Entregue a paixões  
Que nunca tiveram fim  
Vou me encontrar  
Longe do meu lugar  
Eu, caçador de mim

Nada a temer senão o correr da luta  
Nada a fazer senão esquecer o medo  
Abrir o peito a força, numa procura  
Fugir às armadilhas da mata escura

Longe se vai  
Sonhando demais  
Mas onde se chega assim  
Vou descobrir  
O que me faz sentir  
Eu, caçador de mim

(MAGRÃO; SÁ, 1981).

## REFERÊNCIAS

ADVFN. **Mais populares:** Indicadores econômicos: Balança comercial: 2015: Balança Comercial Brasileira em Janeiro de 2015: Exportações: Exportações Brasileiras em janeiro de 2015. São Paulo, 2015a. Disponível em: <<http://br.advfn.com/indicadores/balanca-comercial/brasil/2015/01/exportacao>>. Acesso em: 11 mar. 2016.

\_\_\_\_\_. **Mais populares:** Indicadores econômicos: Balança comercial: 2015: Balança Comercial Brasileira em Janeiro de 2015: Importações: Importações Brasileiras em janeiro de 2015. São Paulo, 2015b. Disponível em: <<http://br.advfn.com/indicadores/balanca-comercial/brasil/2015/01/importacao>>. Acesso em: 13 mar. 2016.

AGÊNCIA SEBRAE DE NOTÍCIAS. 4 em cada 10 brasileiros são empreendedores, diz pesquisa: A taxa de empreendedorismo é a maior dos últimos 14 anos; maioria ainda empreende por oportunidade. **Pequenas Empresas & Grandes Negócios**, São Paulo, 22 fev. 2016. Disponível em: <<http://revistapegn.globo.com/Empreendedorismo/noticia/2016/02/4-em-cada-10-brasileiros-sao-empreendedores-diz-pesquisa.html>>. Acesso em: 19 nov. 2016.

AMARAL, Tarsila do. **A gare**. São Paulo, 1925a. 1 original de arte, óleo sobre tela, 84,5 cm x 55 cm. Disponível em: <<http://tarsiladoamaral.com.br/obra/pau-brasil-1924-1928/>>. Acesso em: 28 jan. 2017.

\_\_\_\_\_. **O mamoeiro**. São Paulo, 1925b. 1 original de arte, óleo sobre tela, 65 cm x 70 cm. Disponível em: <<http://tarsiladoamaral.com.br/base2016/wp-content/uploads/2016/11/pau-brasil-03.png>>. Acesso em: 28 jan. 2017.

\_\_\_\_\_. **Composição (figura só)**. São Paulo, 1930. 1 original de arte, óleo sobre tela, 83 cm x 129 cm. Disponível em: <<http://tarsiladoamaral.com.br/obra/antropofagica-1928-1930/>>. Acesso em: 28 jan. 2017.

\_\_\_\_\_. **Operários**. São Paulo, 1933a. 1 original de arte, óleo sobre tela, 150 cm x 205 cm. Disponível em: <<http://tarsiladoamaral.com.br/obra/social-1933/>>. Acesso em: 28 jan. 2017.

\_\_\_\_\_. **Segunda classe**. São Paulo, 1933b. 1 original de arte, óleo sobre tela, 110 cm x 151 cm. Disponível em: <<http://tarsiladoamaral.com.br/obra/social-1933/>>. Acesso em: 28 jan. 2017.

\_\_\_\_\_. **Costureiras**. São Paulo, 1936-1950. 1 original de arte, óleo sobre tela, 73 cm x 100 cm. Disponível em: <<http://tarsiladoamaral.com.br/obra/dos-anos-30-a-50/>>. Acesso em: 28 jan. 2017.

\_\_\_\_\_. **Maternidade I**. Itupeva, 1938. 1 original de arte, óleo sobre tela, 100 cm x 80 cm. Disponível em: <<http://tarsiladoamaral.com.br/obra/dos-anos-30-a-50/>>. Acesso em: 29 jan. 2017.

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS ANALISTAS JUDICIÁRIOS DA UNIÃO. Princípio Constitucional da Igualdade. **JusBrasil**, Salvador, 2012. Disponível em: <<http://anajus.jusbrasil.com.br/noticias/2803750/principio-constitucional-da-igualdade>>. Acesso em: 14 fev. 2016.

BARROS, Cesar Mangolin de. **O conceito de modo de produção**. São Paulo, 8 abr. 2010. Disponível em: <[https://moodle.ufsc.br/pluginfile.php/934137/mod\\_resource/content/1/elementos%20b%C3%A1sicos0\\_MODO\\_DE\\_PRODU%C3%87%C3%83O.pdf](https://moodle.ufsc.br/pluginfile.php/934137/mod_resource/content/1/elementos%20b%C3%A1sicos0_MODO_DE_PRODU%C3%87%C3%83O.pdf)>. Acesso em: 2 dez. 2016.

BRASIL. Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil (de 16 de julho de 1934). **Diário Oficial da União**, Rio de Janeiro, 16 jul. 1934. Anexo. atual. dez. 1935. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/Constituicao34.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/Constituicao34.htm)>. Acesso em: 29 jul. 2016.

\_\_\_\_\_. Constituição dos Estados Unidos do Brasil (de 10 de novembro de 1937). **Diário Oficial da União**, Rio de Janeiro, 10 nov. 1937. Anexo. atual. dez. 1945. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao37.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao37.htm)>. Acesso em: 29 jul. 2016.

\_\_\_\_\_. Constituição dos Estados Unidos do Brasil (de 18 de setembro de 1946). **Diário Oficial da União**, Rio de Janeiro, 19 set. 1946. Anexo. atual. mar. 1967. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao46.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao46.htm)>. Acesso em: 29 jul. 2016.

\_\_\_\_\_. Lei nº 4.214, de 2 de março de 1963. Dispõe sobre o “Estatuto do Trabalhador Rural”. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 18 mar. 1963. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/1950-1969/L4214.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1950-1969/L4214.htm)>. Acesso em: 29 jul. 2016.

\_\_\_\_\_. Lei nº 7.256, de 27 de novembro de 1984. Estabelece Normas Integrantes do Estatuto da Microempresa, Relativas ao Tratamento Diferenciado, Simplificado e Favorecido, nos Campos Administrativo, Tributário, Previdenciário, Trabalhista, Crédito e de Desenv. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 28 nov. 1984. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/L7256.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L7256.htm)>. Acesso em: 29 jul. 2016.

\_\_\_\_\_. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 5 out. 1988. Anexo. atual. jul. 2016. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Constituicao/Constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm)>. Acesso em: 29 jul. 2016.

\_\_\_\_\_. Lei nº 8.864, de 28 de março de 1994. Estabelece normas para as microempresas (ME), e Empresas de Pequeno Porte (EPP), relativas ao tratamento diferenciado e simplificado, nos campos administrativo, fiscal, previdenciário, trabalhista; crédito e de des. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 28 mar. 1994. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/L8864.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L8864.htm)>. Acesso em: 29 jul. 2016.

BRASIL. Lei nº 9.317, de 05 de dezembro de 1996. Dispõe sobre o regime tributário das microempresas e das empresas de pequeno porte, institui o Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e das Empresas de Pequeno Porte - SIMPLES. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 6 dez. 1996.

Retificada em 30 dez. 1996. Disponível em:

<[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/L9317.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9317.htm)>. Acesso em: 2016 jul. 29.

\_\_\_\_\_. Lei nº 9.841, de 5 de outubro de 1999. Institui o Estatuto da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte, dispondo sobre o tratamento jurídico diferenciado, simplificado e favorecido previsto nos arts. 170 e 179 da Constituição Federal.

**Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 6 out. 1999. Disponível em:

<[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/L9841.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9841.htm)>. Acesso em: 29 jul. 2016.

\_\_\_\_\_. Lei nº 10.406, de 10 de fevereiro de 2002. Institui o Código Civil. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 11 jan. 2002. Disponível em:

<[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/2002/L10406.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/L10406.htm)>. Acesso em: 28 jul. 2016.

\_\_\_\_\_. Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006. Institui o Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte; altera dispositivos das Leis no 8.212 e 8.213, ambas de 24 de julho de 1991, da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprova. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 15 dez. 2006.

Republicada em 31 jan. 2009, 31 jan. 2012 e 6 mar. 2012. Disponível em:

<[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/LCP/Lcp123.htm#art88](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/LCP/Lcp123.htm#art88)>. Acesso em: 08 nov. 2016.

\_\_\_\_\_. Lei Complementar nº 128, de 19 de dezembro de 2008. Altera a Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, altera as Leis nº 8.212, de 24 de julho de 1991, 8.213, de 24 de julho de 1991, 10.406, de 10 de janeiro de 2002 – Código Civil, 8.029, de 12. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 22 dez. 2008.

Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/LCP/Lcp128.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/LCP/Lcp128.htm)>. Acesso em: 29 jul. 2016.

\_\_\_\_\_. Lei Complementar nº 139, de 10 de novembro de 2011. Altera dispositivos da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, e dá outras providências.

**Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 11 nov. 2011a. Disponível em:

<[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/LCP/Lcp139.htm#art5](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/LCP/Lcp139.htm#art5)>. Acesso em: 29 jul. 2016.

\_\_\_\_\_. Lei nº 12.441, de 11 de julho de 2011. Altera a Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil), para permitir a constituição de empresa individual de responsabilidade limitada. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 12 jul. 2011b.

Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2011-](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-)

2014/2011/Lei/L12441.htm#art2>. Acesso em: 29 jul. 2016.

CARDOSO, Fernando Henrique. **Empresário industrial e desenvolvimento econômico no Brasil**. 2. ed. São Paulo: Difel, 1972. 196 p. (Corpo e alma do Brasil).

CARVALHO, José Murilo de. **Cidadania no Brasil: o longo caminho**. 13. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010. 236 p.

CHANG, Há-Joom. **Chutando a escada: a estratégia do desenvolvimento em perspectiva histórica**. Tradução de Luiz Antônio Oliveira de Araújo. São Paulo: Ed. Unesp, 2004. 266 p.

CODOGNO, Vivian. Programa quer transformar 20 mil desempregados do ABC em empreendedores. **Estadão**, São Paulo, 5 set. 2016. Disponível em: <<http://pme.estadao.com.br/noticias/pme,programa-quer-transformar-20-mil-desempregados-do-abc-em-empresarios,20000000163,0.htm>>. Acesso em: 7 out. 2016.

COMISSÃO NACIONAL DE CLASSIFICAÇÃO; INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Classificação Nacional de Atividades Econômicas: versão 2.0**. 2. ed. Rio de Janeiro: [s.n.], 2015. 430 p. Disponível em: <[ftp://ftp.ibge.gov.br/Informacoes\\_Gerais\\_e\\_Referencia/Classificacoes/cnae2\\_0\\_2edicao/cnae2\\_0\\_2edicao\\_20150609.pdf](ftp://ftp.ibge.gov.br/Informacoes_Gerais_e_Referencia/Classificacoes/cnae2_0_2edicao/cnae2_0_2edicao_20150609.pdf)>. Acesso em: 25 jan. 2016.

COMITÊ GESTOR DO SIMPLES NACIONAL. Resolução CGSN nº 94, de 29 de novembro de 2011. Dispõe sobre o Simples Nacional e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 1 dez. 2011. Disponível em: <<http://normas.receita.fazenda.gov.br/sijut2consulta/link.action?idAto=36833&visao=anotado>>. Acesso em: 30 jul. 2016.

COMITÊ PARA GESTÃO DA REDE NACIONAL PARA SIMPLIFICAÇÃO DO REGISTRO E DA LEGALIZAÇÃO DE EMPRESAS E NEGÓCIOS. Resolução CGSIM nº 16, de 17 de dezembro de 2009. Dispõe sobre o procedimento especial para o registro e legalização do Microempreendedor Individual. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 24 dez. 2009. Disponível em: <[http://www.normaslegais.com.br/legislacao/resolucao\\_cgsim16\\_2009.htm](http://www.normaslegais.com.br/legislacao/resolucao_cgsim16_2009.htm)>. Acesso em: 30 jul. 2016.

\_\_\_\_\_. Resolução CGSIM nº 17, de 9 de abril de 2010. Altera o art. 19 e acresce o art. 19-A à Resolução CGSIM nº 16, de 17 de dezembro de 2009, publicada no DOU nº 246, de 24 de dezembro de 2009. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 19 abr. 2010. Disponível em: <[http://www.editoramagister.com/doc\\_5928167\\_RESOLUCAO\\_N\\_17\\_DE\\_9\\_DE\\_ABRIL\\_DE\\_2010.aspx](http://www.editoramagister.com/doc_5928167_RESOLUCAO_N_17_DE_9_DE_ABRIL_DE_2010.aspx)>. Acesso em: 30 jul. 2016.

\_\_\_\_\_. Resolução CGSIM nº 26, de 8 de dezembro de 2011. Dispõe sobre o procedimento especial para o registro, alteração, baixa e cancelamento do MEI; altera dispositivos da Resolução Nº 16, de 17 de dezembro de 2009 e da Resolução Nº 17, de 9 de abril de 2010, acrescenta o parágrafo único e os incisos I ao V ao art. 1º, acrescenta os §§ 6º, 7º e 8º ao artigo 8º, acrescenta o parágrafo único ao artigo 20, acrescenta as alíneas "g", "h" e "i" ao inciso I do artigo 22 e acrescenta os artigos 18-A, 19-A, 19-B, 19-C, 29-A, 29-B, 29-C, 29-D e 29-E na Resolução Nº 16, de 17 de dezembro de 2009. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 29 fev. 2012. Disponível em: <<http://www.normaslegais.com.br/legislacao/resolucao-cgsim-26-2011.htm>>. Acesso em: 30 jul. 2016.

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DO COMÉRCIO DE BENS, SERVIÇOS E TURISMO. **EmpresômetroMPE**: Estatísticas: Brasil: SP: Franca, 20 nov. 2009-2016. Brasília, DF, 2009- 2016. Disponível em: <<http://empresometro.cnc.org.br/Estatisticas#>>. Acesso em: 1 nov. 2016.

© CONTRIBUIDORES DO OPENSTREETMAP. **OpenStreetMap**: Franca (5349617). Licença: Open Database Licence, e acervo cartográfico licenciado como CC-BY-SA. [London], 9 jul. 2015. Disponível em: <<http://www.openstreetmap.org/relation/5349617#map=7/-22.502/-47.659>>. Acesso em: 6 ago. 2016.

COUTINHO, Mateus. Brasil cai 3 posições em ranking mundial da corrupção. **Estadão**, São Paulo, 25 jan. 2017. Política. Disponível em: <<http://politica.estadao.com.br/noticias/geral,brasil-cai-3-posicoes-em-ranking-mundial-da-corrupcao,70001640517>>. Acesso em: 14 fev. 2017.

CUCOLO, Eduardo. Brasil tem concentração de renda entre ricos próxima da Alemanha. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 9 maio 2016. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/mercado/2016/05/1769490-brasil-tem-concentracao-de-renda-entre-ricos-proxima-da-alemanha.shtml>>. Acesso em: 6 nov. 2016.

DATASUS. **Indicadores e Dados Básicos**: informações de saúde (TABNET): demográficas e socioeconômicas: trabalho e renda: censos 1991, 2000 e 2010: Índice de Gini da renda domiciliar *per capita*: Brasil por município: Índice de Gini da renda domiciliar per capita segundo município: período: 1991, 2000 e 2010. Brasília, DF, 2010. Disponível em: <<http://tabnet.datasus.gov.br/cgi/ibge/censo/cnv/ginibr.def>>. Acesso em: 6 nov. 2016.

DELORS, Jacques et al. **Educação**: um tesouro a descobrir. Tradução de Guilherme João de Freitas Teixeira. Brasília, DF: UNESCO, 2010. 41 p.

DEMO, Pedro. **Cidadania tutelada e cidadania assistida**. Campinas: Autores Associados, 1995a. 171 p.

\_\_\_\_\_. **Metodologia científica em ciências sociais**. 3. ed. rev. e ampl. São Paulo: Atlas, 1995b. 293 p.

\_\_\_\_\_. **Cidadania pequena**: fragilidades e desafios do associativismo no Brasil. Campinas: Autores Associados, 2008. (Polêmicas do nosso tempo). 118 p.

DOWBOR, Ladislau. **A formação do terceiro mundo**: as raízes da globalização. São Paulo: Brasiliense, 2002. 54 p. Disponível em: <<http://dowbor.org/blog/wp-content/uploads/2013/09/2002-ftm-revis%C3%A3o-nova.doc>>. Acesso em: 21 fev. 2016.

\_\_\_\_\_. **O que é capital**. 7. ed. São Paulo: Brasiliense, 2003. 41 p. (Primeiros passos, v. 64). Disponível em: <<http://dowbor.org/03quecap.doc>>. Acesso em: 22 jan. 2016.

DOWBOR, Ladislau. **O mosaico partido (a economia além das equações)**. São Paulo, 2007. Disponível em: <<http://dowbor.org/07mosaicofb.doc>>. Acesso em: 2 jun. 2016.

\_\_\_\_\_. **Democracia econômica**: alternativas de gestão social. [S.l.:s.n.], 2012. 131 p. Disponível em: <<http://dowbor.org/blog/wp-content/uploads/2012/06/12-DemoEco1.doc>>. Acesso em: 18 jun. 2016.

\_\_\_\_\_. **O pão nosso de cada dia**: processos produtivos no Brasil. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2015. 144 p. Disponível em: <<http://novo.fpabramo.org.br/sites/default/files/Pao%20nosso%20web.pdf>>. Acesso em: 26 jan. 2016.

DUPAS, Gilberto. **Ética e poder na sociedade da informação**: de como a autonomia das novas tecnologias obriga a rever o mito do progresso. 2. ed. São Paulo: Ed. Unesp, 2001. 134 p.

EM DISCUSSÃO!: Revista de audiências públicas do Senado Federal. Brasília, DF: SEEP, ano 3, n. 12, set. 2012. 70 p. Disponível em: <[http://www.senado.gov.br/noticias/jornal/emdiscussao/Upload/201203%20-%20setembro/pdf/em%20discuss%C3%A3o!\\_setembro\\_2012\\_internet.pdf](http://www.senado.gov.br/noticias/jornal/emdiscussao/Upload/201203%20-%20setembro/pdf/em%20discuss%C3%A3o!_setembro_2012_internet.pdf)>. Acesso em: 26 mar. 2016.

ENGLER, Helen Barbosa Raiz. **Pesquisa e ética**: visibilidade e sombras. 2011. Tese (Livre-Docência em Serviço Social) – Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Franca, 2011.

FAGUNDES, Fábio Mello. **Empreendedorismo**: "o conceito". Curitiba, 5 abr. 2009. Disponível em: <<http://admempreendedorismo.blogspot.com.br/2009/04/empreendedorismo-o-conceito.html>>. Acesso em: 19 jan. 2016.

FÓRUM PERMANENTE DAS MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE. **Fórum Permanente**: das microempresas e empresas de pequeno porte: Empresas Ativas: MPes: Simples e MEI: MEI: Brasil: SP: Franca: Atividade Econômica (CNAE), ago. 2009-2016. Brasília, DF, 2009-2016. Disponível em: <<http://www.forumpermanente.smpe.gov.br/>>. Acesso em: 7 ago. 2016.

FRAGA, Érica. Empreendedorismo cresce sem foco em inovação. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 28 ago. 2016. Mercado. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/mercado/2016/08/1807716-empreendedorismo-por-necessidade-ameaca-eficiencia-economica.shtml>>. Acesso em: 5 out. 2016.

FRANCA. Decreto nº 9.662, de 13 de agosto de 2011. Regulamenta o tratamento diferenciado e simplificado aos MEIs, às MEs e às EPPs, no que diz respeito à formalização, incentivos, orientações e apoio ao crescimento e desenvolvimento de tais empreendedores no âmbito Municipal. In: ENCONTRO DO FÓRUM PERMANENTE DE DESENVOLVIMENTO, 1., Franca, 2011. **Fórum Permanente de Desenvolvimento**: compartilhando idéias e somando ações para o desenvolvimento de Franca. Franca, set. 2011. v. 2. p. 102-115. Disponível em: <[http://www.franca.sp.gov.br/ForumPermanenteDesenvolvimento/ind43\\_com17.html](http://www.franca.sp.gov.br/ForumPermanenteDesenvolvimento/ind43_com17.html)>. Acesso em: 29 jul. 2016.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1999. 206 p.

GIMENEZ, Fernando Antonio Prado; FERREIRA, Jane Mendes; RAMOS, Simone Cristina. Configuração empreendedora ou configurações empreendedoras? Indo um pouco além de Mintzberg. In: ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM ADMINISTRAÇÃO, 32., 2008, Rio de Janeiro.

**Anais....** Rio de Janeiro: ANPAD, 2008. Disponível em:

<<http://www.anpad.org.br/admin/pdf/ESO-C2571.pdf>>. Acesso em: 31 jan. 2016.

GONÇALVES, Eduardo. Bolsa Família tem menor número de beneficiários dos últimos dois anos. **Veja.com**, São Paulo, 2 jun. 2015. Disponível em:

<<http://veja.abril.com.br/economia/bolsa-familia-tem-menor-numero-de-beneficiarios-dos-ultimos-dois-anos/>>. Acesso em: 8 nov. 2016.

GRECCO, Simara Maria de Souza Silveira et al. **Empreendedorismo no Brasil**: 2008. Curitiba: IBQP, 2009. 160 p. Disponível em:

<<https://www.sebrae.com.br/Sebrae/Portal%20Sebrae/Anexos/GEM-Brasil-2008.pdf>>. Acesso em: 30 jan. 2017.

IANNI, Octavio. **Teorias da globalização**. 4. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997. 225 p.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Canais**: Censo 2010: resultados: trabalho e rendimento - resultados da amostra: tabelas: municípios: São Paulo. Rio de Janeiro, 19 dez. 2012. Disponível em:

<[http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/trabalho\\_e\\_rendimento/default\\_mu\\_xls.shtm](http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/trabalho_e_rendimento/default_mu_xls.shtm)>. Acesso em: 7 ago. 2016.

\_\_\_\_\_. **Indicadores**: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua - PNAD contínua: trimestral. Rio de Janeiro, 19 out. 2016. Disponível em:

<[http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/indicadores/trabalhoerendimento/pnad\\_continua/default.shtm](http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/indicadores/trabalhoerendimento/pnad_continua/default.shtm)>. Acesso em: 7 nov. 2016.

\_\_\_\_\_. **Pesquisas**: síntese das pesquisas: Produto Interno Bruto dos Municípios:

Produto Interno Bruto dos Municípios 2013 (PIBMUN2013): tabelas completas:

Produto Interno Bruto a preços correntes e Produto Interno Bruto per capita segundo as Grandes Regiões, as Unidades da Federação e os Municípios - 2010-2013. Rio de Janeiro, 2013. Disponível em:

<[http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/pibmunicipios/2010\\_2013/default\\_xls.shtm](http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/pibmunicipios/2010_2013/default_xls.shtm)>. Acesso em: 7 ago. 2016.

\_\_\_\_\_. **Canais**: cidades@: São Paulo: Franca, 6 ago. 2010a. Rio de Janeiro, 2010a. Disponível em: <<http://cod.ibge.gov.br/H4X>>. Acesso em: 6 ago. 2016.

\_\_\_\_\_. **7 a 12**: vamos conhecer o Brasil: nosso povo: trabalho e rendimento. Rio de Janeiro, 2010b. Disponível em: <<http://7a12.ibge.gov.br/vamos-conhecer-o-brasil/nosso-povo/trabalho-e-rendimento.html>>. Acesso em: 7 nov. 2016.

JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE SÃO PAULO. **Serviços online:** pesquisa avançada: tipo de empresa: empresário: data de abertura: 2009-2016: Data de Dissolução: 2009-2016: Pesquisar, set. 2009-2016. São Paulo, 2009-2016. Disponível em: <<https://jucesponline.sp.gov.br/BuscaAvancada.aspx>>. Acesso em: 12 set. 2016.

JUSBRASIL. **Conditio sine qua non**. Salvador, 2013. Disponível em: <<http://www.jusbrasil.com.br/topicos/290453/conditio-sine-qua-non>>. Acesso em: 28 jan. 2015.

LAVILLE, Christian; DIONNE, Jean. **A construção do saber:** manual de metodologia da pesquisa em ciências humanas. Tradução de Heloísa Monteiro e Francisco Settineri. Revisão técnica e adaptação da obra: Lana Mara Siman. Porto Alegre: Artmed; Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1999. 340 p.

LEVIN, Jack. **Estatística aplicada a ciências humanas**. Tradução de Sérgio Francisco Costa. 2. ed. São Paulo: Harper e Row do Brasil, 1977. 310 p.

LIMA JÚNIOR, Arnaldo Barbosa de et al. **Relatório da distribuição pessoal da renda e da riqueza da população brasileira:** dados do IRPF 2015/2014. Brasília, DF: Ministério da Fazenda, 2016. 20 p.

MACEDO, Mariano de Matos et al. **Empreendedorismo no Brasil:** 2015. Coordenação de Simara Maria de Souza Silveira Greco. Curitiba: IBPQ, 2014. 178 p. Disponível em: <[http://www.bibliotecas.sebrae.com.br/chronus/ARQUIVOS\\_CHRONUS/bds/bds.nsf/4826171de33895ae2aa12cafe998c0a5/\\$File/7347.pdf](http://www.bibliotecas.sebrae.com.br/chronus/ARQUIVOS_CHRONUS/bds/bds.nsf/4826171de33895ae2aa12cafe998c0a5/$File/7347.pdf)>. Acesso em: 19 nov. 2016.

MAGRÃO, Sérgio; SÁ, Luiz Carlos. Caçador de mim. Intérprete: Milton Nascimento. In: Milton Nascimento. **Caçador de mim**. [S.l.]: BMG Ariola, 1981.

MARTES, Ana Cristina Braga. Weber e Schumpeter: a ação econômica do empreendedor. **Revista de Economia Política:** Brazilian Journal of Political Economy, São Paulo, v. 30, n. 2, p. 254-270, abr./jun. 2010. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rep/v30n2/05.pdf>>. Acesso em: 5 dez. 2016.

MEDEIROS, Marcelo. Dar o peixe ou ensinar a pescar?: Pobreza não será erradicada sem políticas de transferência de renda. **Época**, Rio de Janeiro, 2016. Disponível em: <<http://revistaepoca.globo.com/Revista/Epoca/0,EDR60523-6016,00.html>>. Acesso em: 12 jan. 2016.

MEDEIROS, Moacyr de Franco; LEONE, Nilda Maria de Clodoaldo Pinto Guerra. **“Entrepreneurship” a contribuição da escola empreendedora**. Rio de Janeiro, 19 jan. 2016. Disponível em: <[http://www.estacio.br/mestrado/administracao/publicacao/cad\\_discente/arquivo/cad12.pdf](http://www.estacio.br/mestrado/administracao/publicacao/cad_discente/arquivo/cad12.pdf)>. Acesso em: 19 jan. 2016.

MEIRELES, Cecília. **Cânticos**. 2. ed. São Paulo: Moderna, 1982. 64 p.

MENDES, Mariane. **Pêndulo de Newton no ensino de mecânica**. [São Paulo, 201-]. Disponível em: <<http://educador.brasilecola.uol.com.br/estrategias-ensino/pendulo-newton-no-ensino-mecanica.htm>>. Acesso em: 13 fev. 2017.

MINISTÉRIO DA FAZENDA. **Fazenda divulga relatório sobre a distribuição da renda no Brasil**. Brasília, DF, 10 maio 2016. atual. 11 maio 2016a. Disponível em: <<http://www.fazenda.gov.br/noticias/2016/maio/200bspe-divulga-relatorio-sobre-a-distribuicao-da-renda-no-brasil>>. Acesso em: 6 nov. 2016.

\_\_\_\_\_. Secretaria da Receita Federal do Brasil. **Portais: Simples Nacional**: estatísticas: quantidade de optantes - SIMEI. Brasília, DF, jun. 2016b. Disponível em: <<http://www8.receita.fazenda.gov.br/SimplesNacional/Arrecadacao/EstatisticasArrecadacao.aspx>>. Acesso em: 7 ago. 2016.

MINISTÉRIO DO TRABALHO. **Dados estatísticos**: Programa de Disseminação das Estatísticas do Trabalho (PDET): CAGED: Dados Estaduais - out 2016: São Paulo, out. 2016. Brasília, DF, 2016. Disponível em: <<http://pdet.mte.gov.br/caged?view=default>>. Acesso em: 29 nov. 2016.

\_\_\_\_\_. **Empregador**: PDET (RAIS e CAGED): Consultas: Perfil do Município: Para acessar a base clique aqui: UF: São Paulo: Microrregião: Franca: Município: 351620: Franca: Setor: Todos: Subsetor: Todos: Tipo de Quadro: Consolidado: Movimentação: agregada: Nível: geográfico: 2009-2016. Brasília, DF, 2009-2016. Disponível em: <[http://bi.mte.gov.br/bgcaged/caged\\_perfil\\_municipio/index.php](http://bi.mte.gov.br/bgcaged/caged_perfil_municipio/index.php)>. Acesso em: 30 nov. 2016.

NAIME, Laura et al. ENTENDA O PIB: Conheça como funcionam os métodos para medir a atividade econômica do Brasil. **G1**, Rio de Janeiro, 30 ago. 2013. Disponível em: <<http://g1.globo.com/economia/pib-o-que-e-platb/>>. Acesso em: 12 nov. 2016.

NERY JÚNIOR, Nélon. **Princípios do processo civil à luz da Constituição Federal**. São Paulo: Ed. Revista dos Tribunais, 1999.

ORGANIZAÇÃO PARA A COOPERAÇÃO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO; ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA AGRICULTURA E ALIMENTAÇÃO. **Perspectivas Agrícolas no Brasil**: desafios da agricultura brasileira 2015-2024. [Brasília, DF], 2015. 54 p.

PASSARELLI, Hugo; CONGO, Mariana. O que é o PIB? Saiba o que entra no cálculo do Produto Interno Bruto e o que ele representa. **Estadão**, São Paulo, 31 ago. 2016. Economia. Infográficos. Revisão: ANDRADE, Lilian Furquin de Campos. Disponível em: <<http://www.estadao.com.br/infograficos/o-que-e-o-pib,economia,377864>>. Acesso em: 12 nov. 2016.

PENROSE, Edith. **A teoria do crescimento da firma**. Tradução de Tamás Szmrecsányi. Campinas: Ed. Unicamp, 2006. (Clássicos da inovação). 398 p.

PEREIRA, Luiz Carlos Bresser. Desenvolvimento econômico e o empresário. **Revista de Administração de Empresas - RAE**, São Paulo, v. 2, n. 4, p. 79-91, maio/ago. 1962. Disponível em: <<http://www.bresserpereira.org.br/papers/1962/62-DesenvEconomicoEmpresario.pdf>>. Acesso em: 1 fev. 2016.

PIRES, Eginardo. Deterioração dos termos de troca e intercâmbio desigual. **Revista de Economia Política**, São Paulo, v. 1, n. 2, p. 85-109, abr./jun. 1981. Disponível em: <<http://www.rep.org.br/PDF/2-5.PDF>>. Acesso em: 27 abr. 2016.

PORTINARI, Cândido. **O pé e o machado**. Rio de Janeiro, 1938. 1 original de arte, desenho a carvão sobre papel kraft. Disponível em: <<https://www.escriitoridearte.com/imagens/biografia/images/candido-portinari-5.jpg>>. Acesso em: 16 fev. 2016.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO. **Relatório de Desenvolvimento Humano 2015**: o trabalho como motor do desenvolvimento humano. Brasília, DF, 2015. 310 p.

REBOUÇAS, Rafaela; COELHO, Leonardo. **Brasil cai 18 posições no ranking de competitividade do Fórum Econômico Mundial**. [Belo Horizonte], 2015. Disponível em: <[https://www.fdc.org.br/blogespacodialogo/Documents/2015/relatorio\\_global\\_competitividade2015.pdf](https://www.fdc.org.br/blogespacodialogo/Documents/2015/relatorio_global_competitividade2015.pdf)>. Acesso em: 28 mar. 2016.

REDE NACIONAL PARA A SIMPLIFICAÇÃO DO REGISTRO E DA LEGALIZAÇÃO DE EMPRESAS E NEGÓCIOS. **Portal do Empreendedor - MEI**: Estatísticas: Microempreendedor Individual - MEI: Relatórios estatísticos do MEI: Total Geral de Microempreendedores Individuais: Acumulado Município: Acumulado Município por Código CNAE: Acumulado UF/Município por código C, 19 nov. 2009 -2016. Brasília, DF, 2009-2016. Disponível em: <<http://www.portaldoempreendedor.gov.br/estatistica/lista-dos-relatorios-estatisticos-do-mei>>. Acesso em: 20 nov. 2016.

SALATIEL, José Renato. Marx - teoria da dialética: contribuição original à filosofia de Hegel. São Paulo, 27 out. 2008. Disponível em: <<http://educacao.uol.com.br/disciplinas/filosofia/marx---teoria-da-dialetica-contribuicao-original-a-filosofia-de-hegel.htm>>. Acesso em: 28 ago. 2016.

SALES, Robson. Taxa de desemprego sobe para 11,2% no trimestre até abril, nota IBGE. **Valor Econômico**, São Paulo, 31 maio 2016. Disponível em: <<http://www.valor.com.br/brasil/4582235/taxa-de-desemprego-sobe-para-112-no-trimestre-ate-abril-nota-ibge>>. Acesso em: 16 nov. 2016.

SANTIAGO, Eduardo Girão. Vertentes teóricas sobre empreendedorismo em Shumpeter, Weber e McClelland: novas referências para a sociologia do trabalho. **Revista de Ciências Sociais**, Fortaleza, v. 40, n. 2, p. 87-103, 2009. Disponível em: <<http://www.periodicos.ufc.br/index.php/revcienso/article/view/488/470>>. Acesso em: 30 dez. 2015.

SÃO PAULO (Estado). Decreto nº 51.467, de 2 de janeiro de 2007. Institui o Programa Estadual de Desburocratização. **Diário Oficial Estado de São Paulo**, São Paulo, 3 jan. 2007a. Disponível em: <<http://www.al.sp.gov.br/norma/?id=69476>>. Acesso em: 29 jul. 2016.

\_\_\_\_\_. Decreto nº 52.228, de 5 de outubro de 2007. Introduz, no âmbito da Administração direta, autárquica e fundacional, tratamento diferenciado e favorecido ao microempreendedor individual, à microempresa e à empresa de pequeno porte. **Diário Oficial Estado de São Paulo**, São Paulo, 6 out. 2007b. Disponível em: <<http://www.al.sp.gov.br/norma/?id=74266>>. Acesso em: 29 jul. 2016.

\_\_\_\_\_. Decreto nº 55.660, de 30 de março de 2010. Institui o Sistema Integrado de Licenciamento, cria o Certificado de Licenciamento Integrado, e dá providências correlatas. **Diário Oficial Estado de São Paulo**, São Paulo, 31 mar. 2010. Disponível em: <<http://www.al.sp.gov.br/norma/?id=159296>>. Acesso em: 29 jul. 2016.

SCHUMPETER, Joseph Alois. **Teoria do desenvolvimento econômico**: uma investigação sobre lucros, capital, crédito, juro e o ciclo econômico. Tradução de Maria Sílvia Possas. São Paulo: Abril Cultural, 1982. 168 p. (Os economistas).  
SEN, Amartya. **Sobre a ética e economia**. Tradução de Laura Teixeira Motta. São Paulo: Companhia das Letras, 1999. 143 p.

\_\_\_\_\_. **Desenvolvimento como liberdade**. Tradução de Laura Teixeira Motta. São Paulo: Companhia das Letras, 2000. 436 p.

SERVIÇO BRASILEIRO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS.  
**Análise dos resultados do GEM 2015 por gênero**: jul. 2016. Brasília, DF, jul. 2016. Disponível em: <[http://www.bibliotecas.sebrae.com.br/chronus/ARQUIVOS\\_CHRONUS/bds/bds.nsf/4ee07253fa008eb297c4585b988b0a43/\\$File/7216.pdf](http://www.bibliotecas.sebrae.com.br/chronus/ARQUIVOS_CHRONUS/bds/bds.nsf/4ee07253fa008eb297c4585b988b0a43/$File/7216.pdf)>. Acesso em: 19 nov. 2016.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico**. 23. ed. São Paulo: Cortez, 2007. 304 p.

SICSÚ, João.; PORTARI, Douglas. **Desenvolvimento e igualdade**: homenagem aos 80 anos de Maria da Conceição. Rio de Janeiro: IPEA, 2010. 126 p. Disponível em: <[http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/3272/1/livro\\_MariadaConcei%C3%A7%C3%A3oTavares-desenvolveigualdade.pdf](http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/3272/1/livro_MariadaConcei%C3%A7%C3%A3oTavares-desenvolveigualdade.pdf)>. Acesso em: 2 jul. 2016.

WOLFFENBÜTTEL, Andréa. O que é? - Índice de Gini. **Desafio do Desenvolvimento**, Brasília, DF, ano 1, ed. 4, 1 nov. 2004. Disponível em: <[http://www.ipea.gov.br/desafios/index.php?option=com\\_content&id=2048:catid=28&Itemid=23](http://www.ipea.gov.br/desafios/index.php?option=com_content&id=2048:catid=28&Itemid=23)>. Acesso em: 6 nov. 2016.

ZUCOLOTO, Graziela Ferrero; NOGUEIRA, Mauro Oddo. A dinâmica inovativa das empresas de pequeno porte no Brasil. **Texto Para Discussão**, Brasília, DF, v. 2255, p. 1-47, nov. 2016. Disponível em: <[http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/TDs/fernando2td\\_2255.pdf](http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/TDs/fernando2td_2255.pdf)>. Acesso em: 30 nov. 2016.